

UFF – Universidade Federal Fluminense

ESS – Escola de Serviço Social

PPS – Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social

JUAN FELIPE ALVES DE OLIVEIRA

**A trajetória histórica da institucionalização da assistência
social da Marinha do Brasil**



Niterói - RJ

Maio, 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

JUAN FELIPE ALVES DE OLIVEIRA

A trajetória histórica da institucionalização da assistência social da Marinha do Brasil

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Política Social.

Área de Concentração: Avaliação de políticas sociais.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Luciene Burlandy Campos de Alcântara

Niterói - RJ

Maio, 2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

O48t Oliveira, Juan Felipe Alves de
 A trajetória histórica da institucionalização da
assistência social da Marinha do Brasil / Juan Felipe Alves
de Oliveira. - 2025.
 217 f.: il.

 Orientador: Luciene Burlandy Campos de Alcântara.
 Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Escola de
Serviço Social, Niterói, 2025.

 1. Assistência social. 2. Serviço social. 3. Forças
armadas. 4. Institucionalização. 5. Produção intelectual.
I. Alcântara, Luciene Burlandy Campos de, orientadora. II.
Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social.
III. Título.

CDD - XXX



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TESE
DO CURSO DE DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

No dia vinte sete de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas, realizou-se de forma remota, via google meet (meet.google.com/yfj-kycg-swc), a sessão pública de defesa da tese intitulada “A trajetória histórica da institucionalização da assistência social da Marinha do Brasil”, apresentada por Juan Felipe Alves de Oliveira. A comissão examinadora, aprovada pelo Colegiado do Programa, foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. Luciene Burlandy Campos de Alcântara (orientadora - PEPGPS/UFF); Profa. Dra. Ariane Rego de Paiva (1ª Examinadora – PUC-Rio); Profa. Dra. Giovanna Bueno Cinacchi (2ª Examinadora – Instituto Rede Abrigo); Profa. Dra. Mônica de Castro Maia Senna (3ª Examinadora - PEPGPS/UFF); Profa. Dra. Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato (4ª Examinadora - PEPGPS/UFF); Prof. Dr. Renato Sérgio Jamil Maluf (1º Suplente - CPDA/UFRRJ) e Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes (2º Suplente - PEPGPS/UFF). Após a apresentação do candidato, a Comissão Examinadora passou à arguição pública. O aluno foi considerado: (x) Aprovado () Reprovado.

Deve elaborar um quadro descrevendo os documentos e respectivas fontes

E para constar do processo respectivo, a Comissão Examinadora elaborou a presente ata que vai assinada por todos os membros titulares:

 Documento assinado digitalmente
LUCIENE BURLANDY CAMPOS DE ALCANTARA
Data: 28/05/2025 10:04:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Luciene Burlandy Campos de Alcântara – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

 Documento assinado digitalmente
ARIANE REGO DE PAIVA
Data: 29/05/2025 10:12:57-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Ariane Rego de Paiva – 1ª Examinadora
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

 Documento assinado digitalmente
GIOVANNA BUENO CINACCHI
Data: 28/05/2025 11:23:21-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Giovanna Bueno Cinacchi – 2ª Examinadora
Instituto Rede Abrigo

 Documento assinado digitalmente
MONICA DE CASTRO MAIA SENNA
Data: 30/05/2025 17:40:31-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Mônica de Castro Maia Senna – 3ª Examinadora
Universidade Federal Fluminense

 Documento assinado digitalmente
LENAURA DE VASCONCELOS COSTA LOBATO
Data: 01/06/2025 19:55:49-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato – 4ª Examinadora
Universidade Federal Fluminense

*Dedico este trabalho a Gabrielle Oliveira,
minha filha, pela alegria que me causa. Teu
sorriso é luz. Será sempre meu “Sechium
edule”.*

Agradeço à Deus pela decisão de me amar.

Agradeço à Profa. Dra. Luciene Burlandy Campos de Alcântara, minha orientadora, pelo apoio, pela maneira zelosa que exerceu a orientação, por compartilhar seu conhecimento sempre com entusiasmo e pelas indagações que me permitiram vislumbrar novos caminhos para a pesquisa.

Agradeço ao Almirante Rogerio Pinto Ferreira Rodrigues – então Diretor de Assistência Social da Marinha – pela inclusão do Curso de Doutorado em Política Social da Universidade Federal Fluminense no Plano de Capacitação de Pessoal da Diretoria de Assistência Social da Marinha e pela defesa da inclusão do referido curso no Programa de Cursos e Estágios em Estabelecimentos e Instituições Cíveis no País para 2021 da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha.

Agradeço à Profa. Dra. Mônica de Castro Maia Senna e ao Prof. Dr. José Pedro Simões Neto por terem aceitado o convite para compor a banca examinadora de qualificação deste trabalho e pelas valiosas contribuições e indicações de leitura que muito enriqueceram a análise realizada.

Agradeço aos profissionais do Arquivo da Marinha e do Arquivo Nacional (unidade Rio de Janeiro) pelo auxílio prestado durante a pesquisa documental.

Agradeço a todos os membros do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense – servidores, docentes e discentes – pelas interações cordiais que tornaram essa jornada leve e agradável.

“Sem dúvida, não é inútil revelar ao doente qual é seu mal e os inconvenientes de sua doença, mas para que ele possa se curar precisa entender qual é sua causa, a fim de mudar seus hábitos. Tais mudanças não ocorrem com belas palavras”.

Émile Durkheim – Lições de Sociologia: física dos costumes e do direito

RESUMO

O presente trabalho traz uma análise da trajetória histórica da institucionalização da assistência social da Marinha do Brasil. A investigação realizada foi direcionada para a compreensão dos elementos cognitivos que configuraram o surgimento e desenvolvimento de um setor de prestação de serviços assistenciais cujo propósito é atender um grupo específico: o pessoal da Marinha. Nessa direção, realizou-se a revisão da literatura produzida no Brasil sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras, a identificação dos atores envolvidos no processo de institucionalização da assistência social da Marinha, bem como das justificativas evocadas pelos atores que conduziram esse processo, a descrição da trajetória da estrutura institucional e organizacional da assistência social da Marinha e a identificação das inflexões ocorridas nessas estruturas ao longo do tempo. O referencial teórico-metodológico que orientou a pesquisa situa-se no campo da abordagem cognitiva de análise das políticas públicas e do método historiográfico. Assim, deu-se destaque a influência exercida pelas ideias, preceitos gerais e representações sociais na conformação da assistência social da Marinha. Concluiu-se que, apesar da trajetória histórica da assistência social da Marinha ser marcada por momentos em que se buscou de fato operar mudanças nas ações propostas e na forma de organização do seu funcionamento, alguns elementos do quadro cognitivo a partir do qual esse campo se desenvolve, mais especificamente aqueles relacionados às justificativas e aos resultados esperados das intervenções implementadas, apresentam uma maior tendência à permanência, ou seja, podem ser observados em diferentes momentos históricos estudados, inclusive no mais recente. Prevalece na assistência social da Marinha a crença de que a intervenção socioeducativa e a garantia de acesso a bens e serviços produzem um estado de tranquilidade psíquica que se reverte em condições ideais ao desempenho das atividades profissionais, mesmo que tal resultado não seja comprovado mediante evidências. Verificou-se ainda o caráter endógeno das intervenções, uma vez que mesmo aquelas ações desenvolvidas pela Associação Abrigo do Marinheiro, constituída como uma pessoa jurídica de natureza civil, também são dirigidas a partir do mesmo lugar que as ações e serviços efetivamente ofertados pela instituição militar. Observou-se a associação daquilo que se realiza nesse campo interventivo com a imagem social da mulher, com o trabalho em caráter de voluntariado e com o imperativo moral do amor ao próximo.

Palavras-chave: Assistência Social, Marinha do Brasil, Serviço Social, Abordagem Cognitiva.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the historical trajectory of the institutionalization of social assistance in the Brazilian Navy. The research conducted was aimed at understanding the cognitive elements that presided over the emergence and evolution of a sector of provision of welfare services whose purpose is to serve a specific group: Navy personnel. In this direction, the literature produced in Brazil on social assistance in the Brazilian Armed Forces was reviewed, the actors involved in the process of institutionalization of social assistance in the Navy were identified, the justifications that guided the process of institutionalization of social assistance in the Navy were identified, the trajectory of the institutional and organizational structure of social assistance in the Navy was described, and the inflections that occurred in the institutional and organizational structure of social assistance in the Navy were identified over time. The set of theoretical and methodological precepts that guided the research are located in the field of the cognitive approach to the analysis of public policies and the historiographical method. Thus, emphasis was placed on the influence exerted by ideas, general precepts and social representations in the formation of the Navy's social assistance, seeking to capture the processes of ruptures and continuities based on traces found in historical documents. It was concluded that, although the historical trajectory of the Navy's social assistance is marked by moments in which there was an attempt to actually make changes to the proposed actions and the way in which its functioning was organized, the cognitive framework from which this field develops shows a greater tendency towards permanence, especially in relation to the justifications and expected results of the implemented interventions. The belief prevails in the Navy's social assistance that socio-educational intervention and the guarantee of access to goods and services produce a state of psychological tranquility that results in ideal conditions for the performance of professional activities, even if such result is not proven by evidence. The endogenous nature of the interventions was verified, since even those actions developed by the Abrigo do Marinheiro Association, constituted as a civil legal entity, are also directed from the same place as the actions and services effectively offered by the military institution. The association of what is done in this intervention field with the social image of women, with volunteer work and with the moral imperative of loving one's neighbor was observed.

Keywords: Social Assistance, Brazilian Navy, Social Service, Cognitive Approach.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de ocorrências na Hemeroteca Digital Brasileira, por termo e período consultado.....	39
Quadro 2 - Síntese dos objetivos e dos resultados previstos	42
Quadro 3 - Trabalhos incluídos na revisão por ano de publicação.....	50
Quadro 4 - Número de trabalhos por tema	57
Quadro 5 - Resumo dos quadros cognitivos das iniciativas analisadas, de acordo com o modelo conceitual apresentado por Jobert e Muller (1987)	118
Quadro 6 - Resumo da lógica de funcionamento da assistência social da Marinha na década de 1980 a partir das dimensões de análise estabelecidas.....	131
Quadro 7 - Resumo do quadro cognitivo da década de 1980, de acordo com o modelo conceitual apresentado por Jobert e Muller (1987).....	132
Quadro 8 - Resumo da lógica de funcionamento da assistência social da Marinha na década de 1990 a partir das dimensões de análise estabelecidas.....	141
Quadro 9 - Resumo do quadro cognitivo da década de 1990, de acordo com o modelo conceitual apresentado por Jobert e Muller (1987).....	142
Quadro 10 - Tipos de OES	148
Quadro 11 - Resumo da lógica de funcionamento da assistência social da Marinha na década de 2020 a partir das dimensões de análise estabelecidas.....	152
Quadro 12 - Resumo do quadro cognitivo da década de 2020, de acordo com o modelo conceitual apresentado por Jobert e Muller (1987)	153
Quadro 13 - Principais características dos quadros cognitivos dos períodos analisados	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos tipos trabalhos por vínculo institucional do autor.....	53
Tabela 2 - Distribuição dos trabalhos por gênero e vínculo institucional do autor	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhos por ano de publicação	53
Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhos por área de formação do autor.....	54
Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhos de pós-graduação por tipo de curso.....	55
Gráfico 4 - Distribuição dos trabalhos de pós-graduação por estabelecimento de ensino	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rede de citações dos trabalhos	71
Figura 2 - Participação de militares da Marinha nas iniciativas analisadas	120

LISTA DE SIGLAS

AMN	–	Abrigo do Marinheiro
AMSA	–	Assistência Médico-Social da Armada
BDTD	–	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CMD	–	Casa Marcílio Dias
CMN	–	Casa do Marinheiro
CAPES	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DASP	–	Departamento Administrativo do Serviço Público
DASA	–	Departamento de Assistência Social da Armada
DASM	–	Diretoria de Assistência Social da Marinha
DGPM	–	Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha
DPA	–	Diretoria de Pessoal da Armada
LBA	–	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	–	Lei Orgânica da Assistência Social
MB	–	Marinha do Brasil
NAS	–	Núcleos de Assistência Social
N-SAIPM	–	Núcleo do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha
OM	–	Organização Militar
OMFSS	–	Organização Militar com Facilidade de Serviço Social
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OES	–	Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha
PB	–	Planos Básicos
PB-November	–	Plano Básico November
PD	–	Plano do Diretor
PNAS	–	Política Nacional de Assistência Social
Rede BIA	–	Rede de Bibliotecas Integradas da Aeronáutica
Rede BIE	–	Rede de Bibliotecas Integradas do Exército
Rede BIM	–	Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha
RDM	–	Regulamento Disciplinar para a Marinha
RI-MB	–	Repositório Institucional da Produção Científica da Marinha do Brasil
SAIPE	–	Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Esquadra
SAIPM	–	Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha
SASA	–	Serviço de Assistência Social da Armada
SAS-H	–	Serviços de Assistência Social Hospitalar

SASM	– Serviço de Assistência Social da Marinha
SiASM	– Sistema de Assistência Social da Marinha
SIAN	– Sistema de Informações do Arquivo Nacional
VCB	– Voluntárias Cisne Branco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	24
2.1 Procedimentos de pesquisa	33
2.1.1 Caminhos da revisão integrativa de literatura	33
2.1.2 À procura de vestígios	35
2.1.3 Análise ao longo do tempo	40
3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA PRODUZIDA NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1966 E 2022.....	47
3.1 Discussão dos resultados	50
3.1.1 Temas centrais dos estudos.....	56
3.1.2 Justificativas dos estudos.....	58
3.1.3 Metodologias adotadas	60
3.1.4 Teorias de base	68
3.1.5 Fontes de pesquisa	70
3.1.6 Concepções de assistência social.....	72
3.1.7 Institucionalização	74
4 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO SETOR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MARINHA DO BRASIL: DO VOLUNTARISMO AO TECNICISMO	85
4.1 Institucionalização da assistência social da Marinha do Brasil.....	88
4.1.1 A assistência social como expressão prática do ideário católico.....	90
4.1.1.1 A Associação Abrigo do Marinheiro: regulação do tempo livre como estratégia interventiva	90
4.1.1.2 Casa Marcílio Dias: limites do voluntariado	96
4.1.2 Modernização da Força Naval: a assistência social como tecnologia em prol do incremento da produtividade	103

4.1.2.1 Casa do Marinheiro: uma nova instituição para objetivos antigos	103
4.1.2.2 Divisão de Conforto e Assistência da Diretoria do Pessoal da Armada: bases para o Programa Social da Marinha	108
5 TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA MARINHA DO BRASIL: TENTATIVAS DE RUPTURAS E CONTINUIDADES	122
5.1 1980: A assistência social como instrumento de trabalho do Serviço Social	124
5.2 1990: A Assistência Integrada como inovação tecnológica	133
5.3 2020: Estrutura atual da assistência social da Marinha	143
6 ASSISTÊNCIA SOCIAL DA MARINHA DO BRASIL	156
6.1 A assistência social das Forças Armadas: elementos faltantes na literatura	157
6.2 A assistência social e o engajamento pessoal: o estudo dos atores	162
6.3 Razões e objetivos para a assistência social da Marinha	166
6.4 Desenho e lógica de funcionamento da assistência social da Marinha ao longo do tempo	171
6.5 Continuidades e rupturas	178
7 CONCLUSÕES	185
REFERÊNCIAS	192
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ANÁLISE PARA SELEÇÃO DE TRABALHOS	204
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ANÁLISE DO TEMA CENTRAL DO ESTUDO	205
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	206
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ANÁLISE DA METODOLOGIA ADOTADA	207
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ANÁLISE DA TEORIA DE BASE	208
APÊNDICE F – ROTEIRO DE ANÁLISE DAS FONTES DE PESQUISA	209
APÊNDICE G – ROTEIRO DE ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	210
APÊNDICE H – ROTEIRO DE ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	211
APÊNDICE I – CUSTÓDIA DAS FONTES HISTÓRICAS	212

1 INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa, analisou-se a trajetória histórica da institucionalização da assistência social da Marinha do Brasil (MB). Inserido na linha de pesquisa “Avaliação de Políticas de Seguridade Social” do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, o estudo explorou a dinâmica de surgimento e a trajetória de um setor de prestação de serviços assistenciais cujo propósito é atender um grupo específico: o pessoal da Marinha¹.

A assistência social enquanto política pública estatal, reconhecida e assegurada na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988a), tem recebido a atenção de diversos pesquisadores². No entanto, esse termo também se refere a um campo de intervenções no qual participam atores não vinculados ao arcabouço estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Dessa forma, para além das ações estatais, coexistem outras práticas destinadas a atender a população em face de determinadas privações³.

Implementadas por entidades de naturezas variadas, tais como instituições religiosas, organizações não governamentais e empresas com fins lucrativos, essas práticas que se desenvolvem fora do bojo normativo da PNAS constituem objetos de estudo interessantes em virtude de seus processos particulares, em razão das características de seus objetivos ou por indicarem possíveis lacunas da ação estatal.

Nessa direção, em que pese tratar-se de um órgão do Estado, considerando que o conjunto de ações assistenciais desenvolvido pela Marinha não possui relação direta com a PNAS, a existência da assistência social da Marinha constitui um fenômeno que suscita uma série de questionamentos, como: “Quais demandas essas ações visam atender?”, “Como essas demandas surgem na Marinha?”, “É possível que essas demandas sejam atendidas por outras ações públicas?”, “Quais as diferenças e similaridades entre a organização dessas ações e a PNAS?”.

Em um primeiro momento, pode-se cogitar que a abordagem desse tipo de indagação só seja possível a partir de um vasto conhecimento sobre os meandros das Forças Armadas

¹ Adotou-se neste estudo o uso do termo pessoal da Marinha para designar todo o grupo de potenciais beneficiários das ações e serviços assistenciais ofertados pela Marinha ou por outras instituições. Esse conjunto de pessoas, em geral, compreende: militares, em serviço ativo e veteranos; servidores civis, em atividade e aposentados; pensionistas; e os respectivos dependentes.

² Para citar alguns: Behring e Boschetti (2006); Mota (2008), Boschetti (2016), Rezende e Cavalcanti (2006), Sposati (2007) e Moraes, Senna e Freitas (2020).

³ Ver, por exemplo, o caso da Assistência Social Espírita analisado por Simões (2015).

brasileiras e, mais especificamente, da Marinha. No entanto, a presente pesquisa foi elaborada de forma a afastar esse e outros possíveis empecilhos para a formulação de problemas de pesquisa que envolvam aspectos vinculados ao meio militar.

Dessa forma, o estudo realizado e o texto produzido a partir dele foram organizados, basicamente, de forma a atender às expectativas e características de dois grupos distintos. O primeiro, constituído por pesquisadores que, embora acostumados aos desafios da pesquisa científica, não dominam, por exemplo, referências a respeito da divisão dos militares em círculos hierárquicos nem sobre as denominações dos respectivos postos e graduações. O segundo, formado por aqueles que, apesar de já familiarizados com as características da profissão militar e seus usos e costumes, seja por estarem inseridos profissionalmente nesse meio ou em virtude de leituras anteriores, não possuem experiência no processo de produção do conhecimento científico e, de modo geral, não vislumbram as potencialidades de um trabalho doutoral para além de aplicações instrumentais na resolução de problemas pontuais e específicos.

Resumidamente, ao primeiro grupo basta ter em mente três aspectos. O primeiro diz respeito ao fato de que as Forças Armadas brasileiras – Marinha, Exército e Aeronáutica – são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, destinadas à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, tal como descrito no artigo 142 da Constituição Federal. O segundo refere-se à distinção entre os membros das Forças Armadas e outros servidores públicos, tendo os militares um regime constitucional próprio que, por exemplo, proíbe a sindicalização e a greve e veda, ao menos enquanto em serviço ativo, a filiação a partidos políticos, conforme disposições acrescidas à Constituição Federal por força da Emenda Constitucional nº 18, de 5 de fevereiro de 1998. O terceiro remete à determinadas características da profissão militar que, eventualmente, podem estar associadas a dificuldades em lançar mão de estratégias comuns de superação das contingências sociais, como a sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia, a dedicação exclusiva, a disponibilidade permanente, a restrição de direitos trabalhistas e a mobilidade geográfica.

Para atender o segundo grupo de possíveis leitores, buscou-se ativamente não só a clareza conceitual por meio da delimitação das ideias que se desejava evocar a partir do uso de uma determinada palavra ou expressão⁴ e a apresentação do detalhamento do percurso

⁴ Para uma reflexão mais demorada sobre o que pode ser considerado um conceito, ver Barros (2016).

metodológico mas, sobretudo, a explicitação de que o conhecimento científico é sempre provisório e que o aprofundamento do que se sabe sobre um fenômeno social exige questionar saberes estabelecidos. Dessa forma, a análise crítica dos estudos elaborados sobre o tema de interesse no âmbito de um estudo de maior fôlego como uma tese de doutorado não apenas é pertinente, mas constitui-se em um requisito fundamental para o enfraquecimento de visões dogmáticas. Deve-se, portanto, não confundir o embate de ideias com críticas às pessoas que produziram os trabalhos que são analisados. Tendo essas considerações efetivamente em mente, o texto que se oferece neste trabalho foi elaborado para ser compreensível também à leitura por parte daqueles que não se dedicam à atividade acadêmica.

A despeito de outros possíveis caminhos, o fio condutor desta pesquisa foi o enfrentamento de uma questão em particular: “Como se dá a institucionalização da assistência social da Marinha?”. Ou seja, como se dá o processo de criação na Marinha de um setor de prestação de serviços assistenciais e como esse setor se desenvolveu ao longo do tempo.

Posto dessa forma, o problema central da investigação realizada evidencia que a perspectiva de análise escolhida foi direcionada para a compreensão dos elementos que presidiram o investimento inicial da Marinha no campo da assistência social e influenciaram o comportamento temporal desse fenômeno.

Assim, a presente pesquisa constituiu um esforço original não só por se ocupar de um tema que carece do brilho próprio às luzes do conhecimento científico, tendo em vista que o estudo da assistência social em instituições militares é ainda incipiente no Brasil, mas sobretudo por adotar uma perspectiva analítica longitudinal sobre o problema.

Trata-se, além disso, de um estudo cuja importância reside na sua capacidade de permitir um melhor entendimento a respeito das bases cognitivas do processo de emergência de um tipo específico de intervenção social, bem como uma visão historicamente posicionada da fase atual desse setor a partir da identificação de rupturas e continuidades que compõem a sua trajetória.

No que se refere a sua relevância, o estudo aporta contribuições significativas ao campo da assistência social das Forças Armadas brasileiras, uma vez que as pesquisas que se ocupam dos processos históricos de surgimento e trajetória das ações assistenciais nas instituições militares são, como será demonstrado, efetivamente escassas. Já em relação ao campo da análise de políticas públicas, as contribuições do estudo se apresentam, em especial, de duas formas. A primeira, por meio da formulação e do detalhamento de um percurso metodológico que articula diferentes abordagens, métodos e técnicas de pesquisa. A segunda, por meio da elaboração de

um problema de pesquisa que pode fomentar estudos comparativos entre os meios civil e militar em relação ao desenho institucional de políticas públicas com finalidades similares.

Ressalta-se também que o interesse nesta pesquisa decorreu de motivações pessoais. Como assistente social da Marinha desde 2009, o pesquisador atuou no planejamento e execução de ações assistenciais junto a militares designados para missões de paz promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em cumprimento de medidas privativas de liberdade e em operação regular na Região Amazônica.

Tendo exercido, no período de fevereiro de 2020 a maio de 2021, a função de Encarregado da Divisão de Assessoria Técnica da Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), na qual era responsável, dentre outras atribuições, por estudar e propor alterações para o aperfeiçoamento das normas internas que regulam a assistência social da Marinha. Para o autor desta tese, o presente estudo significou a possibilidade de ampliar o conhecimento sobre sua área de atuação profissional.

Em virtude dessa inserção do autor da tese no campo da assistência social da Marinha, o estudo iniciou-se pautado pelo conhecimento prévio de uma parte da literatura sobre o tema e, conseqüentemente, pelas considerações presentes nessa produção a respeito dos eventos relacionados de alguma forma com o objeto de pesquisa. Nesse sentido, a questão central, os objetivos e os demais elementos estruturais da investigação foram construídos a partir de um processo que também produziu algumas respostas preliminares.

Essas conclusões formuladas antecipadamente – ou hipóteses – remetem, portanto, ao que se sabia sobre o assunto antes de realizada a investigação. No caso específico que é abordado neste estudo, tratava-se, resumidamente, de ter como certa a existência de ações assistenciais de caráter voluntário voltadas aos militares em momento anterior à inclusão da assistência social no rol das atribuições da Marinha; de conhecer o destaque dado às décadas de 1980 e 1990 como dois grandes marcos de alterações no arcabouço normativo da assistência social da Marinha; e de admitir o Serviço Social como a principal referência de organização dos serviços ofertados ao público beneficiário, ao menos a partir do final dos anos 1980.

No entanto, buscou-se não desenvolver uma pesquisa cujo propósito fosse validar ideias familiares ou com maior potencial de serem aceitas como verdades. O esforço empreendido foi justamente no sentido oposto, ou seja, questionar o conhecido e duvidar com rigor das afirmações difundidas sobre o fenômeno, principalmente daquelas que se apresentavam como certezas incontestas.

A partir dessa postura de desconfiança intencional, foi estabelecida como objetivo geral

do estudo a tarefa de analisar a trajetória histórica da institucionalização da assistência social da Marinha. Para dar conta de tal propósito, foram formulados 5 (cinco) objetivos específicos norteados pelas seguintes questões: “como o processo de institucionalização da assistência social nas Forças Armadas tem sido abordado em estudos nacionais?”; “quais atores estavam diretamente envolvidos no processo de institucionalização da assistência social da Marinha?”; “quais argumentos balizaram o processo de institucionalização da assistência social da Marinha?”; “como se dá a trajetória da estrutura institucional e organizacional da assistência social da Marinha?”; e “quais as principais transformações ocorridas na estrutura institucional e organizacional da assistência social da Marinha ao longo do tempo?”.

Assim, os objetivos secundários estabelecidos como etapas para o atingimento do objetivo mais amplo da tese foram:

- a) Revisar a literatura produzida no Brasil sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras;
- b) Identificar os atores envolvidos no processo de institucionalização da assistência social da Marinha;
- c) Identificar as justificativas que balizaram o processo de institucionalização da assistência social da Marinha;
- d) Descrever a trajetória da estrutura institucional e organizacional da assistência social da Marinha; e
- e) Identificar inflexões na estrutura institucional e organizacional da assistência social da Marinha ao longo do tempo.

No que se refere à identificação dos momentos em que cada uma dessas questões norteadoras é enfrentada no trabalho, a apresentação da estrutura da tese revela-se um procedimento fundamental. Nesse sentido, além deste capítulo introdutório e das conclusões, a pesquisa comporta outros 5 (cinco) capítulos.

O segundo capítulo traz os princípios teórico-metodológicos que dirigiram o processo de pesquisa e a descrição detalhada dos procedimentos realizados para a coleta, seleção e análise dos dados.

As formas de aproximação ao objeto de estudo constituem um todo integrado. No entanto, considerando a particularidade de cada etapa da investigação, os percursos metodológicos estão organizados de modo a permitir a identificação dos objetivos específicos aos quais se vinculam.

A análise apresentada no terceiro capítulo problematizou como a institucionalização da

assistência social das Forças Armadas brasileiras tem sido abordada em estudos nacionais.

Além de permitir a identificação daquilo que já se conhece sobre o tema e das lacunas que necessitam ser preenchidas, os dados coletados nessa etapa do trabalho forneceram as primeiras indicações a respeito do que deveria ser buscado para o enfrentamento adequado das questões levantadas.

Nesse sentido, a revisão da literatura produzida no Brasil sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras constitui de fato a fase inicial da investigação sobre o objeto de pesquisa e, por esta razão, integra a tese em seu inteiro teor.

No quarto capítulo analisou-se a institucionalização da assistência social da Marinha a partir do método historiográfico, tendo como referencial teórico de base a abordagem cognitiva de análise de políticas públicas. Assim, com base em vestígios históricos coletados sistematicamente, buscou-se identificar os atores envolvidos nesse processo, bem como os argumentos evocados para justificar a inclusão da assistência social na agenda institucional da Marinha.

O ponto de partida dessa etapa da pesquisa foi o conjunto de iniciativas apontadas na revisão de literatura como as primeiras intervenções na área de assistência social destinadas aos militares da Marinha. No entanto, a busca documental foi sendo constantemente expandida a partir dos elementos identificados no processo de análise do material.

As bases documentais consultadas foram o acervo de documentos administrativos custodiado pelo Arquivo da Marinha, os periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional e o Fundo “Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) - BR RJANRIO 2C” custodiado pela sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

A hipótese de trabalho que conduziu a análise desenvolvida nesse capítulo propunha que o quadro cognitivo compartilhado pelos atores com capacidade de influenciar a política interna da Marinha sofre uma significativa mudança, qual seja: que a assistência social deixa de ser entendida como um dever moral que impele os indivíduos a agirem em prol dos pobres e passa a ser concebida como uma tecnologia social que pode contribuir para a manutenção da capacidade laborativa dos militares. Assim, as intervenções não poderiam mais estar suscetíveis a interrupções ou fracassos em virtude da falta de recursos, bem como deveriam estar adequadas aos preceitos de racionalidade administrativa em vigor na Marinha.

O quinto capítulo foi dedicado ao estudo do desenvolvimento da assistência social da Marinha ao longo do tempo. Assim, buscou-se estabelecer comparações entre os diferentes

momentos da assistência social da Marinha indicados na literatura e identificar rupturas e continuidades.

Inicialmente, foram analisados os documentos normativos citados nos trabalhos selecionados na revisão de literatura. Em um segundo momento, foram pesquisados os documentos administrativos sobre o tema custodiados pelo Arquivo da Marinha e aqueles disponíveis na DASM.

A análise do material foi orientada pelas seguintes categorias: arcabouço normativo, estrutura administrativa, categorias profissionais envolvidas, concepção de assistência social, ações propostas, justificativas para as ações propostas, público atendido, critérios de elegibilidade e financiamento.

A hipótese levantada nessa parte do estudo foi no sentido de que, apesar das alterações observadas na institucionalidade da assistência social da Marinha ao longo do tempo, o desenho atual desse setor expressa a permanência de elementos que remontam o período de sua formulação inicial, tais como: uma concepção abrangente do que se entende por assistência social e a crença de que a implementação de ações nesse campo aumenta o engajamento dos militares no exercício de suas funções, beneficiando a instituição como um todo em virtude do incremento da produtividade.

Por fim, no sexto capítulo, é apresentada de maneira integrada uma discussão dos aspectos de maior relevância a respeito da trajetória histórica da assistência social da Marinha, retomando as questões norteadoras do estudo e indicando como os resultados obtidos em cada etapa da pesquisa contribuíram para a construção de uma perspectiva de explicação desse fenômeno não explorada satisfatoriamente na literatura existente sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O conjunto de preceitos teóricos que orientou a investigação situa-se no campo da abordagem cognitiva de análise das políticas públicas. Mais especificamente, o estudo se desenvolveu tendo como fundamento o modelo conceitual apresentado por Jobert e Muller (1987).

Para os referidos autores, a visão de mundo que organiza a forma como os atores percebem os problemas, formulam soluções e definem modos de agir constitui a principal referência da ação pública. Nesse sentido, a partir da noção de referencial, Jobert e Muller (1987) defendem que uma política pública é elaborada tendo como base um conjunto de prescrições que permitem compreender e agir sobre uma realidade específica.

Nessa trilha analítica, de acordo com Surel (1998), a perspectiva de pesquisa da abordagem cognitiva de análise das políticas públicas coloca em destaque a influência exercida pelas ideias, preceitos gerais e representações sociais sobre a ação pública. Sendo assim, o ponto em comum entre os trabalhos que adotam essa grade analítica é a relevância atribuída ao que o autor chama de matrizes cognitivas e normativas.

Entendidas como sistemas coerentes de elementos que estabelecem visões de mundo, Surel (1998) argumenta que essas matrizes constituem ferramentas conceituais importantes para a análise das políticas públicas, tendo em vista que se referem a conjuntos de normas sociais globais e de valores “que definem as relações e as identidades dos atores, em particular por meio de padrões de pensamento que visam delimitar, hierarquizar e legitimar as diferenças sociais, fixando as prioridades de ação em uma determinada comunidade” (SUREL, 1998, p. 165, tradução nossa).

Segundo Muller (2018), enquanto uma teoria da ação pública, a abordagem cognitiva de análise das políticas públicas propõe a combinação de uma aproximação pelas estruturas sociais, que se exprimem nas instituições e nos quadros estabilizados de interpretação do mundo, e uma aproximação pelos atores, ou seja, pelos agentes individuais e coletivos identificáveis em determinado campo.

Assim, para o autor, essa corrente de estudo caracteriza-se pela articulação de pressupostos teóricos que indicam que os atores não são passivos, mas definem estratégias, realizam escolhas e mobilizam recursos variados; e um certo determinismo, que enquadra a atuação desses atores no contexto de estruturas de ordem global sobre as quais possuem apenas possibilidades limitadas de agir.

De acordo com Gardon, Gautier e Le Naour (2020), um dos postulados da abordagem cognitiva de análise das políticas públicas é que as mudanças observadas na ação pública, bem como nas relações entre os atores públicos e privados, estão intimamente relacionadas a transformações ocorridas nos elementos cognitivos e normativos que alimentam os mecanismos coletivos de (re)conhecimento e indicam os princípios de ação.

Nessa direção, os discursos dos atores recebem especial atenção nos trabalhos filiados a essa vertente teórica, uma vez que são considerados portadores de significados que permitem identificar as representações compartilhadas pelos diferentes grupos e os conhecimentos que dão corpo às políticas públicas.

Segundo Jobert e Muller (1987), como “representação que se faz de determinado setor, bem como do seu lugar e do seu papel na sociedade” (JOBERT e MULLER, 1987, p. 63, tradução nossa), o referencial de uma política pública pode ser formalmente dividido em três elementos: referencial global, referencial setorial e a integração entre o global e o setorial.

O referencial global diz respeito ao conjunto de valores fundamentais em torno do qual são ordenadas e hierarquizadas as diferentes representações setoriais. Trata-se, como diz Muller (2018), da imagem que uma sociedade constrói sobre sua relação com o mundo e de sua capacidade de autorregulação por meio da ação pública.

No entanto, considerando que as próprias crenças sociais encarnadas pelos diferentes atores engendram conflitos, o referencial global não pode ser pensado como uma visão perfeitamente coerente e racional do mundo. Segundo Jobert e Muller (1987),

“a característica fundamental do referencial global é ser contraditório, porque a reprodução social é ela mesma um fenômeno contraditório. O referencial [global] nunca é um consenso universal, mas ele balisa o campo dentro do qual se organizam os conflitos e os antagonismos sociais” (JOBERT e MULLER, 1987, p. 65, tradução nossa).

O referencial setorial, por sua vez, corresponde à representação que estabelece as fronteiras do setor. Nesse sentido, considerando que coexistem diversas concepções sobre a natureza e a extensão dos limites setoriais, Jobert e Muller (1987) apontam que esse elemento deve ser apreendido como uma construção social tensionada constantemente pela correlação de forças entre os grupos em disputa.

Segundo Muller (2018), em cada setor, uma das visões concorrentes se impõe como dominante, frequentemente em virtude de sua maior aproximação com as normas privilegiadas no referencial global. No entanto, a organização dessa liderança não se dá como produto direto

de relações de dominação excludentes, mas por meio de uma série de mediações que favorecem a aceitação da capacidade de um grupo de melhor representar o setor.

O terceiro e último componente se refere ao que Jobert e Muller (1987) designam como relação global-setorial. Descrita como um processo de ajuste entre as representações globais e setoriais, essa etapa decisiva da construção de uma política pública evidencia a necessidade de serem identificados os atores capazes de operar tal articulação.

Para os autores, são esses agentes mediadores os verdadeiros responsáveis pela construção do referencial da política pública, tendo em vista que desempenham uma dupla função:

“decodificar a RGS [relação global-setorial], ou seja, torná-la inteligível aos atores em presença, por meio da elaboração de uma filosofia da ação; e recodificar essa RGS em termos susceptíveis de atuação sobre a realidade, ou seja, em normas e critérios de intervenção política” (JOBERT e MULLER, 1987, p. 71, tradução nossa).

Nesse sentido, Muller (2018) aponta que a estrutura de sentido articulada pelos mediadores comporta quatro níveis de percepção do mundo que devem ser distinguidas. O primeiro refere-se aos valores, que congregam as representações mais fundamentais sobre o que é bom ou mal, desejável ou não, definindo o quadro global da ação pública. O segundo se refere às normas, que estabelecem as diferenças entre a realidade percebida e a realidade almejada, bem como princípios de ação. O terceiro diz respeito aos algoritmos, que são as relações causais que exprimem uma teoria da ação. O quarto se remete às imagens, que são recursos cognitivos cujos sentidos são identificados imediatamente, constituindo vetores implícitos dos valores, das normas e dos algoritmos.

A partir dessa apresentação sobre a filiação teórica do estudo, considerando a forte vinculação existente entre o termo política pública e a ideia de ação estatal voltada para a regulação das relações entre governantes e governados, que se manifesta inclusive na designação feita por Muller (2018) do campo de investigação social da análise de políticas públicas como ciência do Estado em ação, é preciso esclarecer que a pesquisa se apropriou de uma concepção de política pública não centrada exclusivamente na ação das autoridades públicas no tratamento dos problemas públicos.

Neste ponto, vale mencionar que, em certa medida, a própria definição do campo das políticas sociais também reforça esse tipo de vinculação. Segundo Teixeira (1985), por exemplo, as políticas sociais

“tratariam dos planos, programas e medidas necessários ao reconhecimento, implementação, exercício e gozo dos direitos sociais reconhecidos em uma dada

sociedade como incluídos na condição de cidadania, gerando uma pauta de direitos e deveres entre aqueles aos quais se atribui a condição de cidadãos e seu Estado.” (TEIXEIRA, 1985, p. 400).

Contudo, tendo como referências as contribuições de Lascoumes e Le Galès (2012, p. 21), que definem ação pública como “um espaço sociopolítico construído tanto por técnicas e instrumentos quanto por finalidades, conteúdos e projetos de ator”, e de Thoenig (1997, p. 28, tradução nossa), para quem essa noção se refere a “maneira como uma sociedade constrói e qualifica problemas coletivos e elabora respostas, conteúdos e processos para abordá-los”, admite-se que o termo política pública abrange também outras ações igualmente públicas originárias, por exemplo, de instituições privadas, não se restringindo a designar apenas as políticas propriamente estatais e os programas de ação dos governos (FLEXOR e LEITE, 2007).

Dessa forma, tendo em vista a ausência de relação direta com outras ações governamentais existentes nesse campo, em especial com a PNAS, o estudo aborda a institucionalização da assistência social da Marinha como um processo de elaboração de uma nova ação pública destinada a fazer frente a situações consideradas potencialmente deletérias às condições de vida dos seus quadros funcionais, bem como de suas respectivas famílias.

Em consonância com os princípios do método historiográfico apresentados adiante, essa conformação da assistência social como um setor de prestação de serviços assistenciais na Marinha, com objetivos, recursos e normas operacionais bem definidas, foi apreendida na pesquisa como o estado resultante de mudanças no quadro de ideias e representações sociais dominantes que dava sentido às escolhas e aos modos de agir dos atores concernidos.

Nesse sentido, tratando-se de um contexto institucional específico e de um conjunto de ações voltadas para um público restrito, a análise se deu com foco nas justificativas construídas para fundamentar as ações assistenciais desenvolvidas, uma vez que expressam a capacidade dos atores em interpretar, articular e converter representações de diferentes níveis em termos de uma teoria da ação.

Por fim, cabe ressaltar que o estudo não negligencia o fato de que aos termos assistência social e institucionalização podem ser atribuídos diferentes significados e que, por isso, também é necessário apresentar as conceituações adotadas na pesquisa.

No que se refere ao termo assistência social, não é possível contornar o que está expresso na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (BRASIL, 1993).

A referida lei traz em seu artigo 1º a definição de que a assistência social constitui um direito de cidadania e um dever do Estado. A assistência social é apresentada como Política de

Seguridade Social de caráter não contributivo destinada a prover mínimos sociais e garantir o atendimento às necessidades básicas dos cidadãos. Ainda conforme seu artigo 1º, a LOAS coloca que a realização da assistência social se dá por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

Em seu artigo 2º, a LOAS estabelece três objetivos para a assistência social. O primeiro é a proteção social, que inclui ações voltadas para a garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos. São tratadas em especial questões relacionadas à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, ao amparo às crianças e aos adolescentes, à promoção da integração ao mercado de trabalho, à habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e à promoção de sua integração à vida comunitária e à garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

O segundo objetivo dá conta da vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos. Por fim, o terceiro objetivo da assistência social na perspectiva da LOAS é a defesa de direito, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Nota-se, portanto, que a concepção de assistência social presente na LOAS aproxima esse termo às ações voltadas para grupos de indivíduos considerados hipossuficientes e/ou que experimentam algum tipo de fragilidade em sua autonomia, tendo como propósito conceder acesso aos meios necessários para o enfrentamento de contingências sociais, mormente aos recursos mínimos capazes de suprir as necessidades básicas dos indivíduos demandantes.

Adotou-se, contudo, uma definição baseada em três aspectos que frequentemente são associados ao termo assistência social na literatura especializada. O primeiro diz respeito a sua existência enquanto prática social, que se distingue da sua expressão como realidade jurídica ao ser elaborada como política social. De acordo com Souza (2013a),

“A assistência, entendida como prática exercida em prol dos mais desfavorecidos, seja em nome da caridade e da fé cristãs, seja com a mediação do Estado para amenizar o conflito social, não é nova. Enquanto tal, traz implícita a noção de favor que coloca o receptor da ação em uma relação de gratidão pelo benefício concedido, retirando-lhe a possibilidade de qualquer reclamação, visto que diante de um ato de ajuda só lhe resta a gratidão. O assistencialismo consiste, justamente, em potencializar este sentimento a ponto de comprometer o receptor da ação em uma relação de troca em que, por exemplo, a gratidão é substituída pelo voto ou por apoio político” (SOUZA, 2013a, p. 83).

Assim, segundo essa autora, a assistência social como prática social é destinada aos mais pobres, sem o estabelecimento prévio de critérios de elegibilidade, estando os objetivos e a lógica de funcionamento das ações inteiramente vinculadas à vontade de quem as realiza. Nessa direção, o assistencialismo seria uma forma específica de prestação da assistência social caracterizada pela busca da exacerbação do sentimento de dívida por parte de quem recebe o favor. Por sua vez, a assistência social, formulada como política pública, corresponde a um direito de cidadania e, dessa forma, a um dever do Estado.

Na mesma trilha, encontra-se em Mestriner (2001) o seguinte entendimento:

“A assistência tem sido entendida há cem anos como forma de ajuda àqueles sem condições de autoprovimento de suas vidas. Assim, desde as legislações imperiais foi concebida como amparo social e operada, via de regra, sob a forma de auxílios e subvenções às organizações que patrocinavam tais ações de ajuda. Esta é a dimensão da prática assistencial – ou da assistência como prática – constituída ao longo do tempo pelos mecanismos de benemerência, filantropia e caridade” (MESTRINER, 2001, p. 286).

Ou seja, o uso do termo assistência social remete a uma determinada forma de atuação sobre questões da vida em sociedade que não se restringe aos atos do Estado e nem dependem necessariamente do reconhecimento de autoridades por ele instituídas. Trata-se, como visto, de uma prática social observada em diferentes épocas, realizada por diferentes atores e motivada por diferentes conjuntos de razões.

O segundo aspecto que deve ser mencionado é a aproximação do sentido atribuído à assistência social ao ato de socorrer os pobres. Segundo Sposati (2007), as atividades de assistência social são identificadas como de “ajuda material ou financeira destinadas às populações com problemas agudos de subsistência” (SPOSATI, 2007, p. 46-47). Para Yazbek (2009), ao abordar o que chama de forma aparente da assistência social, o termo remete a um tipo de “ajuda pontual e personalizada a grupos de maior vulnerabilidade social” (YAZBEK, 2009, p. 63). Diz ainda Oliveira (1996), “de uma maneira geral, portanto, a assistência social procura atender aqueles grupos mais vulneráveis que não têm acesso aos serviços sociais básicos de saúde, educação, segurança, habitação, trabalho e geração de renda” (OLIVEIRA, 1996, p. 124).

As citações retiradas de Sposati (2007), Yazbek (2009) e Oliveira (1996) são suficientes para argumentar que a assistência social tem como público a parcela da população considerada incapaz de suprir as próprias necessidades ou de enfrentar sem auxílio de terceiros certas contingências sociais. Nesse sentido, é a percepção da fragilidade, da insuficiência, da vulnerabilidade, da desproteção que suscita a prática da assistência social em favor de alguém.

Dessa forma, essa prática social aparece não apenas em termos de provisão de meios de subsistência, mas também no sentido de prestação de informações necessárias para, por exemplo, acessar outros serviços que possam melhorar as condições de vida dos indivíduos ou prevenir que situações adversas as deteriore.

Nessa direção, compreende-se que as atividades de assistência social se caracterizam por terem como objetivo “ajudar alguém a tirar o máximo proveito da vida, tendo em vista incapacidades de que é portador ou as dificuldades com que se defronta e que já o deixaram combalido ou ameaçam fazê-lo” (MARSHALL, 1967, p. 148).

O terceiro aspecto referente ao termo assistência social salienta a ausência da obrigação dos indivíduos atendidos contribuírem para a manutenção dos serviços prestados (PURIÉRE, 2009). Diferentemente da lógica do seguro social, expressa na necessidade de serem feitas contribuições prévias por parte dos atendidos, os recursos mobilizados pela assistência social são destinados a fundo perdido.

Assim, frequentemente, a assistência social aparece como último recurso de amparo aos indivíduos que não tem acesso aos serviços prestados no âmbito da previdência social (ANDER-EGG, 1974), sendo os bens e serviços ofertados por meio desta prática social interpretados como doações (SPOSATI, 2007). Dessa forma, o caráter não contributivo da assistência social reforçaria a ideia de favor, estando os indivíduos atendidos inseridos em uma relação de troca cuja retribuição socialmente esperada é a gratidão.

A partir dos três aspectos da assistência social que foram destacados, a saber: sua existência como prática social não limitada à forma que assume no ordenamento jurídico; sua destinação aos considerados vulneráveis; e seu caráter não contributivo, compreende-se que esse termo pode ser utilizado tanto para designar um serviço ou conjunto de serviços – identificados como de assistência social propriamente dita –, mas também um elemento que pode ser observado em outros serviços – não caracterizados em primeira instância como de assistência social –, como, por exemplo, um recorte em uma atividade de assistência em saúde, em um programa de assistência habitacional ou em um serviço de assistência educacional (MARSHALL, 1967).

No entanto, cabe ressaltar que, tratando-se de uma pesquisa que aborda eventos do passado, a questão da variação vocabular torna essa tarefa especialmente difícil.

Como diz Barros (2019),

“as palavras – componentes elementares da língua viva e dos sistemas verbais de comunicação – possuem uma história, variam no decurso do tempo naquilo que se

refere aos sentidos por elas abarcados, ressignificam-se, são reapropriadas pelos sucessivos contextos e adaptam-se a novos usos” (BARROS, 2019, p. 90).

Nesse sentido, segundo o autor, boa parte das pesquisas historiográficas sofrem de problemas de anacronismos que se originam no contraste entre o universo linguístico do pesquisador e o universo linguístico das fontes analisadas. Assim, a escolha e uso de termos do presente para designar processos históricos e a apropriação de termos do passado para compor o discurso historiográfico são momentos plenos de complexidades.

Por essa razão, optou-se por acolher uma definição elástica do termo assistência social que abarca as ações cujo propósito seja intervir no sentido de preservar e/ou produzir melhorias nas condições de vida do público destinatário.

O termo institucionalização é empregado no sentido de processo que produz instituições sociais que, por sua vez, podem ser definidas como padrões compartilhados de pensar e agir que constroem as condutas dos indivíduos na direção de determinadas expectativas socialmente estabelecidas (BERGER e BERGER, 1977). Nessa direção, de acordo como Berger e Berger (1977) uma instituição social possui as seguintes características: exterioridade, anterioridade, coercitividade, historicidade e legitimidade.

Tratando sumariamente dessas características, por exterioridade entende-se que a instituição social independe das vontades individuais. A anterioridade diz respeito ao fato de tratar-se de algo que antecede ao indivíduo dado. A coercitividade não se refere necessariamente a algum tipo de punição objetiva, mas abrange a percepção de que a não aceitação ou o descumprimento da regra social gera constrangimentos que evidenciam a existência da própria regra. A historicidade remete a mutabilidade da instituição social ao longo do tempo. Ou seja, embora repressivas e padronizadoras, as instituições sociais são passíveis de serem desconstruídas ou destruídas por processos sociais. Por fim, a legitimidade se refere a questão de que uma instituição social não se impõe exclusivamente por meio da coerção. A permanência de um determinado padrão social depende também de sua ascendência moral sobre o grupo, ou seja, da aceitação e identificação que o grupo estabelece com ela (BERGER e BERGER, 1977).

Segundo Berger e Luckmann (2004), o processo de institucionalização pode ser entendido como o resultado de um ciclo de interações sociais. Inicialmente, tem-se que determinada forma de interpretação da realidade conduz a uma resposta inovadora para um problema percebido em um dado contexto. Passando essa resposta a ser adotada de maneira recorrente por parte dos membros do grupo ao ponto de ser assumida como a principal estratégia

de solução do problema, tem-se a construção de um hábito. Sendo essa forma específica de enfrentar a contingência posta pela realidade passada adiante, ou seja, para indivíduos que não compartilharam do contexto no qual o problema foi originariamente percebido nem do processo que conduziu à formulação da resposta em questão, tem-se a sedimentação dessa prática social. É nesse ponto que se pode falar na conformação de uma prática social institucionalizada.

Abordando a questão de saber como se originam as instituições sociais, Berger e Luckmann (2004) defendem que

“A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição. O que deve ser acentuado é a reciprocidade das tipificações institucionais e o caráter típico não somente das ações, mas também dos atores nas instituições. As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social particular em questão, e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais. A instituição pressupõe que ações do tipo X serão executadas por atores do tipo X. Por exemplo, a instituição da lei postula que as cabeças serão decepadas de maneiras específicas em circunstâncias específicas, e que tipos determinados de indivíduos terão de fazer a decapitação (carrascos, ou membros de uma casta impura, ou virgens de menos de certa idade ou aqueles que foram designados por um oráculo)” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 79).

No campo dos estudos organizacionais, a partir de uma perspectiva similar, Tolbert e Zucker (1998) propõem um modelo no qual os processos de institucionalização podem ser divididos em três fases, a saber: habitualização, objetificação e sedimentação.

A habitualização diz respeito ao processo no qual são criados novos arranjos estruturais em resposta a problemas organizacionais específicos, bem como são criados procedimentos visando a normalização desses arranjos. No entanto, trata-se ainda de estruturas que correspondem a um estágio de pré-institucionalização sendo, muitas vezes, temporárias. A objetificação, por sua vez, se refere ao processo de difusão dos arranjos criados, envolvendo um certo grau de consenso entre os decisores da organização a respeito do valor dessas estruturas e de sua adoção recorrente nas organizações, sobretudo quando há a percepção de que se trata de testes bem-sucedidos. Nesse estágio, diz-se que as estruturas estão semi-institucionalizadas. Por fim, a sedimentação corresponde ao estágio em que se observa que os arranjos criados se perpetuam. Nesse sentido, considera-se que uma estrutura está totalmente institucionalizada quando pode ser verificado que a sua disseminação no grupo de atores que potencialmente a adotariam e a sua resistência aos entraves provocados pelos seus críticos foram capazes de garantir a sua continuidade no tempo (TOLBERT e ZUCKER, 1998).

Nessa trilha, a expressão institucionalização da assistência social da Marinha é utilizada neste trabalho com o sentido de criação de uma nova estrutura na Marinha destinada a resolver

um problema organizacional específico – a necessidade de prestar serviços assistenciais com o intuito de preservar e/ou produzir melhorias nas condições de vida do pessoal da Marinha – que se estabelece como a principal via para tal propósito, sendo aceita e valorizada pelos atores decisores não só no contexto de sua aplicação inicial, mas em diferentes momentos históricos.

2.1 Procedimentos de pesquisa

2.1.1 Caminhos da revisão integrativa de literatura

A elaboração do Capítulo 3 baseou-se em método de revisão integrativa da literatura que, segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), é um tipo de revisão bibliográfica sistemática que se diferencia da chamada revisão bibliográfica tradicional – revisão narrativa – por sua estruturação em etapas pré-definidas. Esse método possibilita que os procedimentos para a busca, seleção e análise da produção científica existente sobre o tema de interesse sejam organizados e explicitados, tornando o processo de investigação passível de reprodução e avaliação por outros pesquisadores.

Considerando que a assistência social das Forças Armadas ainda é uma área de pesquisa pouco explorada, para ampliar as possibilidades de encontrar os estudos produzidos sobre essa temática, não foram estabelecidos limites em termos de espaço temporal das publicações, nem restrições em relação à área de conhecimento. Além disso, a pesquisa se estendeu aos trabalhos elaborados tanto no âmbito de estabelecimentos de ensino civis quanto das instituições militares.

A busca bibliográfica foi realizada no período de novembro a dezembro de 2022, em dois grupos de bases de dados. O primeiro grupo foi composto por plataformas digitais que reúnem dissertações e teses produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação nacionais e artigos publicados em periódicos científicos, a saber: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), bases de dados e vários sistemas de indexadores disponibilizados pelo Portal de Periódicos da CAPES e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO Brasil). A escolha dessas quatro bases de dados se justifica por serem plataformas que reúnem dissertações e teses produzidas no Brasil a partir de informações fornecidas pelos programas de pós-graduação e, no caso do Portal de Periódicos da CAPES e da SciELO Brasil, por estarem entre os maiores acervos científicos virtuais de acesso livre disponíveis no País.

O segundo grupo de bases de dados foi constituído pelas seguintes plataformas digitais que permitem acesso ao acervo bibliográfico de bibliotecas e organizações militares das Forças Armadas brasileiras: Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (Rede BIE), Biblioteca Digital do Exército, Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (Rede BIM), Repositório Institucional da Produção Científica da Marinha do Brasil (RI-MB), Rede de Bibliotecas Integradas da Aeronáutica (Rede BIA). Essa escolha se dá em virtude de serem plataformas que oferecem acesso, de forma integrada, à produção científica oriunda dos estabelecimentos de ensino e centros de pesquisa das instituições militares, incluindo trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação lato sensu, dissertações, teses e artigos científicos.

Para realização da pesquisa bibliográfica, foram utilizados termos compostos resultantes da agregação dos elementos pertencentes a dois conjuntos de descritores/palavras-chave. O primeiro conjunto, associado às ações de assistência social, foi formado pelos seguintes descritores/palavras-chave: Assistência Social, Assistência material, Assistência financeira, Assistência moral, Bem-estar, Ação social, Benefícios sociais, Benefícios organizacionais, Responsabilidade social, Filantropia, Primeiro-damismo, Serviço Social e Proteção Social. O segundo conjunto, por sua vez, foi constituído de descritores/palavras-chave associados às Forças Armadas brasileiras, a saber: Marinha do Brasil, Armada Nacional, Ministério da Marinha, Exército Brasileiro, Ministério do Exército, Força Aérea Brasileira, Aeronáutica, Ministério da Aeronáutica, Militares, Pessoal militar e Forças Armadas.

Vale mencionar que foram considerados apenas trabalhos produzidos sobre as Forças Armadas – Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira –, não sendo levada em conta a produção acerca da realidade das chamadas Forças Auxiliares, como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

Com o intuito de padronizar a busca bibliográfica nas diferentes bases de dados, os descritores/palavras-chave foram escritos com letras maiúsculas (caixa alta), sem acentos, os termos compostos foram colocados entre aspas duplas e os componentes do primeiro conjunto foram agregados aos componentes do segundo conjunto por meio do operador lógico “AND”.

Em seguida, os resultados encontrados foram submetidos a um processo de seleção composto por duas etapas. Na primeira etapa, foi procedida a leitura do título, das palavras-chave e do resumo dos registros encontrados com o intuito de verificar se, de alguma forma, o material em análise apresentava elementos de interesse desta revisão. Na segunda etapa, procedeu-se a leitura do índice, da introdução, da seção dedicada à apresentação do percurso metodológico e da conclusão dos trabalhos selecionados na primeira etapa, com o objetivo de

encontrar elementos que indicassem a preocupação do autor em abordar o processo de institucionalização da assistência social nas Forças Armadas brasileiras ou apresentar informações sobre a trajetória das medidas de assistência social desenvolvidas ao longo do tempo nessas organizações.

A análise dos trabalhos selecionados foi orientada a partir de sete dimensões, a saber:

1) Temas centrais dos estudos: que compreende o que os estudos pretendem analisar no contexto da assistência social das Forças Armadas brasileiras; 2) Justificativas dos estudos: que compreende os argumentos evocados pelos autores para sustentar a pertinência do estudo sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras; 3) Metodologia adotada: que compreende os métodos e técnicas de pesquisa utilizadas pelos autores no estudo da assistência social das Forças Armadas brasileiras, bem como as justificativas para a escolha do percurso metodológico adotado; 4) Teorias de base: que compreende as teorias sociais exploradas pelos autores como fundamentação teórica de base no estudo da assistência social das Forças Armadas brasileiras; 5) Fontes de pesquisa: que compreende a referência feita pelos autores a outros estudos sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras; 6) Concepções de assistência social: que compreende as conceituações para o termo assistência social presentes nos estudos; e 7) Institucionalização: que compreende a abordagem das questões atinentes ao surgimento e ao desenvolvimento da assistência social das Forças Armadas.

As tarefas de seleção e análise dos estudos seguiram os roteiros estabelecidos nas fichas-modelo constantes dos Apêndices. Embora não esgotem as possibilidades de apreensão do objeto desta revisão, esses instrumentos auxiliares de pesquisa permitiram o registro dos principais aspectos observados nos trabalhos em questão e servem como referência para a avaliação da forma como essas etapas foram realizadas.

2.1.2 À procura de vestígios

A construção do Capítulo 4 teve como base o método historiográfico. Nesse sentido, seguindo a caracterização apresentada por Aróstegui (2006), os procedimentos da pesquisa buscaram captar o comportamento temporal do fenômeno social analisado a partir de vestígios encontrados em documentos históricos.

Dessa forma, o perfil da pesquisa é marcado por dois traços essenciais. O primeiro é sua orientação diacrônica, tendo em vista que se ocupa da identificação e comparação entre diferentes estados de um mesmo fenômeno ao longo do tempo. O segundo é seu elevado grau

de dependência em relação ao material empírico, uma vez que a aproximação ao objeto de estudo é mediada, principalmente, pelos registros da ação humana no passado transformados em fontes históricas.

Neste ponto, vale ressaltar que os termos “documento histórico” e “fonte histórica” não são necessariamente sinônimos. Segundo Barros (2019), tudo que transmite informações sobre o passado humano é um documento histórico. A distinção em relação ao termo fonte histórica reside no fato de que este último “é reservado para o conjunto [de documentos históricos] selecionado e utilizado pelo investigador numa pesquisa específica” (LUCA, 2021, p. 36). Assim, nota-se o entrelaçamento do problema central do estudo e das hipóteses iniciais com as fontes históricas, uma vez que são os questionamentos da pesquisa que orientam o processo de seleção do material empírico.

A partir das colocações feitas a respeito do perfil da pesquisa, depreende-se que, em última instância, a investigação busca dar conta do estado resultante de determinada quantidade de mudança produzida por acontecimentos históricos acessíveis por meio de resíduos da ação humana. Em outros termos, o objeto teórico do estudo é o surgimento da assistência social como um setor de prestação de serviços assistenciais na Marinha, tendo como referências certas alterações observadas na estrutura administrativa da instituição e a formulação de instrumentos destinados a normatizar a atuação institucional nesse campo.

Definido dessa forma, o objeto da pesquisa permite compreender as possibilidades e limitações do estudo. Primeiramente, a investigação não teve a pretensão de encontrar a origem mais remota do fenômeno em questão. Acreditar que um processo histórico se explica em função de sua gênese e que, por isso, seria necessário retroceder até o ponto exato do começo de tudo é uma ilusão que Bloch (2001) chama de obsessão das origens. Assim, o que a pesquisa oferece é uma explicação possível para o objeto pesquisado com base em um conjunto não exaustivo de evidências suscetíveis de serem verificadas.

Em segundo lugar, o estudo não visou reconstruir integralmente o passado nem contar a história completa de tudo que aconteceu no movimento que resultou na institucionalização da assistência social da Marinha. Considerando que o conhecimento sobre os acontecimentos históricos é mediado pelas informações constantes no material empírico, uma pesquisa com essa intenção teria que assumir que todas as ações dos atores envolvidos no processo foram de alguma forma registradas e estão disponíveis, pressuposto que de maneira alguma pode ser verdadeiro.

O terceiro e último aspecto se refere à própria natureza das fontes históricas. De acordo com a taxonomia proposta por Aróstegui (2006), as fontes podem ser classificadas a partir de quatro critérios básicos: a posição em relação ao problema histórico examinado, o tipo de suporte/mensagem, a intencionalidade de quem a produziu e a possibilidade de serialização. No entanto, de todas as questões que podem ser levantadas a partir desses e de outros critérios, considera-se neste estudo especialmente importantes aquelas relacionadas ao propósito da produção dos documentos selecionados.

Tomando como exemplo as fontes textuais, deve-se levar em consideração que alguns registros, intencionalmente, não são minuciosos, como no caso das mensagens destinadas a circular no interior de uma instituição da maneira mais objetiva possível, evitando que certos detalhes sejam conhecidos por pessoas não autorizadas. Em sentido oposto, encontram-se textos nos quais, intencionalmente, são descritos de forma abundante o posicionamento ideológico do autor, bem como suas opiniões pessoais sobre o tema discutido, incluindo até mesmo adjetivações pejorativas sobre as partes envolvidas.

Nesse sentido, embora a intencionalidade dos autores não invalide a fonte histórica, essa característica do material empírico que serve de base para a pesquisa evidencia seu caráter sempre parcial, tanto no sentido de que não apresenta todas as informações possíveis sobre o fenômeno quanto no sentido de que se trata de uma representação enviesada, uma vez que é o resultado de escolhas sobre o que se considera relevante registrar e de como se deve fazê-lo.

Feitas essas ponderações, o produto da pesquisa constitui uma sequência ordenada de argumentos devidamente fundamentados em evidências empíricas. Em outras palavras, os resultados do trabalho são apresentados na forma de um discurso argumentativo no qual o processo histórico analisado é reconstruído e explicado por meio de um conjunto de proposições demonstráveis (ARÓSTEGUI, 2006; BARROS, 2019; LUCA, 2021).

Passando a tratar da seleção das fontes históricas utilizadas no estudo, é importante ressaltar que o percurso metodológico descrito nesta seção é o resultado de sucessivas reformulações que tiveram como base as “pistas” encontradas ao longo da investigação. Isso significa dizer que a pesquisa documental se deu como um processo indiciário (GINZBURG, 1989) no qual novas indagações e alternativas de aproximação ao objeto de pesquisa foram sendo formuladas a partir das informações constantes nos documentos analisados. Por vezes, pequenos detalhes em um documento, como a indicação de uma data, a referência a uma pessoa ou instituição, se tornaram chaves essenciais para o prosseguimento da pesquisa na forma como está apresentada.

Dessa forma, apresenta-se as bases documentais, os períodos considerados, os documentos históricos pesquisados, os critérios de busca e seleção, as dimensões de análise, bem como as justificativas para as escolhas descritas.

As bases documentais consultadas foram o acervo de documentos administrativos custodiado pelo Arquivo da Marinha, os periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional e o Fundo “Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) - BR RJANRIO 2C” custodiado pela sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

Considerando o objetivo deste estudo, o acervo do Arquivo da Marinha constitui uma base de dados documentais incontornável, uma vez que reúne os registros oficiais das atividades da instituição pesquisada. O recurso à imprensa periódica como fonte de pesquisa, por sua vez, se justifica por sua capacidade de fornecer dados históricos sobre ideias, valores, práticas e instituições presentes nas sociedades. Por último, a inclusão de documentos sobre o funcionalismo público no universo da pesquisa se deu em razão das especificidades relativas à administração do pessoal civil contratado pela Marinha.

A pesquisa abrangeu os anos de 1914 a 1949. Essa janela temporal foi definida a partir de três referências, a saber: as datas de fundação da Associação Abrigo do Marinheiro (AMN) – 1919 – e de criação da D.P. 6 – 1946 –, por serem iniciativas amplamente mencionadas na literatura; os períodos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, 1914-1918 e 1939-1945, respectivamente, tendo em vista a hipótese sustentada por Celestino, Harrison e Moreira (2022) de que o envolvimento em conflitos armados é um fator que favorece o surgimento e/ou incremento de medidas de proteção social; e a data de publicação da carta assinada por Hermínia Fernandes Lima, assistente social, ao diretor do Serviço de Assistência Social da Marinha – 1949 –, cujo texto indica a existência já nesse período de uma consolidada estrutura dedicada à assistência social na Marinha.

Dentre os documentos disponíveis no acervo do Arquivo da Marinha, foram pesquisados os “Atos do Ministro da Marinha” de janeiro de 1914 a dezembro de 1919 e de novembro de 1935 a dezembro de 1949. Optou-se por esse conjunto de documentos por terem sido produzidos pela maior autoridade na cadeia hierárquica da Marinha e, portanto, por um ator com legitimidade e poder para produzir alterações na estrutura e nas políticas internas da instituição. Além das referências apresentadas linhas acima, os períodos para a busca foram escolhidos levando em consideração também a data em que o Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem, um dos fundadores da AMN, foi designado para as funções de Ministro de

Estado dos Negócios da Marinha (novembro de 1935). Em relação ao acesso aos documentos, o material de interesse foi solicitado por e-mail e a consulta foi realizada presencialmente.

A pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira se deu por meio da ferramenta de busca disponível no site da “Coleção Digital de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional”⁵. Utilizou-se como referência primária a localidade. Para isso, foi selecionado o código “RJ” no campo “Locality”, com o intuito de delimitar a busca aos jornais e revistas publicados no Rio de Janeiro. Essa escolha se justifica por duas razões. A primeira se refere ao fato de as iniciativas de assistência social voltadas ao pessoal da Marinha terem sido desenvolvidas no Rio de Janeiro. A segunda diz respeito à concentração nesta cidade das instâncias de decisão mais importantes, tanto da Marinha como do próprio governo federal, tendo em vista que se tratava da capital do País e sede do então Ministério da Marinha no período pesquisado. Por meio do campo “Period”, foram selecionadas as opções 1910-1919, 1920-1929, 1930-1939 e 1940-1949. No campo “Newspaper” foi marcada a opção “todos”. Por fim, no campo “Search”, os termos foram escritos com letras minúsculas, entre aspas duplas e sem acentuação.

Inicialmente, foram pesquisados os termos “abrigo do marinheiro” e “divisao de conforto e assistencia”. Em seguida, a busca se estendeu a atores e instituições mencionados nos resultados encontrados nesse primeiro levantamento, em trabalhos sobre a participação do Brasil nos dois conflitos mundiais e nas demais fontes históricas.

O Quadros 1 apresenta o período da busca e o total de ocorrências para cada um dos termos consultados.

Quadro 1 - Número de ocorrências na Hemeroteca Digital Brasileira, por termo e período consultado

Termo	Período	Ocorrências
abrigo do marinheiro	1910-1919	12
	1920-1929	458
	1930-1939	148
	1940-1949	58
divisao de conforto e assistencia	1940-1949	6
divisao frontin	1910-1919	252
eggerath	1910-1919	136
almirante ache	1940-1949	20
servico de assistencia social da armada	1940-1949	48
seccao de subsistencia da marinha	1940-1949	1
assistencia medica e social da armada	1940-1949	9
assistencia social na marinha	1940-1949	4
herminia fernandes lima	1940-1949	71
casa marcelio dias	1920-1929	906
	1930-1939	476

⁵ Acesso à ferramenta de busca por meio do site: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Termo	Período	Ocorrências
casa do marinheiro	1930-1939	61
	1940-1949	111

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao Fundo “DASP”, a escolha dos documentos consultados foi realizada com auxílio das descrições constantes em instrumento de pesquisa⁶ próprio. A busca se ateve aos conteúdos relacionados à contratação de funcionários civis para os órgãos da Marinha, aos relatórios institucionais produzidos pela Marinha e ao planejamento e implementação de serviços de assistência social nas instituições militares. Assim, foram pesquisados os documentos identificados por meio dos seguintes códigos: DASP-847, DASP-798, DASP-747, DASP-748, DASP-710, DASP-623, DASP-676, DASP-594, DASP-574, DASP-1400, DASP-1047, DASP-1046, DASP-1045, DASP-1044, DASP-677, DASP-891, DASP-1049, DASP-1048 e DASP-846.

Sobre o acesso ao material, uma vez que apenas a descrição do Fundo se encontrava disponível para acesso remoto por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), a leitura do instrumento de pesquisa, a solicitação dos documentos e a consulta ocorreram presencialmente.

Foram selecionados os documentos que continham dados sobre atores coletivos e individuais envolvidos em iniciativas de assistência social ao pessoal da Marinha, bem como instituições criadas para o desenvolvimento dessas intervenções. A análise do material selecionado, por sua vez, foi orientada pelas seguintes dimensões:

- Concepções de assistência social;
- Representações sobre o público prioritário da assistência social;
- Ideias sobre a responsabilidade da Marinha com o seu pessoal; e
- Justificativas para a implementação de serviços de assistência social destinados ao pessoal da Marinha.

2.1.3 Análise ao longo do tempo

O Capítulo 5 foi produzido com o intuito de dar conta da trajetória da estrutura institucional e organizacional da assistência social da Marinha até o seu momento mais recente.

⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Departamento Administrativo do Serviço Público: inventário. Rio de Janeiro, 1985, 73 p. dat. (AN/SCO/SDE14).

Assim, com base no direcionamento teórico-metodológico adotado a partir de Jobert e Muller (1987) e Aróstegui (2006), excetuando a janela temporal abordada no Capítulo 4, foram escolhidos três períodos caracterizados pela ocorrência de mudanças acentuadas no funcionamento da assistência social da Marinha, a saber: as décadas de 1980, 1990 e 2020.

Nessa direção, a discussão foi encaminhada com ênfase nas transformações nas formas de pensar e agir dos atores institucionais, observáveis por meio de registros oficiais das decisões e ações desenvolvidas. Sendo assim, com o propósito de explicitar a quantidade de mudança entre um período e outro, optou-se pela elaboração de quadros-resumo como instrumento de auxílio ao estabelecimento de comparações.

A literatura sobre o tema indica que a década de 1980 caracteriza-se por uma maior aproximação da assistência social da Marinha com o Serviço Social, sobretudo em virtude do ingresso na Marinha de assistentes sociais na condição de militar. No que se refere a década de 1990, os apontamentos encontrados nos estudos dessa área são no sentido de que ocorre nesse período uma série de inovações institucionais que se materializam com a implementação de uma proposta de intervenção formulada internamente na Marinha. A década de 2020, por sua vez, aparece como o período em que foram operadas as alterações normativas mais significativas recentemente.

Mais uma vez, ressalta-se a importância da revisão de literatura realizada no início do trabalho, tendo em vista que as indicações encontradas nos estudos analisados serviram de ponto de partida para a identificação dos períodos de interesse, bem como de documentos administrativos pertinentes, e o caráter indiciário da pesquisa, uma vez que foram as fontes históricas primeiramente apreciadas que apontaram para outras fontes históricas imprescindíveis aos objetivos da investigação.

Nesta parte da pesquisa, foram analisados apenas os documentos administrativos cujo propósito era normatizar a assistência social da Marinha, sendo eleitas as seguintes dimensões: estrutura administrativa, categorias profissionais envolvidas, concepção de assistência social, ações propostas, justificativas para as ações propostas, público atendido, critérios de elegibilidade e tipo de financiamento.

Buscou-se assim, sem o esforço excessivo de descrever em detalhes cada um desses elementos, identificar processos de continuidade e de rupturas, uma vez que tanto as forças de permanência e de mudanças devem ser levadas em consideração para a elucidação de como se deu a institucionalização da assistência social da Marinha e das razões que ainda justificam esse empreendimento em uma instituição militar.

Quadro 2 - Síntese dos objetivos e dos resultados previstos

Objetivo Geral: Analisar a trajetória histórica da institucionalização da assistência social da MB.				
Pergunta central: Como se dá a institucionalização da assistência social da Marinha do Brasil (MB)?				
Objetivo específico 1: Revisar a literatura produzida no Brasil sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras.				
Pergunta norteadora: Como o processo de institucionalização da assistência social nas Forças Armadas tem sido abordado em estudos nacionais?				
Referencial teórico-metodológico	Dimensões de análise	Instrumentos e técnicas	Fontes e recursos para coleta de dados	Resultados previstos a partir da utilização das dimensões de análise propostas
Método da revisão integrativa de literatura.	- Temas centrais. - Justificativas. - Metodologias adotadas. - Teorias de base. - Fontes de pesquisa. - Concepções de assistência social. - Processo de institucionalização.	Pesquisa bibliográfica.	- Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). - Bases de dados e vários sistemas de indexadores disponibilizados pelo Portal de Periódicos da CAPES. - Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil).	Caracterização dos estudos que abordam o processo de institucionalização da assistência social nas Forças Armadas brasileiras.

			- Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (Rede BIE). - Biblioteca Digital do Exército. - Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (Rede BIM). - Repositório Institucional da Produção Científica da Marinha do Brasil (RI-MB). - Rede de Bibliotecas Integradas da Aeronáutica (Rede BIA)	
Objetivo específico 2: Identificar os atores envolvidos no processo de institucionalização da assistência social da MB.				
Pergunta norteadora: Quais atores estavam diretamente envolvidos no processo de institucionalização da assistência social da MB?				
- Método historiográfico. - Análise cognitiva de políticas públicas.	- Atores coletivos e individuais protagonistas de iniciativas de assistência social ao pessoal da MB. - Atores coletivos e individuais com poder político para	Pesquisa documental.	- Documentos administrativos da MB custodiados pelo Arquivo da Marinha. - Jornais circulantes na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1914 e 1947 disponíveis na	Elaboração de um quadro descritivo dos atores envolvidos no processo de institucionalização da assistência social da MB.

	influenciar o processo de institucionalização da assistência social da MB. - Atores coletivos e individuais ouvidos pela instância de decisão da MB sobre a implementação de serviços de assistência social destinados ao seu pessoal.		Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.	
Objetivo específico 3: Identificar as justificativas que balizaram o processo de institucionalização da assistência social da MB.				
Pergunta norteadora: Quais argumentos balizaram o processo de institucionalização da assistência social da MB?				
- Método historiográfico. - Análise cognitiva de políticas públicas.	- Concepções de assistência social. - Representações sobre o público prioritário da assistência social. - Ideias sobre a responsabilidade da MB com o seu pessoal. - Vantagens para a MB em decorrência da implementação	Pesquisa documental.	- Documentos administrativos da MB custodiados pelo Arquivo da Marinha. - Jornais circulantes na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1914 e 1947 disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.	Elaboração de um quadro descritivo dos argumentos que balizaram o processo de institucionalização da assistência social da MB.

	de serviços de assistência social destinados ao seu pessoal.			
Objetivo específico 4: Descrever a trajetória da estrutura institucional e organizacional da assistência social da MB.				
Pergunta norteadora: Como se dá a trajetória da estrutura institucional e organizacional da assistência social da MB?				
- Método de análise de conteúdo. - Institucionalismo histórico.	- Arcabouço normativo. - Estrutura administrativa. - Categorias profissionais envolvidas. - Concepção de assistência social. - Ações propostas. - Justificativas para as ações propostas. - Público atendido. - Critérios de elegibilidade. - Financiamento.	Pesquisa documental.	- Documentos administrativos da MB custodiados pelo Arquivo da Marinha. - Documentos administrativos da MB disponíveis na Diretoria de Assistência Social da Marinha.	Elaboração de um quadro descritivo da trajetória institucional e organizacional da assistência social da MB.

Objetivo específico 5: Identificar inflexões na estrutura institucional e organizacional da assistência social da MB ao longo do tempo.				
Pergunta norteadora: Quais as principais transformações ocorridas na estrutura institucional e organizacional da assistência social da MB ao longo do tempo?				
- Método de análise de conteúdo. - Institucionalismo histórico.	- Estrutura administrativa. - Categorias profissionais envolvidas. - Concepção de assistência social. - Ações propostas. - Justificativas para as ações propostas. - Público atendido. - Critérios de elegibilidade. - Financiamento.	Pesquisa documental.	- Documentos administrativos da MB custodiados pelo Arquivo da Marinha. - Documentos administrativos da MB disponíveis na Diretoria de Assistência Social da Marinha.	Elaboração de um quadro descritivo das principais transformações ocorridas na estrutura institucional e organizacional da assistência social da MB ao longo do tempo.

Fonte: Elaboração própria.

3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA PRODUZIDA NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1966 E 2022

A produção científica brasileira sobre as ações de proteção social⁷ destinadas aos membros das Forças Armadas⁸ é escassa. Mesmo no campo da sociologia militar⁹, em que as dinâmicas internas dessas instituições constituem uma das principais dimensões de análise, as pesquisas se concentram em temas relacionados à profissionalização do militar, à cultura organizacional e às relações civis-militares.

A literatura existente sobre as ações desenvolvidas no Brasil para evitar a degradação das condições de vida dos militares, bem como de seus familiares, em razão dos “acazos da existência” (CASTEL, 2015, p. 24) é resultado quase exclusivo de pesquisas realizadas por assistentes sociais que atuam profissionalmente nas Forças Armadas.

Composta majoritariamente por estudos elaborados no âmbito de programas de pós-graduação, essa literatura tem recebido cada vez mais o aporte de artigos científicos publicados com apoio dos Comandos Militares. Tais iniciativas apontam para um crescimento do interesse institucional na reflexão sobre as ações de atenção às necessidades do militar e de sua família.

Tomando como referência as obras de Celestino (2019), Souza (2021) e Borges (2022), os trabalhos nessa área temática tem priorizado questões referentes à prática profissional do assistente social nas instituições militares¹⁰. Sendo assim, de modo geral, o que se encontra são descrições de experiências que buscam chamar a atenção para o que há de particular nas requisições feitas ao Serviço Social nesses espaços ocupacionais e nas estratégias elaboradas para respondê-las.

Trata-se, portanto, de um campo de pesquisa que, embora tenha avançado nos últimos anos, ainda apresenta diversas lacunas. Dentre elas, destacam-se as indagações em aberto a respeito dos processos de institucionalização da assistência social das Forças Armadas e sobre a trajetória dessas iniciativas ao longo do tempo.

⁷ O termo proteção social é empregado aqui no sentido de oferta de bens e serviços de caráter assistencial, por parte de instituições públicas ou privadas, a título de direito ou não, destinados a atender necessidades decorrentes de situações de privação.

⁸ No Brasil, as Forças Armadas são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.

⁹ A sociologia militar é a área de conhecimento das ciências sociais cujo objeto de estudo é a instituição militar.

¹⁰ Segundo Lasswell (1941), o termo instituição militar refere-se a “instância em que se processa a administração da violência organizada”. Esse conceito, portanto, aplica-se tanto as forças militares como as forças policiais. No entanto, neste estudo, o sentido adotado será o mesmo do termo Forças Armadas.

Um dos estudos em que essas questões figuram como objeto central de análise foi empreendido recentemente por Celestino, Harrison e Moreira (2022)¹¹. Abordando especificamente o caso da Marinha, esse trabalho levanta hipóteses sobre os fatores que mobilizaram atores civis e militares a implementar ações assistenciais voltadas aos militares e suas famílias e apresenta dados sobre a trajetória histórica dessas ações.

Para essas autoras, existe forte relação entre a participação em conflitos armados e o avanço da sistematização da assistência social. Assim, defendem que “a guerra é mobilizadora de iniciativas em prol da proteção, sobretudo aos compreendidos como vulneráveis, personificados, ao longo dos conflitos clássicos, na figura de mulheres e crianças” (CELESTINO; HARRISON; MOREIRA, 2022, p. 26).

Nesse sentido, as participações do Brasil, tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial, são apontadas como eventos que engendraram contextos nos quais a organização de serviços de proteção social se tornou uma necessidade premente. Para sustentar essa ideia, Celestino, Harrison e Moreira (2022) apresentam como evidência o registro no trabalho de Iamamoto e Carvalho (2006) que vincula a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, ao esforço de guerra durante o segundo conflito mundial.

A partir desse pressuposto, as referidas autoras indicam a fundação da AMN, em 1919, como sendo a primeira iniciativa de assistência social registrada na Marinha. Conforme argumentam, as ações desenvolvidas pela AMN atendiam ao interesse de “criar condições para o pronto emprego da tropa e sustentar a unidade, valores e princípios que conferem coesão ao contexto institucional” (CELESTINO; HARRISON; MOREIRA, 2022, p. 24) no bojo de uma conjuntura marcada pela epidemia de gripe espanhola que atingiu a divisão naval brasileira enviada para patrulhar a costa africana em 1918. Dizem as autoras:

“A epidemia evidenciou contextos de trabalho e vida bastante adversos vivenciados pelos militares e, consequentemente, por suas famílias, que eram creditadas das circunstâncias socioculturais em meio às quais se estruturaram, inclusive, o recrutamento militar no Brasil. O contexto social que se configurou no pós-guerra [Primeira Guerra Mundial] engendrou a necessidade de mobilização social evidenciando a relação entre caridade e ação institucional, em meio a qual os oficiais da MB [Marinha do Brasil] e o Abade Dom Pedro Eggerath, do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, se uniram para fundar, em 12 de outubro de 1919, o Abrigo do Marinheiro, que teve sua primeira sede nas próprias instalações do Mosteiro” (CELESTINO; HARRISON; MOREIRA, 2022, p. 25).

¹¹ Outros dois artigos que trazem basicamente as mesmas reflexões foram publicados por Moreira, Santos e Souza (2017) e Moreira, Santos e Souza (2019).

No entanto, vale ressaltar que a AMN foi estabelecida juridicamente como uma entidade civil. Sendo assim, embora sua criação constitua um forte indício de que a preocupação em se implementar ações assistenciais já permeava a Marinha desde o final da década de 1910, a responsabilidade em promover diretamente tais medidas não foi assumida pela instituição militar nesse momento.

Ainda segundo Celestino, Harrison e Moreira (2022), serviços assistenciais, incluindo orientação jurídica, atenção à saúde e apoio financeiro, só passaram a ser desenvolvidos internamente pela Marinha a partir de 1946. As autoras asseveram que o início do investimento institucional nessa área é tributário de dois processos externos. O primeiro diz respeito aos avanços na legislação social do país nas décadas de 1930 e 1940, sobretudo em decorrência da intervenção do Estado nas relações trabalhistas. O segundo, por sua vez, se refere ao surgimento de instituições assistenciais, públicas e privadas, destinadas a atender demandas associadas ao envolvimento das Forças Armadas na Segunda Guerra Mundial.

Nessa direção, Celestino, Harrison e Moreira (2022) entendem que os processos sociais, políticos e econômicos experimentados pela sociedade brasileira reverberaram diretamente na Marinha e impelem seus dirigentes a promover medidas de atenção ao público interno. Assim, para as autoras, a institucionalização e as transformações ocorridas na assistência social da Marinha ao longo do tempo acompanharam o movimento mais amplo de desenvolvimento das políticas sociais implementadas pelo Estado brasileiro.

Como pode ser observado a partir do trabalho citado acima, o estudo sobre a assistência social das Forças Armadas constitui uma área temática rica em possibilidades de análise, sobretudo sob o ponto de vista teórico do campo de políticas públicas. Tratando-se de instituições em que a insolvência civil é considerada contravenção disciplinar¹², o surgimento e a expansão de estruturas próprias dedicadas ao desenvolvimento de ações assistenciais voltadas aos militares instigam questões de diversas ordens.

Nesse sentido, com o intuito de permitir uma aproximação sistemática ao tema, a proposta desta revisão de literatura é analisar a produção científica existente sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras – Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira –, visando problematizar como a institucionalização da assistência social nesses espaços tem sido abordada em estudos nacionais.

¹² Os regulamentos disciplinares das três Forças Armadas estabelecem como transgressão disciplinar a aquisição de dívidas ou compromissos superiores as possibilidades financeiras, gerando situações que possam comprometer a imagem social da instituição militar.

3.1 Discussão dos resultados

Na primeira etapa de seleção, foi obtido um universo de 50 (cinquenta) produções, sendo 3 (três) artigos, 19 (dezenove) monografias, 22 (vinte e duas) dissertações – 7 (sete) de mestrado profissional –, 4 (quatro) teses e 2 (dois) livros. Contudo, após o procedimento estabelecido para a segunda etapa da busca bibliográfica – que consistiu na leitura do índice, da introdução, da seção dedicada à apresentação do percurso metodológico e da conclusão dos trabalhos selecionados na primeira etapa –, foram selecionados 24 (vinte e quatro) trabalhos, sendo 3 (três) artigos científicos, 4 (quatro) monografias, 16 (dezesesseis) dissertações – 6 (seis) de mestrado profissional e 1 (uma) tese.

Os resultados da busca bibliográfica foram complementados por outros 3 (três) trabalhos, sendo 2 (dois) artigos e 1 (uma) monografia. Os artigos, produzidos por Banhos, Marco e Ribeiro (2021) e Laplagne, Mostaro e Silva (2021), foram incluídos por abordarem a trajetória do arcabouço normativo referente à assistência social da Aeronáutica. Esses artigos foram encontrados a partir da leitura do livro organizado por Souza (2021) que foi apresentado aos participantes do 8º Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa realizado em Brasília/DF nos dias 28 e 29 de setembro de 2021. A monografia elaborada por Lima (2013) foi incluída em virtude de ter sido citada em 3 (três) outros estudos sobre a assistência social das Forças Armadas. Além de considerações sobre a trajetória histórica da assistência social nas instituições militares, esse estudo também discute a atuação do Ministério da Defesa nessa área.

Assim, foram incluídos na revisão 27 (vinte e sete) trabalhos, sendo 5 (cinco) artigos, 5 (cinco) monografias, 16 (dezesesseis) dissertações – 6 (seis) de mestrado profissional – e 1 (uma) tese, publicados entre os anos de 1966 e 2022.

Quadro 3 - Trabalhos incluídos na revisão por ano de publicação

Ano de publicação	Referência	Tipo de trabalho
1966	GUIMARÃES, Almir de Barros. O serviço social no Exército. 1966. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1966.	Monografia.
1976	LEMOS, Juvêncio Saldanha. A Assistência Social no Exército. 1976. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1976.	Monografia.
1994	PITHAN, Luiz Antonio Roggia. A Assistência e a Previdência social no Exército Brasileiro: situação atual e perspectivas. 1994. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1994.	Monografia.

2003	MOREIRA, Nadia Xavier. 2003. Assistência Social na Marinha: entre direito e concessão. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.	Dissertação.
2005	PEDRO, Rubens Aparecido. A assistência social no EB, situação atual e propostas de aplicações. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2005.	Monografia.
2009	HORTA, Gisele Martins. No meio da travessia: a prática dos assistentes sociais nos serviços de saúde da Aeronáutica/RJ. 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social e Trabalho) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.	Dissertação.
2010	LIMA, Marisa Elenice Silva. A Intervenção Profissional do Assistente Social na Prevenção de Acidentes de Trabalho: a experiência da Comissão de Aeroportos da Região Amazônia – COMARA. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.	Dissertação.
2011	OLIVEIRA, Ana Lúcia Santos de. Comando da Aeronáutica: avaliação de projetos sociais da DIRINT/SDEE. 2011. Dissertação. (Mestrado Profissional em Avaliação) – Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2011.	Dissertação.
2011	ZACARON, Sabrina Silva. O serviço social no comando da Aeronáutica: decifrando este espaço socioocupacional do assistente social. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.	Dissertação.
2012	GUIMARÃES, Mariza Maria de Freitas. Avaliação do Núcleo de Serviço Social da Guarnição do Galeão do Comando da Aeronáutica. 2012. Dissertação. (Mestrado Profissional em Avaliação) – Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2012.	Dissertação.
2013	LIMA, Vânia Pereira. Política de Assistência Social das Forças Armadas: uma análise da agenda pré-decisória e dos desafios do processo de implementação. 2013. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2013.	Monografia.
2013	SOUZA, Emmily Pereira Brito de. Sociedade de consumo e o enfrentamento das situações de vulnerabilidade econômica no âmbito do V Comando Aéreo Regional: desafios para o Serviço Social. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013b.	Dissertação.
2015	MOREIRA, Nadia Xavier. A construção de sentidos sobre a deficiência: uma análise a partir do habitus militar. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.	Tese.
2015	SILVA, Darlene de Araújo. O serviço social nas organizações militares da aeronáutica: análise da prática profissional na região Amazônica. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.	Dissertação.
2016	RODRIGUES, Fernanda. Autonomia de voo: transformações recentes do capitalismo e incidências para o Serviço Social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.	Dissertação.
2017	BRITO, Maria Lucia Valada de. O Correio Aéreo Nacional em operações humanitárias: um aliado da assistência social da FAB na Amazônia. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais) – Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2017.	Dissertação.
2017	NERY, Danniely Guimarães Viana. Saindo do vermelho: uma análise sobre os Programas de Apoio Socioeconômico das Forças Armadas. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.	Dissertação.
2018	SANTOS, Angelica Pires Belchior dos. A atuação dos assistentes sociais do Comando da Aeronáutica-COMAE nos desastres ambientais. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.	Dissertação.

2019	MOREIRA, Nádia Xavier; SANTOS, Amanda Nascimento Lougon dos; SOUZA, Nasciara Nascimento. Assistência Social na Marinha do Brasil: trajetória da proteção social à família naval. in: CELESTINO, Sabrina (org.). Políticas públicas e forças militares. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p.47-64.	Artigo.
2019	ROCHA, Natália Queiroz Moreira da. Assistência Social no Exército Brasileiro: uma análise da seção do serviço de assistência social da 10ª Região Militar nas perspectivas dos (as) sujeitos (as). Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.	Dissertação.
2020	SANTANA, Nathalia Araujo Ribeiro. O Serviço Social na Força Aérea Brasileira e particularidades na contratação de militares temporários. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.	Dissertação.
2021	BANHOS, Fernanda Gomes; MARCO, Roberta Mischiatti de; RIBEIRO, Joice Clícia Batista Corsino. I Colóquio de Assistentes Sociais: relato de experiência de assistentes sociais do GAP-CT. in: SOUZA, Lilian Angélica da Silva (org.). Serviço Social e instituição militar: sistematização do exercício profissional na FAB. Campinas: Saberes e Práticas, 2021. p.175-190.	Artigo.
2021	CARNEIRO, Luana Pereira. Análise da sistematização da Assistência Social do Exército Brasileiro. 2021. Dissertação. (Mestrado Profissional Interdisciplinar de Humanidades em Ciências Militares) – Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2021.	Dissertação.
2021	COSTA, Analice Barreto de Moura. Serviço Social e Forças Armadas: desafios e possibilidades no âmbito da Força Aérea Brasileira no capitalismo contemporâneo. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.	Dissertação.
2021	LAPLAGNE, Priscilla Fernandes Guimarães; MOSTARO, Ester de Almeida Oliveira; SILVA, Rúbia de Kássia Alexandre. O Serviço Social no COMAER: ultrapassando o paradigma da Assistência Social. in: SOUZA, Lilian Angélica da Silva (org.). Serviço Social e instituição militar: sistematização do exercício profissional na FAB. Campinas: Saberes e Práticas, 2021. p.41-57.	Artigo.
2022	CELESTINO, Sabrina; HARRISON, Mariana Bairral Brito; MOREIRA, Nádia Xavier. Notas sobre a trajetória da Assistência Social na Marinha do Brasil. in: BORGES, Maria Eliâne Alencar Rocha (org.). Assistência Social da Marinha do Brasil: trajetória e desafios. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2022. p.21-38.	Artigo.
2022	MONTEIRO, Mariana Carla Saraiva; SILVA, Raylene Maria Fonseca da. Inserção e atuação das profissões de Serviço Social, Direito e Psicologia na Assistência Social da Marinha do Brasil. in: BORGES, Maria Eliâne Alencar Rocha (org.). Assistência Social da Marinha do Brasil: trajetória e desafios. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2022. p.39-64.	Artigo.

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere às características gerais dos estudos apresentados no Quadro 1, destaca-se que a maior parte (37%) é composta por dissertações de mestrado acadêmico. Além disso, em relação ao vínculo institucional dos autores, observa-se que 51,8% dos estudos foram elaborados por profissionais da Aeronáutica. Nota-se também que apenas 1 (um) trabalho envolveu profissionais de instituições distintas, o que indica baixa interação entre os pesquisadores da área, pelo menos, em termos de produção conjunta.

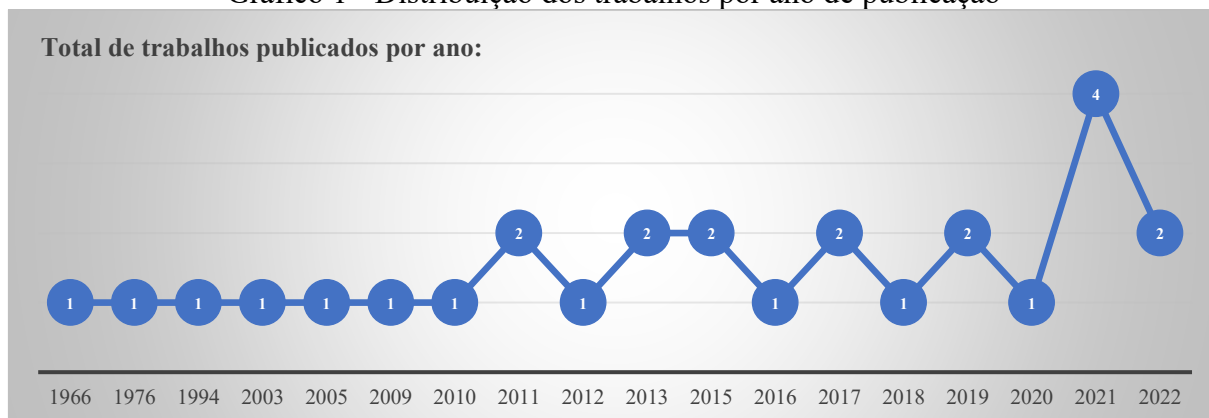
Tabela 1 - Distribuição dos tipos trabalhos por vínculo institucional do autor

Tipo de produção	Vínculo institucional do autor									
	Marinha do Brasil		Exército Brasileiro		Força Aérea Brasileira		Interinstitucional		Totais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Artigo científico	2	7,4	0	0,0	2	7,4	1	3,7	5	18,5
Monografia	1	3,7	4	14,8	0	0,0	0	0,0	5	18,5
Dissertação (mestrado profissional)	0	0,0	2	7,4	4	14,8	0	0,0	6	22,3
Dissertação (mestrado acadêmico)	2	7,4	0	0,0	8	29,6	0	0,0	10	37,0
Tese	1	3,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	3,7
Totais	6	22,2	6	22,2	14	51,8	1	3,7	27	100 ¹³

Fonte: Elaboração própria.

Sobre o período de publicação, 88,9% dos estudos foram publicados nos anos 2000, tendo sido registrado o maior número de publicações – 4 (quatro) – em 2021. O primeiro trabalho foi elaborado em 1966 no âmbito do Curso de Especialização em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhos por ano de publicação



Fonte: Elaboração própria.

Trata-se de uma produção realizada quase exclusivamente por profissionais do sexo feminino com vínculo institucional, mesmo que em caráter temporário, com as Forças Armadas. Apenas 11,1% dos trabalhos foram elaborados por autores do sexo masculino, sendo todos eles militares do Exército. Em outros termos, é uma literatura produzida majoritariamente por mulheres militares¹⁴ inseridas profissionalmente nesse contexto.

¹³ O tipo de arredondamento dos valores percentuais não permite o cálculo exato de 100% nesta linha.

¹⁴ Dos 36 autores referenciados na literatura em análise, apenas uma autora é civil.

Tabela 2 - Distribuição dos trabalhos por gênero e vínculo institucional do autor

Gênero	Vínculo institucional do autor						Totais	
	Marinha do Brasil		Exército Brasileiro		Força Aérea Brasileira			
	N	%	N	%	N	%	N	%
	Masculino	0	0,0	4	11,1	0	0,0	4
Feminino	11	30,6	3	8,3	18	50,0	32	88,9
Totais	11	30,6	7	19,4	18	50,0	36	100

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à formação dos autores, 83,3% são assistentes sociais. Os demais são profissionais de arquivologia, ciências militares e psicologia. Nesse sentido, os estudos analisados são marcados pela influência da literatura do Serviço Social, o que inclui o emprego frequente de termos que pertencem ao campo lexical dessa área de conhecimento, tais como: projeto ético-político, espaço sócio-ocupacional, serviços socioassistenciais e população usuária.

Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhos por área de formação do autor



Fonte: Elaboração própria.

Por fim, no que diz respeito aos trabalhos produzidos no âmbito de programas de pós-graduação, 45,4% são pesquisas oriundas de cursos na área de Serviço Social, sendo 9 (nove) dissertações de mestrado acadêmico e 1 (uma) tese de doutorado. Os demais estudos estão distribuídos em outras 9 (nove) áreas. Dentre as instituições de ensino identificadas, destacam-se a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) com 4 (quatro) trabalhos e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) com 3 (três).

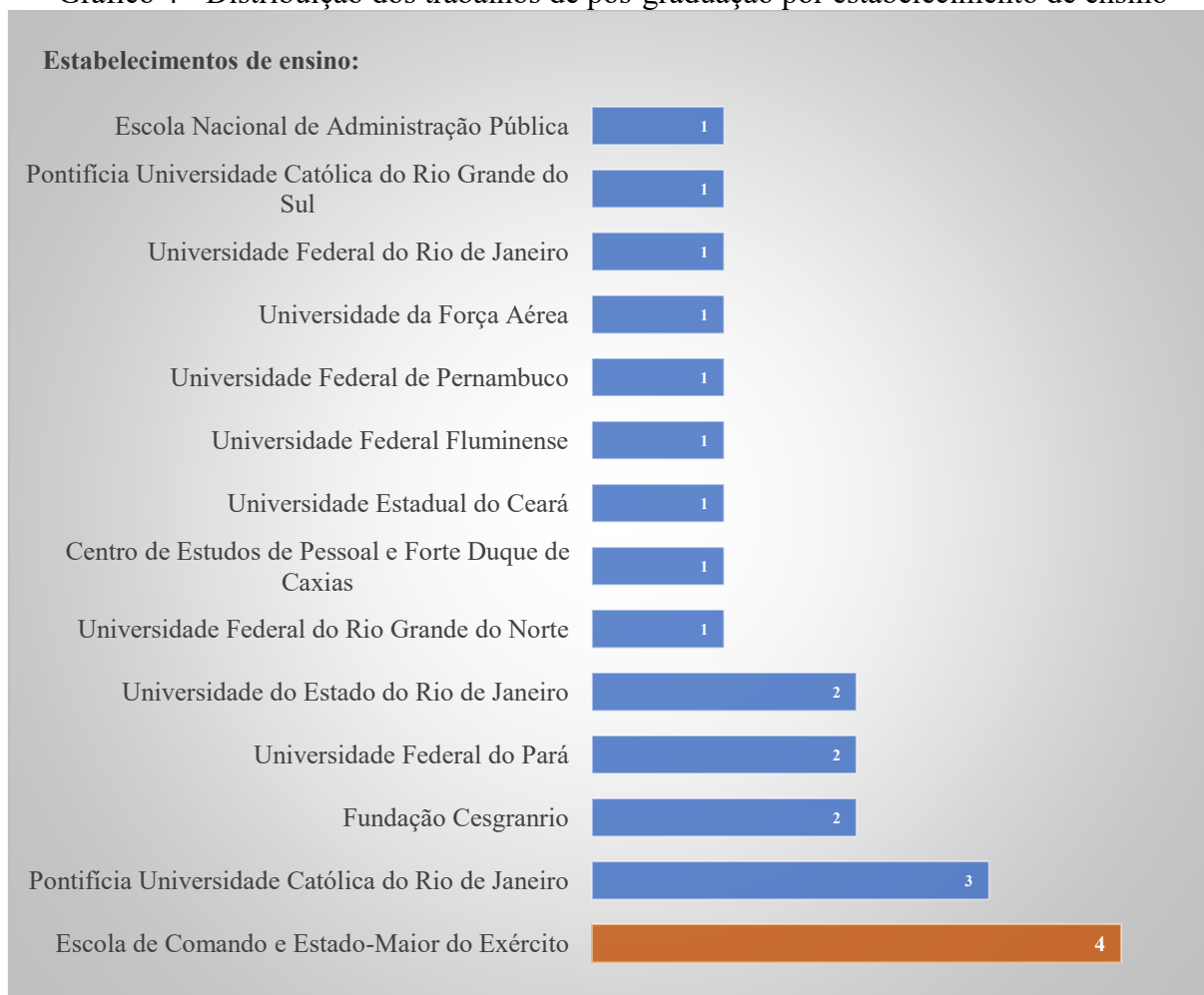
Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhos de pós-graduação por tipo de curso

Cursos de pós-graduação:



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 4 - Distribuição dos trabalhos de pós-graduação por estabelecimento de ensino



Fonte: Elaboração própria.

3.1.1 Temas centrais dos estudos

Apenas 2 (dois) estudos tematizam de forma central a institucionalização e/ou a trajetória histórica da assistência social nas Forças Armadas. Abordando apenas o caso da Marinha, esses trabalhos buscam recuperar elementos pertinentes às primeiras iniciativas na área e às mudanças ocorridas no arcabouço normativo que regula as ações desenvolvidas ao longo do tempo. Em todas as demais pesquisas, essas questões recebem um tratamento meramente subsidiário, limitando-se à citação de datas e documentos administrativos com o intuito de contextualizar o objeto central do estudo ou compor uma análise da conjuntura institucional.

Quadro 4 - Número de trabalhos por tema

Tema central	Autoria	Nº de trabalhos
Estrutura da assistência social do Exército.	Guimarães (1966).	1
Funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército.	Lemos (1976) e Carneiro (2021).	2
Organização e atividades da assistência social do Exército.	Pithan (1994) e Pedro (2005).	2
Percepção dos usuários sobre o significado da assistência social da Marinha.	Moreira (2003).	1
Prática profissional dos assistentes sociais / intervenção do Serviço Social.	Horta (2009), Lima (2010), Zacaron (2011), Silva (2015), Costa (2021) e Laplagne, Mostaro, Silva (2021).	6
Avaliação de projetos sociais / Avaliação dos serviços prestados pelo Serviço Social da Aeronáutica.	Oliveira (2011) e Guimarães (2012).	2
Processo de agendamento e formulação da Política de Assistência Social das Forças Armadas.	Lima (2013).	1
Sociedade de consumo e vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social.	Souza (2013).	1
Sentidos atribuídos à deficiência e habitus militar.	Moreira (2015).	1
Crise do capitalismo e condições e relações de trabalho dos assistentes sociais.	Rodrigues (2016).	1
Função humanitária do Correio Aéreo Nacional.	Brito (2017).	1
Serviço Social e Educação financeira.	Nery (2017).	1
Intervenção do Serviço Social em contextos de desastres ambientais.	Santos (2018).	1
Trajetória histórica da assistência social da Marinha.	Moreira, Santos, Souza (2019) e Celestino, Harrison, Moreira (2022).	2
Implantação da Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar do Exército.	Rocha (2019).	1
Regimes de contratação de assistentes sociais na Aeronáutica.	Santana (2020).	1
Eventos institucionais da assistência social da Aeronáutica.	Banhos, Marco, Ribeiro (2021).	1
Ingresso de profissionais de Serviço Social, Direito e Psicologia na Marinha.	Monteiro e Silva (2022).	1
Total		27

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 4 demonstra que o tema que concentra o maior número de estudos se refere à prática profissional dos assistentes sociais ou à intervenção proposta pelo Serviço Social para o atendimento das demandas postas à profissão no contexto institucional das Forças Armadas. Considerando que se trata de uma produção científica cujos autores são quase que exclusivamente assistentes sociais militares, o que se observa é um especial interesse em problematizar a própria rotina profissional.

Além disso, nota-se o esforço em abordar a organização e as atividades desenvolvidas pelas estruturas internas de assistência social, sobretudo por autores vinculados ao Exército. Os trabalhos com essa temática, que em geral estabelecem comparações entre as três Forças

Armadas, buscam identificar deficiências institucionais e propor medidas para o aperfeiçoamento dos serviços prestados. No entanto, esses estudos não avançam sobre questões referentes ao processo que possibilitou o estabelecimento de uma estrutura própria de assistência social nessas instituições, restringindo-se a descrever os recursos materiais, humanos e financeiros mobilizados para a execução das medidas formuladas.

Observa-se também que grande parte dos trabalhos se ocupam de questões que não estão vinculadas de forma exclusiva às instituições militares. No conjunto de estudos analisados, verifica-se uma preocupação com temáticas amplamente abordadas nas ciências sociais, como a crise do capitalismo e a precarização do trabalho, bem como a discussão sobre a assistência social das Forças Armadas a partir de debates mais amplos referentes às políticas públicas setoriais e/ou questões de interesse público. Nesse sentido, o contexto institucional militar aparece principalmente como provedor da base empírica para o estudo de questões que extrapolam suas fronteiras.

Assim, constata-se que os autores nessa área de pesquisa não têm se dedicado a analisar em profundidade a trajetória da institucionalidade da assistência social nesses espaços. Em que pese abordarem mudanças em suas estruturas, não fazem interrogações sobre os sentidos das continuidades e rupturas que porventura podem ser observadas nesses processos.

3.1.2 Justificativas dos estudos

No que se refere à análise dos argumentos evocados para o estudo da assistência social das Forças Armadas, chama a atenção a falta de clareza na distinção entre a explicação da importância e necessidade desse tipo de estudo, da explicitação das contribuições que a pesquisa realizada pode aportar ao campo no qual está inserida e das próprias motivações pessoais para a escolha do tema. De modo geral, essas três dimensões, que podem ser referenciadas respectivamente como justificativa, relevância e interesse pelo estudo, não estão presentes e/ou não são articuladas nos trabalhos analisados.

Embora os autores não apresentem o percurso trilhado para a realização do levantamento bibliográfico sobre o tema nem os seus resultados, é frequente o argumento de que a assistência social das Forças Armadas é um campo de estudo negligenciado pelos pesquisadores sociais. Destacam-se as seguintes assertivas: “Destarte, percebemos ser esta temática ainda pouco debatida no meio acadêmico” (HORTA, 2009, p. 17); “[...] a academia conhece pouco, e até tem certo preconceito, acerca da atuação do Serviço Social na Aeronáutica

e nas Forças Armadas como um todo visto a natureza da instituição” (ZACARON, 2011, p. 151); “Considerando o exposto e o fato de ser esta temática um universo muito pouco estudado [...]” (LIMA, 2013, p.35); “No caso do Serviço Social, são escassas as produções científicas acerca da atuação profissional nessas Instituições” (SOUZA, 2013b, p. 16); “[...] embora anualmente tenha requerido de forma crescente a inserção do profissional de Serviço Social, [...], [a Aeronáutica] revelou-se ainda uma instituição pouco estudada” (SILVA, 2015, p. 133); “Mas nos trouxe inquietude a escassez de estudos relacionados as Forças Armadas, não apenas como espaço ocupacional do Serviço Social [...]” (NERY, 2017, p. 91); e “[...] a inediticidade do tema, a parca produção teórica e o cotidiano do trabalho profissional foram elementos que suscitaram nosso interesse em pesquisar a Assistência Social do Exército Brasileiro [...]” (ROCHA, 2019, p. 20).

Assim, a ausência de obras especializadas nessa temática e o desconhecimento dos profissionais e da comunidade acadêmica sobre as particularidades da assistência social em instituições militares são apontados como as principais justificativas para o estudo realizado. Consequentemente, identifica-se nesses trabalhos a indicação de que a sua relevância reside no ineditismo do tema e no potencial de servir de referência para outras pesquisas.

Observa-se também a recorrência de explicações que partem de uma lógica que pode ser resumida por meio da máxima “conhecer mais para melhor intervir”. Considerando o que foi destacado anteriormente sobre o maior número de trabalhos que se ocupam do fazer profissional dos assistentes sociais nas Forças Armadas, bem como o próprio perfil dos autores, esse tipo de relação com o estudo da assistência social em instituições militares é bastante compreensível.

Mais do que buscar a produção de um conhecimento teórico para dialogar com outras produções do Serviço Social ou do campo mais amplo das ciências sociais, o que pode ser observado são justificativas que se apoiam na necessidade de construção de saber interventivo próprio em virtude da premissa base de que as Forças Armadas constituem um campo de atuação peculiar. Nesse sentido, a contribuição da pesquisa seria a instrumentalização dos profissionais para atuarem em um espaço que não foi considerado ao longo de sua formação acadêmica.

Por fim, tratando das justificativas para a realização de uma abordagem histórica do processo de institucionalização da assistência social das Forças Armadas, observamos que nem mesmo os trabalhos de Moreira, Santos e Souza (2019) e Celestino, Harrison e Moreira (2022), que abordam especificamente a trajetória histórica da assistência social da Marinha, ou o estudo

de Rocha (2019), que tem como objetivo central analisar a implantação da Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar do Exército, apresentam uma justificativa para a realização deste tipo de análise.

Mais uma vez, a explicação para a escolha do tema e para a realização da pesquisa tem por base a perspectiva de originalidade, tendo em vista a escassez de produção teórica sobre a assistência social das Forças Armadas. Assim, em geral, esse resgate histórico se insere em um esforço de contextualização do objeto central da discussão endereçada pelos autores. Embora não haja uma exposição clara sobre sua pertinência, a abordagem da trajetória das práticas e dos marcos normativos que regulam as ações assistenciais desenvolvidas nas instituições militares aparece nos textos como um elemento indispensável para a compreensão do objeto da pesquisa.

3.1.3 Metodologias adotadas

A análise dos métodos e técnicas utilizados nas pesquisas não tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre a adequabilidade da metodologia adotada aos objetivos propostos pelos autores, nem tem a preocupação de verificar a validade dos resultados apresentados. A intenção é identificar as principais características desses estudos no que se refere ao percurso metodológico trilhado, dando especial atenção ao nível de detalhamento sobre os procedimentos realizados e à intencionalidade dos autores na construção da investigação.

Essa dimensão de análise abarca os métodos que orientam a organização das pesquisas, as técnicas adotadas para configurar e observar os fenômenos de interesse e as etapas e procedimentos que compõem o caminho metodológico percorrido. A análise das questões referentes ao arcabouço teórico que fundamenta a forma de conceber o objeto de estudo será realizada na seção seguinte.

Mesmo considerando a necessária interação entre as decisões teóricas e as escolhas metodológicas, decidimos abordar esses aspectos separadamente, com o intuito de ressaltar a distinção entre teoria, método, técnica e metodologia de pesquisa. Partindo do pressuposto de que, ao serem utilizados em diferentes contextos, esses termos assumem sentidos variados e,

não raras vezes, são empregados como sinônimos, a análise aqui apresentada se inicia pela explicitação dos significados desses conceitos, segundo os pressupostos aqui estabelecidos¹⁵.

De forma geral, a palavra método denota a ideia de procedimento ou conjunto de procedimentos que devem ser cumpridos para a realização de uma tarefa ou produção de um determinado resultado. Nesse nível de definição, método diz respeito ao modo de fazer algo. No contexto da produção de conhecimento, método é frequentemente descrito como o caminho seguido pelo pesquisador (Gil, 1994).

No entanto, mais do que um compêndio de regras de execução ou um trajeto de pesquisa, “o método é como uma ‘bússola’” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 419). Nessa direção, o método não se limita à mera descrição de passos sequenciais em uma estrutura rígida de investigação. A analogia da bússola trazida por Aróstegui (2006) apresenta o método como um elemento de orientação das escolhas em contraposição à noção de percurso delimitado.

Quando se trata da pretensão de produzir conhecimento científico, o termo método evoca um sentido de diferenciação em relação a outras formas de aproximação entre o sujeito e o objeto pesquisado. Segundo Aróstegui (2006), as características fundamentais que distinguem o conhecimento científico de as outras formas de conhecer são a aplicação de processos sistemáticos e a sujeição a regras de comprovação. Além disso, a produção científica, enquanto processo socialmente construído, também se caracteriza pela participação de outros pesquisadores que revisam e avaliam os estudos elaborados em um determinado campo de saber. Assim, ao empregarmos a palavra método no âmbito de pesquisas acadêmicas, nos referimos a uma maneira de conhecer capaz de garantir o reconhecimento da cientificidade dos resultados obtidos ao final do processo de investigação.

Nesse sentido, de acordo com Aróstegui (2006), um método corresponde ao conjunto de prescrições e de decisões que tem por finalidade garantir a maneira mais adequada de conhecer o fenômeno pesquisado, considerando a questão central do estudo, bem como seus objetivos. Nas palavras do autor:

“Dizemos prescrições porque um método é um conjunto de operações que estão reguladas, que não são arbitrárias, mas que têm uma ordem e uma obrigatoriedade. Mas dizemos também decisões porque um método não é um sistema fechado, mas sim que, dentro de sua ordem de operações, o sujeito que o emprega deve decidir muitas vezes por si mesmo. Em todo caso, há determinadas prescrições às quais o método está indissoluvelmente ligado: as da lógica” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 92).

¹⁵ Neste momento, trataremos dos termos método, técnica e metodologia. A concepção de teoria será abordada na próxima seção.

Dessa forma, ao tratar-se neste trabalho do método de pesquisa, direciona-se a atenção ao conjunto de pressupostos que informam as questões que, inevitavelmente, devem ser enfrentadas no processo de produção de conhecimento sobre o fenômeno que se quer investigar. Em síntese, a partir de Aróstegui (2006), entende-se por método a construção de uma determinada forma de relação entre o pesquisador e seu objeto de estudo com vistas à obtenção de resultados por meio de processos validados pelos pares e, dessa forma, reconhecido como científico.

As técnicas de pesquisa, por sua vez, podem ser definidas como as ações realizadas pelo investigador com o intuito de coletar e analisar os dados que julga relevantes para a produção dos resultados pretendidos. Como nos diz Becker (2022), os cientistas sociais estão sempre à procura de dados que possam sustentar as afirmações que fazem sobre o fenômeno de seu interesse. Assim o autor descreve aquilo que identifica como um círculo de interdependência entre dados, evidências e ideias:

“Os dados nos interessam porque nos ajudam a construir um argumento sobre algo no mundo para o qual eles seriam relevantes. Esperando que os outros possam não aceitar nosso argumento, coletamos informação que, esperamos, vá convencê-los de que ninguém poderia ter registrado a realidade dessa forma se nosso argumento não fosse correto. E a ideia que queremos propor nos leva a buscar tipos de dados, coisas que podemos observar e registrar, que farão esse trabalho de convencer os outros” (BECKER, 2022, p. 20).

Nesse sentido, as técnicas “são o ponto de engate entre a realidade empírica – que é objeto da observação – e a conversão desta em um corpo articulado de evidências para a demonstração de uma hipótese” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 516). Assim, fica evidente que o método não se reduz e não se confunde com a técnica. Enquanto o método orienta a maneira pela qual o pesquisador deve se aproximar do objeto, indicando os problemas que não podem ser ignorados nesse processo, as técnicas constituem formas de coleta de dados.

Ainda sobre as técnicas de pesquisa, vale mencionar a distinção entre técnicas qualitativas e técnicas quantitativas. Contudo, não se trata de abordar a já conhecida celeuma referente à suposta contraposição entre essas duas abordagens. Essa questão já foi satisfatoriamente apontada como um falso problema por diversos autores, em especial por aqueles que advogam pela chamada triangulação metodológica, como em Assis, Minayo e Souza (2005). O interesse nesse tipo de classificação se deve ao fato de que a preponderância de um determinado tipo de técnica acaba por ser utilizada como critério de identificação geral da pesquisa e aparece como um elemento que contribui para a falta de clareza em relação ao método no sentido que se está considerando.

Segundo Aróstegui (2006), basicamente, o que distingue as técnicas qualitativas das técnicas quantitativas é a possibilidade de expressar os dados de forma numérica. Para o autor, as técnicas qualitativas são aquelas que trabalham “com conceitos agrupáveis em classes, mas não suscetíveis de adquirir valores mensuráveis numericamente” e as técnicas quantitativas, por sua vez, “são aquelas que operam com conceitos suscetíveis de tomar diferentes valores ou magnitudes que podem ser expressos como série numérica” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 516).

Na mesma direção, Becker (2022) utiliza o termo qualitativo para se referir ao estudo que busca captar “detalhes e nuances de significado nos variados tipos de material que constituem seu tema e em geral (nem sempre) descreve seus dados em palavras, em vez de números” (BECKER, 2022, 79). Nesse sentido, o qualitativo é associado às palavras e aos sentidos atribuídos ao fenômeno e o quantitativo é vinculado à dimensão numérica e à capacidade de mensuração dos elementos que constituem os parâmetros de análise.

Não é incomum observar, por exemplo, os termos “pesquisa qualitativa”, “método qualitativo”, “abordagem qualitativa”, “técnica qualitativa” e “metodologia qualitativa” sendo utilizados indistintamente. No entanto, o caráter qualitativo ou quantitativo das técnicas empregadas para a coleta de dados não define o método da pesquisa, pelo contrário. As técnicas se subordinam ao método e devem ser utilizadas de forma coerente com os fundamentos que o norteiam. Nesse sentido,

“Quando falamos de técnicas de pesquisa é imperioso não esquecer a estreita relação, necessária e insubstituível, que em uma disciplina sempre liga a teoria, o método e as técnicas. Por isso, raramente se fala de técnicas de pesquisa sem estabelecer primeiro essa clara hierarquização entre o conceitual, os pressupostos do método e as habilidades das técnicas” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 514).

Em relação ao termo metodologia, a confusão com o conceito de método, por exemplo, foi observada nas produções acadêmicas analisadas por Magalhães e Souza (2012). Segundo as autoras, essa dificuldade de diferenciação entre metodologia e método pode ter origem na linguagem frouxa utilizada em textos e manuais de pesquisa científica que servem de referência para os pesquisadores em formação. Autores que não diferenciam estes termos podem estar, de acordo com Magalhães e Souza (2012), favorecendo a repercussão dessa imprecisão conceitual. Nesse sentido, corroborando a hipótese das autoras, podemos observar em Minayo (1994, p. 16-17) – pesquisadora citada em 40,7% dos trabalhos analisados nesta revisão – a referência à diferentes concepções sobre a importância do método para a pesquisa ao tratar do conceito de metodologia.

No entanto, embora sejam termos próximos, metodologia e método não são a mesma coisa. Enquanto o método diz respeito à relação própria que se estabelece entre o sujeito e o objeto da pesquisa, “em síntese, a metodologia implica explicitar como o pesquisador pretende manipular as ferramentas de que dispõe para atingir os seus objetivos” (LUCA, 2021, p. 132). Nesse sentido, a metodologia da pesquisa refere-se à organização interna do processo de investigação propriamente dito, mediante a descrição detalhada das etapas e procedimentos realizados para a coleta, seleção e análise dos dados. Assim, trata-se da comunicação de como o objeto da pesquisa será observado, dos critérios utilizados para distinguir os dados relacionados ao que se quer pesquisar de outros sem relevância para o estudo e de como esses dados considerados pertinentes serão transformados em evidências.

Em resumo, o método comporta os elementos que orientam a aproximação do sujeito ao objeto de pesquisa, informando as questões que não podem ser negligenciadas sob pena do estudo não ser considerado aceitável, as técnicas se referem às diferentes maneiras de observação e coleta de dados, variando entre técnicas de caráter qualitativo ou quantitativo conforme as preocupações predominantes do pesquisador, e a metodologia corresponde à organização interna da pesquisa, apresentada na forma de descrição das estratégias, etapas e procedimentos para a coleta, seleção e análise dos dados sobre o objeto de pesquisa, bem como dos nexos entre esse conjunto de elementos e os objetivos propostos.

Nesse sentido, ao analisarmos as metodologias adotadas na produção acadêmica, é fundamental voltarmos a atenção para o nível de detalhamento e para a intencionalidade dos autores.

A apresentação detalhada do método, bem como das justificativas que fundamentaram essa escolha, é um procedimento fundamental para o processo de revisão pelos pares, uma vez que só é possível analisar a sua adequação à questão central e aos objetivos do estudo se os seus princípios centrais estiverem bem explicitados.

A maioria dos trabalhos não faz nenhuma menção ao método a partir do qual o estudo é organizado. Em geral, os autores referem que a pesquisa tem por base uma abordagem qualitativa e se ocupam em relacionar as diferentes técnicas utilizadas para a coleta de dados. Assim, quando presentes, as justificativas para as decisões de caráter metodológico se relacionam com os supostos benefícios decorrentes das técnicas empregadas para a observação do fenômeno em estudo.

Os poucos trabalhos que fazem menção direta ao método de pesquisa se filiam a grade de análise do materialismo histórico. Utilizando termos como, “método histórico e dialético”

(HORTA, 2009, p. 97), “método dialético” (LIMA, 2010, p. 19; LIMA, 2013, p. 36), “método dialético-crítico” (SOUZA, 2013b, p. 21), “método de pesquisa de Marx” (SOUZA, 2013b, p. 24), “método marxista” (NERY, 2017, p. 16; SANTANA, 2020, p. 93) e “método marxiano” (NERY, 2017, p. 16), todos buscam enfatizar uma adesão à produção teórica de Marx e/ou de autores marxistas. No entanto, a explicação do que vem a ser esse método, bem como a relação dos seus fundamentos centrais com o objeto de estudo em questão são aspectos não aprofundados.

Considerando que a consistência de uma pesquisa depende de sua “capacidade de convencer os pares” (MATTOS, 2015, p. 407), é razoável questionar se é possível isentar o pesquisador da exigência de demonstrar o domínio dos elementos principais que compõem o método que norteia seu estudo, não apenas em forma de transcrição do que já foi produzido, mas, sobretudo, a partir da articulação desses elementos com o problema central levantado no trabalho.

Nesse sentido, ainda tratando dos trabalhos que se declaram ancorados no materialismo histórico, a análise feita por Castro, Falleiros e Fontes (2015) sobre estudos marxistas no campo da saúde evidencia que essas pesquisas possuem características comuns, como a “interligação entre o econômico e o político”, “a noção de classe como processo e como relação”, e a compreensão da “história como possibilidade, ainda que perpassada por fortes elementos de determinação” (CASTRO; FALLEIROS; FONTES, 2015, p. 171). Tais traços apontam para pressupostos e conceitos que, com maior ou menor ênfase, definem aquilo que o pesquisador que adota o materialismo histórico como referencial teórico-metodológico não pode deixar escapar em sua aproximação ao objeto de pesquisa.

Nessa direção, Barros (2017), ao tratar do que é inseparável do materialismo histórico enquanto campo teórico-metodológico, diz o seguinte:

“deve-se aqui ter em vista os três fundamentos centrais do Materialismo Histórico: a ‘Dialética’, o ‘Materialismo’, e a ‘Historicidade Radical’. Se abstrairmos qualquer um desses fundamentos, o Materialismo Histórico deixa de fazer sentido em seu núcleo mínimo de coerência: ou se dissolve, ou se desconfigura, ou se transforma em uma outra coisa” (BARROS, 2017, p. 69).

Assim, segundo Barros (2017), o pesquisador que deseja permanecer nos limites mínimos do materialismo histórico deve considerar também três conceitos que formam seu núcleo duro e que, de certa maneira, derivam da dialética, do materialismo e da historicidade. Diz o autor:

“A noção de ‘Práxis’ – algo que une teoria e prática, ou pensamento e ação em um todo coerente, é de certo modo um desdobramento da Dialética. O conceito de ‘Luta de Classes’ desdobra-se diretamente da combinação entre Historicidade e Dialética (no sentido de que esta envolve, como já veremos, ‘contradições’). ‘Modo de Produção’, por fim, constitui um conceito que busca expressar o núcleo mínimo de Materialidade de uma determinada formação social, embora esse conceito também dependa diretamente dos outros dois fatores – a Dialética (pois todo modo de produção articula certas contradições internas) e a Historicidade (uma vez que os modos de produção modificam-se de alguma maneira continuamente, até que finalmente se transformam em outros modos de produção, já característicos de uma nova formação social)” (BARROS, 2017, p. 70-71).

Essa breve ponderação acerca do materialismo histórico tem como intuito chamar a atenção para o fato de que a escolha do método não é tarefa banal. A afirmação de que a pesquisa parte de um determinado método, seja ele qual for, implica no comprometimento com os seus fundamentos e conceitos centrais, gerando certas expectativas por ocasião da avaliação pelos pares. Sendo assim, deve ser devidamente justificada e guardar coerência com a questão central que norteia o estudo, uma vez que do método depende toda a organização do processo de investigação.

Nesse sentido, observamos que as justificativas para a escolha do materialismo histórico estão mais vinculadas à sua suposta superioridade enquanto forma de se produzir um conhecimento verdadeiro do que com a sua aderência aos problemas enfrentados na pesquisa. É recorrente a afirmação de que se trata da abordagem – única – capaz de evitar que o pesquisador caia nos enganos da superficialidade dos fatos e chegue à essência do fenômeno. Assim, nesses estudos, preside a concepção de que existe uma verdade sobre o objeto de pesquisa que está, de alguma forma, oculta por uma aparência que a distorce e ludibria aqueles que adotam outra forma de aproximação ao fenômeno. Nesse ponto, com o intuito de ressaltar a similaridade dos termos em que a defesa dessa opção metodológica é formulada pelos autores, vale realizar duas citações diretas:

“[...] temos como norte o método histórico e dialético, o qual possibilita estabelecer aproximações sucessivas com a realidade na qual nos inserimos, bem **como captar a verdade** desse movimento através das devidas mediações para uma melhor apreensão do real e suas contradições” (HORTA, 2009, p. 97, grifos nossos).

“Ainda com base no método marxista de análise, buscaremos nos aproximar dos fenômenos em sua essência, posto que este método propõe **ir além da realidade aparente** e busca desvendar as contradições que se encontram por trás das aparências fenomênicas” (SANTANA, 2020, p. 93, grifos nossos).

Além disso, tratando-se de uma produção marcada pela atuação de profissionais de Serviço Social, considera-se que a vinculação dessas pesquisas ao materialismo histórico se dá

também em função da própria aproximação da profissão, sobretudo sua intelectualidade, ao marxismo. Nessa direção, se destaca a justificativa apresentada por Nery (2017):

“O caminho metodológico adotado na pesquisa fundamentou-se no método marxista de análise da realidade. Tal método de análise está alinhado a um projeto classista, a uma visão da sociedade, **além de ser a direção teórica que o Serviço Social defende hegemonicamente**” (NERY, 2017, p. 16, grifos nossos).

Dessa forma, a escolha do materialismo histórico parece ocorrer independentemente das possibilidades e limitações que podem existir em relação à adequação do referencial ao objeto da pesquisa. A prioridade é a vinculação ao método que supostamente conduz à revelação de uma verdade escondida e que se coaduna à abordagem privilegiada pelos pares, sobretudo no interior de uma categoria profissional que o pesquisador julga eminentemente marxista. Assim, a ausência de elementos que apontem para a construção de uma metodologia preocupada com a articulação entre os fundamentos e conceitos centrais do materialismo histórico e o problema central do estudo, bem como com seus objetivos, indicam carência de rigor metodológico.

Dentre as técnicas de pesquisa utilizadas, não há grandes variações nem registro de recursos quantitativos. Em geral, os estudos foram realizados a partir de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas ou questionários fechados cuja quantificação das respostas aparecem em gráficos, quadros ou tabelas, mas apenas com o objetivo de apresentar a consolidação desses dados e facilitar a comparação entre as respostas, não sendo articulada, por exemplo, com as hipóteses do trabalho.

Assim como em relação ao método da pesquisa, também nota-se algumas dificuldades no que se refere ao pleno entendimento do alcance e da própria definição conceitual das técnicas de pesquisa referidas nos estudos. Nesse sentido, chama a atenção a referência à pesquisa bibliográfica no sentido de leitura de livros e artigos, mesmo aqueles não relacionados à assistência social das Forças Armadas, e à pesquisa e análise documental no sentido de discussão do conteúdo de leis, portarias e documentos administrativos considerados relevantes no bojo do arcabouço normativo institucional. No entanto, não são apresentadas informações sobre as buscas, sobre as bases de dados exploradas, as palavras-chave utilizadas ou o período.

Além da forma superficial como as técnicas de pesquisa são descritas, por vezes, encontram-se imprecisões acerca da distinção entre pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, como quando observamos o uso do termo “levantamento bibliográfico” para se referir a busca por estudos acadêmicos e documentos ou a referência a escassa produção teórica sobre a assistência social das Forças Armadas para justificar as dificuldades encontradas por ocasião da realização do levantamento documental.

Mesmo nos trabalhos que se dedicam a apresentar a trajetória da estrutura institucional da assistência social das Forças Armadas ao longo do tempo, não são detalhadas as etapas do processo de pesquisa documental nem os critérios de seleção e procedimentos para análise do material coletado. A ausência da descrição desses elementos, além de impedir que outros pesquisadores interessados no tema possam analisar a pertinência dos resultados desses estudos, indica que a tentativa de se escrever a história da institucionalização da assistência social das Forças Armadas ocorre sem o aprofundamento metodológico que a própria escassez de estudos sobre o tema exige.

3.1.4 Teorias de base

Para avançar na análise da dimensão que foi denominada Teorias de base, é preciso estabelecer o que se entende por teoria e, conseqüentemente, por teorias sociais. Como dito na seção anterior, o que preside a preocupação conceitual é o pressuposto de que a pesquisa científica, independentemente do itinerário das motivações do pesquisador, se dá pela articulação de aspectos teóricos e metodológicos, que devem ser apresentados de forma clara, demonstrando a intencionalidade do autor. Embora tenha-se optado por discutir o conceito de teoria separadamente, relembra-se que, no entendimento que preside a análise, não se pode dissociar teoria e método durante a tarefa de organização de uma pesquisa científica.

Segundo Barros (2017), o termo teoria tem sido empregado de diferentes formas, em especial nas ciências humanas. Para o autor, que se apoia em Merton, essa palavra abarca sentidos que podem variar desde hipóteses de trabalho até complexos sistemas de pensamento. Regressando ao significado atribuído pelos filósofos gregos da Antiguidade, Barros (2017) sustenta que a noção de teoria permanece vinculada à ideia de ver ou conceber algo.

Ainda de acordo com Barros (2017), a relação entre o termo teoria e a ideia de ver varia conforme o conhecimento deixa de ser proposto apenas como resultado de percepções e passa a ser entendido como uma construção. Nesse sentido, as teorias seriam pontos de vistas particulares que interferem na forma como a realidade é observada pelo sujeito que produz o conhecimento. Assim, o autor resume teoria como sendo uma visão de mundo:

“É uma determinada teoria – uma certa maneira de ver as coisas – e seus instrumentos fundamentais, os conceitos, que nos possibilitam formular uma determinada leitura da realidade histórica e social, enxergar alguns aspectos e não outros, estabelecer conexões que não poderiam ser estabelecidas sem os mesmos instrumentos teóricos de que nos valem” (BARROS, 2017, p. 29).

Para Aróstegui (2006), uma teoria é um conjunto de proposições acerca da realidade empírica. Como tal, “a teoria pode referir-se a um fenômeno, a um conjunto de fenômenos, a um processo repetitivo e, também, à própria forma em que se pode conhecer isso tudo” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 88). Nessa trilha de análise, entendemos por teoria uma determinada forma de leitura da realidade que, por meio de seus conceitos constitutivos, define os parâmetros que fundamentam a maneira como o objeto de pesquisa é concebido.

Dessa forma, quando se refere no texto às teorias sociais, está se tratando das diferentes visões de mundo sobre a sociedade, bem como das diferentes formas de explicar um dado fenômeno ou conjunto de fenômenos sociais entrelaçados. Nesse sentido, enquanto dimensão de análise, o que interessa é identificar sobre quais conjuntos de proposições sobre a sociedade os autores se apoiam para formulação de seus objetos de pesquisa.

Como reiterado anteriormente, esta revisão integrativa da literatura baseia-se nas informações sobre o percurso de investigação explicitados nas publicações acadêmicas analisadas. Para cada dimensão analítica considerou-se que a apresentação clara das escolhas e suas respectivas justificativas denota a intencionalidade no processo de produção do conhecimento. Sendo assim, embora seja possível depreender do texto questões referentes à filiação teórica dos trabalhos, são abordadas nesta seção apenas as teorias sociais apresentadas de forma explícita como sendo o arcabouço segundo o qual o estudo é construído.

Nesse sentido, 40,7% trabalhos analisados referem que o estudo empreendido teve como fundamentação teórica as obras de Marx e/ou de autores marxistas. Embora a prevalência desse comprometimento teórico com o marxismo já tenha sido apontada na seção em que se tratou dos métodos e técnicas de pesquisa, chama a atenção o fato de que essa trilha de análise aparece como suficiente para dar conta de todos os aspectos do fenômeno abordado. Ou seja, a crítica marxista ao capital encerra todo o debate proposto.

De modo geral, o que se observa nos estudos sobre a assistência social das Forças Armadas é a discussão de temas já abordados nas ciências sociais a partir de um referencial teórico que privilegia questões de nível macro da sociedade, sendo o campo específico das instituições militares colocado como o lócus do qual emergem os dados empíricos de interesse. No entanto, a articulação entre o tema abordado, a teoria social de base e o contexto institucional não é aprofundada. Além disso, outras questões que também poderiam ser enfrentadas por ocasião da apresentação do referencial teórico, como o próprio conceito de assistência social que instrui o estudo, não recebem um tratamento adequado. Portanto, não são desenvolvidas mediações analíticas entre o âmbito macrossocial e meso-institucional.

Alguns trabalhos têm o cuidado de apresentar as características da profissão militar e mesmo o processo de constituição das Forças Armadas no Brasil. No entanto, o fazem de forma meramente descritiva e sem problematizar como essas instituições interpretam os problemas estudados e dialogam com outros setores e outras políticas públicas que atuam no mesmo campo de intervenção.

3.1.5 Fontes de pesquisa

Em relação às fontes de pesquisa, primeiramente, vale destacar que a maior parte (29,6%) dos estudos não fazem referência a outros trabalhos sobre a assistência social das Forças Armadas. Embora as razões para esse isolamento não possam ser definidas com exatidão, é possível levantar, ao menos, três hipóteses a partir do que já foi analisado. A primeira diz respeito à ausência de pesquisas com o mesmo recorte temático, fato que está associado tanto à escassez da produção nessa área quanto à diversificação de interesses demonstrada no Quadro 4. A segunda hipótese parte das dificuldades metodológicas discutidas anteriormente. Apesar de os autores não indicarem as etapas do processo de levantamento bibliográfico, o que permitiria avaliar sua adequabilidade, erros nesse tipo de pesquisa ou a própria ausência de análise da produção existente são fatores que podem ter influído para a conformação desse quadro. A terceira se relaciona com o fato de os estudos ainda não encontrarem espaços de circulação entre os pesquisadores, como revistas e outros periódicos científicos, ficando restritos aos bancos de dados ou às publicações institucionais.

Em segundo lugar, nota-se que alguns trabalhos exercem grande influência ou, pelo menos, servem de base para novas pesquisas nessa área. Nesse sentido, a Figura 1 demonstra uma concentração de citações ao trabalho de Zacaron (2011), que aparece como referência de 6 (seis) estudos. Além de ser o trabalho mais citado, a referida pesquisa configura uma espécie de padrão de relato sobre a história da assistência social da Aeronáutica, tendo seu texto sido replicado, quase de forma idêntica, em alguns trabalhos.

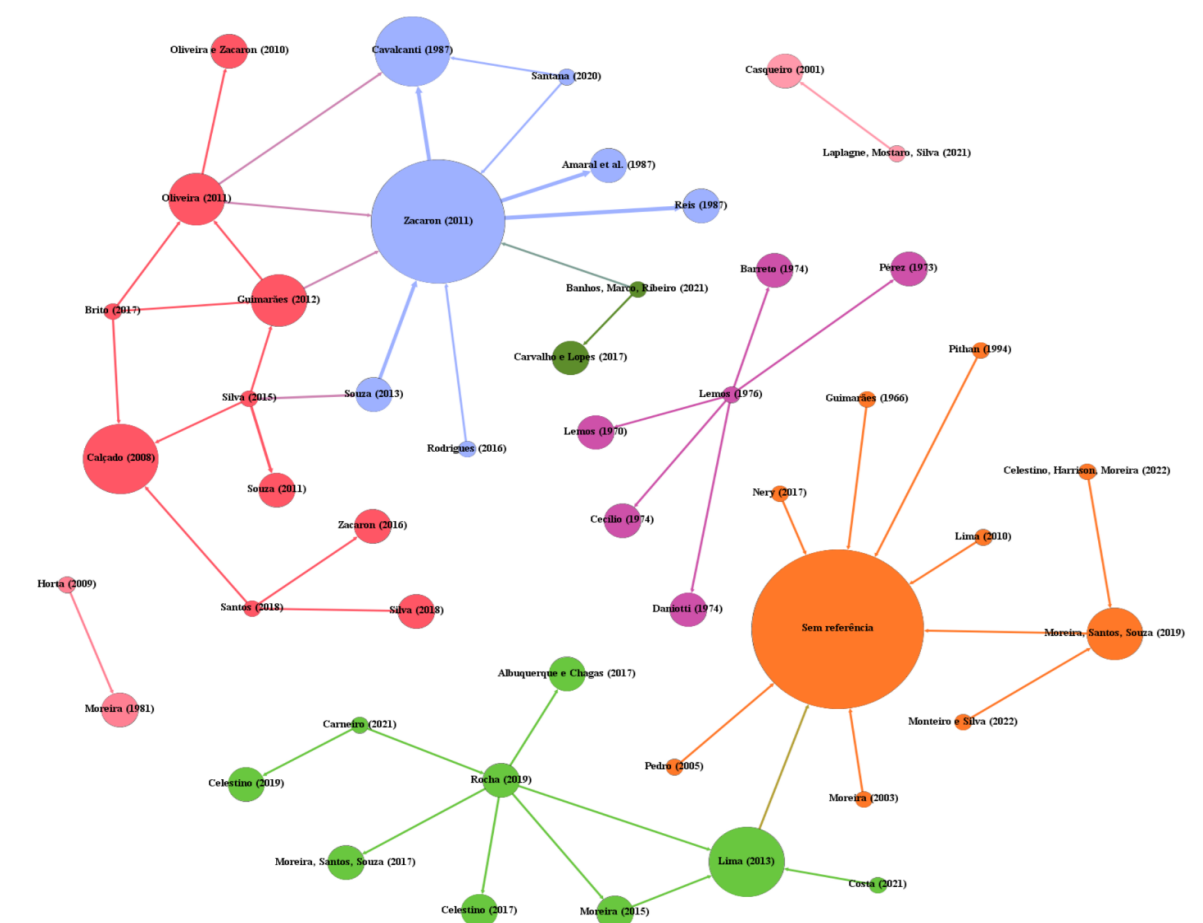
O recurso ao estudo de Zacaron (2011), que tem como objetivo principal analisar o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no Comando da Aeronáutica, ocorre apenas em pesquisas realizadas por autoras também vinculadas à Força Aérea Brasileira. Além disso, com exceção do trabalho de Rocha (2019) que, embora seja uma autora vinculada ao Exército pesquisando sobre a assistência social naquela instituição, recorre aos estudos realizados por autoras vinculadas à Marinha, não foram encontradas indicações de intercâmbios entre as

produções realizadas nas três Forças Armadas. Tal fato denota que a produção teórica neste campo de estudo tende a permanecer circunscrita à instituição na qual o pesquisador está inserido.

Por fim, no que se refere ao tratamento do processo histórico de institucionalização da assistência social das Forças Armadas, é possível notar o afastamento dos pesquisadores em relação às fontes primárias quando encontram um estudo prévio que se ocupa desse tipo de investigação. Dessa forma, os estudos existentes circulam e, à medida que seus resultados não sofrem confrontação por pesquisas posteriores, se consolidam como um relato único no interior das instituições. Tal fato pode provocar, por exemplo, o enraizamento de informações equivocadas, tendo em vista a fragilidade metodológica desses estudos, sobretudo no que se refere à pesquisa documental.

A Figura 1 ilustra os intercâmbios entre a produção teórica do campo de pesquisa em análise.

Figura 1 - Rede de citações dos trabalhos



Fonte: Elaboração própria.

3.1.6 Concepções de assistência social

Nesta dimensão de análise, o primeiro aspecto a ser destacado se refere à inespecificidade com que o termo assistência social é empregado. Nas instituições militares, as ações agrupadas sob esse rótulo abrangem uma vasta gama de questões, como prevenção à dependência química; orientação profissional para jovens; preparação para a reserva/aposentadoria; atenção especial à pessoa idosa e à pessoa com deficiência; afastamento do convívio familiar em virtude do desempenho de atividades profissionais; vulnerabilidade social decorrente de dificuldades financeiras; processos de redistribuição de pessoal; humanização do atendimento ao público, dentre outras. No entanto, não há problematização sobre as razões para que ações sobre demandas tão distintas sejam designadas como assistência social. Em outros termos, não há discussão sobre os atributos que uma ação precisa apresentar para ser designada com o uso desse termo.

Observa-se, contudo, o emprego da expressão assistência social associada à noção de proteção social. Não necessariamente a um conceito bem definido de proteção social, mas a uma ideia que permite que os autores agrupem iniciativas desenvolvidas com o intuito de garantir acesso aos mais variados bens e serviços, incluindo seguros, pensões, cuidados médicos e educação.

Encontra-se tanto em Moreira, Santos e Souza (2019) como em Celestino e Harrison, Moreira (2022) duas referências ao que se está argumentando. A primeira delas se refere à criação, em 1795, do Plano de Montepio Militar dos Oficiais do Corpo da Marinha, apresentado como a primeira iniciativa da Marinha voltada à proteção social. O referido Plano, segundo Moreira, Santos e Souza (2019), destinava-se à manutenção de proventos aos oficiais reformados e ao pagamento de pensão às famílias em caso de morte do contribuinte. No entanto, mesmo atribuindo a esse serviço a lógica própria de um seguro social, uma vez que o acesso ao “amparo financeiro” dependia de contribuições prévias, as autoras defendem que nele residem as formas iniciais da assistência social da instituição.

A segunda referência diz respeito à fundação da AMN em 1919, responsável pelo desenvolvimento do que as autoras identificam como sendo as primeiras ações assistenciais sistemáticas vinculadas à instituição. Vale mencionar que a AMN não constitui um órgão integrante da estrutura administrativa da Marinha, mas a ela se vincula por laços de afinidade, em virtude de ter sido criada por iniciativa de Oficiais da instituição e por ter como finalidade prestar serviços aos membros da Marinha. Assim, as ações da AMN se aproximam do que se

convencionou chamar de filantropia social. Tinha por objetivo “ofertar aos marinheiros opções de alojamento, lazer e instrução, para minimizar a situação social precária vivenciada [...]” (CELESTINO; HARRISON; MOREIRA, 2022, p. 25) e possuía um caráter moralizante. Ainda assim, as autoras não deixam de relacionar essas ações como componentes do desenvolvimento histórico da assistência social da Marinha.

Na mesma direção, Carneiro (2021), em seção intitulada “Primórdios da proteção e da Assistência Social no Exército Brasileiro”, coloca a assistência social na esteira de outras “ações protetivas”, como a criação do Hospital Real Militar e Ultramar no ano de 1769 e a criação, em 1889, do Imperial Colégio Militar. A autora evoca estruturas que tinham como missão, respectivamente, a assistência à saúde e à educação para sustentar o argumento de que a estruturação da assistência social do Exército tem como pano de fundo institucional uma trajetória histórica de desenvolvimento de “iniciativas assistenciais”. Diz a autora:

“Considerando que as iniciativas assistenciais estão emparelhadas à função essencial da Força Terrestre, desde os seus primórdios, entende-se que é preciso compreender a estrutura organizacional que origina a estruturação da assistência social, numa perspectiva administrativa, tendo como base o organograma do EB [Exército Brasileiro]” (CARNEIRO, 2021, p. 30-31).

Percebe-se assim que a assistência social é entendida como um conjunto de ações que compõem um quadro maior de iniciativas que tem por objetivo mitigar os impactos negativos causados por dificuldades enfrentadas por seus beneficiários em diferentes áreas. A assistência social aparece como algo inespecífico, que se soma a outras ações que compartilham da única característica que pode ser identificada nesse contexto: o seu caráter assistencial, ou seja, a sua missão de proteger de alguma contingência quem dela se beneficia.

Nota-se também que as medidas desenvolvidas nessa área são entendidas como um fenômeno em contínuo progresso. As práticas assistenciais estariam em constante evolução, adequando-se cada vez mais aos princípios que norteiam as políticas sociais nacionais. Dessa forma, conforma-se uma analogia linear que localiza as ações julgadas filantrópicas e caritativas no extremo mais rudimentar e as estruturas atuais no ponto mais avançado. Sem apontar distinções substanciais entre as práticas ou qualquer outro elemento pertinente à sua formulação e implementação, a definição de assistência social se limita à descrição da mudança da condição da população alvo, que passa de receptora de um favor para a de detentora de um direito.

Nessa direção, observa-se uma concepção de assistência social que associa o significado desse termo ao status que a prática governamental adquire em determinado momento, mormente, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. O termo assistência social

não é abordado sob o ponto de vista de seu conteúdo, mas exclusivamente pela forma com que se apresenta no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, diversos autores definem assistência social tão somente como um direito:

“Todavia, na conformação da vigente Constituição, o termo *assistência social* apresenta-se redesenhado como *política de proteção social* por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da materialização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)” (CARNEIRO, 2021, p. 21, grifos da autora).

“Nesse processo é fundamental destacar a importância da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Essas legislações resignificaram o conceito da assistência social, situando-a na perspectiva da garantia de direitos, logo dever do Estado e direito de todo e qualquer cidadão. Sem dúvida o reconhecimento da assistência social como direito e não mais como ações pontuais ou práticas de caridade, comumente realizadas pelos comandantes de Organizações Militares e suas esposas ou por militares Capelães, subsidiou a construção da Política de Assistência Social do COMAER [Comando da Aeronáutica] que se materializa através do Plano de Assistência Social, o qual estabelece os atuais programas e projetos sociais e representou um enorme avanço em termos de proteção social no âmbito das Forças Armadas” (SANTANA, 2020, p. 24).

“Na mesma década começa a ser estruturada a seguridade social brasileira, constituída pelas políticas de saúde, assistência social e previdência social, a partir da promulgação da Carta Magna de 1988. Sabemos que antes do documento constitucional a política de assistência social era tratada com um caráter de favor, caridade, filantropia, assistencialismo. Assim, a constituição do direito à assistência social é recente na história do Brasil, haja visto que durante muitos anos expressões da questão social estiveram ausentes das formulações de políticas públicas no país e muitos são os desafios para a efetivação dos direitos sociais” (RODRIGUES, 2016, p. 95).

Assim, ao tentarem apontar o que consideram ser a assistência social, alguns autores apenas argumentam sobre a existência de uma forte distinção entre assistência social e outras práticas, como o assistencialismo, indicando como critério para tal o reposicionamento da população alvo de sujeito que espera pelo favor incerto e motivado por virtudes para o lugar de quem pode reivindicar um direito a quem tem o dever de provê-lo. Trata-se, portanto, de uma concepção estreita, uma vez que se restringe a mencionar o aspecto formal da assistência social. A discussão sobre o que caracteriza as medidas enquadradas nessa área, por sua vez, não é objeto de atenção.

3.1.7 Institucionalização

O conceito de institucionalização que norteou esta revisão se refere ao processo por meio do qual uma determinada prática surge e adquire estabilidade no âmbito de uma organização. Assim, as questões tratadas nesta dimensão de análise relacionam-se tanto às

iniciativas apontadas na literatura como precursoras da assistência social das Forças Armadas como à trajetória dessas estruturas.

Primeiramente, observou-se que 88,9% dos estudos indicaram elementos relativos ao surgimento da assistência social como um setor definido na estrutura administrativa da instituição pesquisada. No entanto, apenas 25,9% dos trabalhos levantam hipóteses sobre as razões que levaram a instituição a investir no desenvolvimento de ações nesta área.

Essas hipóteses são marcadas por quatro aspectos. O primeiro diz respeito ao entendimento do autor sobre o propósito institucional da assistência social. Ou seja, aquilo que é percebido como contribuição da assistência social para a instituição é descrito como sendo a explicação para a sua institucionalização, como se o seu desenvolvimento fosse resultado de decisões puramente racionais e utilitaristas. Em geral, os benefícios advindos da assistência social são vinculados ao aumento da produtividade e a manutenção da capacidade de pronto emprego das tropas. Vale destacar que esse tipo de argumentação está presente em estudos publicados em diferentes períodos, como pode ser observado nas seguintes citações:

“Uma vez aceito como verdade que qualquer instituição – seja ela o próprio Estado, o Exército, a Empresa pública ou privada, por exemplo – a par do desejo natural de se realizar materialmente, o que na maioria das vezes se traduz pelo contínuo aumento da produtividade, deve também impositivamente cumprir o papel social que lhe compete, dentro do qual se sobressai indiscutivelmente a Assistência Social [...]” (LEMONS, 1976, p. 4).

“Do ponto de vista eminentemente militar, a proteção objetivada por meio de ações de saúde, educação e assistência social desempenhava (e ainda desempenha) a função de preservar a coesão e sustentar os princípios, os valores e a estabilidade institucional, mantendo assim, as condições necessárias para o seu pronto emprego” (CELESTINO; HARRISON; MOREIRA, 2022, p. 23).

O segundo evoca ganhos motivacionais e o reconhecimento da necessidade de valorização dos recursos humanos. Trata-se de justificativas fundamentadas na ideia de que a instituição deve, de alguma maneira, assumir certas responsabilidades em relação às condições de vida do seu pessoal e dos respectivos grupos familiares, extrapolando assim os limites da atenção restrita aos serviços de saúde e de aperfeiçoamento técnico-profissional destinados aos militares. As citações abaixo demonstram essa vertente.

“Um fator importante para a formação de um Exército eficiente e capaz é a motivação de seus componentes. Nos dias atuais, em que o país enfrenta grandes dificuldades e, por consequência, suas instituições, avulta de importância o amparo social ao homem de maneira a amenizar suas agruras financeiras e sociais, sendo um fator motivador para a carreira militar um bom serviço assistencial e previdenciário que ampare o militar e seus dependentes” (PHITAN, 1994, p. 7).

“A Compreensão de que o militar é o componente essencial de um exército e tudo deve ser dirigido para valorizá-lo, pessoal e profissionalmente, exige um empenho

firme na implementação e desenvolvimento de atividades direcionadas para esse fim, que não pode prescindir de medidas assistenciais voltadas para uma crescente melhoria do seu bem estar social e da qualidade de sua vida” (PEDRO, 2005, p. 19).

O terceiro aspecto remete ao dever do superior hierárquico em zelar pelos seus subordinados, enfatizando que a atenção e o cuidado com o bem-estar do pessoal são qualidades esperadas do líder qualificado. A assistência social, então, é associada a questões que dizem respeito ao exercício da boa liderança, sendo instrumentalizada e incluída no rol de atividades que compõem a política institucional de gestão de recursos humanos.

“É dever dos chefes zelar pelo bem-estar e tranquilidade de seus subordinados, ajudando-os dentro dos padrões de disciplina e ética militar e permitir que esta ajuda se estenda aos familiares” (PHITAN, 1994, p. 7).

O quarto e último aspecto observado vincula a institucionalização da assistência social a fatores macrossociais e coloca no centro da argumentação o envolvimento do país em conflitos armados. Há o estabelecimento de uma relação direta entre o contexto social, político e econômico nacional com as alterações que podem ser identificadas na instituição militar em matéria de assistência social. Esse tipo de argumentação, mesmo não excluindo totalmente os fatores internos, subordina esses elementos às mudanças ocorridas em um nível mais amplo. Os estudos sobre o caso da Marinha recorrem com frequência a essa gama de hipóteses, como descrito nas citações a seguir.

“No presente artigo argumentamos que no Brasil, em semelhança a outras nações que participaram, direta ou indiretamente, dos eventos de guerra, a assistência social apesar de ter suas protoformas vinculadas às ações caritativas e filantrópicas é sistematizada, de forma objetiva, dada a uma demanda advinda do contexto de guerra” (CELESTINO; HARRISON; MOREIRA, 2022, p. 21).

“Esse desenvolvimento, Segundo Moreira, Souza e Santos (2019), foi influenciado não só por fatores endógenos à Marinha, mas, também, pela conjuntura nacional, marcada tanto pela participação da País na Segunda Guerra Mundial quanto pela redefinição do papel do Estado no enfrentamento à questão social a partir de 1930” (MONTEIRO e SILVA, 2022, p. 41).

Em uma direção bastante similar, encontra-se o trabalho de Alain Vilbrod (2000) que, ao abordar o papel e a missão das medidas mais gerais de promoção da autonomia e prevenção das contingências sociais¹⁶ nas Forças Armadas francesas, identifica cinco conjuntos de

¹⁶ Vale ressaltar que o léxico e os conceitos usuais no campo da assistência social na França apresentam diferenças significativas em relação ao caso brasileiro. Na obra de Alain Vilbrod (2000), o termo *action sociale* – que seria traduzido como ação social – corresponde ao conjunto de medidas de promoção da autonomia, exercício da cidadania e prevenção de vulnerabilidades sociais, enquanto o termo *assistance sociale* – assistência social – se restringe a intervenção voltada para a melhoria das condições objetivas de vida. No entanto, para os objetivos destas reflexões, será empregado apenas o termo assistência social – no sentido de conjunto de medidas voltadas para o atendimento das demandas sociais do público concernido.

missões desempenhadas pelos serviços assistenciais, dentre os quais destacam-se apenas três: aumento do moral das tropas, contribuição para o papel social do Comando e fortalecimento da coesão e do sentimento de pertencimento.

Para Vilbrod (2000), liberar os militares das preocupações materiais, ou melhor, de todas as suas preocupações individuais, contribui para a obtenção de uma maior disponibilidade desses profissionais – no sentido de tornar cada vez mais indefinidos os limites entre tempo de trabalho e vida privada. Segundo o autor, na medida em que a assistência social se ocupa das dificuldades particulares que se apresentam aos militares – clara política de gestão de recursos humanos –, esses indivíduos podem se sentir tranquilizados ao serem requisitados para missões que implicam o seu afastamento do núcleo familiar, por exemplo. Nesse sentido, a assistência social é considerada um componente do caráter operacional das Forças Armadas francesas, uma vez que se reconhece sua contribuição para o aumento da disponibilidade e manutenção do equilíbrio emocional dos indivíduos.

Além do sentido descrito linhas acima, o termo disponibilidade também pode ser entendido como maior adesão ou dedicação pessoal aos objetivos propostos pela instituição. Dessa forma, a família passa a se constituir o alvo prioritário das ações desenvolvidas no âmbito da assistência social – atenção às esposas de militares após mudança de localidade de domicílio, facilitação do acesso aos serviços de saúde para a família de militares em missões no exterior, promoção de atividades socioeducativas para crianças e adolescentes etc. Em suma: elevação do moral da tropa por meio da atenção dada às adversidades particulares que se converte em disponibilidade para a instituição.

Segundo Vilbrod (2000), a assistência social também serve para expressar o papel social do Comando – nos diversos escalões em que se exerce o comando das tropas, incluindo o Alto Comando –, no sentido da valorização da pessoa humana que se dedica à defesa da nação. Além disso, o autor faz referência à relação entre a qualidade dos militares e a qualidade do seu comando. Atender às demandas sociais dos militares não significa exclusiva preocupação com as dificuldades vivenciadas por eles, mas também com a possibilidade de demonstrar capacidade de liderar e manter a tropa motivada. Dessa forma, a organização da assistência social e sua divulgação junto aos Oficiais que exercerão ou poderão exercer o comando das tropas traduzem o reconhecimento das atribuições sociais das Forças Armadas – embora as Forças Armadas sejam a instituição por meio da qual o Estado revela sua capacidade de suspender e/ou negar certas liberdades individuais aos militares e exigir a renúncia do bem maior: a vida.

No que se refere à contribuição da assistência social para o fortalecimento da coesão e do senso de pertencimento a uma comunidade especial¹⁷, é preciso salientar que, de acordo com Vilbrod (2000), existe uma política de assistência social comum a todas as Forças Armadas francesas cujo órgão central é o Ministério da Defesa, diferentemente do caso brasileiro no qual as três Forças Armadas desenvolvem ações na área da assistência social de forma bastante dispersa tendo apenas um vínculo ainda muito tênue por meio de diretrizes emanadas pelo Ministério da Defesa¹⁸. Nesse sentido, segundo o autor, ao oferecer serviços iguais aos militares de todas as Forças Armadas, respeitando obviamente possíveis demandas específicas, a assistência social contribui para a superação das diferenças e rivalidades existentes entre as casernas, favorecendo a aproximação dos militares e a adesão aos objetivos da Defesa entendidos como superiores e razão última dos objetivos das Forças Armadas.

Nessa direção, percebe-se que as hipóteses apresentadas nos estudos analisados tendem a explicar a institucionalização da assistência social a partir da função que ela desempenha na instituição e dos acontecimentos que marcam o contexto macrossocial que circunscreve o período de implementação das iniciativas identificadas como pioneiras nessa área no âmbito das Forças Armadas. Não estão presentes, contudo, problematizações sobre as ideias e representações sociais compartilhadas pelos atores que intervêm nesse processo, nem sobre como efetivamente os atores que atuam na assistência social das instituições militares interpretam e assimilam internamente os eventos que tensionam a sociedade brasileira.

A maior parte dos estudos (62,9%) apresenta dados sobre a trajetória da assistência social ao longo do tempo. Em geral, são descritas as alterações identificadas na base normativa que fundamenta as ações desenvolvidas nessa área a partir de uma abordagem estritamente cronológica, ou seja, a ordenação do tempo e dos eventos na sequência em que ocorrem. Assim, a trajetória histórica da assistência social nas instituições militares é reconstruída no formato de linha do tempo, favorecendo a correlação entre as datas de atos administrativos considerados relevantes e outros fatos observados no mesmo período.

Nesse sentido, são frequentes as associações entre os movimentos observados na profissão de Serviço Social e nas estruturas das políticas sociais e os eventos apontados como pontos de inflexão na assistência social das Forças Armadas. São especialmente citados os

¹⁷ No caso francês, todo público concernido é abrangido pela expressão *personnel de la défense* (pessoal da Defesa) – uma comunidade que, apesar de reconhecer a identidade de cada Força singular, reúne os militares em uma comunidade maior. Embora existam distinções entre as Forças Armadas, o conceito de pessoal da defesa aproxima os militares na medida em que os torna igualmente diferentes em relação aos que não são militares.

¹⁸ Ver Lima (2013).

processos de regulamentação de direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, que se desenvolvem no curso da década de 1990, como fatos que motivaram movimentos de adequação do arcabouço normativo existente nas instituições militares.

“Em 1992, houve a primeira reformulação da legislação do Sistema de Assistência Social do Comando da Aeronáutica, com vistas a adequar a legislação institucional vigente aos avanços vividos pelo Brasil, tais como: a promulgação da Constituição Federal de 1988, as Leis Orgânicas de Saúde, de 1990, que dispõem sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente, também de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (ZACARON, 2011, p. 60).

Além da influência das inovações na legislação social do País, também são apontados os documentos normativos publicados pelo Ministério da Defesa em matéria de assistência social como fatores impulsionadores de mudanças no interior das Forças Armadas. Segundo Lima (2013), o impacto da ação normatizadora empreendida pelo Departamento de Saúde e Assistência Social do Ministério da Defesa, marcada sobretudo pela publicação da Política de Assistência Social das Forças Armadas em 2006, pode ser observado no movimento de revisão dos documentos que regulam as atividades de assistência social ocorrido nas três Forças Armadas. De acordo com Costa (2021), por exemplo,

“[...] os serviços socioassistenciais oferecidos para os integrantes das instituições das forças armadas ganham solidez com a criação de uma Política de Assistência Social (PASFA) específica para os membros de tais organizações, integrante da Proteção Social dos Militares, aprovada pela Portaria Normativa nº 1173 do Ministério da Defesa (MD), no dia 06 de setembro de 2006” (COSTA, 2021, p. 33).

Um aspecto relevante na análise da trajetória da assistência social das Forças Armadas é a identificação de atores com capacidade de promover alterações em sua institucionalidade. O estudo de Moreira (2003), que se detém ao caso da Marinha, aponta que determinados atores, em virtude de sua posição na estrutura administrativa e hierárquica da instituição, interferiram diretamente na trajetória da assistência social e produziram mudanças significativas monocraticamente.

Embora a autora ressalte o protagonismo dos profissionais que atuam na assistência social na construção de respostas às demandas institucionais, o que chama a atenção em dois eventos descritos é a possibilidade das estruturas dedicadas a essa área serem fortemente impactadas por decisões individuais.

O primeiro acontecimento a ser destacado ocorreu em 1987 e se refere à intenção do Diretor Geral do Pessoal da Marinha de extinguir o Serviço de Assistência Social da Marinha (SASM), órgão responsável à época pela coordenação e supervisão técnica das atividades de

assistência social da Marinha. Segundo Moreira (2003), na avaliação do referido Diretor-Geral, o SASM não desempenhava adequadamente sua missão precípua, razão que justificava a sua descontinuidade.

Conforme descrito pela autora, após a apresentação de argumentos favoráveis à existência de um órgão com a atribuição de centralizar o processo de planejamento e gestão da assistência social da Marinha, o SASM foi mantido e iniciou-se um processo de elaboração de programas específicos e de reformulação das normatizações existentes na instituição. Moreira (2003) indica que uma mudança importante decorrente desse processo foi a defesa de prerrogativas dos profissionais de Serviço Social.

“O plano também estabelecia que o serviço social deveria ser prestado, na instituição, por assistentes sociais legalmente habilitados. Coloca, ainda, o assistente social como o responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros, disponibilizados na instituição, destinados à assistência social. [...] O plano foi aprovado pelo Diretor Geral do Pessoal da Marinha, o qual estabeleceu um novo prazo (3 meses) para que se elaborassem os programas do serviço social, uma vez que, até aquele momento, as ações da Marinha na área social eram normatizadas por documentos institucionais chamados SOCIOMARINST, os quais previam que o serviço social da instituição poderia ser exercido por qualquer pessoa nomeada, fato que tornava necessária sua reformulação” (MOREIRA, 2003, p. 62).

O segundo evento que merece menção no que se refere ao impacto provocado por intervenções individuais diz respeito à criação, em 1993, do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Esquadra (SAIPE). De acordo com Moreira (2003), essa iniciativa, promovida pelo Comandante-em-Chefe da Esquadra, tinha como proposta oferecer atendimento nas áreas de Serviço Social, Direito, Psicologia, Psiquiatria e Capelania, e tinha como base quatro parâmetros básicos: “a) o trabalho interdisciplinar; b) a descentralização dos atendimentos; c) o estímulo às potencialidades do homem; e d) o enfoque preventivo” (MOREIRA, 2003, p. 65).

Segundo a autora, por ocasião da assunção ao cargo de Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, o idealizador do SAIPE investiu na ampliação desse modelo para toda a Marinha. Assim, em 1994, foi criada a sistemática do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (SAIPM) que passou a ser implementada pelos Núcleos do SAIPM (N-SAIPM).

Esses processos presentes na pesquisa de Moreira (2003) demonstram a suscetibilidade da instituição de sofrer alterações em razão de ideias defendidas por atores individuais que, em virtude da posição que ocupam na estrutura institucional, são capazes de promover mudanças na forma como as questões na qual atuam são endereçadas pela Marinha. Fica patente que as transformações ocorridas ao longo do tempo na estrutura da assistência social da Marinha podem ser produto de intervenções que, unilateralmente, impuseram a necessidade de serem

operados rearranjos tanto no arcabouço normativo quanto na disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros.

Em que pese alguns estudos identificarem momentos de inflexão no direcionamento da assistência social das instituições pesquisadas, não foram encontradas problematizações que abordassem o sentido das continuidades e rupturas decorrentes das mudanças apontadas. Em geral, são salientadas as alterações institucionais que, segundo os autores, representam avanços qualitativos, seja em termos do aumento do respaldo normativo às atividades desenvolvidas, da ampliação dos recursos disponíveis ou do fortalecimento da posição dos profissionais envolvidos com base no reconhecimento do saber técnico-científico da intervenção realizada.

Nesse sentido, a trajetória histórica da assistência social das Forças Armadas é descrita como um processo linear e ascendente. Ou seja, o percurso desse setor é apresentado como uma evolução marcada por uma sequência de eventos que resultaram em melhorias. A imagem construída nos trabalhos analisados é de aperfeiçoamento contínuo, no qual cada nova fase é considerada mais adequada do que a anterior. Dessa forma, o desenvolvimento da assistência social ao longo do tempo pode ser resumido como a passagem de formas improvisadas, desorganizadas e meramente voluntaristas à estruturação de serviços técnicos e planejados de acordo com uma lógica bem definida.

Não estão presentes nessas descrições os recuos, as continuidades de práticas que remetem àquilo que é referenciado como as protoformas da assistência social, nem as maneiras como ideias e representações sociais, expressas nos objetivos e justificativas das ações, vão se perpetuando no interior desse setor.

Sendo assim, notou-se que o processo de institucionalização da assistência social das Forças Armadas e a trajetória dessas ações ao longo do tempo têm sido tratados como um componente da análise institucional realizada pelos autores com o objetivo de apresentar alguns determinantes sócio-históricos considerados relevantes para a compreensão do objeto central de suas pesquisas.

A partir da análise dos trabalhos incluídos nesta revisão, é possível concluir que a produção científica sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras tem privilegiado a investigação sobre a prática profissional dos assistentes sociais e/ou à intervenção proposta pelo Serviço Social para o atendimento das demandas próprias desse contexto institucional. Embora diversos outros temas sejam abordados, as estratégias e a organização do trabalho dos profissionais envolvidos na execução das ações assistenciais aparecem como as preocupações mais recorrentes. Nessa direção, a trajetória histórica dessas ações surge nos estudos

majoritariamente como um componente da análise institucional com o objetivo de apresentar ao leitor alguns determinantes sócio-históricos considerados relevantes para a compreensão do objeto central da pesquisa.

No que se refere às justificativas para a realização dos estudos, ressaltam-se três aspectos: a necessidade de maior clareza e articulação entre a justificativa, a relevância e o interesse pelo estudo; a forte presença do argumento que indica a assistência social das Forças Armadas como um campo de estudo negligenciado; e a recorrência de explicações que tem por base a ideia de “conhecer mais para melhor intervir”. O resgate histórico da assistência social apresentado nos estudos não menciona a importância de abordar tal tema para além da mera contextualização.

A respeito dos percursos metodológicos construídos para o enfrentamento das questões endereçadas nos estudos em análise, destaca-se a fragilidade de articulação entre teoria, método e técnicas de pesquisa. Nota-se a preocupação em descrever, ainda que de forma pouco detalhada, as técnicas utilizadas e o processo de coleta de dados, mas, de modo geral, o tratamento dado à metodologia da pesquisa não abarca a conceituação do método específico que instruiu a observação do fenômeno – e como as técnicas escolhidas encontram sua coerência a partir disso – e nem a sua necessária articulação com o referencial teórico de base. Além disso, ao tratarem da história da assistência social das Forças Armadas ou, na maioria dos casos, da inserção do Serviço Social nas instituições militares, nenhum trabalho analisado oferece um detalhamento das etapas seguidas no processo de levantamento dos dados apresentados.

Nessa direção, vale mencionar que alguns trabalhos fazem afirmações sobre datas e episódios considerados importantes no percurso da assistência social nesse contexto institucional sem citar nenhum tipo de vestígio histórico. Veja-se, por exemplo, os casos representados pelas duas citações abaixo.

“O Serviço Social na Marinha do Brasil tem sua origem com a criação da ‘Casa de Marcílio Dias’. A instituição de natureza filantrópica foi criada em 1926 por esposas de Oficiais e tinha como objetivo prestar assistência social e educacional a filhos de Praças da Marinha do Brasil. As ações de benemerência praticadas na ‘Casa de Marcílio Dias’ mostram-se similares a política assistencialista desenvolvida pelo empresariado neste período, que segundo Carvalho e Iamamoto (2011) se davam como um mecanismo para formar obrigações, de constituir súditos e aliviar as tensões sociais, atividade necessária a manutenção do seu sistema de dominação política e social” (NERY, 2017, p. 85-86, grifos nossos).

“O Serviço Social na MB data de 1946, com a criação pela Diretoria de Pessoal Militar da Marinha (DPMM), da Divisão de Conforto e Assistência, que tinha sob sua subordinação a Seção de Conforto e Assistência Social. [...] Entretanto, somente a partir de 26 de fevereiro de 1996 que a profissão se consolida, com a criação da

Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM) com a missão de contribuir para o bem-estar social dos militares e servidores civis da MB ativos e inativos, de seus dependentes e pensionistas” (SILVA, 2015, p. 72, grifos nossos).

No primeiro caso, Nery (2017) afirma que o Serviço Social surge na Marinha no ano de 1926 no contexto das ações de benemerência realizadas pela Casa de Marcílio Dias. No entanto, a autora não apresenta as fontes históricas que apontam o emprego desse tipo profissional na execução dessas atividades específicas, não cita que a referida instituição não fez parte da estrutura administrativa da Marinha e também não menciona o fato de que as intervenções propostas pelos idealizados da Casa Marcílio Dias nem sequer chegaram a ser implementadas como havia sido amplamente divulgado¹⁹.

O segundo caso trazido para ilustrar a importância da indicação dos vestígios históricos em pesquisas que buscam empreender análises a partir de uma perspectiva histórica refere-se à afirmação feita por Silva (2015) a respeito da consolidação do Serviço Social na Marinha. Segundo a autora, a profissão alcança esse estágio em 1996 por ocasião da criação da Diretoria de Assistência Social da Marinha. No entanto, não é mencionado que a referida diretoria já havia sido criada em 1968 pelo Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968, e extinta em 1977 pelo Decreto nº 79.555, de 19 de abril de 1977, nem as evidências que corroboram a asserção de que apenas no final da década de 1990 o Serviço Social se consolida na Marinha.

No que se refere às teorias que fundamentam os estudos analisados observa-se que aqueles que apresentam de forma explícita uma filiação a uma teoria social são os que se propõem a realizar uma leitura marxista das questões da sociedade. De modo similar ao destacado sobre os problemas de método, a apropriação do que aparece nos estudos sob a rubrica de “teoria de Marx” remete o leitor a um conjunto de conceitos que dão conta de dinâmicas de nível macro da sociedade, mas que pouco ou em nada são articulados com as particularidades do contexto institucional em tela. Assim, questões sensíveis relacionadas a temas já de longa data abordados nas ciências sociais são comparadas e transpostas para as Forças Armadas na ausência de problematizações que levem em consideração as formas peculiares como essas instituições são afetadas pelos processos econômicos, sociais, políticos e culturais que permeiam a sociedade da qual fazem parte.

A análise dos intercâmbios entre os trabalhos produzidos sobre a assistência social das Forças Armadas indica que os resultados das pesquisas circulam predominantemente entre pesquisadores vinculados a mesma instituição de interesse. No que se refere ao tratamento do

¹⁹ A Casa Marcílio Dias será devidamente abordada no Capítulo 4.

percurso histórico das medidas de assistência social nesse contexto institucional, tal fato, aliado a falta de investimento dos autores na realização de levantamentos e pesquisas documentais próprias, favorece a repetição de informações e a cristalização de um discurso quase unânime, mesmo sendo flagrante a necessidade de maior detalhamento do processo de pesquisa que serviu como referência. Assim, destacamos a influência de Zacaron (2011 e 2016) para os pesquisadores da Força Aérea Brasileira e de Moreira, Santos, Souza (2019) no âmbito da trajetória histórica da assistência social da Marinha. Sobre o Exército, temos o trabalho único de Rocha (2019) que, por falta de estudos dedicados a essa instituição publicados após o ano de 2019, não é possível indicar sua penetração e influência neste campo de pesquisa.

Por fim, sobre as concepções de assistência social destaca-se a ausência de discussão a respeito do que se pretende representar com o emprego desse termo, o que causa a impressão de que seu uso é inespecífico. A referência à noção de proteção social e o agrupamento de ações em atendimento a demandas de áreas bastante distintas sob a nomenclatura de assistência social são elementos que permitem afirmar que o caráter assistencial de uma medida institucional é o principal atributo para o seu enquadramento nessa área. Além disso, a definição do termo unicamente pela forma como se apresenta no quadro das políticas públicas sem qualquer reflexão sobre o conteúdo das ações propriamente ditas demonstra que os pesquisadores não têm se interessado em questões conceituais.

Assim, apesar das limitações desta revisão, sobretudo no que se refere à dificuldade de distinção entre a trajetória histórica das medidas de assistência social desenvolvidas nas Forças Armadas brasileiras e a própria inserção do Serviço Social nessas instituições, a análise realizada contribuiu para a identificação de lacunas significativas, dentre as quais destacam-se: ausência de problematizações a respeito dos processos de institucionalização da assistência social das Forças Armadas, bem como de discussões sobre as concepções de assistência social que informam a formulação e implementação das intervenções nesse campo.

Tal contribuição aponta para a necessária realização de novos estudos que, com base em um percurso metodológico rigoroso e adequado ao objeto de pesquisa, podem ajudar na compreensão de como as instituições militares incorporam em seu arcabouço normativo e em sua estrutura institucional práticas reunidas sob o nome de assistência social.

4 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO SETOR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MARINHA DO BRASIL: DO VOLUNTARISMO AO TECNICISMO

A institucionalização da assistência social da Marinha tem sido abordada na literatura como um processo composto por duas fases. A primeira se refere ao surgimento de ações privadas que, mesmo idealizadas por militares, eram implementadas fora da estrutura organizacional da Marinha. Tratava-se, portanto, de ações de caráter voluntário. A segunda fase, por sua vez, é representada por ações desenvolvidas internamente. Ou seja, medidas adotadas por órgãos pertencentes à estrutura administrativa da Marinha. Nesse sentido, as ações dessa fase indicariam não só a inclusão da assistência social na agenda institucional, mas também o reconhecimento da necessidade de serem formuladas e implementadas propostas de intervenção próprias.

O principal exemplo de ação privada presente nos estudos sobre o tema é a fundação da AMN em 1919. Com o objetivo declarado de “proporcionar aos marinheiros brasileiros, tanto de guerra como mercantes, os elementos necessários ao seu aperfeiçoamento físico, moral e intelectual” (O IMPARCIAL, 28 dez. 1919, p. 3), o surgimento da AMN, apontada como a primeira instituição de assistência social voltada aos militares da Marinha, tem sido vinculado a um processo de reflexão sobre as condições de vida dos marinheiros no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial (ASSOCIAÇÃO ABRIGO DO MARINHEIRO, 2019).

Os relatos divulgados pela AMN sugerem que a principal motivação para a implementação dessa iniciativa foi atender a demandas de marinheiros que vinham servir na cidade do Rio de Janeiro, oriundos de diferentes localidades do país, e não tinham residência fixa. Tal situação, que obrigava esses militares a se alojarem permanentemente nas unidades em que estavam lotados, inclusive nos navios, teria mobilizado Oficiais da Marinha a buscar meios de proporcionar uma alternativa de pernoite seguro para esse segmento específico.

No que diz respeito às ações internas da Marinha, observa-se a frequente menção à criação da Divisão de Conforto e Assistência da Diretoria de Pessoal da Armada (DPA), em 1946, como sendo a primeira medida da Marinha nessa direção. Identificado como D.P. 6, esse novo elemento organizacional surge no bojo da reestruturação da DPA proposta ao Presidente da República pelo Vice-Almirante Jorge Dodsworth Martins, então Ministro da Marinha, em 27 de março de 1946 (BRASIL, 1946a).

O objetivo das mudanças a serem introduzidas era racionalizar o trabalho desenvolvido pela DPA com vistas a aumentar a eficiência do órgão, uma vez que o regulamento em vigor à

época, aprovado pelo Decreto nº 16.461, de 7 de Maio de 1924 (BRASIL, 1924), não atendia mais às necessidades da Marinha. Assim, dentre outras alterações, o Decreto nº 20.974, de 12 abril de 1946 (BRASIL, 1946b), que aprovou e mandou executar a nova regulamentação para a DPA, incluiu no rol de atividades daquela Diretoria, por meio da alínea f do seu artigo 2º, a atribuição de promover medidas voltadas ao “conforto, a previdência e a assistência social do pessoal, inclusive esportes e uniformes” (BRASIL, 1946b).

No entanto, embora sejam sempre apontadas como protoformas das ações de assistência social da Marinha, tanto a fundação da AMN quanto a criação da D.P. 6 não figuram como objeto de análise na literatura. De modo geral, a referência a essas instituições se dá no sentido de registrar o que seria o marco temporal que delimita o momento de origem de uma nova abordagem das questões atinentes à assistência social na instituição.

Os trabalhos que buscam avançar para além da mera ordenação cronológica de eventos, apresentando hipóteses sobre os processos que produziram as mudanças observadas na institucionalidade da assistência social da Marinha, são realmente escassos. Três artigos se destacam, a saber: Moreira, Santos e Souza (2017), Moreira, Santos e Souza (2019) e Celestino, Harrison e Moreira (2022).

Contudo, a análise desses estudos revela que as propostas de explicação do fenômeno assumem que as ações observadas, sejam elas iniciativas externas ou internas, são produtos do contexto social, político e econômico mais amplo no qual estão inseridas, sem detalhar as bases empíricas que serviram de evidências dessas relações, sobretudo quando o cenário de guerra ou pós-guerra é apontado como elemento preponderante para o surgimento das medidas de assistência social voltadas aos militares.

Mesmo quando se observa um considerável esforço dos autores em estabelecer relações entre as ações da Marinha e o desenho institucional da assistência social no Brasil, principalmente tendo como referência as inovações promovidas pela Constituição Federal de 1988, não são apresentados vestígios históricos que demonstrem como as mudanças no plano geral da sociedade mobilizaram os atores vinculados à Marinha a repensarem suas estratégias de intervenção nesse campo.

Assim, não se encontram na literatura pesquisas históricas que abordem, por exemplo, as ideias e representações sociais compartilhadas pelos atores envolvidos nas ações identificadas; os processos que permitiram que a assistência social, entendida como uma ação de caráter pessoal, voluntário e, portanto, externa à instituição, fosse incluída no rol das questões que deveriam ser endereçadas internamente pela Marinha ao ponto de ser constituída

como um setor de atuação sistemática; e as relações efetivas entre as questões que marcam o contexto macrossocial e o contexto organizacional da Marinha no que se refere à assistência social.

Em que pese a tentativa de explicar a assistência social da Marinha e as mudanças observadas em sua estrutura administrativa a partir de elementos relevantes no âmbito macrossocial, a ausência de uma discussão aprofundada sobre como a instituição é de fato influenciada pelo contexto externo representa uma limitação que não se pode ignorar. Além disso, a mera apresentação sequencial de acontecimentos situados no passado pode induzir a interpretações equivocadas, uma vez que coloca ações de diversas ordens em uma cadeia de causalidade mesmo não havendo evidências que fundamentem a interdependência entre elas.

Com o intuito de não reproduzir esse tipo de limitação, optou-se por não partir dos acontecimentos registrados na história nacional para então se buscar compreender as mudanças observadas na Marinha. O caminho escolhido foi outro. Partiu-se das ideias defendidas na instituição, bem como dos valores e crenças compartilhados pelos atores ocupantes de posições relevantes em sua estrutura organizacional e hierárquica, para então se buscar os nexos entre aquilo que pode ser observado na Marinha e os acontecimentos históricos dos quais a instituição era parte integrante.

Assim, em que pese não se desenvolver uma análise aprofundada dos contextos políticos, econômicos e sociais que ao longo dos períodos analisados, em diferentes momentos do texto são estabelecidas relações entre fatores vinculados aos referidos contextos e elementos problematizados a partir das fontes históricas.

Optar por esse tipo de caminho não significa ignorar que a Marinha, como instituição nacional e, sobretudo como órgão de Estado, esteve imbricada em complexos arranjos societários. Também não significa ignorar as limitações inerentes à escolha em questão, tendo em vista que o estudo mais intenso dos contextos políticos, econômicos e sociais nos quais a Marinha esteve inserida, evidentemente, aportaria contribuições para a elucidação de aspectos importantes de sua trajetória.

Reconhece-se, portanto, a importância dos estudos baseados em uma abordagem que privilegia a análise dos contextos mais amplos com os quais os atores interagem. Contudo, a escolha feita nesta tese foi no sentido de – no lugar de empreender uma análise macrossocial para a partir disso discutir questões institucionais específicas – buscar destacar apenas os elementos de nível macrossocial que estavam claramente presentes nos documentos analisados.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar a institucionalização da assistência social da Marinha a partir do método historiográfico, tendo como referencial teórico de base a abordagem cognitiva de análise de políticas públicas. Assim, com base em vestígios históricos coletados sistematicamente, buscou-se identificar os atores envolvidos nesse processo, bem como os argumentos evocados para justificar a inclusão da assistência social na agenda institucional da Marinha.

4.1 Institucionalização da assistência social da Marinha do Brasil

Na literatura sobre a assistência social da Marinha, a estrutura administrativa que se desenvolveu para acomodar as ações da instituição nessa área é descrita como um estágio posterior a iniciativas gestadas fora do seu arcabouço organizacional e normativo. Além desse aspecto sequencial, que define o que veio primeiro e o que surgiu depois, os trabalhos nesse campo de pesquisa admitem as ações de natureza privada e as intervenções que passaram a ser desenvolvidas pela Marinha como partes de um mesmo processo evolutivo.

Assim, encontram-se afirmações como as seguintes:

“As primeiras ações assistenciais sistemáticas vinculadas à Marinha remetem o século XX, mais especificamente o ano de 1919, quando foi criado o Abrigo do Marinheiro” (MOREIRA, SANTOS, SOUZA, 2017, on-line).

“A Marinha foi pioneira com ações assistenciais para seu pessoal que, para Moreira (et al. 2017), datam de 1919, com a criação do Abrigo do Marinheiro” (ROCHA, p. 81, 2019).

“Na Marinha do Brasil (MB), o primeiro registro sistemático de ações sociais voltadas para a prestação de assistência aos militares e suas famílias, em situações compreendidas como vulneráveis, nos remete ao início do século XX, com a fundação da Associação Abrigo do Marinheiro (AMN) em outubro de 1919” (CELESTINO, HARRISON, MOREIRA, p. 24, 2022).

Vale lembrar que são raros os trabalhos que abordam as primeiras ações de assistência social da Marinha a partir da realização de pesquisa documental. O que se encontra, na quase totalidade dos casos, são estudos baseados em fontes bibliográficas nos quais a pesquisa realizada por Moreira, Santos, Souza (2017) figura como a principal referência sobre o tema. Percebe-se assim a repetição da mesma descrição sobre o fenômeno, que se consolida como verdade sobre os fatos.

Nesse sentido, a institucionalização da assistência social da Marinha tem sido estudada como um processo dividido em duas etapas, tendo como critério de diferenciação a condição atribuída à intervenção. As iniciativas realizadas a título de voluntariado e sem a obrigação

formal de responderem às orientações da Administração Naval, mesmo quando os seus autores são militares da ativa, são consideradas externas à Marinha. Aquelas desenvolvidas independentemente da disposição pessoal do autor e incluídas como responsabilidade de um órgão pertencente à estrutura administrativa da instituição são caracterizadas como ações internas e, portanto, reconhecidas como uma intervenção própria da Marinha.

No entanto, em que pese as intervenções desenvolvidas fora do domínio institucional da Marinha serem apresentadas como origem daquilo que se passou a ser realizado a partir da sua estrutura organizacional, a passagem de um momento a outro não vem recebendo a devida atenção dos pesquisadores. A ausência desse tipo de problematização configura um perigo real para a compreensão do processo em questão, tendo em vista que pode induzir a uma percepção equivocada de que esse movimento constitui um *continuum*, tal como observado nas citações feitas acima.

Dessa forma, partindo das indicações presentes na literatura e tendo como base empírica vestígios históricos coletados sistematicamente, a discussão endereçada neste capítulo foi elaborada de acordo com o seguinte itinerário: em um primeiro momento, buscou-se aprofundar o conhecimento sobre as principais propostas de intervenção social destinadas ao pessoal da Marinha. Em seguida, a partir da identificação dos atores envolvidos tanto nas iniciativas externas quanto na implementação de medidas internas, bem como das justificativas utilizadas, procurou-se verificar a existência de elos entre essas duas ordens de ações. Por fim, tentou-se reconstruir teoricamente os elementos que desempenharam um papel significativo na constituição da assistência social como um setor de intervenção sistemática na Marinha.

Nessa direção, inicia-se a apresentação dos resultados da pesquisa a partir da análise sobre a fundação da AMN e da tentativa de criação Casa Marcílio Dias (CMD), ambas enquadradas como instituições externas à Marinha. Na parte reservada às medidas de assistência social desenvolvidas internamente pela instituição, são analisadas a criação da Casa do Marinheiro e a implementação do plano de assistência social da Marinha que foi inaugurado com a criação da Divisão de Conforto e Assistência da Diretoria do Pessoal da Armada.

4.1.1 A assistência social como expressão prática do ideário católico

4.1.1.1 A Associação Abrigo do Marinheiro: regulação do tempo livre como estratégia interventiva

A AMN foi uma iniciativa de 36 (trinta e seis) Oficiais da Marinha²⁰. Participaram de sua idealização Oficiais de todos os postos, de Segundo-Tenente à Vice-Almirante²¹. Tendo sua fundação sido registrada em 12 de outubro de 1919, uma das primeiras medidas de seus promotores foi buscar apoio de diversos atores, civis e militares, bem como entre os demais membros da Marinha (A NOITE, 29 out. 1919, p. 2).

Essa solicitação de apoio se estendeu à imprensa da cidade do Rio de Janeiro. Assim, em 29 de outubro de 1919, a redação do jornal A Noite, após ser procurada pelo Capitão-Tenente Octavio Nunes Briggs e pelo Primeiro-Tenente Armando de Saint-Brisson Pereira, publicou o texto de uma carta assinada pelos idealizadores da AMN.

Na referida carta, os Oficiais revelam que a instituição proposta foi inspirada em organizações estrangeiras conhecidas como “Sailor’s Home” e que a iniciativa visava colocar à disposição dos marinheiros “centros nos quaes encontrassem eles locais amplos para repouso, diversões escolhidas, matches sportivos e quem lhes pudesse ministrar uma sucinta, mas acurada instrução moral e intelectual” (A NOITE, 29 out. 1919, p. 2).

As “Sailor’s Home” que, segundo esse e outros relatos, serviram de modelo para o projeto da AMN, tinham como objetivo fornecer, além de hospedagem de curta duração para marinheiros em trânsito no porto, alimentação, serviços bancários, instalações médicas e um

²⁰ Foram eles: Vice-Almirante Eduardo Augusto Verissimo de Mattos, Contra-Almirante Francisco de Barros Barreto, Capitão de Mar e Guerra Horacio Coelho Lopes, Capitão de Mar e Guerra Gentil Augusto de Paiva Meira, Capitão de Mar e Guerra Antonio Alves Ferreira da Silva, Capitão de Mar e Guerra José Maria Penido, Capitão de Mar e Guerra Julio Cesar de Noronha Santos, Capitão de Fragata Raphael Brusque, Capitão de Fragata Alfredo Amancio dos Santos, Capitão de Fragata Henrique Aristides Guilhem, Capitão de Fragata Francisco José Pereira das Neves, Capitão de Corveta Torquato Diniz Junqueira, Capitão de Corveta Adalberto Nunes, Capitão de Corveta Alfredo de Andrade Dodsworth, Capitão de Corveta José Felix da Cunha Menezes, Capitão de Corveta Manoel José Nogueira da Gama, Capitão de Corveta Julio Regis Bittencourt, Capitão de Corveta Luiz Augusto Pereira das Neves, Capitão-Tenente Leopoldo Nobrega Moreira, Capitão-Tenente Mario Emilio de Carvalho, Capitão-Tenente Francisco Xavier da Costa, Capitão-Tenente Octavio Nunes Briggs, Capitão-Tenente Dídio Iratim da Costa, Capitão-Tenente Eugenio Teixeira de Castro, Capitão-Tenente Eugenio da Rosa Ribeiro, Capitão-Tenente João De Lamare São Paulo, Capitão-Tenente Octavio Tacito de Carvalho, Capitão-Tenente Manoel Augusto Pereira Vasconcellos, Capitão-Tenente Mario da Costa Braga, Primeiro-Tenente Olivar Cunha, Primeiro-Tenente Braz da Franca Velloso, Primeiro-Tenente José Valentim Dunham Filho, Primeiro-Tenente Armando de Saint-Brisson Pereira, Primeiro-Tenente Edmundo Williams Muniz Barreto, Segundo-Tenente Oswaldo de Alvarenga Gaudio e Segundo-Tenente Raymundo Vasconcellos Alboim (A NOITE, 29 out. 1919, p. 2).

²¹ À época, ainda não havia sido criado o posto de Almirante de Esquadra. A criação desse posto no quadro de oficiais gerais da ativa se deu por força do Decreto-Lei nº 9.736, de 4 de setembro de 1946 (BRASIL, 1946f).

registro de trabalhadores considerados de boa índole, o que permitiria aos armadores encontrarem tripulantes adequados.

Segundo Dutta (2021), que estuda a atuação de missionários cristãos ingleses junto aos trabalhadores marítimos nas cidades portuárias colonizadas pela Inglaterra na Índia no século XIX, essas instituições visavam impor regras morais por meio da disseminação de ideias como a importância da promoção de uma vida saudável e do cultivo de práticas de higiene.

Os Oficiais brasileiros, provavelmente, tiveram oportunidade de conhecer as “Sailor’s Home” na Inglaterra durante intercâmbios realizados para aquisição de novos conhecimentos ou mesmo durante o período de recebimento dos navios de guerra que foram construídos em estaleiros daquele país, de acordo com programa de reaparelhamento da Marinha aprovado pelo congresso nacional em 1904.

De acordo com Waldmann Júnior (2019), o planejamento de aquisições para a modernização da Esquadra brasileira nesse período previa a aquisição de 27 (vinte e sete) navios, incluindo 3 (três) submarinos. Com amplo apoio político, em 1906, foram realizadas alterações no contrato com a empresa britânica Armstrong Whitworth para que fossem entregues 3 (três) navios do tipo “Dreadnought”, considerado um dos mais avançados da época. Essa relação comercial implicou no envio de muitos militares para a cidade de Newcastle-Upon-Tyne, no norte da Inglaterra, até a conclusão das construções no início do ano de 1910 (WALDMANN JÚNIOR, 2019).

Além desse indício referente a estadia de militares brasileiros na cidade de Newcastle, em carta datada de 7 de novembro de 1919, o Vice-Almirante Americo Silvano faz menção direta ao “Sailor’s Home” inglês (O PAIZ, 29 dez. 1919, p. 8).

Ainda sobre a carta que os fundadores da AMN fizeram circular na cidade do Rio de Janeiro, é apresentada também o que seria a organização básica da instituição de acordo com as principais ações que seriam desenvolvidas. Assim, o funcionamento da associação estaria orientado a partir de três eixos: instrução intelectual e moral, recreação e abrigo noturno. Nesse sentido, observa-se que as preocupações dos fundadores da AMN estavam relacionadas sobretudo ao nível educacional dos marinheiros e à sua conduta moral, tendo em vista que as ações esportivas, recreativas e de hospedagem também tinham um cunho moralizador, uma vez que o objetivo da intervenção nessas áreas era afastar os militares de atividades consideradas ilícitas ou de má fama.

As informações prestadas na breve carta que foi utilizada para fazer circular a proposta da AMN foram complementadas por uma entrevista realizada com o Primeiro-Tenente Saint-

Brisson e publicada pelo mesmo jornal no dia 30 de outubro de 1919. Nessa entrevista, o Oficial esclarece que a necessidade de criação de uma instituição como a AMN já havia sido reconhecida há algum tempo. Diz o entrevistado:

“ha muito fazia-se sentir a criação de um centro de divertimentos lícitos, em terra, onde os nossos marinheiros, a coberto das perniciosas atracções do vicio das casas de tolerancia, pudessem passar as suas horas de lazer, sem prejudicarem nem á saude nem ás suas finanças. Accresce que a nós, officiaes de Marinha, muito nos preocupava saber que muitos dos nossos subalternos além de passarem as noite no ogo, dormiam em albergues nocturnos suspeitos, prejudicando-lhes, além da saude, o proprio moral. Vê bem, o senhor, como factos desta ordem deviam preocupar-nos e entristecer-nos; pois que, não indo até lá a nossa acção moralisadora e benéfica, nos víamos impotentes para remediarmos tão grandes males. Dahi resultou a idéa e a necessidade inadiável da criação do Abrigo do Marinheiro [...]” (A RAZÃO, 30 out. 1919, p. 4).

Segundo foi publicado, a ideia de serem ofertados aos marinheiros serviços como os pretendidos pela AMN data, mais especificamente, do início do ano de 1917. De acordo com o relato do Primeiro-Tenente Saint-Brisson, corroborando o que foi mencionado anteriormente, a intenção era introduzir no Brasil uma instituição de fato semelhante as “Sailor’s Home” da Inglaterra. No entanto, essa iniciativa só pode ser posta em prática após o término da Primeira Guerra Mundial (A RAZÃO, 30 out. 1919, p. 4).

Sobre o financiamento das atividades da AMN, o Oficial esclarece que pretendiam criar outra instituição chamada Liga Pró-Marujo. Essa entidade reuniria pessoas que tivessem interesse em patrocinar a AMN. Assim, a Liga funcionaria como meio de captação de recursos para o custeio permanente das ações da AMN. Vale ressaltar que o projeto da AMN estava estreitamente amparado em uma concepção moralizadora da intervenção social, o que inclusive era mencionado para conquistar a simpatia dos possíveis doadores. Nas palavras do Primeiro-Tenente Saint-Brisson, a AMN seria o “único meio efficaz de afastar[mos] os nossos infelizes marujos das casas de perdição” (A RAZÃO, 30 out. 1919, p. 4). Percebe-se aqui, mais uma vez, a preocupação em relação a ocupação dos marinheiros fora do ambiente de trabalho, sobretudo por vincular o tempo ocioso com a frequência a estabelecimentos de prostituição. Tal preocupação, que também se apresentava pelo viés da saúde, era marcadamente de ordem moral.

Como demonstra a matéria publicada pelo periódico O Jornal, em 31 de outubro de 1919, a falta de opções de “diversões saudáveis” fora dos espaços da Marinha era apontada como a principal causa da degradação física e moral dos marinheiros. A publicação, que pode ser entendida como um aspecto do senso comum a respeito dessa classe, associa diretamente uma situação de renda considerada desfavorável ao uso e abuso de álcool como lazer. Diz a

matéria que, quando estavam nos navios em viagem, os marinheiros tinham à disposição filmes e música,

“já nos portos o aspecto não é o mesmo e quer no Rio de Janeiro, quer nos Estados do Brasil, os botequins se enchem de marujos e entre os que se recolhem a bordo há sempre alguns que se apresentam em situação precária. A’s vezes são consequências da companhia que lhes tocou por sorte, pois, ao sairem de bordo, sem destino e querendo ‘espairecer’ não encontram outra diversão ou a bolsa não lhes faculta senão a de um copo de cerveja ou outra qualquer bebida que só lhes acarreta prejuizos physicos e moraes” (O JORNAL, 31 out, 1919, p. 7).

Nesse sentido, a oferta de serviços que pudessem constituir alternativas aos entretenimentos considerados nocivos aparece como um instrumento de intervenção social, com vistas a alterar o fenômeno observado. Essa era a proposta da AMN até aqui descrita: uma ação que visava conduzir as condutas dos marinheiros para aquilo que era considerado ideal por seus fundadores, ou seja, incremento do nível educacional, que poderia contribuir para uma melhor performance profissional; e a renúncia de práticas de risco, tanto sexuais como no que se referia ao uso de álcool, que tinha relação com a imagem social da Marinha e com a prevenção de problemas de saúde e de ordem jurídica.

Em que pese o entrevistado relatar que a AMN não possuía caráter religioso, as ações voltadas para a instrução moral dos marinheiros teriam sim fundamento na confissão católica, como expõe o Capitão-Tenente Mario da Costa Braga, engenheiro, em seu discurso por ocasião da inauguração da AMN em 28 de dezembro de 1919.

“As nações européas estão sendo sacudidas por um anarchismo truculento, e o cháos revolucionario que se nos antôlha é sinistro e temeroso. Só o conjuraremos acastellados na moral catholica. [...] De momento, a tarefa não se apresenta assás complexa: - reduz-se a exercer sobre o nosso marinheiro, em terra, uma assistencia porfiada, dar-lhe attractivos ao espirito, para que elle não se encaminhe para os quarteis do vicio e da depravação. Tudo será realizado á sombra dos pendões da Egreja. E, collocados na estacada, lançaremos a moral catholica contra as correntes de dissoluções, que sopram do outro hemispherio, contra as aureas mephiticas qye trazem a volupia, nas rondas languorosas, a desaggregação do lar, nos louvores ao divorcio e ao feminismo e a corrupção dos costumes nos themas licenciosos dos films cinematographicos. E vós, marinheiros, opporeis com os peitos um escudo á desordem que campeia no velho continente e já rumou para estas plagas” (O IMPARCIAL, 29 dez. 1919, p. 1).

Como pode ser observado nesse trecho, havia também uma preocupação com a influência dos movimentos sociais da Europa sobre os marinheiros. Ou seja, além de moralizadora, a intervenção da AMN era, de alguma forma, política, uma vez que atribuía a uma determinada visão social do mundo a pecha de ser uma das causas dos males que a instituição pretendia mitigar.

A possível ingerência dos religiosos na AMN era uma questão que servia de pretexto para insinuações e ofensas contra o Mosteiro de São Bento. Exemplo disso é a ressalva feita pelo jornal ao final da publicação da entrevista:

“Antes de tudo é preciso dizer-se que os frades do Mosteiro de S. Bento estão de parabens pelo auxilio que dispensaram a proposito aos nossos brilhantes officiaes de Marinha. Mas que fique apenas nisto a interferencia dos endiabrados fradecos, porque do contrario seria desvirtuada a bella obra com prejuizos moraes do seu bello programma. Os frades do Mosteiro são astuciosos a valer. Astuciosos e excessivamente maleficos. Cuidado, pois, com eles!” (A RAZÃO, 30 out. 1919, p. 4).

Tendo seus estatutos aprovados e sua primeira diretoria eleita no dia 20 de dezembro de 1919²², a inauguração da AMN ocorreu no dia 28 do mesmo mês. Sob o título de “O ‘sailor’s home’ do marinheiro brasileiro”, o jornal O Imparcial descreveu da seguinte forma as ações que seriam desenvolvidas pela instituição:

“A secção recreativa promoverá festas internas ou publicas, com exibições da vida de bordo e socorros maritimos; tetrá jogos licitos, sala de leitura e todas as recreações proveitosas. A secção instructiva consistirá na instrucção elementar do marinheiro, como o fim de facilitar o seu acesso de classe, nos exames preliminares; na instrucção moral baseada nos princípios da Religião Catholica Apostolica e Romana. E a secção de abrigo nocturno facilitará, áqueles que previamente o solicitarem, o pernoite no alojamento a este fim destinado” (O IMPARCIAL, 28 dez. 1919, p. 3).

Para suprir a falta de recursos financeiros, as ações da AMN foram iniciadas em instalações cedidas pelo Mosteiro de São Bento. Os Oficiais relatam que, ao buscarem o apoio dessa instituição religiosa, foram imediatamente atendidos. Presidido pelo abade Dom Pedro Eggerath, o Mosteiro não só colocou à disposição salões e materiais diversos, como também firmou a promessa de construir para a AMN um prédio próprio nas proximidades do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (A NOITE, 29 out. 1919, p. 2).

Embora a receptividade pelo Mosteiro tenha sido entendida como expressão da generosidade dos monges beneditinos, a vinculação da AMN a uma instituição confessional não agradou a todos. O Almirante Silvado, por exemplo, em carta já citada, discordou da relação da AMN com entidades religiosas, independentemente do credo, por considerar que tal proximidade seria contrária ao princípio de laicidade do Estado, atributo de uma república, e

²² A primeira diretoria da AMN teve a seguinte composição: Vice-Almirante Eduardo Augusto Verissimo de Mattos (Presidente), Capitão de Fragata Alfredo Amancio dos Santos (Vice-presidente), Capitão-Tenente Eugenio da Rosa Ribeiro (Secretario), Capitão-Tenente Aureo do Valle Lins (Thesoureiro), Capitão de Corveta Adalberto Nunes (Director da secção recreativa), Primeiro-Tenente Mauricio Eugenio Xavier do Prado (Director da secção instructiva) e Segundo-Tenente Oswaldo de Alvarenga Gaudio (Director da secção financeira) (O PAIZ, 23 dez. 1919, p. 7). Funcionando como uma instância fiscalizadora dos atos da diretoria, a AMN contaria também com um conselho composto por 45 (quarenta e cinco) membros (O IMPARCIAL, 28 dez. 1919, p. 3).

pela preocupação de que isso afastaria marinheiros de religiões diferentes daquela com a qual a instituição estivesse ligada.

Vale mencionar que, apesar da percepção favorável dos Oficiais a respeito do Mosteiro, o abade havia sido alvo de severas críticas por parte da imprensa no ano de 1919. Em matéria publicada em 7 de julho de 1919, o jornal *A Época*, por exemplo, acusou Dom Pedro Eggerath de tentar vender prédios que compunham o patrimônio do Mosteiro com o intuito de enviar recursos para o governo alemão (*A ÉPOCA*, 7 jul. 1919, p. 1). Tratava-se, na verdade, de uma série de reportagens nas quais foram feitas diversas acusações contra o referido abade. Havia inclusive a suspeita de espionagem e auxílio à espiões alemães que operavam no Brasil. Tendo Dom Pedro Eggerath nascido na Alemanha (*A ÉPOCA*, 27 abr. 1917, p. 1), e considerando a campanha para colocar a opinião pública contra a presença alemã no Mosteiro, é possível indagar se o apoio da instituição religiosa à AMN não se deu como uma estratégia para apaziguar a sua relação com a sociedade carioca.

Em face dos elementos que permearam a idealização da AMN, é possível apontar que se tratou de uma iniciativa pautada em uma perspectiva moralizante cujo princípio de ação era regular o tempo livre do público destinatário das ações realizadas. Articulando um ideário antagônico aos preceitos revolucionários dos movimentos comunistas e anarquistas atuantes na Europa no início do século XX e os postulados confessionais da religião católica, os fundadores da AMN tinham como objetivo principal conduzir as condutas do segmento da Marinha considerada mais propensa a um estilo de vida desviante por meio de medidas reforçadoras de “bons hábitos”.

Nesse sentido, levando em conta que os relatos sobre as motivações para fundação da AMN não indicam uma relação direta entre essa iniciativa e o envolvimento de militares brasileiros na Primeira Guerra Mundial, a hipótese levantada por alguns autores de que a participação em conflitos armados é um fator prevalente fica enfraquecida. No caso analisado, as fontes históricas selecionadas fornecem evidências contundentes de que a criação da AMN se dá em virtude da atuação de atores que compartilhavam uma visão de mundo na qual estavam bem definidos o padrão de vida a ser cultivado e a representação de desregramento social que deveria ser evitado.

Como descrito anteriormente, as atividades da AMN tinham o objetivo de fornecer ao público destinatário uma determinada imagem do que deveria ser considerado bom e correto estabelecendo vínculos de causalidade entre as condutas sugeridas e a ideia de sucesso profissional. Dessa forma, a intervenção da AMN operava a conversão das práticas moralmente

aceitas em vantagens individuais e organizacionais, visto que a Marinha seria beneficiada tanto em sua imagem social como no desempenho de suas atribuições por contar com militares mais dedicados ao aperfeiçoamento educacional e mais ordeiros.

4.1.1.2 Casa Marcílio Dias: limites do voluntariado

Além da AMN, outra instituição assistencial proposta por militares da Marinha foi a CMD. Essa iniciativa, que teve origem no ano de 1926, destinava-se a oferecer oportunidades de educação profissional aos filhos de Praças, dando prioridade aos órfãos.

A intenção dos idealizadores da CMD era criar um instituto de ensino modelo para, em regime de internato, proporcionar aos filhos do segmento identificado como “proletariado naval”²³ (JORNAL DO BRASIL, 18 dez. 1930, p. 10) uma formação adequada para o ingresso no mercado de trabalho. Assim, o programa educacional da CMD incluía educação física, instrução primária, educação moral e cívica e instrução profissional especializada e doméstica (O PAIZ, 23 jun. 1929, p. 9).

A ideia da criação da CMD foi lançada pelo Contra-Almirante Augusto Carlos de Souza e Silva, Comandante em Chefe da Esquadra, por ocasião das comemorações da Semana da Marinha de 1926, tendo sido acolhida pelo Ministro da Marinha, Contra-Almirante Arnaldo de Siqueira Pinto da Luz, e patrocinada pelo Presidente da República, Washington Luís Pereira de Sousa (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 dez. 1928, p. 1).

Em entrevista concedida ao jornal Correio da Manhã, o então Vice-Almirante Souza e Silva expos que:

“O fim primacial da Casa Marcilio Dias é educar os filhos dos sub-officiaes, inferiores e praças da Marinha, mediante pequenas contribuições proporcionaes aos vencimentos dos paes e gratuitamente para os orphãos. As creanças serão recolhidas aos 6 annos e receberão até os 18 annos educação physica, cívica, moral e profissional. O seu programa é preparar bons mecanicos, electricistas, chimicos, agricultores, que possam ser utilmente aproveitados nas industrias e na producção e bons typistas e stenographos, com preparo para os serviços do commercio e das grandes empresas – todos com um instrucção geral pratica, base do seu desenvolvimento futuro nas varias especialidades. Attende, assim, ao interesse de desenvolvimento economico do Brasil, preparando jovens technicos, sadios e com uma solida instrucção profissional, ao mesmo tempo que proporciona a uma classe proletaria o meio de dar aos seus filhos

²³ O termo proletariado naval é utilizado no contexto do texto jornalístico citado para designar os servidores da Marinha pertencentes aos escalões mais baixos na estrutura hierárquica da instituição. Essa inserção na instituição significava, assim como nos dias de hoje, remuneração inferior, emprego em atividades braçais, mesmo que com algum nível de especialização, e uma origem social das camadas mais empobrecidas da sociedade.

uma carreira de grandes oportunidades e de objectivos cheios de esperança” (CORREIO DA MANHÃ, 27 jun. 1929, p. 3).

Segundo o Capitão de Mar e Guerra Frederico Villar, ex-adido naval em Washington e sub-chefe do Estado-Maior da Armada, a ideia de criação da CMD expressava o valor cívico e militar da Marinha, bem como seu sentimento de solidariedade fraternal. Entendida como um monumento às tradições e aos serviços prestados pela Marinha, a CMD foi organizada em torno da ideia de que a educação, sobretudo a educação voltada para a capacitação profissional, é a fonte do conforto, da segurança e da felicidade na vida (CORREIO DA MANHÃ, 18 jun. 1930, p. 9).

Tratava-se, portanto, de uma iniciativa que recorria não apenas ao aforismo cristão do amor ao próximo, mas também aos valores de civismo, patriotismo e de previdência social, no sentido de serem tomadas medidas preventivas para garantia de segurança social no futuro (O PAIZ, 11 out. 1929, p. 8).

Ainda de acordo com o relato de Frederico Villar, em 1926, a Semana da Marinha foi organizada para conquistar a simpatia do povo. Nas palavras desse Oficial:

“Era preciso que o povo brasileiro se revisse nella [na Marinha], conhecesse o seu trabalho, medisse o seu devotamento, palpasse a sua força, avaliasse a sua disciplina, admirasse o seu patriotismo, e desse contacto mais intimo saíssem as mentes purificadas das eivas mórbidas e as energias revigoradas, numa comunhão de fé, na grande obra de reconstrução nacional” (CORREIO DA MANHÃ, 18 jun. 1930, p. 9).

Dessa forma, a estratégia de incluir o lançamento da proposta de criação da CMD ao período de comemorações da Semana da Marinha cumpria um duplo propósito: apresentar ao público uma face humanitária da Marinha e valer-se da mobilização da população em torno das festividades programadas para recolher os donativos necessários para o início do projeto.

Nessa direção, como presidente da comissão encarregada de organizar a Semana da Marinha de 1926, o Almirante Souza e Silva solicitou ao redator do jornal O Paiz a publicação de uma carta cujo título era “Appelo ao povo brasileiro” (O PAIZ, 28 nov. 1926, p. 2). Por meio da referida carta, recorrendo aos sentimentos cívicos e à solidariedade da população, buscou-se mobilizar os residentes da Capital Federal para participarem das festividades que seriam realizadas em dezembro daquele ano, bem como os habitantes de outros Estados para que apoiassem a CMD cujos serviços, nas palavras do Almirante Souza e Silva, representavam o “pagamento da dívida contraída para com os abnegados marujos que votam sua existencia e dão sua vida á defesa, á segurança e á grandeza da Patria” (O PAIZ, 28 nov. 1926, p. 2).

Nota-se que o texto da carta supracitada apresenta a CMD como um empreendimento cujo resultado seria também uma retribuição ao sacrifício realizado pelos militares da Marinha em prol da sociedade. Assim, a solidariedade requisitada não estaria fundamentada apenas no sentimento de obrigação em ajudar aqueles considerados necessitados, mas no merecimento destes decorrente tanto da sua contribuição prévia em forma de serviços prestados à Nação quanto dos prejuízos pessoais e familiares adquiridos em virtude das características da profissão militar.

Sobre esse último aspecto, em um de seus discursos sobre a CMD, o Almirante Souza e Silva expõe o seguinte:

“O homem do mar está sempre em situação muito desvantajosa no que respeita á sua economia domestica. As viagens, as mudanças acarretadas pela rotatividade das commissões e pela temporariedade das permanencias, a instabilidade das situações, que é o caracteristico da profissão maritima, tornam um problema difficil a educação de seus filhos, difficuldade que a escassez de recursos vem ainda agravar. Collocados os paes no dilemma de interromperem seus cursos collegiaes para leval-os comsigo ou confial-os a mãos estranhas, ou privados pelas ausencias frequentes e prolongadas, de exercerem a vigilancia e a assistencia paternaes sobre os seus estudos, sofrem seus filhos, por essas contingencias, as consequencias de uma educação incompleta, precária, incerta, interrompida e perturbada pela impossibilidade da indispensavel sequencia. A Casa Marcilio Dias vem dar-lhes a solução desse problema [...]” (JORNAL DO BRASIL, 18 dez. 1930, p. 10).

Percebe-se nas palavras desse Almirante a identificação do que seria a causa do problema que a CMD visava endereçar: os impactos negativos das características da profissão militar-naval sobre o desenvolvimento acadêmico dos filhos dos militares. Desse ponto de análise, a CMD tinha como objetivo dar condições adequadas de educação às crianças afetadas pela rotina de trabalho diferenciada imposta aos militares e, assim, interromper um ciclo de manutenção desses futuros profissionais na classe dos chamados desamparados (O PAIZ, 24 mar. 1928, p. 3).

Ainda de acordo com o discurso em questão, o Almirante Souza e Silva aponta que o problema da deficiência educacional dos filhos de militares não traz apenas prejuízos para esses indivíduos em particular, mas configura um problema para toda sociedade. Nesse sentido, remetendo-se aos ideais de bem comum e de máxima utilidade para todos, a CMD é apresentada como uma instituição cuja existência se justifica pela contribuição que pode dar ao desenvolvimento econômico nacional.

Embora identificada como uma obra de benemerência, e até mesmo como uma obra divina (A NOITE, 2 jan. 1930, p. 12), a CMD foi pensada a partir de um modelo contributivo. A gratuidade no acesso aos serviços oferecidos, ideia que comumente as iniciativas caritativas

remetem, seria garantida apenas aos filhos de militares falecidos. Os demais interessados deveriam contribuir de acordo com a sua capacidade financeira (CORREIO DA MANHÃ, 27 jun. 1929, p. 3).

No entanto, as contribuições dos beneficiários seriam uma contrapartida modesta e insuficiente para manter o pleno funcionamento da CMD. Sendo assim, foi criada, em 13 de dezembro de 1926, Dia do Marinheiro, em sessão solene no Club Naval, a Associação Mantenedora da Casa Marcilio Dias. Essa associação, presidida por Sophia de Barros Pereira de Souza, esposa do presidente Washington Luís, ficou responsável pela arrecadação e gestão dos recursos necessários ao custeio das atividades da CMD. Para tal, buscava-se doações por meio da organização de subscrições, eventos culturais, bem como rateios nas organizações militares (CORREIO DA MANHÃ, 27 jun. 1929, p. 3).

Para disciplinar as ações destinadas a dar materialidade à ideia de fundação da CMD, durante o ato de instalação da Associação Mantenedora da Casa Marcilio Dias, foi nomeada por sua presidente uma comissão encarregada de elaborar os estatutos desta instituição para posterior aprovação do Ministro da Marinha (O PAIZ, 18 e 19 jul. 1927, p. 5).

No que se refere a sua estrutura permanente, a Associação contava com um conselho deliberativo constituído por 23 (vinte e três) membros nomeados pelo Ministro da Marinha (O PAIZ, 24 mar. 1928, p. 3), sendo 10 (dez) Oficiais da Marinha e 13 (treze) civis, dos quais 7 (sete) eram mulheres (O PAIZ, 4 ago. 1927, p. 5), e por uma comissão administrativa (CORREIO DA MANHÃ, 27 jun. 1929, p. 3).

Apelando sempre para o sentimento cívico e patriótico da população e contando com o envolvimento direto da primeira-dama do Brasil, de políticos e autoridades locais (O PAIZ, 5 dez. 1926, p. 2) e com o apoio de, pelo menos, parte da imprensa (O PAIZ, 27 nov. 1926, p. 3), a Associação Mantenedora da Casa Marcilio Dias recolheu donativos suficientes para adquirir um imóvel localizado no subúrbio do Rio de Janeiro e iniciar, em março de 1928 (O PAIZ, 12 e 13 mar. 1928, p. 4), as obras para construção de um edifício com capacidade para 300 (trezentos) alunos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 dez. 1928, p. 1).

Dessa forma, em 14 de julho de 1928, foi realizada uma cerimônia para o lançamento da pedra fundamental do edifício principal da CMD que contou com a participação do Presidente da República e representantes de diversas instituições civis e militares. Apesar dos recursos recolhidos até esse momento serem ainda insuficientes para conclusão do projeto, os membros da Associação Mantenedora da Casa Marcilio Dias esperavam conseguir inaugurar as obras em dezembro de 1928 (O PAIZ, 12 e 13 mar. 1928, p. 4).

No entanto, essa expectativa foi frustrada. Assim, para obter os recursos necessários para conclusão das obras da CMD, em 7 de dezembro de 1928, foram organizados 50 (cinquenta) grupos de 3 (três) mulheres cada para solicitar contribuições junto aos comerciantes e industriários do Rio de Janeiro, sendo também organizados grupos similares em outros Estados (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 dez. 1928, p. 1). Fica evidente, assim como em outras iniciativas, o grande envolvimento de mulheres nas atividades da Associação Mantenedora da Casa Marcílio Dias. Designadas frequentemente como “senhoras da sociedade” (O PAIZ, 3 dez. 1926, p. 2), essas mulheres, esposas e filhas de Oficiais da Marinha, bem como aquelas pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade, desempenhavam um papel fundamental na mobilização e execução de ações culturais e assistenciais.

Em que pese o esforço realizado, a Associação Mantenedora da Casa Marcílio Dias encontrou dificuldades para angariar os recursos faltantes. Tais dificuldades provocaram a necessidade de alterar por diversas vezes a estimativa de inauguração da CMD, que passou de dezembro de 1928 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23 mar. 1928, p. 1) para 11 de junho de 1929 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15 jul. 1928, p. 2) e depois para 11 de junho de 1930 (O PAIZ, 11 out. 1929, p. 8). Após ter ocasionado a suspensão das obras, a falta de recursos (O PAIZ, 13 jun. 1929, p. 7) culminou na desistência completa de prosseguir com o empreendimento. Assim, não sendo possível custear a conclusão das obras e pôr a CMD em funcionamento, em 6 de maio de 1932, a Associação Mantenedora da Casa Marcílio Dias doou para a Marinha o imóvel que havia adquirido (A BATALHA, 6 mai. 1932, p. 3).

Embora os idealizadores da CMD esperassem que a Marinha destinasse o imóvel doado para fins similares ao originalmente pretendido, o Ministro da Marinha, Contra-almirante Protógenes Guimarães, ao receber as chaves da CMD lamentou não poder destinar a edificação ao seu objetivo inicial de instituto de instrução técnica (A BATALHA, 7 mai. 1932, p. 1). À época, os serviços de assistência médica da Marinha eram considerados insuficientes e inadequados, sendo a Enfermaria de Copacabana inclusive apelidada pelo Ministro da Marinha de “sala de espera do cemitério” (A NOITE, 27 set. 1932, p. 1). Por isso, optou-se por transformar a CMD em um novo estabelecimento hospitalar.

A partir da definição de assistência social que, até o momento, está sendo admitida nesta pesquisa e considerando que a referência à CMD se dava nesses termos (O PAIZ, 24 mar. 1928, p. 3), mesmo tratando-se de um projeto de instituição educacional, tal iniciativa se caracteriza como uma das ações privadas desenvolvidas naquilo que é indicado na literatura como primeira fase do processo de institucionalização da assistência social da Marinha.

Tendo como base os dados empíricos apresentados, a análise da experiência de tentativa de criação da CMD, bem como da atuação da Associação Mantenedora da Casa Marcílio Dias, traz elementos importantes para o enfrentamento das questões levantadas no presente trabalho. O primeiro aspecto que merece atenção é a grande mobilização de instituições públicas e privadas, de autoridades políticas, de servidores civis e militares de alto escalão, de empresas e de personalidades locais em torno do referido projeto, com o devido destaque ao envolvimento do próprio Presidente da República e da primeira-dama do Brasil. Em segundo lugar, tendo em vista que os esforços para tornar a CMD funcional durou cerca de 6 (seis) anos – de dezembro de 1926 a maio de 1932 –, chama a atenção o fato de que não foram encontrados nos documentos selecionados na pesquisa documental indícios de articulação entre a Associação Mantenedora da Casa Marcílio Dias e a AMN. Uma vez que, para fins de dar ampla divulgação, o Ministro da Marinha mandou inserir em boletim interno da instituição um ofício do Vice-Almirante Souza e Silva comunicando que o conselho deliberativo da Associação Mantenedora da Casa Marcílio Dias havia elegido como membros dessa associação todos os Oficiais da Marinha, bem como suas esposas, (O PAIZ, 8 fev. 1929, p. 4), tal ausência é significativa.

Além desses aspectos, destacam-se também a ideia de que o conjunto de características da profissão militar impõe prejuízos pessoais e familiares aos militares e o reconhecimento de que tais prejuízos exigem um esforço de reparação. Nesse sentido, os idealizadores da CMD, embora recorressem constantemente a valores como amor, civismo, patriotismo e previdência social, também compartilhavam uma noção de solidariedade baseada em uma percepção de existência de uma dívida contraída junto aos militares da Marinha. Assim, os serviços destinados aos filhos desses militares, para além de uma benesse, também significariam uma espécie de pagamento ou retribuição.

É preciso salientar também a forma como os atores envolvidos na CMD se referem aos beneficiários potenciais dessa instituição. São utilizados termos como “famílias de recursos modestos” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15 jul. 1928, p. 2), “grande classe infeliz dos desamparados” (O PAIZ, 24 mar. 1928, p. 3) e, como já mencionado, “proletariado naval” (JORNAL DO BRASIL, 18 dez. 1930, p. 10). Tratar-se-ia, portanto, de um segmento que, embora não desprovido totalmente de meios de subsistência, não reunia condições de atender a todas as suas necessidades e de proporcionar oportunidades de ascensão social aos seus descendentes. Tal concepção aproxima os beneficiários da CMD ao que tem sido designado por meio do termo trabalhadores pobres (LAGARENNE e LEGENDRE, 2000), ou seja, ao grupo

de pessoas que, mesmo possuindo vínculo de trabalho remunerado, percebem rendimentos inferiores ao considerado minimamente satisfatório.

Por fim, o insucesso da Associação Mantenedora da Casa Marcilio Dias revela que as iniciativas empreendidas por particulares e custeadas por meio de doações são limitadas pela sua capacidade de angariar recursos. O caso da CMD ganha especial relevo nessa questão, tendo em vista que contava com a participação e o empenho da maior autoridade do País e de grande número de pessoas influentes na sociedade para consecução dos seus objetivos e, mesmo assim, não logrou êxito. Nesse sentido, a abrangência e a manutenção das atividades de instituições assistenciais privadas estariam estreitamente relacionadas à continuidade do fluxo de contribuições voluntárias, aspecto que representa um certo grau de incerteza sobre a perenidade dessas iniciativas.

Nessa direção, considerando em conjunto a análise realizada a respeito da AMN, pode-se dizer que as instituições assistenciais criadas por militares da Marinha para, em caráter de voluntariado, intervirem em situações percebidas como problemas não enfrentados por outras ações públicas são experiências que indicam um quadro cognitivo no qual destacam-se as seguintes ideias e valores: crença na formação profissional e no trabalho assalariado como principal fonte de segurança social; a assistência social concebida como uma missão religiosa e, portanto, uma obrigação moral; a atenção às situações percebidas como ameaças ao bem-estar dos militares considerados pobres como expressão de amor fraternal e solidariedade; o esforço de prover melhores condições de vida aos beneficiários das ações assistenciais como prova também de civismo e patriotismo; concepção de que é preciso agir preventivamente para produzir melhores condições de vida no futuro e oportunidades para as próximas gerações romperem ciclos de pobreza e precariedade laboral; necessidade de fornecer instrução moral e cívica aos beneficiários; e o reconhecimento de que as características peculiares da profissão militar impõem restrições à família do militar que impactam negativamente, sobretudo, a sua capacidade de organização financeira e o desenvolvimento acadêmico dos seus filhos.

4.1.2 Modernização da Força Naval: a assistência social como tecnologia em prol do incremento da produtividade

4.1.2.1 Casa do Marinheiro: uma nova instituição para objetivos antigos

Inaugurada em 19 de fevereiro de 1938, a Casa do Marinheiro (CMN) se inscreve no conjunto das iniciativas formuladas e implementadas internamente pela Marinha (CORREIO DA MANHÃ, 20 fev. 1938, p. 3). Diferentemente da fundação da AMN e da tentativa de criação da CMD que, apesar da participação direta de Oficiais do alto escalão do Ministério da Marinha, se caracterizaram como iniciativas situadas fora da sua estrutura administrativa, a CMN foi instituída como uma Organização Militar (OM) da Marinha.

A CMN, destinada a estadia, recreio, estudo e pernoite do pessoal subalterno da Marinha, foi idealizada pelo Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem, Ministro da Marinha no período de 12 de novembro de 1935 a 30 de outubro de 1945, sendo instalada de acordo com a assessoria de uma comissão composta por 7 (sete) Oficiais²⁴ (BRASIL, 1938a).

Vale lembrar que o Almirante Guilhem, enquanto Capitão de Fragata, foi também um dos fundadores da AMN. Tal fato indica uma atuação recorrente desse Oficial em instituições assistenciais e sugere que a ascensão de determinados atores na cadeia hierárquica da Marinha, com consequente incremento de poder institucional, é um elemento que deve ser considerado na análise sobre a conformação da assistência social como um setor de atuação sistemática da Marinha.

Em discurso proferido por ocasião da cerimônia de instalação da CMN, o Ministro da Marinha expôs suas convicções em relação ao propósito dessa instituição e sobre os princípios gerais de sua organização. Nas palavras do Almirante Guilhem,

“As virtudes militares e o amor ás coisas do mar foram os motivos fundamentaes da sua creação. Na qualidade de ministro, tive o ensejo feliz de coordenar e impulsionar os esforços para a sua instituição entre nós e venho abril-a na convicção de que aos nossos marinheiros se offerece uma instancia de repouso, de educação, de instrucção e recreio, arejada pelo sentimento civico que se retempera no amor á tradição heroica dos nossos antepassados, no apego ao torrão brasileiro e na direção christã e conducta dos marinheiros. Aqui terão elles meios bastantes de progresso moral, de mais larga intelligencia das coisas á margem dos navios e dos estabelecimentos navaes, mas sem elles solidarios, comprehendendo que a cultura que se lhes vae administrar será de

²⁴ Conforme o Aviso Ministerial nº 21, de 8 de janeiro de 1938, do Ministro da Marinha, a comissão designada para estudar a forma de instalar a Casa do Marinheiro foi composta pelos seguintes oficiais: Capitão de Fragata Attila Monteiro Aché, Capitão de Corveta Edmundo Jordão Amorim do Valle, Capitão de Corveta Harold Reuben Cox, Capitão de Corveta Oswaldo de Alvarenga Gaudio, Capitão de Corveta Sylvio de Camargo, Capitão-Tenente Octacílio Cunha e Capitão-Tenente Carlos Guidão da Cruz (BRASIL, 1938a).

fortalecer e desenvolver virtudes e nobres tendencias ou creal-as, quando não existam no devido gráo. A mentalidade que se pretende desenvolver e considerar, para o bem da Patria e da Marinha, entre os marinheiros do Brasil, vae esta Casa dar uma ordenada e solida contribuição” (O JORNAL, 20 fev. 1938, p. 7, grifos nossos).

Nota-se nessa breve alocução que a finalidade e os valores assumidos como diretrizes da CMN se aproximam do que foi observado em relação à AMN, a saber: constituir-se em um espaço de aprimoramento educacional e de entretenimento responsável do ponto de vista dos organizadores, bem como de formação moral baseada nos preceitos da religião católica.

Além disso, em que pese não estar presente na fala do Ministro da Marinha, em texto de matéria jornalística, a instituição da CMN é apresentada como uma resposta a demandas de militares da Marinha. O fato gerador dessas demandas seria o afastamento do convívio familiar, como pode ser observado no seguinte trecho:

“[A instalação da Casa do Marinheiro] veio tornar em realidade uma velha aspiração de nossos marinheiros, que não tinham ainda a sua casa, propriamente dita, para nella passarem algumas horas de leitura, sport e repouso, pois que a situação da maioria dos nossos marujos em terra é bastante melancolica, pelo facto de afastamento obrigatorio em que são forçados a se manterem, acrescendo ainda a circunstancia de estarem longe das respectivas famílias e não poderem assim, gozar o doce convivio do lar” (DIÁRIO CARIOCA, 20 fev. 1938, p. 2).

Tratar-se-ia, portanto, do reconhecimento de que a profissão militar, seja pelo tipo de função desempenhada ou pela possibilidade de deslocamento geográfico, impõe aos militares prejuízos no que diz respeito à sua participação na dinâmica familiar. Esse elemento, relacionado à percepção de impactos negativos nas condições de vida dos militares e de suas famílias causados pelas características inerentes a profissão militar, também foi apontado quando foram tratadas as justificativas para a criação da CMD.

No que diz respeito à CMN como instituição assistencial integrante da estrutura administrativa da Marinha, a análise de seu regulamento, aprovado pelo Ministro da Marinha em 17 de fevereiro de 1938, permite depreender os principais aspectos de sua proposta de intervenção.

Em seu Título I, o regulamento da CMN estabelece que a finalidade da instituição é “despertar e manter no pessoal da Marinha de Guerra, [...], as virtudes militares e o amor das cousas do mar [...]” (BRASIL, 1938b). Considerando o povo brasileiro como fundamentalmente cristão e nacionalista, o resultado esperado da intervenção implementada pela CMN é identificado como sendo eminentemente pedagógico, no sentido de um certo proselitismo de cunho religioso e político.

Nessa direção, além da exaltação aos valores do cristianismo e do culto à Pátria, a tarefa educacional da CMN tinha como objetivo “[combater] irreduzivelmente todas as forças de dissolução da nacionalidade e diminuição moral dos povos como o comunismo, o internacionalismo, o comodismo, a irreligião, a venalidade, o horror á responsabilidade, etc” (BRASIL, 1938b).

Dentre o conjunto de posicionamentos políticos e ideológicos apontados como inimigos da boa conduta a serem combatidos pela atuação da CMN, vale destacar a importância atribuída pelo Almirante Guilhem à luta contra o comunismo. Em diversos documentos administrativos²⁵, o Ministro da Marinha se mostra preocupado em relação ao que chama de atividades subversivas.

Quando realizadas por atores externos à Marinha, por vezes, a conduta adotada pelo Ministério da Marinha em relação às atividades consideradas subversivas se resumia em comunicar os fatos às autoridades julgadas competentes e exigir as devidas providências. No entanto, quando os membros da Marinha eram identificados como autores de tais atividades, como a disseminação de ideias comunistas no interior dos quartéis, esses eram submetidos a investigações internas que poderiam culminar na sua exclusão das fileiras da instituição²⁶.

A questão do comunismo no Brasil nos anos que antecederam a instituição da CMN recebeu forte atenção por parte do governo de Getúlio Vargas. Em janeiro de 1936, por exemplo, foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, que teve sua sede no 7º andar do edifício do Ministério da Marinha²⁷. Sendo assim, essa componente anticomunista, que também se observou nas bases da fundação da AMN, configura um traço relevante do ideário que orientou a criação da CMN.

Dentre as diretrizes consideradas imprescindíveis para a consecução dos objetivos da CMN, destacam-se as seguintes:

“d) - O auxilio á formação profissional do pessoal da Marinha de Guerra, instituindo cursos de aperfeiçoamento, de acordo com as condições de acesso nos diversos corpos e concorrendo, dentro de sua orbita de ação moral e profissional, para que na Marinha se estabeleça cada vez mais uma verdadeira hierarquia de valores”;

²⁵ Por exemplo: Aviso nº 2.814, de 26 de novembro de 1935, do Ministro da Marinha (BRASIL, 1935a); e Aviso nº 2.925, de 14 de dezembro de 1935, do Ministro da Marinha (BRASIL, 1935b).

²⁶ O Aviso nº 8, de 3 de janeiro de 1936, do Ministro da Marinha (BRASIL, 1936a), por exemplo, expõe esse tipo de procedimento.

²⁷ Ver o Aviso nº 177, de 30 de janeiro de 1936, do Ministro da Marinha (BRASIL, 1936b).

“e) - A manutenção de uma comissão permanente, encarregada de estudar e propôr as medidas para a melhora de situação do pessoal da Marinha de Guerra, sob os dois pontos de vista espiritual e material”;

“h) - A manutenção, por meio de serviço especial, de contacto estreito com os seus associados, de modo a poder fornecer-lhes, sempre que se fizer necessaria, assistencia moral e material extensiva a suas famílias” (BRASIL, 1938b).

Além das questões de carácter político-ideológico apontadas como centrais na organização da CMN, nota-se a preocupação com a formação profissional e a intenção de desenvolver medidas que interferissem diretamente nas condições de vida dos militares, e de suas famílias, e de estabelecer vínculos de proximidade para que as demandas fossem brevemente identificadas.

Nessa direção, a estrutura da CMN previa uma Divisão de Educação e Ensino, encarregada da orientação geral das atividades relacionadas à formação moral, intelectual e cívica, e uma Divisão de Assistencia, responsável por proporcionar assistência moral e material.

A Divisão de Educação e Ensino possuía 5 (cinco) subdivisões: Educação Moral e Civica, Ensino Profissional, Ensino Geral, Biblioteca e Serviço de Publicações e Iniciação Marinheira. Tendo suas atividades supervisionadas diretamente pelo Ministro da Marinha, essa Divisão da CMN desempenhava a tarefa de disseminação da visão de mundo compartilhada pelos dirigentes da instituição, bem como de incentivo à capacitação dos recursos humanos.

Como pode ser observado, as iniciativas de assistência social aos militares da Marinha analisadas até o momento valorizavam o desenvolvimento educacional e a formação profissional como elementos fundamentais em seus planos de intervenção. Misturando aspectos relacionados à capacitação técnica com intuito de aumentar as possibilidades de ascensão profissional, à educação básica e à doutrinação moral a partir de valores religiosos, essas propostas educacionais revelam que a dedicação ao trabalho e o comprometimento com determinado modo de viver eram considerados fatores importantes para a garantia de segurança social.

No que se refere à Divisão de Assistencia, sua estrutura comportava 3 (três) seções, a saber:

“a) - A Seção de Assistencia Medica, destinada a fornecer aos associados e suas famílias socorros médicos gratuitos e remedios mais baratos, cabendo-lhe a organização de todos os serviços destinados a esse fim”.

“b) - A Seção de Assistencia Material, destinada a organização de obras de beneficencia; á obtenção de condições especiais de aquisição; á criação, quando possível, de uma cantina, e todas as medidas tendentes a melhorar a situação material do pessoal da Marinha de Guerra. Caber-lhe-á tambem a manutenção dos alojamentos e, por extensão, a limpeza e conservação das dependencias da “Casa do Marinheiro”.

“c) - A Seção de Assistencia Moral, que compreenderá a assistencia judiciaria, e que se destinará a fortalecer o animo e amparar moralmente os associados quando as circunstancias o exigirem” (BRASIL, 1938b).

As atribuições das seções subordinadas à Divisão de Assistencia revelam que a intervenção da CMN nesse campo se concentrava em prover acesso gratuito ou de baixo custo à bens e serviços. Sem se limitar às chamadas obras de beneficência, comumente ligadas à oferta de itens básicos, como alimentação e vestuário, essa divisão promovia ações voltadas para a atenção à saúde e a orientação jurídica.

Em que pese não ser possível a partir dos dados empíricos coletados identificar os problemas que se buscava mitigar, a atuação pretendida pela Divisão de Assistencia indica uma ampliação do rol de questões a serem endereçadas, embora ainda bastante relacionada à garantia de meios de subsistência.

No que se refere aos beneficiários das ações desenvolvidas, chama a atenção o uso do termo associados. Essa referência decorre do fato de que, de acordo com a alínea b do artigo 34 do regulamento da CMN, a utilização dos serviços ofertados foi estabelecida como um direito dos sócios da instituição. Dessa forma, muito embora admita como público destinatário da intervenção o conjunto total de pessoas vinculadas à Marinha, designados como pessoal da Marinha, as ações da CMN eram efetivamente realizadas junto àqueles que eram aceitos como sócios. Tal fato permite afirmar, assim como está registrado na alínea b do parágrafo 1º do artigo 35 do seu regulamento, que essa instituição, criada como uma OM inserida na cadeia de comando da Marinha, possuía uma lógica de funcionamento que a identificava como uma associação.

Nesse sentido, a CMN apresenta grande similaridade com o que caracterizou a AMN. Não apenas pelo seu caráter associativo, mas também pela proximidade dos objetivos, das concepções sobre as necessidades dos beneficiários potenciais e dos valores e ideias que presidiram sua criação.

Além disso, apesar de não constar em sua regulamentação original, os dados históricos encontrados dão conta da presença do trabalho voluntário de mulheres na CMN tal como também se observou nas ações realizadas pela AMN e na Associação Mantenedora da Casa Marcílio Dias. Registrado com diferentes nomenclaturas²⁸, o fato é que foi criado

²⁸ “Departamento de Assistência à Família do Marinheiro” (A NOITE, 18 dez. 1945, p. 3), “Departamento de Assistência Feminino” (A NOITE, 22 dez. 1945, p. 2), “Secção Feminina da Casa do Marinheiro” (DIARIO DE NOTICIAS, 16 abr. 1946, p. 1), “Departamento Feminino de Assistência à Família do Marinheiro” (JORNAL DO BRASIL, 20 dez. 1945, p. 8) e “Posto Feminino de Assistência” (A NOITE, 11 abr. 1947, p. 6).

posteriormente na estrutura da instituição um elemento organizacional que acolheu esse tipo de participação. Conforme matéria publicada pelo Jornal do Brasil, o

“Departamento Feminino de Assistência á Família do Marinheiro, recentemente criado, como parte integrante da referida ‘Casa do Marinheiro’ [...] é constituído por senhoras pertencentes ou intimamente ligadas ás famílias de Almirantes e oficiais da nossa Marinha, as quais já vinham, desde alguns anos, e através dos postos 3 e 10 da Cruz Vermelha Brasileira, ora extintos, prestando com o máximo carinho e dedicação, excelentes serviços de assistência aos nossos marinheiros então empregados em efetivas operações de guerra e bem assim às suas famílias” (JORNAL DO BRASIL, 20 dez. 1945, p. 8).

Sob a presidência de honra da esposa do Ministro da Marinha, esse Departamento era responsável por reunir e organizar mulheres interessadas em realizar atividades de beneficência voltadas às famílias dos militares da Marinha. Com forte atuação de esposas e filhas de Oficiais da Marinha, eram realizadas, por exemplo, ações de entrega de presentes e doações aos filhos dos militares em datas comemorativas.

Assim, como pode ser observado, a proposta representada pela CMN recupera ideias, objetivos e estratégias interventivas observadas em experiências anteriores. Sendo assim, considerando que os elementos centrais do quadro cognitivo compartilhado pelos atores responsáveis pela criação dessa nova OM cuja atividade-fim é, em última instância, amparar os militares em algumas de suas necessidades pessoais, segue inalterado, a novidade dessa iniciativa é a sua inserção na estrutura organizacional e institucional da Marinha.

4.1.2.2 Divisão de Conforto e Assistência da Diretoria do Pessoal da Armada: bases para o Programa Social da Marinha

Em 27 de março de 1946, o Ministro da Marinha, Vice-Almirante Jorge Dodsworth Martins, encaminhou ao Presidente Eurico Gaspar Dutra o projeto de um novo regulamento para a Diretoria do Pessoal da Armada (DPA)²⁹. Aprovada pelo Decreto nº 20.974, de 12 abril de 1946, essa nova regulamentação estabeleceu para a DPA a atribuição de “promover medidas que [tivessem] por objetivo o conforto, a previdência e a assistência social do pessoal, inclusive esportes e uniformes” (BRASIL, 1946b).

Nessa direção, foi criada, na estrutura administrativa da DPA, a Divisão de Conforto e Assistência – 6ª Divisão (D.P.6) – com a responsabilidade de estudar e executar ações com o

²⁹ Conforme Ofício JGR/TFJ/SNº, de 27 de março de 1946, do Ministro da Marinha (BRASIL, 1946a).

propósito de mitigar problemas da vida cotidiana dos militares, visando contribuir para a melhoria e/ou manutenção do rendimento do pessoal no trabalho (BRASIL, 1946d).

Ficou, assim, a cargo dessa Divisão a fiscalização dos serviços de conforto existentes nos navios e estabelecimentos navais, como cantinas, barbearias, lavanderias, dentre outros, e o desenvolvimento de medidas em áreas como saúde, alimentação, educação, moradia, consumo, recreação e seguro de vida, agrupadas sob o termo assistência social. Para tal, a referida divisão era composta por uma Seção de Conforto e uma Seção de Assistência Social (BRASIL, 1946d).

Além da criação da Divisão de Conforto e Assistência, outra mudança introduzida pelo Decreto nº 20.974/1946 atinente ao tema em estudo foi a transferência de subordinação da CMN para a DPA. Essa mudança sugere que a Administração Naval buscou centralizar a coordenação das ações de assistência social em um único órgão, o que estaria em consonância com os princípios de racionalização do trabalho adotados pela instituição naquele momento.

Com o intuito de cumprir o propósito da Divisão de Conforto e Assistência, o Ministro da Marinha, por meio do Aviso nº 954, de 4 de maio de 1946 (BRASIL, 1946c), autorizou o Diretor Geral do Pessoal, a quem a DPA estava subordinada, a organizar os serviços de assistência médica, jurídica e de abastecimento do Pessoal Subalterno da Armada. Tais serviços seriam apresentados meses mais tarde como uma “ampla e proveitosa organização de assistência social” cujo principal objetivo era “permitir ao marinheiro nacional, com sua família, fazer face aos atuais obstáculos criados pela prolongada crise econômica que incide sobre a vida coletiva em todo país” (DIARIO DA NOITE, 16 abr. 1947, p. 3 e 5).

Ainda sobre as justificativas para o investimento da Marinha nesse campo, vale citar outras palavras do Contra-Almirante Attila Monteiro Aché, Diretor Geral do Pessoal da Armada, apontado como principal articulador e idealizador das ações implementadas nesse período. De acordo com o jornal Gazeta de Notícias,

“em suas declarações iniciais [disse] o Almirante Atila Aché, que o programa ora iniciado tem como principal objetivo a diminuição do custo de vida para o pessoal da Marinha, dando-lhes ainda o conforto e assistência necessários, inclusive às suas famílias, a fim de que possam fornecer o máximo de suas energias, em benefício da Marinha, e por conseguinte, do Brasil” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 abr. 1947, p. 5 e 7).

O conjunto de intervenções que passou a ser realizado sob a coordenação da Divisão de Conforto e Assistência foi organizado com a instituição do Serviço de Assistência Social da Armada (SASA), que teve suas regras de funcionamento consolidadas por meio do Aviso nº 1.017, de 8 de maio de 1947, do Ministro da Marinha (BRASIL, 1947a), e tinha como finalidade

proporcionar ao pessoal da Marinha, assim como às suas famílias, o bem-estar moral e material (A MANHÃ, 8 jun. 1948, p. 6).

Esse Serviço compreendia 5 (cinco) eixos de atuação, cada um com as suas respectivas subdivisões, a saber: a) Assistência Sanitária (médica, cirúrgica, hospitalar, odontológica, farmacêutica, senatorial, repouso e pré-natal); b) Assistência Financeira (empréstimos simples, adiantamento rápido, auxílios pecuniários, auxílio matrimonial, auxílio para natalidade e auxílio para funeral); c) Assistência Econômica (locação de imóvel, fiança para aluguel de casa, alimentação, vestuário, guarda móveis, condução e outras facilidades na obtenção de utilidades ou prestação de serviços por preços módicos); d) Assistência Educacional (cultura e ensino, educação física e recreação, educação doméstica e orientação educacional); e e) Assistência Moral (religiosa e judiciária) (BRASIL, 1947a).

Inicialmente, o SASA também compreendia a assistência médico-social, que se destinava a oferecer serviços de atenção à saúde às famílias dos militares. No entanto, em virtude da complexidade e do vulto das demandas apresentadas, as ações nessa área foram organizadas a partir da instalação de um serviço independente, a Assistência Médico-Social da Armada (AMSA) (REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, 1948, p. 267; GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 jul. 1948, p. 4.).

A AMSA, pela forma que se dava seu financiamento, constituía uma espécie de seguro saúde subsidiado. As famílias dos marinheiros e cabos tinham acesso aos serviços gratuitamente, às famílias dos demais militares, era exigida, mensalmente, uma contribuição prévia equivalente a meio por cento dos vencimentos e a integralização das despesas porventura efetuadas era custeada com recursos da própria DPA (DIÁRIO DA NOITE, 16 abr. 1947, p. 3 e 5).

Como pode ser observado a partir dos eixos de atuação estabelecidos para o SASA, a intervenção institucional no campo da assistência social ainda se remetia às questões atinentes à melhoria do nível educacional e cultural e à perspectiva moralizadora a partir de uma visão religiosa. Nessa direção, diz o Almirante Attila Aché: “a Assistência Educacional constitui um dos pontos principais do nosso programa, pois nesse setor compreende a preparação do nível moral e cultural do filho do marinheiro” (DIÁRIO DA NOITE, 16 abr. 1947, p. 3 e 5). No que se refere à permanência da influência da matriz confessional, de acordo com Quadro efetivo dos Capelães Militares da Armada, alterado pelo Aviso nº 1.740, de 23 de agosto de 1947, do Ministro da Marinha (BRASIL, 1947b), a Diretoria de Pessoal contava com 2 (dois) capelães,

sendo 1 (um) na Divisão de Conforto e Assistência e 1 (um) na Assistência Médico-Social da Armada.

No entanto, chama atenção a série de ações na forma de auxílio financeiro direto, bem como na forma de oferta de condições especiais para acesso a bens e serviços, inclusive médicos e hospitalares.

Essa perspectiva de atuação representa o reconhecimento de que, por vezes, ao menos parte da categoria militar, não dispunha de rendimentos suficientes para satisfazer suas necessidades básicas de subsistência. Tanto que, considerando o contexto de crise econômica pela qual passava o País naquele momento, sofrendo com uma alta taxa de inflação e com problemas de abastecimento, após a criação da Divisão de Conforto e Assistência, são instalados o Serviço de Subsistência da Marinha e a Cantina Central da Marinha.

Inaugurado no dia 4 de novembro de 1946 (A NOITE, 30 out. 1946, p. 10), o Serviço de Subsistência da Marinha destinava-se, sobretudo, a vender gêneros alimentícios a preços mais baixos do que os praticados no mercado, facilitando o acesso do pessoal da Marinha à itens básicos. A utilidade desse tipo de serviço se justificava pela possível redução das despesas com alimentação e pela possibilidade de aquisição de gêneros escassos.

A Cantina Central, por sua vez, aos moldes do que se fazia nos Estados Unidos da América, destinava-se a fornecer “desde o automovel ao menor objeto caseiro” e sua proposta comercial estava baseada na máxima “vender muito e barato, para poder ganhar muito” (DIARIO DA NOITE, 16 abr. 1947, p. 3 e 5).

Além disso, nessa trilha das dificuldades referentes ao custo de vida, de acordo com o relato do Almirante Aché, “o mais sério problema a enfrentar [era] o da casa para o marinheiro” (JORNAL DO BRASIL, 17 abr. 1947, p. 7). A questão do acesso à moradia aparece como um objetivo de grande relevância não apenas pela possibilidade da redução dos custos com habitação, que se daria pela oferta de financiamentos para aquisição e imóveis para aluguel a preços proporcionais a capacidade financeira dos militares com baixos rendimentos, mas também por se considerar que o deslocamento do militar para o trabalho poderia constituir um fator limitante no exercício de suas tarefas profissionais. Nas palavras do Contra-Almirante Juvenal Greenhalgh, Diretor de Engenharia Naval,

“o problema, além de humano e social, é essencialmente econômico [...] pois, cogita-se de melhorar a produtividade dos servidores, melhorando o seu padrão de vida e evitando-lhes a canseira de longas e inconfortáveis viagens para se conduzirem ao trabalho” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22 nov. 1947, p. 4).

No mais, no bojo do “grande programa social” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 abr. 1947, p. 5 e 7) implementado pela Marinha a partir da criação da Divisão de Conforto e Assistência, são citadas ainda pelo Almirante Aché, como ações relevantes, a atuação da Seção Judiciária, que patrocinava a defesa dos interesses dos militares e suas famílias; o serviço da Caixa de Socorro que, isentando os seus usuários da cobrança de juros, prestava auxílio pecuniário; a instalação de clubes recreativos; a doação, pelo Departamento Feminino de Auxílio à Família do Marinheiro, de enxovais para os filhos recém-nascidos de marinheiros; e a publicação da Revista Marcílio Dias, cujo objetivo era o desenvolvimento cultural dos militares.

Dando prosseguimento a esse movimento de organização da assistência social no âmbito da Marinha, em 2 de setembro de 1947, fazendo referência ao Aviso nº 1.017/1947 (BRASIL, 1947a), o Diretor Geral do Pessoal, Contra-Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves, encaminhou ao Ministro da Marinha um anteprojeto de lei para a criação do Departamento de Assistência Social da Armada (DASA)³⁰.

Essa proposta pode ser entendida como o reconhecimento da assistência social como um setor de intervenção técnica na Marinha, devidamente enquadrada no rol das obrigações institucionais, tendo em vista que esse nível organizacional, segundo a doutrina da administração pública brasileira em vigor à época, era destinado aos órgãos responsáveis pela direção ou supervisão de assuntos técnicos ou administrativos correlatos (BRASIL, 1946g). Outra indicação nesse sentido está presente na própria minuta do dispositivo legal para criação do DASA enviado para apreciação do Ministro da Marinha. No artigo 2º da referida minuta, propunha-se subordinar o DASA diretamente ao Diretor Geral do Pessoal e dotá-lo de uma estrutura com órgãos destinados tanto à direção como à execução das ações planejadas.

Segundo o Diretor Geral do Pessoal, a justificativa para a criação do DASA estava relacionada a 3 (três) fatores. O primeiro dizia respeito a um conjunto de dispositivos legais presentes na Constituição Federal de 1946, a saber:

“a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano” (art. 145); que “a todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna” (§ único do art. 145); que “é obrigatória, em todo território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência, e que a lei instituirá o amparo das famílias de prole numerosa” (art. 164); que “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola,

³⁰ Conforme Ofício nº 855-62, de 2 de setembro de 1947, do Diretor Geral do Pessoal da Armada (BRASIL, 1947c).

devendo inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana’ (art. 166) e que ‘o amparo à cultura é dever do Estado’ (art. 173)” (BRASIL, 1947c).

O segundo fator se referia a deveres dos militares previstos no Estatuto dos Militares, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946 (BRASIL, 1946e), mais especificamente, os descritos nas letras d e f do art. 25:

“‘zelar pela honra e reputação de sua classe, observando procedimento irrepreensível na vida pública e na particular, e cumprindo, com exatidão, seus deveres para com a sociedade’ (art. 25 letra d); [e] ‘satisfazer, com pontualidade, os compromissos assumidos e garantir assistência moral e material a seu lar’ (art. 25 letra f)” (BRASIL, 1947c).

Nesse sentido, o Diretor Geral do Pessoal defendia a ideia de que o Estado tinha o dever moral de ofertar aos militares os meios necessários para cumprir tais obrigações. Nas palavras daquele Oficial, “para que esses deveres possam ser rigorosamente observados, fica o Estado moralmente obrigado a facilitar aos militares os meios necessários, prestando-lhes os benefícios da assistência social” (BRASIL, 1947c).

O terceiro fator apresentado em favor da criação do DASA foi o alinhamento da proposta às ideias do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, em matéria de política social, tal como expostas na mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 15 de março de 1947 por ocasião da abertura da Sessão Legislativa daquele ano.

Na referida mensagem presidencial, são mencionadas as questões referentes ao analfabetismo, à precariedade dos serviços de atenção à saúde, à mortalidade infantil, à previdência social, à assistência social, à proteção ao trabalho e à reforma agrária, sendo enfatizado o dever do Estado em estender seus benefícios a todos os segmentos da população brasileira.

Assim, a proposta de criação do DASA com a finalidade de “auxiliar o pessoal militar e civil do Ministério da Marinha, no sentido de que cada um possa atender melhor ao próprio bem estar moral e material, assim como ao das respectivas famílias” (BRASIL, 1947c), foi apresentada como uma forma de operacionalizar as ideias contidas na Constituição Federal de 1946 e na perspectiva adotada pelo Presidente da República para as políticas sociais.

Dessa forma, os elementos que permeiam a organização da assistência social da Marinha a partir da criação da Divisão de Conforto e Assistência expressam importantes mudanças de percepção dos atores envolvidos no que se refere à origem dos problemas a serem endereçados pela intervenção institucional. Os dados históricos analisados permitem afirmar que, nesse momento, para além de uma perspectiva responsabilizadora do indivíduo sobre suas dificuldades de subsistência, aparece o reconhecimento de que os desafios econômicos

enfrentados pelo País constituem obstáculos de difícil resolução para os segmentos de mais baixos rendimentos da Marinha.

Embora ainda se observe a preocupação com as questões de cunho moral e com os problemas relativos à educação, principalmente em relação aos filhos dos militares, ganham destaque as ações voltadas para a redução do custo de vida caracterizadas pela oferta de facilidades para acesso a bens e serviços. Diferentemente das iniciativas anteriores, o plano de assistência social implementado nesse período tem como foco a mitigação direta da situação de hipossuficiência financeira experimentada pelos militares e não a busca pela construção de uma realidade futura mais vantajosa por meio do abandono de práticas sociais consideradas inadequadas e da dedicação ao aperfeiçoamento educacional e profissional.

Mesmo em comparação com as estratégias adotadas pela CMN, que também procurava intervir na situação material do pessoal da Marinha por meio da oferta de serviços médicos gratuitos e de condições vantajosas para aquisição de produtos de primeira necessidade, as ações implementadas pela DPA colocam a questão da subsistência e as dificuldades em alcançar condições de vida satisfatórias como o problema que demanda a atuação institucional.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à expectativa institucional em relação aos resultados provenientes do investimento na assistência social. A ideia defendida é que a assistência social constitui um recurso à disposição da Administração Naval para garantir, ao menos, a manutenção do rendimento esperado dos militares no desenvolvimento de suas atividades no trabalho. A lógica então seria afastar o pessoal da Marinha das preocupações cotidianas, mormente daquelas atinentes à subsistência de suas famílias, para que, livres de qualquer distração, pudessem se dedicar ao máximo às exigências institucionais, como fica demonstrado no trecho a seguir:

“a Marinha, compreendendo o papel desempenhado pelos fatores morais sobre a capacidade laborativa de seus homens, iniciou o planejamento de um amplo serviço de Assistência Social, destinado, sobretudo, a aliviar os nossos marinheiros das preocupações inerentes ao bem estar de suas famílias” (BRASIL, 1948).

Vale mencionar que o regulamento da Diretoria do Pessoal em vigor à época, datado de 7 de Maio de 1924, já previa como responsabilidade do referido órgão a tarefa de “procurar por todos os meios ao seu alcance elevar o moral do pessoal da Marinha e promover a sua educação physica [...]” e, especificamente em relação aos militares dos segmentos mais baixos da escala hierárquica, de “tratar dos assumptos de conforto e moral”, conforme consta na alínea j do art. 3º e no inciso 9º da alínea c do art. 15 do Decreto nº 16.461/1924 (BRASIL, 1924), respectivamente.

Assim, é possível dizer que a preocupação com o desenvolvimento de ações voltadas para a questão da disposição psicológica dos militares para o trabalho já estava presente na instituição, no entanto, é a partir do regulamento de 1946 que pode ser identificado um processo de agrupamento dessas ações utilizando-se o termo assistência social.

Além disso, é preciso ressaltar também a qualidade de assunto técnico atribuída à assistência social, como evidenciado pela proposta de criação do DASA. Em que pese a permanência de conteúdos relacionados à perspectiva caritativa, presentes em ações como a doação de enxovais para recém-nascidos e distribuição de roupas e brinquedos para os filhos dos militares no Natal (DIARIO DA NOITE, 16 abr. 1947, p. 3 e 5), o conjunto de ações implementado pela DPA é entendido como uma intervenção racional e utilitarista. Não se trata, como amplamente defendido anteriormente, de uma ação estritamente patriótica e de expressão do amor dos superiores hierárquicos pelos seus subordinados, mas um investimento com vistas a obter os melhores resultados possíveis para a instituição.

No entanto, essa concepção da assistência social como instrumento a ser utilizado para extrair dos militares o máximo engajamento no trabalho e a perspectiva de que a Marinha, e não apenas os indivíduos, possuía um dever moral de oferecer os meios necessários para que os militares alcançassem um nível satisfatório de bem-estar social não eliminaram outras formas de pensar. Como demonstrado, sob a coordenação de um mesmo órgão da Marinha, a DPA, coexistiam intervenções que remetiam a diferentes quadros cognitivos, indicando que a assistência social constituía um campo no qual estavam presentes distintos grupos de atores.

Nessa direção, vale mencionar a inserção do Serviço Social na AMSA e os tensionamentos oriundos da disputa pela organização das ações desenvolvidas. Tais conflitos foram registrados em uma carta de autoria da assistente social Hermínia Faria Fernandes Lima, que havia sido convidada pelo Capitão de Corveta Médico José da Cunha Soares Londres, Diretor da AMSA, para organizar e dirigir o Serviço Social daquele órgão (DIARIO DE NOTICIAS, 13 abr. 1949, p. 1 e 2).

De acordo com a referida assistente social, uma de suas preocupações profissionais era dar à AMSA uma orientação técnica, baseada nos princípios defendidos pelo Serviço Social, o que não observava, por exemplo, na condução dos serviços prestados pelo SASA. Assim, dava especial atenção ao levantamento de dados sobre as condições de vida da população atendida, bem como de suas demandas, e à realização de estudos e discussões em equipe que pudessem contribuir para adequação da intervenção desenvolvida.

Nesse contexto, o significado de atuação técnica estaria intimamente relacionado à ideia de planejamento e previsão de resultados, o que se contraporía a uma perspectiva reativa na qual as atividades eram realizadas para conter situações emergenciais. Analisando por que, em sua opinião, os serviços assistenciais no Brasil falhavam, a assistente social Hermínia diz o seguinte:

“Geralmente, no Brasil, os serviços assistenciais vêm falhando, porque nos limitamos a contemporizar, fazendo uma simples assistência de emergência e unilateral, sem lançarmos as bases para um Serviço Social de recuperação e reajustamento. Na A.M.S.A, ao contrário, através dos inquéritos sociais, colhíamos dados para os nossos estudos estatísticos, bem como agíamos educativamente junto às famílias visitadas, orientando-as para a melhor solução dos seus problemas domésticos. Além do mais – com os estudos que vínhamos fazendo – teríamos, dentro de algum tempo, um verdadeiro ‘censo’ de todo o pessoal da Armada, conhecendo suas reais condições de vida, suas necessidades, podendo oferecer às autoridades as sugestões adequadas para a solução de seus diversos problemas. [...] Era uma ação global, pois que cada caso merecia de nossa parte um estudo atento; mandávamos arquivar os casos normais e procurávamos solucionar os que se apresentavam com problemas. Estudávamos nas reuniões semanais, que mantínhamos com as assistentes sociais, os casos mais complexos, para que conhecêssemos as causas dos desajustamentos e pudéssemos dar-lhes a solução justa e adequada” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 abr. 1949, p. 1 e 2).

No entanto, um dos princípios caros ao Serviço Social à época, referente ao tratamento diferenciado para cada caso de acordo com a avaliação feita pelo profissional, colidia com a importância dada na instituição militar à isonomia. Tanto que essa diferença na forma de endereçar as demandas apresentadas pela população atendida configurou um dos motivos para o afastamento voluntário da assistente social Hermínia do trabalho na AMSA.

Sobre essa questão, a autora da carta endereça a seguinte crítica ao diretor daquele órgão:

“Na nossa última palestra, tivemos oportunidade de trocar idéias sobre o desenvolvimento do serviço, e pude, então, verificar e declarei a v. s. o quanto divergiam nossos pontos de vista. Dizia eu que na A.M.S.A. os casos comuns de rotina são atendidos normalmente, o mesmo não se verificando com os que fogem ao normal, que muitas vezes são tratados com desumanidade, e ficariam abandonados se não fossem atendidos pelo Serviço Social, que vinha utilizando os recursos da comunidade e influências de amizades pessoais, para solucionar os problemas de alguns associados da A.M.S.A. Em resposta, disse-me que, na A.M.S.A. só se daria a um, o que se pudesse dar a todos, prestando, por conseguinte, uma assistência padronizada. Para realizar uma assistência nestes moldes, seria desnecessário a criação de um serviço dispendiosíssimo, que consome vultuosas somas, sobretudo em aluguel de vários andares em prédio impróprio, onde se pode ter apenas serviço de ambulatório. Se estivéssemos realizando somente um Serviço de Assistência Médica, eu aceitaria a incidência no erro, mas a palavra Médico-Social tem um significado vasto e implica em responsabilidades seríssimas para aqueles que dirigem os serviços, indica uma assistência completa e eficiente, e nunca deveria ter sido usada se não houvesse a intenção de realizar uma obra construtiva” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 abr. 1949, p. 1 e 2).

A assistente social Hermínia cita ainda discordância em relação à custódia da documentação produzida pelo Serviço Social que, segundo ela, deveria ser de acesso restrito aos assistentes sociais em virtude de seu caráter sigiloso, e em relação a forma de execução dos serviços, considerada superficial por se preocupar mais com a quantidade de atendimentos do que com a intervenção sobre as causas dos problemas sociais.

Sendo assim, a profissional conclui:

“Pertencendo ao grupo dos que se batem pelo desenvolvimento do Serviço Social baseado em princípios científicos, fase progressiva da evolução assistencial – não poderia continuar a trabalhar em um setor, onde erradamente se pratica a assistência, que é hoje em dia condenada por todos os técnicos” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 abr. 1949, p. 1 e 2).

Como pode ser observado, o conjunto de ações desenvolvidas pela Marinha a partir de 1946 expressam um novo sentido e um novo lugar atribuído à assistência social na instituição. Não se tratava mais de ações promovidas por voluntários movidos por valores como patriotismo e amor ao próximo, embora esses conteúdos pudessem ainda estar presentes, nem de medidas voltadas para afastar os militares de práticas consideradas inadequadas. O que se coloca como propósito da assistência social nesse momento é garantir para a Marinha a plena dedicação dos militares no exercício de suas funções, tendo como estratégia principal a oferta de serviços que pudessem facilitar o enfrentamento das situações de hipossuficiência financeira vivenciadas pelas famílias.

Concebida a partir de um viés marcadamente instrumental, a assistência social passa a ser reconhecida na instituição como um assunto técnico, que atende uma demanda institucional específica, diferenciada de outros setores de prestação de serviços existentes na Marinha. Assim, as mudanças nas concepções dominantes a respeito dos problemas a serem endereçados pela assistência social, da função institucional a ser desempenhada pelas ações desenvolvidas, das estratégias de intervenção que deveriam ser privilegiadas e dos resultados esperados conformam as bases para construção de uma inédita estrutura organizacional e institucional na Marinha.

Assim, a análise das iniciativas assistenciais apresentadas neste capítulo, que se apoiou na identificação dos principais atores envolvidos e nos argumentos utilizados para justificar as ações implementadas, permite elaborar algumas conclusões sobre a institucionalização da assistência social da Marinha.

Primeiramente, observou-se que a inclusão da assistência social como parte das obrigações institucionais da Marinha em relação ao seu pessoal ocorre a partir de mudanças na forma dominante de se pensar sobre:

a) as causas das contingências sociais enfrentadas pelos militares, que deixam de ser percebidas como produtos de falhas individuais de ordem moral e passam a ser entendidas como resultante da forma desigual como as dificuldades inerentes ao contexto econômico do país afetava os militares com menores rendimentos;

b) o papel da instituição em face das situações que poderiam afetar a sua imagem social, que passa de uma atuação punitiva, reforçadora da ideia de que era necessário cultivar bons hábitos e de mero apoio a iniciativas de voluntários para uma intervenção baseada na concepção de dever moral de ofertar os meios necessários para que seus integrantes pudessem cumprir seus deveres perante a sociedade; e

c) os potenciais resultados das ações implementadas para endereçar os problemas identificados, que, no lugar de serem esperados como frutos a serem colhidos no futuro, sobretudo pela transformação proporcionada pela educação dos militares e de seus filhos, passam a ser requisitados como benefícios imediatos para a instituição.

Nesse sentido, com base no referencial teórico apresentado no Capítulo 2, a institucionalização da assistência social da Marinha representa o estado resultante de um conjunto de mudanças processadas no quadro cognitivo compartilhado pelos atores com capacidade de disseminar suas ideias e valores e de promover alterações institucionais baseadas em suas visões de mundo. Recuperando os termos de Jobert & Muller (1987), o Quadro abaixo apresenta as principais características das iniciativas assistenciais analisadas.

Quadro 5 - Resumo dos quadros cognitivos das iniciativas analisadas, de acordo com o modelo conceitual apresentado por Jobert e Muller (1987)

Níveis de percepção do mundo	Iniciativas analisadas			
	Associação Abrigo do Marinheiro	Casa Marcílio Dias	Casa do Marinheiro	Divisão de Conforto e Assistência
Valores	Boa conduta moral.	Trabalho remunerado.	Luta contra o comunismo.	Existência digna.
Normas	É preciso oferecer opções saudáveis de divertimento.	É preciso oferecer educação voltada para a capacitação profissional.	É preciso oferecer educação moral e cívica, bem como facilidades de acesso à bens e serviços.	É preciso oferecer os meios necessários para que os militares cumpram seus deveres em relação à imagem social da Marinha e no que diz respeito à provisão da subsistência de suas famílias.

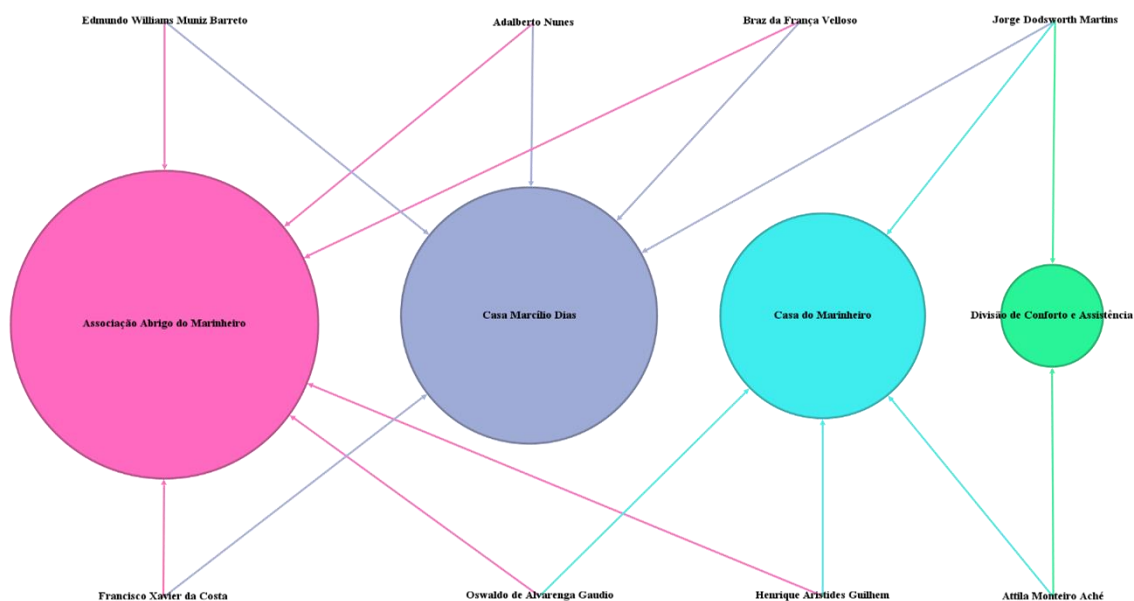
Algoritmos	Se o tempo livre dos militares for ocupado com atividades educativas, culturais, esportivas e recreativas aprovadas pelos superiores hierárquicos, então os problemas relacionados a práticas sociais inadequadas serão evitados.	Se os filhos dos militares receberem educação profissionalizante em áreas de interesse do setor produtivo, então o país terá melhores condições para se desenvolver economicamente e as famílias terão, no futuro, melhores condições de vida.	Se os militares tiverem a sua disposição um espaço para aprimoramento educacional, de prática de entretenimentos responsáveis e de formação moral baseada nos preceitos da religião católica, bem como acesso a bens e serviços a baixos custos, então, sobretudo os segmentos de mais baixos rendimentos, não serão seduzidos por ideias subversivas.	Se os militares tiverem acesso a bens e serviços de primeira necessidade a preços compatíveis com os seus rendimentos, então poderão arcar com seus compromissos financeiros e prover condições satisfatória de vida à suas famílias, evitando que as preocupações com essas questões impactem negativamente o seu rendimento no trabalho.
Imagens	O militar estudioso, dedicado ao trabalho, que busca ascender na Marinha, que não abusa de bebidas alcóolicas, que não pratica jogos de azar e que não frequenta casas de prostituição.	O profissional qualificado, com empregado formal, capaz de sustentar sua família.	O militar que não compactua com o ideário comunista.	O militar livre de preocupações em relação ao sustento de sua família e que, em virtude desse estado de tranquilidade, se dedica completamente ao trabalho na Marinha.

Fonte: Elaboração própria.

Em segundo lugar, verificou-se que o processo de constituição na Marinha de um setor de intervenção sistemática denominada de assistência social não se deu por meio de graves rupturas em relação às práticas anteriores. Como demonstrado, as ações implementadas a partir do final da década de 1940 recuperavam conteúdos e estratégias presentes, por exemplo, nos serviços ofertados pela AMN.

Esse movimento de permanência, em grande medida, pode ser explicado pela participação dos mesmos atores em diferentes iniciativas. Como ilustrado pela figura abaixo, alguns militares estiveram presentes em mais de uma instituição, o que favorecia que as mesmas ideias, representações sociais e valores permeassem as ações desenvolvidas em distintos momentos. Vale destacar o caso da participação de Henrique Aristides Guilhem que, enquanto Capitão de Fragata, atuou como fundador da AMN e anos depois, como Vice-Almirante ocupando o cargo de Ministro da Marinha, criou a CMN.

Figura 2 - Participação de militares da Marinha nas iniciativas analisadas



Fonte: Elaboração própria.

Reconhece-se, evidentemente, que as permanências observadas não se devem exclusivamente a esse fato. Tratando-se de visões de mundo, outras instituições e outras relações contribuem para a reprodução das formas de pensar e agir em relação às questões que mobilizam a sociedade, como as instituições religiosas e as próprias instituições militares, que são elas mesmas instituições produtores e reprodutoras de subjetividades. A importância de destacar a circulação dos mesmos atores por diferentes iniciativas decorre da ampliação da capacidade desses agentes de disseminar e compartilhar elementos que compõem seus quadros cognitivos.

Por fim, em terceiro lugar, observou-se a forte participação de mulheres, sobretudo das esposas dos Oficiais superiores e Oficiais gerais, nas ações implementadas como um elemento presente em todas as iniciativas assistenciais analisadas. Mais do que a simples participação, o que se verificou foi a ingerência direta dessas mulheres no direcionamento de estratégias de intervenção, tendo em vista que algumas ocupavam funções de relevo, em especial, as primeiras-damas do Brasil e as esposas dos Ministros da Marinha.

Diferentemente de outras características das iniciativas gestadas fora da estrutura administrativa da Marinha, como os espaços de deliberação na forma de conselhos deliberativos e a presença de civis em funções administrativas, o voluntariado feminino e a ingerência das esposas de atores ocupantes de cargos com maior poder institucional são traços que se

mantiveram mesmo quando a coordenação das ações da Marinha no campo da assistência social passou a estar concentrada em um único órgão militar. Exemplo desse movimento de continuidade foi a constituição do Departamento Feminino de Assistência à Família do Marinheiro como parte integrante da CMN.

No entanto, em que pese a institucionalização da assistência social da Marinha não representar uma ruptura completa com práticas anteriores, esse processo também não pode ser entendido como uma evolução natural de iniciativas como a AMN, tal como parece ser defendido em algumas produções que compõem a literatura sobre o tema.

Embora o movimento de permanência de conteúdos, estratégias e práticas seja observado por meio de várias evidências, como apontado anteriormente – e essa é a principal conclusão elaborada nesta parte do trabalho –, a constituição na Marinha de um setor de intervenção sistemática com o propósito de oferecer serviços para mitigar contingências sociais vivenciadas pelos seus servidores e suas respectivas famílias é o estado resultante de significativas mudanças no quadro cognitivo compartilhado pelos atores envolvidos. Dessa forma, o surgimento na Marinha de uma estrutura organizacional e institucional dedicada à assistência social se deu como um processo de permanência e rupturas que imprimiram contornos peculiares a esse campo.

5 TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA MARINHA DO BRASIL: TENTATIVAS DE RUPTURAS E CONTINUIDADES

Ao longo de quase 80 (oitenta) anos, a assistência social da Marinha passou por diversas reformulações. De modo geral, a literatura que aborda essa trajetória histórica situa e organiza as alterações institucionais observadas nessa área em 4 (quatro) momentos.

O primeiro, situado na década de 1940, refere-se ao processo de surgimento da assistência social como um conjunto de serviços e ações desenvolvidos por órgãos integrantes da estrutura administrativa da Marinha. O segundo momento, que abrange as décadas de 1960, 1970 e 1980, diz respeito a fase de gradual profissionalização da assistência social e de organização dessa área em estrito diálogo com os processos em andamento na profissão de Serviço Social, sobretudo após o ingresso das primeiras assistentes sociais militares na Marinha no início da década de 1980. O terceiro, circunscrito à década de 1990, é identificado como um período de mudanças resultantes de processos reflexivos sobre as experiências gestadas pela instituição no campo da assistência social. Por fim, o quarto momento, localizado nos anos 2000, refere-se ao estágio atual de desenvolvimento da assistência social da Marinha.

Observa-se nessa forma preponderante de caracterizar o desenvolvimento da assistência social da Marinha a construção de uma linha evolutiva na qual cada período é representado a partir da identificação e superação de determinados desafios. Ou seja, o percurso da assistência social da Marinha é apresentado como uma sequência de saltos qualitativos em que a cada novo momento se alcança um nível superior de organização e de maturidade institucional nesse campo.

Vale mencionar que essa visão sobre a trajetória histórica da assistência social da Marinha guarda semelhanças com aquilo que se construiu como imagem – de certo modo reducionista – do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, sendo o período de seu surgimento caracterizado pela diferenciação entre as protoformas e a constituição da profissão propriamente dita; a década de 1980 como um período de emancipação e ruptura com práticas ainda marcadas por ideias herdadas do período de formação inicial da profissão; a década de 1990 representada como um momento de maior maturidade marcado por processos reflexivos que contribuíram para a consolidação dos avanços alcançados no período anterior; e o estágio atual como o momento de defesa e ampliação do modelo estabelecido até então.

Em que pese toda contribuição e o esforço dos autores que se dedicam à pesquisa da assistência social da Marinha, os estudos existentes apresentam lacunas importantes, sobretudo

quando se trata da comparação entre diferentes períodos históricos, tendo em vista que a análise dos estados temporais do fenômeno investigado deve se ocupar dos seus dois extremos, a saber: tanto da mudança como também da permanência. Nessa direção, chama a atenção o fato de não se observar na literatura sobre a trajetória histórica da assistência social da Marinha a identificação de quais são os desafios atuais, as dificuldades do passado que porventura não foram superadas e as permanências que podem ter se instaurado como resistência aos processos de mudança experimentados na instituição.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é apresentar elementos que permitam estabelecer comparações entre os diferentes momentos da assistência social da Marinha indicados na literatura e identificar rupturas e continuidades.

Para tal, considerando que os documentos administrativos da Marinha constituem registros oficiais das alterações institucionais, o material analisado nesta parte da pesquisa foi o arcabouço normativo da assistência social da Marinha, tendo como foco de atenção as seguintes dimensões de análise: estrutura administrativa, categorias profissionais envolvidas, concepção de assistência social, ações propostas, justificativas para as ações propostas, público atendido, critérios de elegibilidade e tipo de financiamento.

No que se refere à escolha dos períodos analisados, optou-se por privilegiar os momentos que abrigam os processos indicados na literatura como promotores de significativas mudanças institucionais. Assim, além da década de 1940, identificada como o período de surgimento da assistência social da Marinha, são consideradas a década de 1980, por se tratar do momento de ingresso na Marinha de assistentes sociais na condição de militar e de maior aproximação da assistência social da Marinha com o Serviço Social; a década de 1990, apontada como um período de importantes inovações nesse campo, sobretudo pela implementação de uma proposta de intervenção formulada internamente na Marinha; e a década de 2020 na qual foram operadas as mais recentes alterações normativas em relação aos aspectos relacionados à assistência social da Marinha.

Considerando que os aspectos pertinentes à organização e funcionamento da assistência social da Marinha na década de 1940 já foram abordados no Capítulo 4, os elementos referentes a esse período são apenas resgatados ao final deste capítulo na composição do quadro comparativo geral.

5.1 1980: A assistência social como instrumento de trabalho do Serviço Social

A década de 1980 inicia para a assistência social da Marinha, literalmente, com a publicação da SOCIOMARINST nº 10-01 no dia 1º de janeiro (BRASIL, 1980a). De acordo com esse documento normativo, aprovado pelo Capitão de Mar e Guerra Gerson Fleischhauer, diretor do Serviço de Assistência Social da Marinha (SASM), a prestação de assistência social se destinava ao pessoal militar, aos servidores civis, aos ex-combatentes, bem como aos respectivos dependentes.

No entanto, o acesso do público aos serviços prestados deveria seguir uma ordem de prioridade estabelecida conforme o tipo de atividade exercida e/ou a situação funcional do indivíduo. Nesse sentido, em primeiro lugar deveriam ser atendidos os militares embarcados, ou seja, lotados nos meios operativos da Marinha, e seus dependentes; em segundo lugar os militares e servidores civis do serviço ativo e seus dependentes; e em terceiro lugar os militares da reserva, os servidores civis aposentados, pensionistas, ex-combatentes e seus dependentes.

Nota-se, portanto, que a proposta da assistência social era intervir, prioritariamente, nas situações que poderiam afetar o potencial de trabalho do seu pessoal. Assim, recai sobre a assistência social a missão de manter o pessoal em serviço ativo, sobretudo aqueles empregados em atividades consideradas sensíveis, em condições de se dedicarem ao trabalho e corresponderem às expectativas da instituição em termos de performance laboral.

A SOCIOMARINST nº 10-01 estabelece também que a assistência social deveria ser prestada obedecendo a dois conceitos principais cuja finalidade era educar o beneficiário e fazê-lo sentir-se responsável pela solução dos seus problemas. Assim, os auxílios ofertados pela assistência social deveriam ser temporários, ou seja, ter um prazo estabelecido para o seu encerramento e serem focalizados nos períodos de maior dificuldade; e deveriam ser limitados, quer dizer, ser prestados sempre de forma parcial, não cobrindo as solicitações apresentadas por completo.

A indicação desses conceitos revela a preocupação da instituição em não isentar os beneficiários de participarem ativamente dos processos interventivos, responsabilizando-os, em certa medida, pela superação da situação que gerou a demanda apresentada. Além disso, a implementação de tais medidas restritivas explicita que a assistência social era interpretada como potencialmente promotora do chamado parasitismo social e, portanto, deveria ser prestada com o necessário engajamento do público atendido.

As atividades próprias da assistência social, conforme apresentado na SOCIOMARINST nº 10-01, eram as seguintes: Assistência ao Excepcional, Assistência Financeira, Assistência Educacional, Assistência Jurídica-Judiciária, Assistência Previdenciária, Assistência Recreativa, Desportiva e Cultural e Assistência Religiosa.

Para a execução desses serviços, a estrutura da assistência social contava com o SASM, organização militar responsável pela normatização e controle das atividades de assistência social, e com os Núcleos de Assistência Social (NAS), implementados nos Distritos Navais e no Comando Naval de Brasília, cuja atribuição era orientar, coordenar e controlar as atividades de assistência social em suas respectivas áreas de jurisdição em estreita cooperação com as subchefias regionais do Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, hospitais distritais e Casas do Marinheiro.

Complementando a estrutura composta pelo SASM e pelos NAS, foi instituído também que toda Organização Militar da Marinha indicasse um Oficial ou servidor civil assemelhado a Oficial para atuar como Encarregado do Serviço de Assistência Social. A função desse Encarregado, de quem não se exigia nenhuma formação profissional específica, era prestar atendimento direto aos beneficiários, de acordo com o propósito de cada serviço previsto na assistência social da Marinha, mantendo permanente contato com o NAS da sua região.

Nessa direção, observa-se que, no início da década de 1980, a assistência social da Marinha se configurava como um conjunto de serviços e ações que não eram executados, exclusivamente, por uma determinada categoria profissional. Tal condição expõe que, apesar de ser reconhecida como uma tecnologia social cujo propósito institucional era bem definido, os requisitos para atuação nessa área não estavam relacionados, necessariamente, a formação profissional dos agentes.

Além dos serviços mencionados anteriormente, a SOCIOMARINST nº 10-01 também faz referência aos processos de movimentação por motivo social. Tais processos dizem respeito aos requerimentos nos quais os militares em serviço ativo demandam da instituição a transferência para outra localidade em razão de questões de ordem pessoal e/ou familiar. Vale chamar a atenção para a expressão “por motivo social” que, de acordo com o texto da PESSOMARINST nº 027903, de 19 de abril de 1979 (BRASIL, 1979), documento que regulamentava esse tipo de movimentação à época, era utilizada para designar os pedidos cuja situação apresentada como justificativa era considerada um problema social e, portanto, uma questão afeta à assistência social.

Da mesma forma que em relação aos processos de movimentação por motivo social, os demais serviços da assistência social também estavam descritos com maiores detalhes em documentos suplementares, como a SOCIOMARINST nº 10-03, de 1º de janeiro de 1980 (BRASIL, 1980b), que tratava da Assistência Financeira e a SOCIOMARINST nº 10-05 (BRASIL, 1980c), publicada na mesma data, que estabelecia as normas específicas para a prestação da Assistência ao Excepcional. Tais aprofundamentos só aparecem em conjunto na SOCIOMARINST nº 10-01-A, de 20 de maio de 1988 (BRASIL, 1988b), que substituiu a regulamentação da assistência social da Marinha vigente até então.

A respeito dessa nova normatização, o primeiro aspecto a ser levado em consideração se encontra logo na definição do assunto abordado. Enquanto a SOCIOMARINST nº 10-01 tinha como propósito estabelecer normas para a prestação de assistência social, a SOCIOMARINST nº 10-01-A traz como assunto a prestação de Serviço Social na Marinha. Nesse sentido, fica evidente que a instituição, ao longo da década de 1980, passou por um processo cujo resultado se expressa na identificação daquilo que vinha sendo designado como assistência social com o exercício e, de maneira mais geral, com a profissão de Serviço Social.

Essa aproximação com o Serviço Social está presente em diversos momentos do texto e tem impactos significativos na estrutura e na forma de prestação dos serviços e ações desenvolvidos pela Marinha no campo da assistência social. Nessa direção, vale citar as noções de Serviço Social e assistência social trazidas pelos subitens 2.1 e 2.2 da SOCIOMARINST nº 10-01-A:

“2.1 - O Serviço Social é uma atividade voltada para o desenvolvimento da capacitação social dos indivíduos, entendida como o processo de conscientização crítica diante de suas necessidades e habilitação para utilizar e criar os meios para atendê-las.

2.2 - O Serviço Social utiliza como instrumento técnico para o trabalho de capacitação social a assistência social, constituída pelo conjunto de recursos materiais colocados a serviço dos indivíduos para apoio ao atendimento de suas necessidades básicas e elevação do nível de vida. É prestada em caráter transitório ou permanente, intermediando nas dificuldades de ordem sócio-econômica e outras que afetam suas condições de existência” (BRASIL, 1988b, p. 1).

Nota-se que o Serviço Social é entendido como uma profissão interventiva cuja finalidade é produzir mudanças na forma dos indivíduos interpretarem as situações que vivenciam como dificuldades para o exercício de sua autonomia. Assim, a ênfase recai no caráter pedagógico da intervenção, uma vez que o resultado esperado seria alcançado por meio de um processo educativo no qual o público atendido deve adquirir habilidades para fazer uso

proveitoso dos recursos postos a sua disposição e elaborar, por si mesmo, soluções para as contingências sociais.

A partir dessa forma de conceber o Serviço Social, a assistência social é qualificada como uma ferramenta, ou seja, um instrumento a ser utilizado pelo assistente social para promover a educação dos indivíduos ao mesmo tempo que permite fazer frente as situações objetivas que justificam a intervenção, sobretudo aquelas relacionadas à garantia dos meios de subsistência.

Ainda sobre a concepção de assistência social presente na SOCIOMARINST nº 10-01-A, observa-se que a amplitude das possibilidades de inclusão de serviços e ações nesse campo tornam a delimitação de suas fronteiras uma tarefa desafiadora. Ao ser definida como “conjunto de recursos materiais colocados a serviço dos indivíduos para apoio ao atendimento de suas necessidades básicas e elevação do nível de vida”, a assistência social configura-se como um setor de prestação de serviços assistenciais demasiadamente largo.

Nesse sentido, como consequência da diversidade de situações nas quais se apresenta como mecanismo privilegiado de intervenção, a assistência social é entendida como um campo que possui como uma de suas características principais o fato de estar relacionada a todos os aspectos da vida privada dos indivíduos, bem como às suas possíveis reverberações nas relações e no desempenho profissionais. Em última instância, a assistência social torna-se tão abrangente que se cria a respeito dela a imagem de ser um campo sem especificidade.

No que se refere aos impactos da centralidade do Serviço Social na assistência social da Marinha, observa-se a exclusão de outros profissionais até então envolvidos com o atendimento direto ao público, sendo essa atribuição conferida exclusivamente aos assistentes sociais. De acordo com o subitem 3.1 da SOCIOMARINST nº 10-01-A, a execução das atividades da assistência social passa a ficar restrita aos NAS e às organizações militares que mantinham em seu efetivo assistentes sociais devidamente registrados no conselho de classe.

Esse reconhecimento pela instituição do assistente social como profissional especializado, detentor de um saber que lhe confere a capacidade de atuar tecnicamente nas situações atinentes às condições de vida dos indivíduos, torna-se o fundamento para a adoção do parecer profissional do assistente social como o principal critério de elegibilidade para atendimento do público.

Em relação às ações propostas, verifica-se a organização dos serviços ofertados em 8 (oito) programas de ação do Serviço Social, a saber: Programa de Orientação Social, Programa de Orientação Social junto aos Órgãos de Formação de Praças, Programa de Movimentação por

Motivo Social, Programa de Atendimento Educacional, Programa de Atendimento ao Excepcional, Programa de Atendimento Cultural, Programa de Atendimento à Recreação e Desporto e Programa de Atendimento às Necessidades Financeiras.

O Programa de Orientação Social tinha um objetivo estritamente pedagógico, sendo a atuação do assistente social voltada para transformar as situações consideradas problemáticas em “experiências capacitadoras para lidar com adversidades futuras” (BRASIL, 1988b, p. 3). Na mesma direção, o Programa de Orientação Social junto aos Órgãos de Formação de Praças também possuía caráter educativo, no entanto, seu propósito era prevenir e minimizar as interferências dos chamados problemas sociais no processo de adequação dos indivíduos recém-ingressos na Marinha à profissão militar.

O Programa de Movimentação por Motivo Social, destinado a acolher as demandas por realocação no território nacional apresentadas pelos militares em razão de situação entendidas como problemas sociais, destaca a função de assessoria técnica assumida pelo assistente social na Marinha. Tendo em vista que a execução deste programa se caracteriza pela análise da situação geradora da solicitação e posterior emissão de um Parecer Social, evidencia-se que a instituição, ao menos do ponto de vista formal, reconhece que o estudo dos aspectos relacionados às condições de vida do público atendido e a formulação de propostas de intervenção devem se dar por meio de uma atuação profissional baseada em competências técnicas que não são compartilhadas por todas as áreas do conhecimento, bem como não devem ter como fundamento apenas o princípio da vontade de ajudar ou fazer o bem a outrem.

O Programa de Atendimento Educacional apresenta como objetivo “estimular a reflexão sobre a importância que a educação assume para o grupo familiar e formação social dos indivíduos” (BRASIL, 1988b, p. 4). No entanto, além desse cunho pedagógico, o referido programa também oferecia, sempre de forma parcial, bolsas de estudos e auxílios materiais na forma de doação de material escolar, uniformes e custeio de merenda escolar. Para a concessão de tais recursos, utilizava-se a renda familiar como critério de elegibilidade.

Na mesma direção, o Programa de Atendimento ao Excepcional, destinado a promover a reflexão e a participação da família no tratamento prescrito para atender as pessoas com deficiência, caracterizava-se por sua dimensão pedagógica e pela oferta de auxílio material, concedido mediante estudo socioeconômico realizado por assistente social.

No que se refere ao Programa de Atendimento Cultural e ao Programa de Atendimento à Recreação e Desporto, observa-se, respectivamente, a preocupação com a criação de espaços para manifestações artístico-culturais e com o desenvolvimento de ações voltadas para interferir

nas relações interpessoais no local de trabalho e, conseqüentemente, elevar o grau de satisfação dos militares com a instituição.

Por fim, o Programa de Atendimento às Necessidades Financeiras, que tinha como objetivo mitigar as contingências sociais de ordem financeira, configurava-se como um mecanismo de transferência indireta de renda, tendo em vista que sua execução se dava por meio da oferta de gêneros de primeira necessidade, materiais de construção, pagamento de serviços para reparos emergenciais em residências e de passagens de transportes terrestres, além da concessão de empréstimos. Como observado nos demais programas que comportavam algum tipo de auxílio material, o critério de elegibilidade era definido pelo profissional de Serviço Social mediante a realização de estudo socioeconômico.

Ainda na década de 1980, antes mesmo de completar 1 (um) ano de vigência, a SOCIOMARINST nº 10-01-A foi substituída pela SOCIOMARINST nº 10-01-B (BRASIL, 1989), publicada em 17 de fevereiro de 1989. Embora mantendo o formato das normas anteriores, essa nova regulamentação introduziu elementos que merecem ser destacados, tendo em vista que significaram a consolidação e ampliação das principais características desse período.

Nesse sentido, o primeiro aspecto a ser abordado refere-se à qualificação do trabalho desenvolvido pelo assistente social como uma atividade técnica. O reforço desse reconhecimento institucional aparece na SOCIOMARINST nº 10-01-B logo na conceituação de Serviço Social apresentada no subitem 2.1, bem como na incorporação de um item para tratar especificamente da documentação produzido por esses profissionais, questão abordada antes no escopo da SOCIOMARINST nº 10-12, de 17 de junho de 1988 (BRASIL, 1988c), que estabelecia instruções para a atuação do Serviço Social.

Em que pese não abordar de maneira explícita as questões éticas inerentes ao tema, a SOCIOMARINST nº 10-01-B, além de diferenciar os documentos produzidos pelos assistentes sociais de outros tipos de documentos administrativos, expressa em seu subitem 9.1 que “a documentação técnica em Serviço Social constitui instrumento primordial para a produção de conhecimento e realimentação da intervenção prática” (BRASIL, 1989, p. 12-A). Sendo assim, em virtude de tratar-se do registro de uma atividade técnica, os documentos elaborados pelo assistente social recebem também essa qualificação.

O segundo elemento diz respeito à ampliação das ações voltadas para os militares da reserva, servidores civis aposentados e o público idoso em geral. Mesmo tendo como propósito institucional mitigar possíveis impactos negativos decorrentes de questões do cotidiano sobre

o desempenho profissional do pessoal da Marinha, a SOCIOMARINST nº 10-01-B incluiu no rol de programas de ação do Serviço Social o Programa de Valorização da Terceira Idade.

Tendo como objetivo “estimular a participação do idoso na sua dinâmica social, assegurando-lhe o respeito à dignidade, bem como o atendimento de necessidades e interesses de modo a garantir sua autonomia”, (BRASIL, 1989, p. 11-A), o citado programa previa tanto atividades preventivas, promocionais e educativas como o encaminhamento para instituições de longa permanência para idosos. Dessa forma, observa-se que a assistência social da Marinha, gradualmente, vai aglutinando intervenções afetas a diferentes aspectos da vida dos indivíduos que possuem alguma relação com a instituição.

O caráter incremental da assistência social da Marinha pode ser observado também pelo alargamento da abrangência dos serviços prestados. Ampliação que se dá tanto no que se refere ao público atendido – serviços inicialmente destinados aos militares do serviço ativo e que passam a ser ofertados também aos militares da reserva e aos servidores civis – como no que diz respeito às necessidades reconhecidas como demandas a serem respondidas.

Em relação ao custeio das atividades, a SOCIOMARINST nº 10-01-B indica como fonte dos recursos financeiros o Plano Básico November (PB-November). Integrando a estrutura do Plano do Diretor (PD) da Marinha, instrumento criado para disciplinar os processos de planejamento, execução e controle financeiro da instituição, os Planos Básicos (PB) representavam a organização das atividades orçamentárias em áreas de responsabilidade estratégicas, como administração, saúde, ensino, dentre outras. Nesse sentido, o PB-November designava na estrutura do PD vigente à época os recursos orçamentários da Marinha destinados ao Serviço Social.

Quadro 6 - Resumo da lógica de funcionamento da assistência social da Marinha na década de 1980 a partir das dimensões de análise estabelecidas

Dimensões de análise	Principais documentos normativos analisados		
	SOCIOMARINST nº 10-01	SOCIOMARINST nº 10-01-A	SOCIOMARINST nº 10-01-B
Estrutura administrativa	- SASM; - Núcleos de Assistência Social; e - Todas as organizações militares.	- SASM; - Núcleos de Assistência Social; e - Organizações militares com assistente social em seu efetivo.	- SASM; - Núcleos de Assistência Social; e - Organizações militares com assistente social em seu efetivo.
Categorias profissionais envolvidas	- Assistentes sociais; - Assistentes jurídicos e advogados; - Capelães Navais; e - Profissionais de qualquer área designados como Encarregados de Assistência Social em suas respectivas organizações militares.	- Assistentes sociais; - Assistentes jurídicos e advogados; e - Capelães Navais.	- Assistentes sociais; - Assistentes jurídicos e advogados; e - Capelães Navais.
Concepção de assistência social	- Auxílio em casos excepcionais.	- Instrumento de trabalho do assistente social. - Conjunto de recursos materiais colocados a serviço dos indivíduos para apoio ao atendimento de suas necessidades básicas e elevação do nível de vida.	- Instrumento de trabalho do assistente social. - Conjunto de recursos materiais colocados a serviço dos indivíduos para apoio ao atendimento de suas necessidades básicas e elevação do nível de vida.
Ações propostas	- Assistência ao Excepcional; - Assistência Financeira; - Assistência Educacional; - Assistência Jurídica-Judiciária; - Assistência Previdenciária; - Assistência Recreativa, Desportiva e Cultural; - Assistência Religiosa; e - Movimentação por Motivo Social.	- Assistência Jurídica e Judiciária; - Programa de Orientação Social; - Programa de Orientação Social junto aos Órgãos de Formação de Praças; - Programa de Movimentação por Motivo Social; - Programa de Atendimento Educacional; - Programa de Atendimento ao Excepcional; - Programa de Atendimento Cultural; - Programa de Atendimento à Recreação e Desporto; e - Programa de Atendimento às Necessidades Financeiras.	- Assistência Jurídica e Judiciária; - Programa de Orientação Social; - Programa de Orientação Social junto aos Órgãos de Formação de Praças; - Programa de Movimentação por Motivo Social; - Programa de Atendimento Educacional; - Programa de Atendimento ao Excepcional; - Programa de Atendimento Cultural; - Programa de Atendimento à Recreação e Desporto; - Programa de Atendimento às Necessidades Financeiras; e - Programa de Valorização da Terceira Idade.

Justificativas para as ações propostas	- Orientar e/ou educar o público atendido a resolver suas dificuldades, fazendo com que se sinta responsável por esse processo.	- Capacitação social dos indivíduos; - Intermediação nas dificuldades de ordem socioeconômica e outras que afetam as condições de existência do pessoal da Marinha.	- Capacitação social dos indivíduos; - Mitigar possíveis interferências das situações do cotidiano consideradas problemática no desempenho profissional e na convivência familiar e social do pessoal da Marinha; e - Propiciar o bem-estar dos usuários.
Público atendido	- Militares em serviço ativo e servidores civis; - Militares da reserva e servidores civis aposentados; - Pensionistas; - Ex-combatentes; e - Dependentes.	- Militares em serviço ativo e servidores civis; - Militares da reserva e servidores civis aposentados; - Pensionistas; - Ex-combatentes; e - Dependentes.	- Militares em serviço ativo e servidores civis; - Militares da reserva e servidores civis aposentados; - Pensionistas; - Ex-combatentes; e - Dependentes.
CrITÉrios de elegibilidade	- Parecer profissional do assistente social; e - Renda.	- Parecer profissional do assistente social; e - Renda.	- Parecer profissional do assistente social; e - Renda.
Tipo de financiamento	- Recursos orçamentários oriundos do Plano Básico November.	- Recursos orçamentários oriundos do Plano Básico November.	- Recursos orçamentários oriundo do Plano Básico November.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 7 - Resumo do quadro cognitivo da década de 1980, de acordo com o modelo conceitual apresentado por Jobert e Muller (1987)

Níveis de percepção do mundo	Elementos observados
Valores	Bem-estar social.
Normas	É preciso ensinar os indivíduos a resolverem suas dificuldades por si mesmos e fazê-los sentirem-se responsáveis por esse processo.
Algoritmos	Se o público atendido se engajar na resolução dos seus problemas e interpretar corretamente o significado dos serviços postos a sua disposição para auxiliá-lo, então os impactos negativos das contingências sociais poderão ser mitigados e o desempenho profissional, bem como sua própria autonomia serão preservados.
Imagens	O servidor satisfeito com seu ambiente de trabalho, que recebe apoio para o enfrentamento das dificuldades do cotidiano e que é estimulado a desenvolver competência e habilidades socioemocionais apresenta melhor performance laboral.

Fonte: Elaboração própria.

5.2 1990: A Assistência Integrada como inovação tecnológica

Na década de 1990, a assistência social da Marinha experimentou uma ampla reformulação. Segundo Maia e Miranda (1996), as alterações implementadas nesse período foram resultado da adoção de uma visão holística do ser humano que negava a possibilidade de enfrentamento integral das necessidades do indivíduo por apenas um tipo de especialista.

Nessa direção, as autoras argumentam que

“o homem deve ser estudado em toda sua plenitude, não sendo mais apropriado que, ao sentir-se atingido física ou psiquicamente em seu bem-estar, seja assistido por um único profissional a cada sintoma manifestado ou dificuldade vivenciada. Numa situação de divórcio ou de separação conjugal, por exemplo, a problemática do indivíduo pode parecer, tão-somente, um caso de ordem jurídica, como é típico se imaginar. Na realidade, o que se observa é uma interação de problemas de diversas naturezas que, em face dos seus desdobramentos, devem, de forma ideal, ser abordados na sua totalidade e equacionados com a conjugação de esforços de vários profissionais (MAIA e MIRANDA, 1996, p. 212).

No entanto, embora seja defendida como um avanço de natureza teórica, a literatura apresenta a formulação da chamada assistência integrada como uma iniciativa promovida, em 1993, pelo Comandante-em-Chefe da Esquadra, o então Vice-Almirante Carlos Augusto Bastos de Oliveira, e não pelos profissionais efetivamente envolvidos na execução da assistência social.

De acordo com Moreira (2003), a organização desse novo modelo de intervenção se deu a partir de um trabalho experimental, que foi designado como Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Esquadra (SAIPE), destinado aos militares e servidores civis lotados nas organizações militares, em especial nos navios, subordinados ao Comando-em-Chefe da Esquadra. Segundo a autora, considerando também os respectivos dependentes, o público usuário potencial dessa iniciativa era de, aproximadamente, 13.000 (treze mil) pessoas.

Além de ter sua origem em uma proposta interventiva idealizada por um Oficial general cuja formação profissional não se situava no campo das ciências humanas e sociais, outro aspecto sobre a construção da assistência integrada que chama a atenção diz respeito ao fato de que o Comando-em-Chefe da Esquadra não era o órgão competente para expedir normas para a organização e o funcionamento da assistência social da Marinha. Sendo assim, considerando que esta era uma atribuição do SASM, observa-se a presença de diferentes concepções de assistência social em disputa na instituição e que o lugar ocupado pelos atores na estrutura administrativa e, sobretudo, na estrutura hierárquica da Marinha é um fator determinante para o estabelecimento da dominância de um dado quadro cognitivo.

Nesse sentido, em 1994, após assumir a direção da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM), o Almirante de Esquadra Carlos Augusto Bastos de Oliveira ampliou o modelo inaugurado com o SAIPE por meio da criação do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (SAIPM).

De acordo com a PESSOMARINST nº 40-03, de 30 de junho de 1994 (BRASIL, 1994a), o SAIPM, sob a supervisão técnica do SASM, destinava-se a prestação de assistência religiosa, jurídica, social, psicológica e psiquiátrica ao pessoal militar e civil, em serviço ativo, e, desde que estritamente necessário, aos seus respectivos dependentes. Sendo instituídas como uma extensão dos serviços e ações já desenvolvidos na instituição no campo da assistência social, inicialmente, as atividades do SAIPM ficaram restritas ao Estado do Rio de Janeiro e foram implementadas por meio de 3 (três) Núcleos do SAIPM (N-SAIPM) localizados em centros de grande concentração de pessoal.

A imagem de modelo inovador atribuída à assistência integrada foi construída, de modo geral, com base em dois princípios, a saber: descentralização e integração dos serviços prestados. A descentralização referia-se à implantação dos órgãos de execução em diferentes organizações militares da Marinha, sobretudo aquelas com maior concentração de pessoal, com o objetivo de facilitar o acesso dos beneficiários aos locais de atendimento. A integração, por sua vez, remetia à busca de emprestar aos serviços ofertados um caráter multidisciplinar ou interdisciplinar.

O processo de implementação da assistência integrada prossegue com a publicação, em 24 de agosto de 1994, da SOCIOMARINST nº 10-02 (BRASIL, 1994b), por meio da qual o SAIPM é definido como uma sistemática de assistência social. Ou seja, a assistência integrada nada mais seria do que uma forma específica de prestar serviços e desenvolver ações no campo da assistência social.

Caracterizada pelo emprego de equipes multidisciplinares e pela busca de ofertar atendimento o mais próximo possível do local de trabalho dos beneficiários, a assistência integrada é qualificada por Maia e Miranda (1996) como uma estratégia cujo propósito seria a “psicoprofilaxia do homem que, uma vez em condições ótimas – saúde física e mental, atendimento das necessidades básicas e satisfação profissional –, atinge um perfeito equilíbrio, constituindo-se em fonte de sucesso para a instituição” (MAIA e MIRANDA, 1996, p. 212).

Dessa forma, essa filosofia de trabalho – tal como a assistência integrada é qualificada por Moreira (2003) – amplia as fronteiras da assistência social da Marinha para além do horizonte das questões atinentes às dificuldades financeiras e aos hábitos considerados

prejudiciais. A presença das assistências religiosa, psicológica e psiquiátrica no bojo da assistência social, não apenas como possibilidades coadjuvantes, mas na condição de partes integrantes e fundamentais, transmite a ideia de que todo tipo de situação, seja de qual natureza for, que tenha a potencialidade de interferir no comportamento esperado do pessoal em serviço ativo passa a ser objeto da intervenção institucional.

Observa-se então que, à medida que a concepção de assistência social vai se tornando mais abrangente e, conseqüentemente, as atribuições impostas a esse campo se ampliam, os serviços e ações a ele vinculados passam a ser cada vez mais diferenciados entre si. Tal diferenciação dificulta o reconhecimento de características compartilhadas por essas diversas atividades que vão gradualmente sendo incorporadas à assistência social e, em última instância, cria a imagem de tratar-se de um setor de prestação de serviços assistenciais capaz de absorver qualquer demanda atinente ao ser humano.

A assistência integrada foi definitivamente generalizada por meio da DGPM-501 – Normas sobre Assistência Integrada na Marinha do Brasil. Aprovada pelo Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, Almirante de Esquadra Carlos Augusto Bastos de Oliveira, a 1ª Edição da DGPM-501 foi publicada em 05 de abril de 1996.

Esse documento normativo foi elaborado com uma introdução e 7 (sete) capítulos organizados em 3 (três) partes, a saber: 1ª Parte – Assistência Integrada (capítulo 1); 2ª Parte – Especificação de atribuições e procedimentos a serem utilizados pelas modalidades assistenciais vinculadas ao Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (SAIPM) (capítulos 2, 3, 4 e 5); e 3ª Parte – Procedimentos para obtenção de dados para o planejamento da Assistência Integrada e Assistência Pré-Escolar (capítulos 6 e 7).

Conforme descrito em sua introdução, o propósito da DGPM-501 era consolidar, simplificar e atualizar os diversos documentos normativos da Marinha que tratavam de assuntos relacionados à assistência social, bem como estabelecer regras de funcionamento para cada uma das fases da intervenção do SAIPM, quais sejam: planejamento, execução e supervisão.

A parte introdutória da DGPM-501 traz também um breve relato sobre a trajetória histórica da assistência social da Marinha. A criação, em 1946, da Divisão de Conforto e Assistência é apontada como o marco inicial do tratamento das questões sociais na instituição; a expedição de Instruções Permanentes e a elaboração de programas sociais em 1987, cujo objetivo era uniformizar a atuação dos profissionais de Serviço Social, são indicadas como a primeira grande estruturação da assistência social; e a criação do SAIPM em 1994 é apresentada

como o momento em que as ações da Marinha no campo da assistência social passam por um processo de adequação às tendências assistenciais modernas.

Nessa direção, a concepção de assistência social se vincula a noção de assistência integrada, que passa a representar a perspectiva considerada mais moderna de intervenção social. Esse processo de sagração da assistência integrada como uma nova filosofia de trabalho e noção norteadora de todas as ações de assistência social é marcado também pela recriação, por proposta do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, da Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM). Esse órgão, criado em 1968 e extinto em 1977, atuaria como órgão normativo do SAIPM, sendo responsável pelo planejamento e supervisão das ações desenvolvidas pela Marinha no campo da assistência social.

Observa-se assim, a permanência da organização da intervenção social em dois níveis de atuação. O primeiro, agora atribuído à DASM, possui caráter regulador e fiscalizador. Ocorrem nesse nível os processos de formulação das propostas de ação, de planejamento da implementação, de monitoramento da execução e de orientação com o propósito de evitar desvios em relação ao planejado. O segundo nível, de responsabilidade dos Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (Órgãos de Execução do SAIPM ou, simplesmente, OES), possui caráter executivo. Nesse nível da intervenção, no qual se encontram os profissionais que efetivamente realizam as ações e, por isso, interagem diretamente com o público beneficiário, ocorrem os processos de implementação do planejado e de envio de informações à DASM.

No Capítulo 1 da DGPM-501, dedicado à conceituação geral do SAIPM, são descritos os elementos que compõem a estrutura organizacional da assistência social, bem como as atribuições de cada um dos eixos de intervenção. Além disso, são definidos os procedimentos para acesso aos serviços ofertados, as estratégias de treinamento dos profissionais envolvidos nas ações realizadas, as rotinas de planejamento, monitoramento e supervisão, e, por fim, a origem dos recursos financeiros.

De acordo com o documento, por meio dos elementos centrais da assistência integrada – descentralização e integração –, seria possível desenvolver ações a partir de um relacionamento humanizado entre os profissionais e os beneficiários e garantir, de forma sistemática, um apoio completo às necessidades dos servidores.

Vale chamar a atenção para o uso que se faz na DGPM-501 da expressão apoio completo, uma vez que ela dá sentido ao propósito institucional da assistência social, a saber: “propiciar a manutenção de boas condições biopsicossociais dos militares e servidores civis da

MB” (BRASIL, 1996, p. 1-5), bem como permite compreender as razões que justificam uma concepção de assistência social que vincula diferentes saberes profissionais e eixos de intervenção.

Veja-se que, uma vez que o objetivo atribuído institucionalmente à assistência social é prestar um apoio completo ao pessoal da Marinha, considerando que o êxito reside então em manter os beneficiários em condições adequadas de vida, faz sentido que a instituição busque conjugar várias “modalidades de assistência”. Assim, compõem a assistência integrada: assistências jurídica e judiciária, assistência psicológica, assistência psiquiátrica, assistência de Serviço Social e assistência religiosa. Nesse sentido, para o desenvolvimento de suas ações, o SAIPM previa a atuação de bacharéis em Direito, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e capelães militares.

Considerando a diretriz que indica que os serviços prestados devem estar integrados, ou seja, que as intervenções realizadas devem buscar a atuação conjunta dos profissionais envolvidos no SAIPM, não é possível desconsiderar as implicações éticas inerentes aos trabalhos multidisciplinares e interdisciplinares. No caso da assistência integrada, em especial, essa questão ganha contornos diferenciados, uma vez que a instituição introduziu nas equipes do SAIPM profissionais – os capelães – cujo atividade seria prestar apoio espiritual, conforme alínea e do item 0104 da DGPM-501.

Embora reconheça o caráter sigiloso da documentação própria de cada categoria profissional envolvida na intervenção, o documento estipula que,

“objetivando assegurar a padronização de procedimentos, as situações, que implicarem em atuação de mais de um profissional, determinarão o imediato estabelecimento de um Plano de Atuação em Conjunto (PAC). Neste caso, o acompanhamento deverá ser baseado em reuniões para discussão da evolução do caso, de acordo com o PAC traçado, até sua conclusão. O coordenador do PAC, em cada caso, será escolhido por ocasião da primeira reunião do grupo, conforme a natureza do problema em análise e o tratamento indicado” (BRASIL, 1996, p. 1-6 e 1-7).

Dessa forma, tendo como pressuposto fundamental que seus beneficiários são indivíduos passíveis de terem suas condições biológicas, psicológicas, sociais e espirituais afetadas negativamente por contingências do cotidiano; e como finalidade “levar o Homem a recuperar sua situação de normalidade existencial, com seu próprio potencial, fé e vontade de vencer, opondo-se ao paternalismo” (BRASIL, 1996, p. 5-2), observa-se que a concepção de assistência social que norteia a organização desse setor na Marinha exige o intercâmbio e a cooperação entre saberes profissionais bastante diversos e impõe conciliações nem sempre

possíveis entre intervenções baseadas em uma perspectiva técnico-científica e propostas confessionais.

No que se refere à estrutura organizacional do SAIPM, como mencionado anteriormente, basicamente, observa-se dois níveis de atuação: o nível gestor³¹, atribuído à DASM, e o nível executor³² no qual estão inseridos os OES. Nesse segundo nível, foram definidos quatro tipos de órgãos, quais sejam: o SASM, OM³³ com atribuições em âmbito nacional, destinado a prestação de serviços a todo pessoal com algum tipo de vínculo com a Marinha; os NAS de Distritos Navais e do Comando Naval de Brasília, destinados a atender o mesmo grupo de beneficiários que o SASM, mas nos limites regionais da área de jurisdição do respectivo Distrito Naval e/ou do Comando Naval de Brasília; os N-SAIPM, considerados polos de prestação da assistência integrada em nível primário, tendo como público apenas aos militares e servidores civis em serviço ativo; e as Organizações Militares com Facilidade de Serviço Social (OMFSS), caracterizadas pela presença em seu efetivo de profissional de Serviço Social com a atribuição de prestar assistência aos militares e servidores civis nela lotados, bem como aos lotados em OM por elas assistidas.

Em relação às ações propostas, observa-se que, de modo geral, os serviços prestados são organizados tendo como base a profissão a qual estão diretamente relacionados. Assim, as Assistências Jurídica e Judiciária se referem às ações desenvolvidas exclusivamente pelos bacharéis em Direito; as Assistências Psicológica e Psiquiátrica dão conta das intervenções próprias dos psicólogos e dos psiquiatras, respectivamente; e a Assistência Religiosa se refere apenas à atuação dos capelães. A exceção a esse princípio de organização se encontra na Assistência de Serviço Social que, diferentemente das demais assistências que compõem o SAIPM, engloba ações que não são privativas dos assistentes sociais, embora esses profissionais sejam citados como responsáveis principais.

Ainda sobre as ações propostas no âmbito do SAIPM, outros três aspectos merecem ser destacados. O primeiro diz respeito a amplitude das questões que a assistência social da Marinha pretende endereçar. O SAIPM previa ações para atender possíveis demandas oriundas das mais variadas situações da vida cotidiana e da trajetória de vida do seu público beneficiário. Essa diversidade de intervenções, que engloba desde a oferta de serviços voltadas para casos

³¹ Responsável pelas ações de planejamento, monitoramento e supervisão do SAIPM.

³² Responsável pela execução propriamente dita das ações e pela coleta e envio de informações à DASM.

³³ O SASM é a única Organização Militar da Marinha cuja atividade fim está vinculada diretamente à assistência social. Dessa forma, não existe na estrutura organização a assistência social da Marinha outro OES similar ao SASM.

de insolvência civil até a promoção de eventos culturais, demonstra a tentativa de “cuidar” de fato de todos os aspectos da vida dos indivíduos. Tal característica pode ser entendida como a manifestação prática de uma concepção de assistência social que afirma e exacerba um papel protecionista da instituição em relação aos seus servidores. Dessa forma, vale mencionar que as ações propostas são, ao mesmo tempo, produto e condição de reprodução de um conjunto de ideias, valores, crenças e representações sociais, tendo em vista que, ao serem implementadas, disseminam na instituição o quadro cognitivo a partir do qual foram formuladas.

Nesse sentido, a assistência social se configura como um conjunto de ações e serviços cujo propósito, em última instância, é perseguir um estado ideal de normalidade e harmonia no qual os servidores em serviço ativo tenham condições de dedicar sua energia exclusivamente ao trabalho e aqueles já aposentados e/ou transferidos para a reserva, embora desobrigados de qualquer responsabilidade laborativa, permaneçam nos padrões considerados adequados pela instituição.

O segundo aspecto a ser considerado se refere ao investimento constante em atividades de cunho pedagógico. São muitas as referências a ações com o objetivo de promover alguma forma de reflexão, estimular uma determinada conduta ou orientar diretamente os indivíduos sobre algum tema.

Vistas dessa perspectiva, as ações propostas pelo SAIPM, em especial aquelas enquadradas nos Programas de Ação do Serviço Social, constituem mecanismos educativos cujos resultados esperados são alterações nos modos de pensar, sentir e agir do público beneficiário.

Dessa forma, tendo em vista que a assistência social da Marinha se estabelece como um instrumento de disseminação dos padrões de comportamento considerados adequados pela instituição, as ações desenvolvidas no âmbito do SAIPM desempenham a função de meio de reprodução de uma dada visão de mundo a partir da qual serão reconhecidos o bom cidadão, o bom empregado, o bom pai etc.

Outro ponto que merece destaque está relacionado aos fatos geradores das intervenções. Observa-se que são poucas as ações que estão, mesmo que indiretamente, associadas com questões cuja origem se relaciona com alguma característica da profissão militar. Ou seja, trata-se de ações e serviços que se ocupam de situações que não são enfrentadas exclusivamente pelos militares e suas famílias, como, por exemplo, os casos de incapacidade para aquisição de bens e serviços de primeira necessidade.

Identificou-se apenas três intervenções que podem ser consideradas restritas aos militares. A primeira é a assistência judiciária para “defesa nos processos de lesão corporal culposa e homicídio culposo decorrentes de acidente de trânsito, com viatura militar conduzida por militar ou servidor civil em função de motorista” (BRASIL, 1996, p. 2-3 e 2-4). A segunda se refere ao acompanhamento das famílias nos casos de participação dos militares ou servidores civis em missões que implicam no afastamento prolongado do convívio familiar. Por fim, a terceira intervenção dessa categoria se resume na atuação do assistente social como assessor nos processos de movimentação dos servidores. Dada a premissa de que os militares e servidores civis são distribuídos geograficamente de acordo com as necessidades da Marinha, nas situações em que os servidores requerem a transferência para outra localidade em virtude de contingências sociais particulares, o assistente social é instado a emitir um Parecer Social sobre o caso, a fim de assessorar os órgãos de decisórios.

Nesse sentido, o SAIPM constitui um aparato institucional cujo objetivo é implementar soluções para questões que, de modo geral, não afetam exclusivamente o pessoal da Marinha. Além disso, dadas as finalidades das ações propostas, a assistência social da Marinha, mais do que oferecer meios para o enfrentamento de dificuldades para o exercício da autonomia familiar, se apresenta como uma tecnologia social para reproduzir a cultura institucional e exercer uma função educativa.

Em relação ao financiamento do SAIPM, a DGPM-501 indica que suas fontes de recursos financeiros são orçamentárias. Para o custeio das despesas com as atividades próprias da assistência social, inclusive aperfeiçoamento dos profissionais envolvidos, os recursos são provenientes do PB-November. Já os recursos necessários para a manutenção das instalações físicas e do mobiliário dos OES são provenientes do Projeto de Atividade Padronizado³⁴ da OM onde estão situados.

³⁴ Ainda conforme a sistemática estabelecida pelo Plano Diretor da Marinha, os Projetos de Atividade Padronizados referem-se aos conjuntos de ações dirigidas ao atendimento das necessidades de manutenção e preservação do funcionamento das organizações militares.

Quadro 8 - Resumo da lógica de funcionamento da assistência social da Marinha na década de 1990 a partir das dimensões de análise estabelecidas

Dimensões de análise	1ª Edição da DGPM-501
Estrutura administrativa	- DASM; - SASM; - Núcleos de Assistência Social (NAS) de Distrito Naval e do Comando Naval de Brasília; - Núcleos do SAIPM; e - Organizações Militares com Facilidade de Serviço Social (OMFSS).
Categorias profissionais envolvidas	- Advogados; - Assistentes sociais; - Capelães Navais; - Psicólogos; e - Psiquiatras.
Concepção de assistência social	- Instrumento por meio do qual o indivíduo é auxiliado a superar suas dificuldades e a engajar-se no processo de recuperação de sua autonomia.
Ações propostas	- Assistências Jurídica e Judiciária; - Assistência Psicológica; - Assistência Psiquiátrica; - Assistência Religiosa; - Assistência de Serviço Social; - Programa de Apoio as Atividades Culturais; - Programa de Atendimento ao Excepcional; - Programa de Atendimento Educacional; - Programa de Atendimento às Necessidades Financeiras; - Programa de Atendimento à Recreação e Desporto; - Programa de Avaliação e Apoio aos Militares e Servidores Civis em Missões Especiais; - Programa de Carteiras de Empréstimo Financeiro e Funeral; - Programa de Movimentação ou Remoção por Motivo Social; - Programa de Orientação Social; e - Programa de Valorização da Terceira Idade.
Justificativas para as ações propostas	- Propiciar a manutenção de boas condições biopsicossociais dos militares e servidores civis da Marinha.

Público atendido	- Militares e servidores civis em serviço ativo; - Militares da reserva e servidores civis aposentados; - Pensionistas; - Ex-combatentes; e - Dependentes.
Crítérios de elegibilidade	- Parecer profissional do assistente social; e - Renda.
Tipo de financiamento	- Recursos orçamentários oriundo do Plano Básico November.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 9 - Resumo do quadro cognitivo da década de 1990, de acordo com o modelo conceitual apresentado por Jobert e Muller (1987)

Níveis de percepção do mundo	Elementos observados
Valores	Normalidade existencial.
Normas	É preciso auxiliar o indivíduo a superar suas dificuldades para que possa recuperar sua situação de autonomia.
Algoritmos	Se o público atendido receber apoio integral, ou seja, um apoio que leve em consideração os diferentes aspectos e todos os possíveis desdobramentos dos problemas apresentados, então efetivamente o estado de normalidade – entendida como autonomia e ausência de perturbações de qualquer ordem – poderá ser reestabelecido e a capacidade laboral preservada.
Imagens	Apenas o servidor apoiado em todos os aspectos da natureza do ser humano – biológicos, psicológicos, sociais e espirituais – consegue vencer as situações de dificuldade e manter-se em condições ideais para o desempenho de suas obrigações profissionais.

Fonte: Elaboração própria.

5.3 2020: Estrutura atual da assistência social da Marinha

Desde a publicação da primeira edição da DGPM-501, o funcionamento da assistência social da Marinha passou por diversas reformulações. A alteração mais recente ocorreu em 2020 com a publicação da 7ª revisão da DGPM-501 (BRASIL, 2020), agora denominada “Normas sobre a Assistência Social na Marinha do Brasil”.

Aprovada pelo Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, Almirante de Esquadra Renato Rodrigues de Aguiar Freire, em 24 de agosto de 2020, a 7ª revisão da DGPM-501 tem como propósito normatizar os procedimentos para o planejamento, supervisão e execução do Sistema de Assistência Social da Marinha (SiASM).

Inicialmente, nota-se a questão da mudança da nomenclatura adotada na Marinha para se referir aos elementos institucionais vinculados à assistência social. Conforme consta no texto introdutório da 7ª revisão da DGPM-501, a substituição do termo “Assistência Integrada” pela expressão “Assistência Social” se deu em virtude da necessidade de adequar a terminologia utilizada na instituição às nomenclaturas relacionadas ao campo da assistência social.

A preocupação em aproximar a assistência social da Marinha a uma perspectiva mais abrangente se revela também na alteração do nome do Programa Maturidade Saudável para Programa de Atendimento ao Idoso com a justificativa de adequar o termo utilizado na Marinha aquilo que é adotado no meio acadêmico, nas convenções e nos tratados internacionais sobre o tema. Em razão desses ajustes, o documento afirma que “está em consonância com a legislação em vigor, afeta à Assistência Social e às áreas técnicas” (BRASIL, 2020, p. IX).

No entanto, como será mostrado, a mudança de nomenclatura não foi acompanhada de alterações na estrutura organizacional ou na lógica de funcionamento dos serviços, uma vez que os elementos centrais que se buscou evidenciar com a adoção do termo assistência integrada na 1ª edição da DGPM-501 em 1996 – a descentralização e a integração dos serviços prestados – continuam balizando a organização da assistência social da Marinha.

Outro ponto que chama a atenção logo na introdução do documento é a referência ao chamado SiASM. De acordo com a alínea a do inciso 1.6.1 da 7ª revisão da DGPM-501, “o SiASM é um sistema corporativo, gratuito, descentralizado e participativo, voltado à gestão dos programas, projetos, ações, benefícios e serviços socioassistenciais ofertados pela Assistência Social da MB” (BRASIL, 2020, p. 1-3).

Considerando que outros setores de prestação de serviços da Marinha também foram historicamente instituídos como sistemas, como o Sistema de Saúde da Marinha, o Sistema de Ensino Naval, o Sistema de Abastecimento da Marinha, dentre outros, observa-se a partir da adoção dessa terminologia que, apesar das alegações no sentido de que sua estruturação mais recente recebe maiores influências do arcabouço institucional da Política Nacional de Assistência Social e de outros instrumentos normativos formulados fora do âmbito militar, os laços entre a assistência social da Marinha e o quadro cognitivo mais geral que dá sentido à organização administrativa da instituição permanecem inalterados.

Constituída por uma introdução, 14 (quatorze) capítulos e 34 (trinta e quatro) anexos, a 7ª revisão da DGPM-501 dispõe sobre:

- Capítulo 1: Organização do Sistema de Assistência Social da Marinha (SiASM);
- Capítulo 2: Equipe Multiprofissional do Sistema de Assistência Social da Marinha;
- Capítulo 3: Funcionamento dos Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Social ao Pessoal da Marinha;
- Capítulo 4: Instrumentos de gestão do Sistema de Assistência Social da Marinha;
- Capítulo 5: Instruções gerais para atividade de divulgação da Assistência Social;
- Capítulo 6: Programa de Qualidade de Vida;
- Capítulo 7: Programa de Atendimento ao Idoso;
- Capítulo 8: Programa de Atendimento Especial – Pessoa com deficiência;
- Capítulo 9: Programa de Atendimento em Missões;
- Capítulo 10: Programa de Apoio Socioeconômico;
- Capítulo 11: Programa de permanência, movimentação ou remoção por motivo social;
- Capítulo 12: Programa de atuação do assistente social na saúde;
- Capítulo 13: Atuação da Assistência Social em situações de emergência, desastre e no grupo embarcado de assistência social; e
- Capítulo 14: Assessoria e apoio em situação de óbito.

Ao tratar da organização do SiASM, a 7ª revisão da DGPM-501 apresenta 5 (cinco) diretrizes, a saber: o planejamento centralizado e execução descentralizada; a integração de todas as ações na área de Assistência Social; a identificação e atendimento integral aos usuários prioritários; as ações baseadas em evidências e orientadas para a entrega de resultados; e o foco na prevenção.

Permanecem assim como ideias norteadoras os elementos referentes à descentralização e à integração dos serviços prestados, tal como defendido na década de 1990. Observa-se, que, em relação à descentralização, busca-se restringir o seu sentido ao aspecto da distribuição no território dos locais de atendimento ao público beneficiário e às questões atinentes à execução propriamente dita das ações e dos serviços ofertados. No que diz respeito à integração, o sentido é ampliado referindo-se não apenas à complexidade do sujeito biopsicossocial, mas também à necessidade de coordenar os esforços dos diferentes atores que atuam nesse campo com vistas a obtenção de melhores resultados.

A partir das diretrizes do SiASM, observa-se ainda aspectos filiados à chamada Nova Gestão Pública, cujo mote é a utilização de práticas de gestão adotadas no setor privado na Administração Pública com o objetivo de alcançar maiores níveis de eficiência, redução de custos operacionais e obtenção de eficácia na prestação de serviços. Sendo a questão da focalização e da utilização de evidências na orientação da formulação e implementação das ações os elementos incorporados à assistência social da Marinha que apontam para essa direção.

Além disso, são apresentados também 20 (vinte) objetivos estratégicos, conforme descrito a seguir:

- a) prevenir o uso abusivo de álcool e outras drogas entre os militares e servidores civis da ativa;
- b) prevenir os casos de suicídio entre os militares e servidores civis da ativa;
- c) prevenir condutas de risco e o consequente adoecimento dos militares e servidores civis da ativa por infecções sexualmente transmissíveis;
- d) contribuir para a redução dos casos de transtornos mentais e comportamentais entre os militares e servidores civis da MB transferidos para a Reserva Remunerada e/ou aposentados;
- e) prevenir condutas discriminatórias e qualquer tipo de abuso contra as mulheres integrantes da MB, em especial, contra aquelas lotadas nos meios operativos;
- f) promover o exercício da maternidade e paternidade responsáveis;
- g) contribuir para a mitigação dos impactos negativos causados pelo afastamento da rede familiar em virtude de movimentação com mudança de sede;
- h) contribuir para a melhoria do clima organizacional das Organizações Militares (OM);
- i) contribuir para a redução dos casos de inadimplência e endividamento;

- j) contribuir para a mitigação dos impactos negativos causados pelas dificuldades socioeconômicas;
- k) contribuir para a inclusão social dos dependentes de militares e servidores civis com deficiência;
- l) promover a educação para o Envelhecimento Ativo;
- m) contribuir para a mitigação dos impactos negativos decorrentes do afastamento do militar empregado em missão real;
- n) contribuir para a adequação da distribuição do pessoal, militar e civil, em função de particularidades de ordem social;
- o) contribuir para ampliação do acesso dos usuários a direitos e serviços de saúde;
- p) promover a ampliação do acesso da Família Naval aos serviços oferecidos pela Assistência Social da MB;
- q) promover a integração entre as ações desenvolvidas pela Associação Abrigo do Marinheiro (AMN) e as ações empreendidas no âmbito da Assistência Social da MB;
- r) contribuir para a ampliação da participação da Família Naval no voluntariado por meio do Departamento Voluntárias Cisne Branco (VCB);
- s) promover a capacitação profissional dos técnicos do SiASM; e
- t) promover o reconhecimento institucional das boas práticas na área da Assistência Social.

A partir desses objetivos, observa-se uma ampliação do rol de questões a serem endereçadas por meio das ações e serviços da assistência social da Marinha. Como verificado em documentos anteriores, a preocupação com as condutas consideradas de risco e, conseqüentemente, o investimento em atividades de prevenção permanecem como características marcantes da intervenção institucional nesse campo.

Nessa direção, em relação às ações propostas, observa-se que a assistência social da Marinha constitui um instrumento de disseminação de padrões de comportamento. Embora estejam presentes intervenções para viabilizar o acesso a bens e serviços de primeira necessidade e outras formas de enfrentamento de situações de vulnerabilidade socioeconômica, a perspectiva pedagógica é um traço bastante pronunciado.

Outro traço marcante diz respeito ao fato de que a maior parte das intervenções não se relacionam exclusivamente com o meio militar, bem como não estão necessariamente relacionadas com as características da profissão militar. Dentre os 20 (vinte) objetivos

estratégicos descritos acima, apenas 2 (dois) poderiam ser considerados como respostas a demandas tipicamente militares, a saber: os casos referentes à mobilidade geográfica e ao emprego em missões. Sendo assim, de modo geral, os elementos que justificam o investimento da Marinha em ações e serviços no campo da assistência social não se encontram vinculados ao tipo de atividade exercida pelo público beneficiário.

Além disso, observa-se na 7ª revisão da DGPM-501 a incorporação de novos eixos de atuação, o que amplia, mais uma vez, o escopo desse campo na instituição. Dentre as questões formuladas recentemente como objeto de intervenção, merecem destaque o reconhecimento dos casos de suicídio e de condutas abusivas contra mulheres como problemas a serem enfrentados pela Marinha, bem como da necessidade de coordenar de maneira eficiente os esforços institucionais e as ações desenvolvidas por entidades privadas presentes e atuantes no mesmo campo.

A inclusão dessas questões como objetivos estratégicos da assistência social da Marinha demonstra o constante alargamento das atribuições confiadas a esse campo na instituição, corroborando o entendimento de que uma de suas principais características é o seu caráter incremental.

Nesse sentido, observa-se que, muito mais do que desenvolver ações com vistas a garantir meios de subsistência, o sentido conferido ao termo assistência social parece estar vinculado à designação de tudo aquilo que se refere ao humano ou, de forma coloquial, ao social. Veja-se, por exemplo, como apontado em outras ocasiões, a presença insistente desse atributo no léxico compartilhado na Marinha, como nas expressões problema social, motivo social e necessidade social. Ou seja, tudo que se refere ao indivíduo e que não encontra enquadramento em outras políticas institucionais é considerado de natureza social e, conseqüentemente, de responsabilidade da assistência social.

Nessa direção, pode-se dizer que a assistência social se constitui como um campo cujas fronteiras se movem continuamente para o exterior, em virtude da admissão de novas responsabilidades que ampliam seu escopo de atuação, e no qual são depositadas questões tanto da vida privada como aquelas atinentes às relações interpessoais que se desenvolvem no ambiente de trabalho que, potencialmente, podem causar prejuízos para a capacidade laborativa dos servidores da Marinha ou criar situações inconvenientes para a instituição.

Levando em conta esse quadro de expansão das atribuições da assistência social da Marinha e o alinhamento de suas diretrizes com os preceitos da Nova Gestão Pública, embora

não sejam encontradas indicações na 7ª revisão da DGPM-501 sobre as razões que levaram a instituição a buscar promover uma maior integração entre os serviços ofertados internamente e as ações desenvolvidas pela AMN, é possível considerar que a multiplicidade de eixos de intervenção e a presença de outros atores nesse campo de atuação são fatores que geram inquietações no que se refere à relação entre esforço empreendido e resultados alcançados, bem como a respeito da própria capacidade de formular e gerir propostas de ação bastante diferenciadas entre si.

No que se refere à estrutura organizacional do SiASM, observa-se a manutenção da mesma divisão dual apresentada na 1ª edição da DGPM-501. Ou seja, um nível gerencial ocupado pela DASM, que desempenha as funções de planejamento, supervisão, normatização, administração dos recursos financeiros, monitoramento e avaliação, e um nível executivo no qual estão situados os OES, responsáveis pela realização das ações e prestação dos serviços junto ao público beneficiário.

Compõem o SiASM 4 (quatro) tipos de OES, a saber: o SASM; os NAS; as OMFSS; e Serviços de Assistência Social Hospitalar (SAS-H). Essas categorias de OES se diferenciam, de modo geral, pela composição das equipes de profissionais empregados, pelo público beneficiário atendido e pelos tipos de ações e serviços prestados.

Quadro 10 - Tipos de OES

OES	Categorias profissionais empregadas	Público beneficiário
SASM	Direito, Psicologia e Serviço Social.	- Militares, servidores civis e seus dependentes. - Veteranos, pensionistas e seus dependentes residentes na área Rio.
NAS	Direito, Psicologia e Serviço Social.	- Militares, servidores civis e seus dependentes. - Veteranos, pensionistas e seus dependentes (apenas os OES situados fora da área Rio).
OMFSS	Serviço Social.	- Militares, servidores civis e seus dependentes.
SAS-H	Serviço Social.	- Militares e servidores civis lotados nos Hospitais, e seus dependentes. - Pacientes internados, acompanhantes e seus familiares.

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado no quadro acima, embora bastante similar àquela descrita como referência da década de 1990, na estrutura atual da assistência social da Marinha não estão presentes no rol de profissionais envolvidos os capelães militares e os psiquiatras. No

entanto, a exclusão desses profissionais, que não ocorreu por força da 7ª revisão da DGPM-501, não significou o rompimento dos vínculos entre a assistência social e a assistência religiosa e os serviços do campo da saúde mental. Mesmo reconhecidas as diferenças de objetivos entre esses três campos, permanece na instituição o incentivo à cooperação de iniciativas que tenham como objetivo o bem-estar dos servidores.

Em relação ao público beneficiário, permanecem as mesmas categorias de vínculos com a instituição já descritas nos períodos analisados anteriormente. Contudo, em seu artigo 1.5, a 7ª revisão da DGPM-501 define que “a Assistência Social da MB se volta, prioritariamente, para as famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social” (BRASIL, 2020, p. 1-3).

Em que pese não se tratar necessariamente de uma novidade a menção a esse tipo de focalização, o documento apresenta uma conceituação ampliada de vulnerabilidade e estabelece distinções entre o que chama de “situações de vulnerabilidade social ligadas à vida financeira” (BRASIL, 2020, p. 10-1), que estariam relacionadas diretamente à insuficiência de renda ou a dificuldades de acesso a bens e serviços, e as situações de extrema vulnerabilidade social, que extrapolariam essas questões incluindo déficits relacionais. Assim, ao tratar do Programa de Atendimento ao Idoso, a 7ª revisão da DGPM-501 traz o seguinte entendimento:

“[...] o idoso será submetido à avaliação sociofamiliar com vistas a identificar sua situação de extrema vulnerabilidade social. Vulnerabilidade esta que denota também a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos” (BRASIL, 2020, p. 7-4).

Contudo, o documento não estabelece parâmetros que permitam identificar as situações de vulnerabilidade social, sendo essa tarefa realizada, na maioria dos casos, pelos assistentes sociais por meio de estudo socioeconômico e pela equipe multiprofissional do SiASM mediante avaliação sociofamiliar. Assim, para as intervenções que implicam em algum tipo de transferência indireta de renda, o critério de elegibilidade adotado é o parecer técnico dos profissionais envolvidos, sobretudo do assistente social.

Ainda sobre o conceito ampliado de vulnerabilidade adotado pela 7ª revisão da DGPM-501, nota-se que a instituição atribui à assistência social uma função protetiva que perpassa vários níveis de intervenção. Nesse ponto, vale chamar a atenção para a preferência por propostas de ação que possam ser executadas pelos profissionais da Marinha envolvidos no

SiASM ou por instituições públicas ou privadas mediante estabelecimento de convênios e/ou contratos.

Mesmo se tratando de serviços similares aos ofertados por outras políticas públicas, o que se observa é a opção pela implementação de intervenções próprias e, no limite, o recurso a terceirização do atendimento ao público mantendo-se outros aspectos da prestação sob controle de agentes da Marinha, como a seleção e o acompanhamento dos usuários.

Nesse sentido, não são encontradas na 7ª revisão da DGPM-501 instruções sobre a articulação com as políticas públicas que atendem demandas correlatas às identificadas na instituição no sentido de tão somente referenciar os seus potenciais usuários. Nas ocasiões em que são citadas no documento, outras políticas públicas aparecem apenas como fundamentação para a relevância da intervenção proposta ou como sua inspiração direta, e não como recurso privilegiado para o enfrentamento das questões que em nada se relacionam com a dinâmica da instituição militar em particular.

Assim, considerando a sofisticação dos instrumentos e equipamentos de proteção social à disposição da sociedade brasileira atualmente e tendo em vista que boa parte das intervenções implementadas pela Marinha não estão relacionadas a possíveis impactos negativos gerados por quaisquer das características da profissão militar, a formulação de ações e serviços cada vez mais diversificados e abrangentes pela instituição para atender demandas similares que podem ser apresentadas pelo seu pessoal parece ser de fato uma opção e não uma necessidade provocada pela escassez de mecanismos apropriados.

No que diz respeito à concepção de assistência social, verifica-se a centralidade da noção de qualidade de vida. Ao apresentar a perspectiva de trabalho interdisciplinar que deve ser priorizada nas ações desenvolvidas no âmbito do SiASM, a 7ª revisão da DGPM-501 chega a estabelecer que o cumprimento da missão da assistência social da Marinha se resume na elevação da qualidade de vida do seu pessoal.

Tomando como referência a definição de qualidade de vida proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que a caracteriza como a “percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores em que vive e em relação a suas expectativas, seus padrões e suas preocupações” (FLECK et al., 1999, p. 20 apud BRASIL, 2020, p. 6-1), a instituição reconhece as percepções dos indivíduos sobre suas condições de vida como base legítima para a formulação de demandas e, conseqüentemente, como fatores capazes de alterar as fronteiras da assistência social da Marinha.

Vale ressaltar que as demandas com as quais a instituição se ocupa no campo da assistência social não são apresentadas diretamente pelos seus potenciais beneficiários na forma de reivindicações. Como observado em outros momentos, as propostas de ação são produtos daquilo que os seus formuladores entendem, a partir de um determinado quadro cognitivo, serem instrumentos viáveis para gerir as condutas e prover os meios necessários para a manutenção dos servidores da Marinha em condições de vida consideradas adequadas.

Sendo assim, ganha relevo a realização de pesquisas de opinião e de levantamento de dados sobre o perfil socioeconômico do público beneficiário. Admitidas como canais para livre expressão das percepções relativas a aspectos da vida privada, bem como sobre a própria Marinha, essas pesquisas constituem os mecanismos privilegiados por meio dos quais os gestores da assistência social podem conhecer as situações que de antemão são postas como relevantes. Dessa forma, a partir desses dados vai se construindo uma determinada imagem sobre o público beneficiário, suas necessidades, insatisfações e interesses, sendo a forma específica de interpretação dessa imagem a base a partir da qual serão elaboradas novas demandas e elegidas as prioridades da intervenção institucional nesse campo.

No que diz respeito a forma de financiamento da assistência social da Marinha, os recursos financeiros envolvidos na execução das ações e serviços ofertados permanecem sendo de origem orçamentária.

Quadro 11 - Resumo da lógica de funcionamento da assistência social da Marinha na década de 2020 a partir das dimensões de análise estabelecidas

Dimensões de análise	7ª Revisão da DGPM-501
Estrutura administrativa	- DASM; - SASM; - Núcleos de Assistência Social (NAS); - Organizações Militares com Facilidade de Serviço Social (OMFSS); e - Serviços de Assistência Social Hospitalar (SAS-H).
Categorias profissionais envolvidas	- Advogados; - Assistentes sociais; e - Psicólogos.
Concepção de assistência social	- Conjunto de ações e serviços socioassistenciais voltados para o atendimento de situações de vulnerabilidade social e para a promoção da qualidade de vida do público beneficiário.
Ações propostas	- Assistências Jurídica; - Assistência Psicológica; - Assistência de Serviço Social; - Programa de Qualidade de Vida; - Programa de Atendimento ao Idoso; - Programa de Atendimento Especial – Pessoa com Deficiência; - Programa de Atendimento em Missões; - Programa de Apoio Socioeconômico; - Programa de Permanência, Movimentação ou Remoção por Motivo Social; - Programa de Atuação do Assistente Social na Saúde; e - Assistência Social em situações de emergência e desastre.
Justificativas para as ações propostas	- Promover a melhoria da qualidade de vida do pessoal da Marinha.
Público atendido	- Militares e servidores civis em serviço ativo; - Militares da reserva e servidores civis aposentados; - Pensionistas;

	- Ex-combatentes; e - Dependentes.
Crítérios de elegibilidade	- Parecer profissional do assistente social; e - Renda.
Tipo de financiamento	- Recursos orçamentários oriundos da Meta de Gestão B.403.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 12 - Resumo do quadro cognitivo da década de 2020, de acordo com o modelo conceitual apresentado por Jobert e Muller (1987)

Níveis de percepção do mundo	Elementos observados
Valores	Percepção de bem-estar no trabalho e na vida privada.
Normas	É preciso proporcionar ao indivíduo acesso a recursos capazes de garantir proteção contra contingências que possam afetar negativamente suas condições objetivas de vida e seu bem-estar biopsicossocial de modo que sua percepção sobre esses aspectos seja satisfatória em relação a suas próprias expectativas.
Algoritmos	Se o público atendido desfrutar de níveis mais elevados de qualidade de vida, então sua percepção sobre suas condições de vida e suas relações de trabalho serão satisfatórias e, consequentemente, seu engajamento nas atividades laborativas será maior.
Imagens	O servidor que tem suas necessidades biopsicossociais atendidas e que está satisfeito com seu ambiente de trabalho está em condições ideais para corresponder às exigências inerentes ao meio militar.

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser verificado, a trajetória histórica da assistência social da Marinha é marcada por momentos em que se busca de fato operar mudanças significativas não só no que se refere às ações propostas como também na própria forma de organização do seu funcionamento. No entanto, fica evidente a permanência ao longo do tempo de certos elementos no quadro cognitivo a partir do qual esse campo se desenvolve, sobretudo em relação às justificativas e aos resultados esperados das intervenções implementadas.

Nessa direção, ao passo em que se observa uma constante expansão de suas atribuições, diversas alterações em sua estrutura organizacional e mudanças na forma de explicar a necessidade das ações propostas, a assistência social da Marinha é caracterizada pela crença permanente de que intervir nas condutas dos servidores, afastando-os de hábitos considerados prejudiciais a si próprios e à imagem social da instituição, e garantir a esses o acesso a bens e serviços julgados indispensáveis para uma existência digna de acordo com os padrões de cada época produz um estado de normalidade no qual a ausência de preocupações com as dificuldades do cotidiano se reverte em condições ideais para ao desempenho das atividades profissionais. Ou seja, a assistência social da Marinha, em todos os períodos analisados, se baseia em um ideal de servidor – disponível, engajado, satisfeito com sua condição de vida –, na factibilidade de uma existência sem percalços – na qual tudo está em ordem e funciona em perfeita harmonia –, na capacidade institucional de promover as melhores soluções para as situações adversas que podem surgir contra a vontade dos servidores – e, conseqüentemente, na viabilidade de se produzir o retorno ao estado de normalidade que foi perturbado –, bem como na existência de uma relação direta de causa e efeito entre uma política institucional de caráter pedagógico-protetivo e o atingimento de melhores resultados por parte dos servidores.

O quadro abaixo apresenta as principais características dos quadros cognitivos que marcaram cada um dos períodos analisados.

Quadro 13 - Principais características dos quadros cognitivos dos períodos analisados

Níveis de percepção do mundo	1940	1980	1990	2020
Valores	Existência digna.	Bem-estar social.	Normalidade existencial.	Percepção de bem-estar no trabalho e na vida privada.
Normas	É preciso oferecer os meios necessários para que os militares cumpram seus deveres em relação à imagem social da Marinha e no que diz respeito à provisão da subsistência de suas famílias	É preciso ensinar os indivíduos a resolverem suas dificuldades por si mesmos e fazê-los sentirem-se responsáveis por esse processo.	É preciso auxiliar o indivíduo a superar suas dificuldades para que possa recuperar sua situação de autonomia.	É preciso proporcionar ao indivíduo acesso a recursos capazes de garantir proteção contra contingências que possam afetar negativamente suas condições objetivas de vida e seu bem-estar biopsicossocial de modo que sua percepção sobre esses aspectos seja satisfatória em relação a suas próprias expectativas.
Algoritmos	Se os militares tiverem acesso a bens e serviços de primeira necessidade a preços compatíveis com os seus rendimentos, então poderão arcar com seus compromissos financeiros e prover condições satisfatória de vida à suas famílias, evitando que as preocupações com essas questões impactem negativamente o seu rendimento no trabalho.	Se o público atendido se engajar na resolução dos seus problemas e interpretar corretamente o significado dos serviços postos a sua disposição para auxiliá-lo, então os impactos negativos das contingências sociais poderão ser mitigados e o desempenho profissional, bem como sua própria autonomia serão preservados.	Se o público atendido receber apoio integral, ou seja, um apoio que leve em consideração os diferentes aspectos e todos os possíveis desdobramentos dos problemas apresentados, então efetivamente o estado de normalidade – entendida como autonomia e ausência de perturbações de qualquer ordem – poderá ser reestabelecido e a capacidade laboral preservada.	Se o público atendido desfrutar de níveis mais elevados de qualidade de vida, então sua percepção sobre suas condições de vida e suas relações de trabalho serão satisfatórias e, consequentemente, seu engajamento nas atividades laborativas será maior.
Imagens	O militar livre de preocupações em relação ao sustento de sua família e que, em virtude desse estado de tranquilidade, se dedica completamente ao trabalho na Marinha.	O servidor satisfeito com seu ambiente de trabalho, que recebe apoio para o enfrentamento das dificuldades do cotidiano e que é estimulado a desenvolver competência e habilidades socioemocionais apresenta melhor performance laboral.	Apenas o servidor apoiado em todos os aspectos da natureza do ser humano – biológicos, psicológicos, sociais e espirituais – consegue vencer as situações de dificuldade e manter-se em condições ideais para o desempenho de suas obrigações profissionais.	O servidor que tem suas necessidades biopsicossociais atendidas e que está satisfeito com seu ambiente de trabalho está em condições ideais para corresponder às exigências inerentes ao meio militar.

Fonte: Elaboração própria.

6 ASSISTÊNCIA SOCIAL DA MARINHA DO BRASIL

A construção do objeto central deste estudo se deu a partir da seguinte inquietação: “como se dá a institucionalização da assistência social da Marinha?”. Ou seja, como esse setor de prestação de serviços assistenciais surge e se desenvolve na Marinha.

Vale lembrar que, como mencionado no Capítulo 3, na Marinha, assim como nas demais Forças Armadas brasileiras, por força dos rígidos padrões disciplinares impostos aos militares, o endividamento e/ou inadimplência podem ser considerados uma contravenção disciplinar – de acordo com o inciso 36 do artigo 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha³⁵ (RDM) (BRASIL, 1983). Assim, uma indagação que se pronuncia é a seguinte: “como uma instituição militar como a Marinha passa a não só apoiar mas desenvolver dentro de sua própria estrutura administrativa ações destinadas a mitigar os impactos negativos de uma ampla gama de questões afetas à vida privada dos militares?”.

A questão colocada dessa forma suscita algumas respostas provisórias. Algumas delas são hipóteses que colocam o desenvolvimento pela Marinha de medidas com o propósito de socorrer os militares em caso de contingências sociais como resultado direto de mudanças na legislação do País perante as quais a instituição não poderia se manter alheia. Outras hipóteses caminham na direção de explicar esse fenômeno a partir de argumentos que enfatizam o altruísmo de um grupo de pessoas caridosas e preocupadas com as condições de vida de seus semelhantes. Um terceiro grupo de hipóteses poderia ser identificado com um pensamento estritamente utilitarista e instrumental no qual esse tipo de investimento seria produto exclusivo de uma escolha racional por parte dos dirigentes institucionais.

Fato é que a convivência entre um arcabouço jurídico de caráter punitivo em relação a situação de insolvência civil e o desenvolvimento de uma estrutura organizacional dedicada a acolher essa questão constitui um tema interessante, tendo em vista sua ambiguidade. Uma vez que, como foi apresentado, a Marinha desenvolve ações no campo da assistência social de forma orgânica desde a década de 1940, seria razoável que alterações futuras no Regulamento Disciplinar para a Armada, aprovado pelo Decreto nº 4.987, de 8 de Dezembro de 1939

³⁵ De acordo com artigo 6º do dispositivo legal citado, contravenção Disciplinar é toda ação ou omissão contrária às obrigações ou aos deveres militares estatuídos nas leis, nos regulamentos, nas normas e nas disposições em vigor que fundamentam a Organização Militar, desde que não incidindo no que é capitulado pelo Código Penal Militar como crime. O inciso 36 do artigo 7º do mesmo RDM define como contravenção disciplinar contrair dívidas ou assumir compromissos superiores às suas possibilidades, comprometendo o bom nome da classe (BRASIL, 1983).

(BRASIL, 1939), trouxessem mudanças na forma de tratar tais questões. No entanto, o que se observa é a manutenção da previsão de reprimenda em caso de dificuldades em provar autonomia financeira não só no RDM de 1955 (BRASIL, 1955), como também no RDM de 1983 – em vigor.

Tendo como horizonte teórico-metodológico a abordagem cognitiva de análise das políticas públicas, que valoriza a influência exercida pelas ideias, preceitos gerais e representações sociais sobre a ação pública, e o método historiográfico, que prioriza o comportamento temporal do fenômeno social analisado a partir de vestígios encontrados em documentos históricos, o fio condutor da análise realizada foi a observação da quantidade de mudança entre os elementos que compunham o quadro cognitivo compartilhado pelos atores envolvidos na assistência social da Marinha em diferentes momentos.

Dessa forma, o estudo é essencialmente comparativo. Buscou-se, assim, descrever a lógica de funcionamento da assistência social da Marinha a partir de 8 (oito) dimensões de análise – Estrutura administrativa, Categorias profissionais envolvidas, Concepção de assistência social, Ações propostas, Justificativas para as ações propostas, Público atendido, Critérios de elegibilidade e Tipo de financiamento –, bem como os valores, as normas, os algoritmos e as imagens dominantes em cada período analisado, com o intuito de identificar processos de continuidades e de rupturas.

Nesse sentido, o propósito deste capítulo final é apresentar de maneira integrada uma discussão dos aspectos de maior relevância a respeito da trajetória histórica da assistência social da Marinha, retomando as questões norteadoras do estudo e enfatizando como os resultados obtidos em cada etapa da pesquisa contribuíram para a construção de uma perspectiva de explicação desse fenômeno não explorada satisfatoriamente na literatura existente sobre o tema.

6.1 A assistência social das Forças Armadas: elementos faltantes na literatura

O ponto de partida desta discussão é a literatura sobre a assistência social das Forças Armadas. Este foi o lugar escolhido para dar início a investigação. Tendo em vista que, tratando-se de um universo familiar ao olhar deste pesquisador, compreender como esse fenômeno era observado por outros interessados no tema atenderia não só a uma necessidade de obter informações que pudessem orientar o estudo, mas também corresponderia a um esforço de distanciamento e estranhamento em relação ao objeto de pesquisa. Sendo assim, nada mais razoável do que começar a construção das conclusões desta tese seguindo a mesma trilha.

Os trabalhos científicos analisados no Capítulo 3 favorecem explicações para o surgimento da assistência social como um setor das Forças Armadas que destacam quatro aspectos principais, a saber: a identificação da função protetiva da assistência social em casos de vulnerabilidade; a necessidade de valorização dos recursos humanos; o dever do superior hierárquico em zelar pelos seus subordinados; e a influência de determinados fatores macrosociais, como mudanças na legislação do País e a participação em conflitos armados.

De modo geral, o que explicaria o investimento institucional nesse campo está relacionado a função desempenhada pela assistência social. Ou seja, de acordo com o que pode ser encontrado na literatura, a assistência social é identificada pela instituição como uma ferramenta que pode contribuir para o atingimento de seus propósitos e essa contribuição específica justificaria o desenvolvimento desse setor em sua estrutura administrativa.

Trata-se, portanto, de uma explicação que enfatiza o viés da escolha racional e, de certa forma, uma declaração que é sempre verdadeira: a assistência social existe porque cumpre um propósito institucional; ao cumprir um propósito institucional, a assistência social passou a existir. No entanto, em que pese parecer óbvio que um setor só teria possibilidade de se desenvolver provada a sua utilidade para a instituição, fica a lacuna de identificar, por exemplo, quais processos levaram a instituição a admitir como sua responsabilidade a solução de questões atinentes às condições de vida dos militares e como a assistência social passou a ocupar o lugar de instrumento adequado para equacionar tais problemas.

Essa forma de compreender o surgimento da assistência social das Forças Armadas – a partir da constatação de que esse setor cumpre um propósito institucional –, aliada ao fato de se tratar de um campo de atuação fortemente relacionado ao Serviço Social e ao trabalho dos assistentes sociais, tem favorecido uma produção científica que aborda na maioria dos casos questões referentes à prática profissional do assistente social nesses espaços. Ou seja, a literatura existente, grosso modo, apresenta uma linha analítica sobre o tema em questão que se fundamenta a partir da identificação do que o assistente social faz. Assim, o que o assistente social faz e as demandas que o Serviço Social responde são os elementos centrais para se chegar ao conhecimento sobre o que, em última instância, a assistência social é na e para as Forças Armadas.

Nesse mote, ganham grande atenção as descrições de experiências que buscam salientar o que há de particular nas requisições feitas ao Serviço Social nesses espaços ocupacionais e nas estratégias elaboradas pelos profissionais para dar conta de demandas consideradas atípicas ou inexistentes em outros campos de atuação.

Fica evidente a preocupação em fortalecer a prática profissional por meio da construção do chamado diagnóstico social. Como defendido por Idáñez e Ander-Egg (2007),

“a necessidade de realizar um diagnóstico (e a investigação que lhe serve de apoio), está baseada no princípio de que é necessário conhecer para agir com eficácia. Dito de forma breve e utilizando a conhecida frase de Augusto Comte (que aplicava à sociologia), diremos que é um conhecer para actuar” (IDÁÑEZ e ANDER-EGG, 2007, p. 16).

Assim, observa-se que o estudo sobre a assistência social das Forças Armadas, em grande medida, vem sendo justificado pela necessidade de conhecer para melhor intervir. Dessa forma, trata-se da produção de um conhecimento cujo propósito é melhor instrumentalizar e enriquecer o trabalho desempenhado pelos assistentes sociais.

Tal perspectiva, considerando a maneira como o surgimento da assistência social nessas instituições vem sendo explicado, parece também revelar a expectativa de que, ao aperfeiçoar a sua prática profissional, o assistente social teria melhores condições de alcançar lugares de maior relevância nas disputas de forças atinentes aos problemas endereçados por esse setor. Veja-se: se a assistência social se explica pela função que exerce na instituição, ao incrementar o potencial de contribuição da assistência social por meio de uma prática profissional baseada em conhecimentos produzidos especificamente para tal fim, o assistente social também estaria validando seu próprio valor para a instituição.

No entanto, nota-se uma discrepância de interesse e esforço de pesquisa em relação a outro tipo de investigação bastante difundida no Serviço Social, a saber: a análise institucional. Enquanto que por meio do diagnóstico social o que se pretende é conhecer os problemas existentes e suas origens; identificar recursos e meios de ação; determinar as prioridades; estabelecer estratégias; e apresentar as mudanças que podem contribuir para a eficácia da intervenção (IDÁÑEZ e ANDER-EGG, 2007), a análise institucional teria como finalidade situar o profissional em relação às correlações de forças que permeiam as negociações na instituição, permitindo uma melhor compreensão sobre as possibilidades e os limites para a implementação da intervenção, bem como para o próprio exercício da profissão de forma autônoma (WEISSHAUPT, 1988).

Nessa direção, o estudo dos aspectos referentes ao surgimento e ao desenvolvimento da assistência social ao longo do tempo na instituição se justificaria como parte do processo de produção de conhecimento realizado pelo profissional para melhor compreender o significado das demandas institucionais, o potencial de alcance da sua prática cotidiana e o lugar ocupado

por esse setor. Contudo, tais aspectos não figuram como preocupações centrais na análise da conjuntura institucional apresentada pelos autores dos trabalhos analisados.

Deve-se registrar que alguns estudos buscam apresentar as características da profissão militar e até mesmo elementos atinentes à constituição das Forças Armadas no Brasil. No entanto, limitam-se a descrever os traços que consideram peculiares sem problematizar como tais aspectos poderiam explicar os contornos assumidos pela assistência social dessas instituições.

Outra questão que chama a atenção a respeito da literatura existente sobre o tema é que a maior parte dos estudos não fazem referência a outros trabalhos sobre a assistência social das Forças Armadas. Em que pese a frequente alegação de que se trata de um campo de estudo negligenciado pelos pesquisadores sociais, o desencontro em relação a pesquisas anteriores pode ter mais relação com a ausência ou fragilidade da fase de levantamento bibliográfico sobre o objeto de estudo do que com a escassez de produções nessa área, uma vez que não são encontrados detalhamentos sobre essa etapa nem os seus resultados.

O mesmo pode ser dito em relação ao processo de pesquisa documental. Embora apresentem datas consideradas relevantes e indiquem documentos históricos para fundamentar conclusões, até mesmo nos estudos que se ocupam da trajetória da estrutura organizacional da assistência social das Forças Armadas ao longo do tempo não se encontram informações sobre as etapas do processo de pesquisa documental nem dos critérios de seleção e procedimentos para análise do material coletado.

A institucionalização e/ou a trajetória histórica da assistência social das Forças Armadas aparece como tema central em apenas 2 (dois) estudos. Tratando exclusivamente do caso da Marinha, os referidos trabalhos abordam as primeiras iniciativas na área e os marcos do arcabouço normativo das ações desenvolvidas. Considerando que nos demais estudos essas questões figuram na forma de citação de datas e documentos administrativos considerados relevantes para a construção de uma cronologia, fica evidente que a análise dos processos de permitiram a constituição da assistência social como um setor de prestação de serviços assistenciais nas instituições militares é uma lacuna significativa.

Além disso percebe-se que os estudos que tratam de alguma forma do processo histórico de institucionalização da assistência social das Forças Armadas recorrem a pesquisas anteriores que se ocuparam desse tipo de investigação. Ou seja, há um afastamento dos pesquisadores em relação às bases de dados onde podem ser encontrados os registros originais sobre o fenômeno estudado. Dessa forma, por falta de novos olhares sobre as fontes primárias, as poucas

interpretações disponíveis circulam em diversos trabalhos sem a necessária confrontação de ideias.

Em decorrência disso, a literatura existente sobre o tema é marcada pela repetição de um número bastante limitado de relatos sobre a trajetória histórica da assistência social das instituições militares. Tendo em vista as fragilidades metodológicas apontadas, o que se nota é a consolidação de um discurso uniforme e o enraizamento de conclusões fundamentadas em dados produzidos a partir de um processo que não é passível de ser replicado.

Nesse sentido, embora ricos em indícios sobre como a assistência social foi se constituindo nessas instituições, fato é que os trabalhos analisados não trazem os elementos que permitiriam reconstituir os caminhos percorridos pelo pesquisador. Tal constatação não significa invalidar os resultados apresentados, mas revela uma certa fragilidade dessa literatura.

O último aspecto a ser destacado sobre os estudos analisados diz respeito à inespecificidade do termo assistência social. Observa-se que ações referentes a uma vasta gama de questões são agrupadas sob esse rótulo sem que se estabeleça de maneira clara os pontos em comum entre elas que justificariam tal aproximação. O mais perto que se chega de uma razão para o emprego da expressão assistência social para designar um conjunto tão heterogêneo de intervenções é a sua associação à noção de proteção social.

Sem maiores problematizações de caráter teórico-conceitual, atribui-se ao termo assistência social o sentido de conjunto de ações que tem por objetivo dar conta dos infortúnios da vida cotidiana, sejam eles decorrentes de dificuldades financeiras ou oriundos de um clima organizacional estressante.

Assim, a assistência social aparece como um setor cujo princípio de diferenciação em relação a outros setores da instituição é o seu caráter assistencial, ou seja, a sua missão de proteger de alguma contingência quem dela se beneficia – no limite, quase que de qualquer situação entendida como potencialmente negativa. Em outros termos, o traço que permite identificar as fronteiras da assistência social e delimitar o seu âmbito de atuação é justamente o que a torna um campo que acolhe questões e intervenções das mais diversas ordens, fato que confere a esse setor a aparência de algo sem limites bem definidos.

Vale ressaltar ainda que as medidas desenvolvidas nesse campo são entendidas como um fenômeno em contínuo progresso. A trajetória histórica da assistência social das Forças Armadas é apresentada a partir da construção de uma linha do tempo na qual as ações de caráter voluntário, filantrópico e caritativo – e, portanto, sem o suporte de um arcabouço técnico-profissional – são situadas no extremo mais rudimentar e as estruturas e intervenções atuais –

já implementadas sob a égide de uma technicalidade, sobretudo vinculada ao Serviço Social – são colocadas no ponto mais avançado.

Nesse sentido, não estando presentes nessas abordagens os aspectos que poderiam indicar continuidades entre o antigo e o novo, a imagem que se constrói é de que a emergência e consolidação de intervenções consideradas técnicas representam uma ruptura completa com os conteúdos e as formas assumidas pela assistência social anteriormente. Dessa forma, a trajetória da assistência social das instituições militares é entendida como um constante despir-se de velhas roupagens, um contínuo abandono de práticas não mais aceitas, sem que seja levado em conta até que ponto ideias, crenças e representações sociais que serviam de base para a organização da assistência social no passado podem ainda estar se perpetuando no interior desse campo.

6.2 A assistência social e o engajamento pessoal: o estudo dos atores

A análise de como o processo de institucionalização da assistência social das Forças Armadas tem sido abordado em estudos nacionais, além de contribuir para a identificação de aspectos relevantes sobre essa temática, como as principais hipóteses levantadas pelos pesquisadores para dar conta do surgimento desse setor e as lacunas que ainda permanecem nessa literatura, favoreceu a descoberta de atores cuja atuação nesse campo foi marcante e fortaleceu uma das premissas basilares da abordagem adotada neste trabalho, a saber: de que as mudanças observadas na ação pública estão intimamente relacionadas a transformações ocorridas nos elementos cognitivos e normativos compartilhados pelos atores que atuam no campo em questão.

Sem querer apresentar uma lista exaustiva de todos os atores que tiveram uma participação mais acentuada na conformação dos rumos assumidos pela assistência social da Marinha e também sem a intenção de recuperar a biografia desses atores ou mesmo atribuir valor a suas atuações, nesta seção o que se procura é retomar o argumento de que escolhas individuais de determinados atores nesse campo, sobretudo aqueles que ocupam lugares privilegiados na cadeia hierárquica da instituição, é uma das chaves para se compreender o fenômeno estudado.

A partir de dois casos presentes na pesquisa realizada por Moreira (2003), observa-se a suscetibilidade da instituição de sofrer alterações em razão de ideias defendidas por atores individuais. No entanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que se trata de Oficiais

gerais que ocupavam posições de grande relevância na estrutura hierárquica da Marinha. Conforme já descrito, as situações citadas pela referida autora datam de 1987, que envolveu o Diretor Geral do Pessoal da Marinha quando este decidiu extinguir o SASM, e de 1993, que se refere à criação SAIPE por iniciativa do Comandante-em-Chefe da Esquadra.

Seguindo essas indicações, a análise dos documentos administrativos selecionados e das demais fontes históricas permitiu evidenciar que a dominância de um determinado conjunto de ideias, que informavam em cada período as questões que mereciam atenção da instituição, bem como a elaboração das respectivas intervenções, estava intimamente relacionada ao lugar que determinados atores ocupavam na estrutura hierárquica da Marinha e que esse lugar também lhes conferia a capacidade de orientar as escolhas e os modos de agir que seriam adotados institucionalmente.

Nessa direção, ressaltam-se três figuras que ilustram adequadamente esse argumento. São elas: o Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem, o Vice-Almirante Jorge Dodsworth Martins e o Contra-Almirante Attila Monteiro Aché. Tendo em comum o fato de terem ascendido na cadeia hierárquica da Marinha após experiências anteriores em iniciativas ligadas à assistência social da instituição, esses Oficiais gerais foram capazes de influenciar os rumos assumidos por esse setor e de promover mudanças institucionais significativas.

O primeiro exemplo a ser destacado sobre esse aspecto que caracteriza a trajetória histórica da assistência social da Marinha diz respeito à criação da CMN em 1938 por iniciativa do Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem que, enquanto Capitão de Fragata, é citado como um dos fundadores da AMN em 1919.

Comungando das ideias e das crenças que inspiraram a AMN, apontada como a instituição que marca o pioneirismo do envolvimento de Oficiais da Marinha com propostas de melhoria das condições de vida dos militares, ao ser designado para as funções de Ministro de Estado dos Negócios da Marinha em 1935, o Vice-Almirante Guilhem passa a deter plenos poderes para implementar a partir da estrutura organizacional da Marinha uma intervenção na mesma direção daquela realizada pela AMN.

Vale ressaltar ainda o envolvimento das esposas e filhas de Oficiais nessas iniciativas. Na maior parte das vezes mencionadas pelo sobrenome dos homens a quem estavam vinculadas, essas mulheres participavam ativamente em comissões executivas, no levantamento de fundos, na divulgação das atividades realizadas e em outras ações complementares. A atuação feminina, de alguma forma, indica também o trânsito dos Oficiais por outras instituições nas quais não estavam diretamente comprometidos. É o caso, por exemplo, da participação da esposa do

Almirante Aristides Guilhem como membro de uma comissão destinada a arrecadar donativos para a CMD (O PAIZ, 14 dez. 1928, p. 5), instituição em que o referido Oficial não figura como dirigente.

O segundo exemplo que merece menção diz respeito à alteração do regulamento para a Diretoria do Pessoal da Armada (DPA) proposta em 1946 pelo Vice-Almirante Jorge Dodsworth Martins, então Ministro da Marinha. Por meio dessa nova regulamentação, aprovada pelo Decreto nº 20.974, de 12 abril de 1946, ficou estabelecida como atribuição da DPA a promoção de medidas destinadas a assistência social ao pessoal da Marinha.

Trata-se de uma mudança no arcabouço normativo da instituição que foi impulsionada por um Ministro da Marinha que, enquanto Capitão de Corveta, havia participado como membro da comissão executiva para fundação da CMD (O PAIZ, 3 dez. 1926, p. 2; O PAIZ, 6 e 7 dez. 1926, p. 2) e que, já como responsável pela pasta da Marinha, atuava junto com sua esposa, a Sra. Risa Dodsworth Martins, na definição de ações a serem empreendidas pela CMN (A NOITE, 18 dez. 1945, p. 3; A NOITE, 22 dez. 1945, p. 2).

Nota-se, como no caso anterior, um padrão de recorrência na participação em instituições destinadas a promover intervenções sociais, bem como de envolvimento feminino – e, na época em questão, necessariamente de mulheres civis – não só em iniciativas de caráter solidário e privado como a CMD, mas também em iniciativas sujeitas a administração militar como a CMN.

Por fim, destacam-se as ações implementadas no final da década de 1940 pelo Contra-Almirante Attila Monteiro Aché, Diretor Geral do Pessoal da Armada, noticiadas pela imprensa do Rio de Janeiro como o grande programa social da Marinha (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 abr. 1947, p. 5 e 7).

Mais uma vez, o ator identificado como principal articulador e idealizador de mudanças relevantes na estrutura administrativa da Marinha atinente à assistência social é um Oficial que antes de assumir um cargo de maior poder institucional já havia atuado de alguma forma em ações desse campo. Vale lembrar que o Almirante Aché, enquanto Capitão de Fragata, fez parte da comissão designada para instalar a CMN, conforme Aviso nº 21, de 8 de janeiro de 1938 (BRASIL, 1938a), do Ministro da Marinha.

Diferentemente dos outros dois casos apresentados, o Almirante Aché não chegou a ocupar o cargo de Ministro da Marinha. No entanto, como Diretor Geral do Pessoal da Armada, tinha como missão organizar todos os serviços de apoio à saúde, educacionais e também de

assistência social destinados ao pessoal da Marinha, o que lhe conferia poderes para dirigir as ações institucionais nesse campo.

Nesse sentido, o que os três exemplos aventados demonstram é que os contornos assumidos pela assistência social da Marinha foram sendo, em grande medida, talhados por influência de determinados atores que, ao ocuparem lugares de maior poder institucional, passavam a ter condições de implementar ações e alterar a institucionalidade da assistência social a partir de suas próprias convicções, inclusive adquiridas por meio da participação em iniciativas anteriores.

Tal aspecto fortalece ainda o argumento de que as forças de manutenção dos caminhos adotados na assistência social da Marinha são mais presentes do que aquelas que poderiam significar rupturas. Uma vez que se observa o trânsito de determinados atores por diferentes instituições que compõem o investimento da Marinha nesse campo, é razoável admitir que essa recorrência favorece a perpetuação dos elementos centrais do quadro cognitivo compartilhado por esses atores. Não se trata de afirmar a impossibilidade de mudanças reais, mas de considerar que as ideias e representações sociais que informavam intervenções do passado vão sendo reproduzidas em ações posteriores por meio da atuação de determinados atores que se mantiveram envolvidos na assistência social da Marinha ao longo do tempo.

Assim, tendo em vista o que foi assumido a partir da abordagem cognitiva de análise de políticas públicas – que as mudanças observadas na ação pública estão estreitamente vinculadas a transformações nos elementos cognitivos e normativos que indicam os princípios de ação dos atores – esse traço característico da assistência social da Marinha é um aspecto que revela de que maneira certos conteúdos podem sobreviver por tanto tempo na instituição.

Ainda sobre a identificação dos atores envolvidos no processo de institucionalização da assistência social da Marinha, vale ressaltar mais uma vez a forte presença feminina nesse campo. Não se trata de apontar a participação feminina na assistência social da Marinha em termos de número de mulheres citadas e/ou atuantes nas ações implementadas, mas de chamar a atenção para as fragilidades da fronteira entre o âmbito privado e o âmbito público, tendo em vista que o envolvimento dessas mulheres – civis, isso deve ser lembrado – se dava inclusive em iniciativas desenvolvidas a partir da estrutura administrativa da Marinha, bem como para a influência exercida por elas em virtude da posição ocupada na cadeia hierárquica da instituição pelos Oficiais a quem estavam vinculadas.

Sobre o primeiro aspecto aventado, nota-se que, à medida que a gestão das ações desenvolvidas vai se concentrando em um órgão central da Marinha, mormente na Diretoria

Geral do Pessoal da Armada, a participação de mulheres civis na organização das intervenções propostas diminui em comparação ao que ocorria nas instituições de caráter privado como a AMN e a CMD. No entanto, a existência na CMN, uma organização militar da Marinha, de um departamento ocupado e dirigido por esposas e filhas de Oficiais, como era o caso do Departamento Feminino de Assistência à Família do Marinheiro, demonstra que as fronteiras entre o público e o privado não são rígidas.

Em relação à ingerência de mulheres civis nas ações desenvolvidas pela Marinha, observa-se a lógica que presidiu o primeiro-damismo, ou seja, a vinculação da representação social da mulher cuidadora – boa esposa, boa mãe e boa gestora do lar – ao que seria o objetivo da assistência social. De fato, iniciativas como a AMN e a CMD contaram com a participação direta de primeiras-damas do País em posições de direção (O JORNAL, 8 jun. 1920, p. 8; CORREIO DA MANHÃ, 27 jun. 1929, p. 3). No entanto, a menção ao primeiro-damismo não se limita a figura da esposa do presidente da república. As esposas ou filhas de Oficiais, sobretudo daqueles ocupantes de cargos de maior relevância institucional, como o de Ministro da Marinha e de Diretor Geral do Pessoal da Armada, também desempenharam funções de gerência em intervenções implementadas pela Marinha em virtude dessa parentalidade.

Intimamente relacionado ao aspecto descrito anteriormente, essa questão da influência de mulheres civis em assuntos institucionais da Marinha propiciada por vínculos pessoais demonstra não só o esvanecimento dos limites entre o público e o privado, mas também que a assistência social se configura como um campo em que é possível ocorrer a transmissão da capacidade de provocar mudanças do agente público ocupante de um cargo elevado na estrutura da instituição para um familiar próximo.

Nessa direção, a importância de se analisar a assistência social da Marinha pela via do quadro cognitivo compartilhado pelos atores em presença nesse campo se torna evidente. Veja-se, por exemplo, que elementos valorativos oriundos de atores sem qualquer vínculo funcional com a instituição podem ser potenciais promotores de conflitos e dificuldades para a implementação de propostas fundamentadas em preceitos técnico-científicos por parte dos profissionais envolvidos nesse campo.

6.3 Razões e objetivos para a assistência social da Marinha

Como discutido anteriormente, dentre as hipóteses encontradas na literatura sobre o surgimento da assistência social como um setor de prestação de serviços assistenciais na

estrutura administrativa da Marinha destacam-se os aspectos referentes à solidariedade, à influência de questões macrossociais e à contribuição dos serviços prestados para o atingimento dos objetivos institucionais.

No entanto, embora se trate de elementos relevantes para o estudo do fenômeno em questão, a simples menção a eles não é suficiente para dar conta dos processos que favoreceram que uma instituição militar como a Marinha passasse a reconhecer como sua responsabilidade a mitigação dos impactos negativos de uma série de contingências sociais, bem como adotasse a assistência social como ferramenta principal para o endereçamento dessas questões.

A perspectiva defendida neste trabalho – fundamentada no modelo conceitual apresentado por Jobert e Muller (1987) – é de que as mudanças ocorridas no quadro cognitivo compartilhado pelos atores em presença, resumidos a partir dos valores, normas, algoritmos e imagens observados, permitem explicar a passagem do momento em que as intervenções se davam de forma voluntária e externas à Marinha para a estruturação de serviços especializados pela própria instituição.

Nesse sentido, são apresentados nesta seção os principais argumentos que balizaram o processo de institucionalização da assistência social da Marinha e o propósito institucional atribuído a esse setor, tendo como base os dados obtidos nas fontes históricas analisadas e que constituem o corpo de evidências desta pesquisa. Ressalta-se, contudo, que a descrição dos elementos dos quadros cognitivos compartilhados pelos atores tem como finalidade sumarizar aquilo que aparece com maior força em cada período, ou seja, o que tinha condições de se impor como modos de pensar e agir dominantes. Tal opção por explorar esses e não outros elementos normativos e cognitivos não significa compreender a assistência social da Marinha como um campo sem conflitos internos, fato que, inclusive, será abordado mais uma vez neste capítulo.

O primeiro conjunto de razões e justificativas identificadas está relacionado às iniciativas que emergiram fora da estrutura administrativa da Marinha, a saber: a AMN e a CMD. Em que pese existir similaridades entre essas duas instituições, sobretudo no que se refere à crença na formação profissional e no trabalho assalariado como principal fonte de segurança social, abordar cada uma delas separadamente permite destacar os elementos que estão de fato no cerne de cada uma delas.

Assim, em relação à AMN, em primeiro lugar, chama a atenção a discrepância entre aquilo que os relatos divulgados pela instituição e alguns trabalhos científicos sugerem como sendo a principal motivação para a implementação dessa iniciativa e o que os registros históricos analisados dão conta. Em vídeo institucional publicado em plataforma digital, a

AMN indica que sua criação se deu em decorrência da necessidade de atender a demandas dos marinheiros por pernoite seguro na cidade do Rio de Janeiro. Já na literatura se encontram argumentos no sentido de que a AMN se originou com a exposição das condições de vida dos militares de baixo escalão propiciada pela participação do País na Primeira Guerra Mundial.

No entanto, o que se observa a partir das fontes históricas é que, mesmo antes do envolvimento de militares da Marinha naquele conflito armado, já existia entre os Oficiais a intenção de fundar o que veio a ser a AMN e que as razões evocadas pelos atores envolvidos nessa iniciativa estavam mais intimamente relacionadas a preocupação com a influência dos movimentos sociais da Europa sobre os marinheiros e com a incidência de determinados comportamentos considerados prejudiciais.

Esse afastamento entre o que é possível encontrar nos registros históricos e o que se repete na literatura como justificativa para a implementação de uma iniciativa como a AMN – que existe e se relaciona com a Marinha até hoje – indica que elementos cognitivos importantes não têm sido levados em consideração nas análises feitas sobre esse tema.

O argumento defendido nesta tese é no sentido de que havia por parte dos Oficiais da Marinha um temor a respeito da capacidade institucional em arrefecer possíveis movimentos insurgentes fomentados pelo ideário revolucionário de matriz comunista e/ou anarquista, bem como uma percepção de que hábitos julgados imorais e impróprios eram fontes de desprestígio para a Marinha, como a associação feita frequentemente na imprensa entre militares da instituição e o alcoolismo. Nesse sentido, a AMN assume uma perspectiva moralizante cujo princípio de ação era regular o tempo livre do público destinatário das ações realizadas afastando-o das más influências. Veja-se quanto a isso o engajamento da Marinha na política anticomunista adotada no País e a forte aproximação com entidades confessionais de tradição Católica Apostólica Romana.

No que diz respeito à CMD, destaca-se a ênfase dada à ideia de quebra do ciclo de pobreza por meio do investimento na educação formal e profissionalizante dos filhos do pessoal da Marinha. Outro elemento que marca os esforços para a criação da CMD é a convicção de que iniciativas como essa representariam uma justa retribuição ao sacrifício realizado pelos militares em prol da sociedade.

Nessa direção, as justificativas para a implementação de ações no campo da assistência social aparecem vinculadas ao reconhecimento de potenciais impactos negativos sobre o desenvolvimento acadêmico dos filhos dos militares, bem como sobre a dinâmica das famílias, decorrentes das características da profissão militar, como a mobilidade geográfica.

Observa-se a partir da experiência da CMD a presença de conteúdos relacionados não só ao dever moral de cunho religioso – a assistência social como exercício prático de amor ao próximo – mas também a uma obrigação que advém da percepção de que é preciso reparar os prejuízos causados pela dedicação a uma profissão que exige daqueles que a ela se dedicam sacrifícios sem correspondência no meio civil. Dessa forma, as ações desenvolvidas não seriam um favor aos desvalidos e pobres necessitados, mas uma forma de pagamento de uma dívida adquirida.

Além disso, nota-se que, ao priorizar uma intervenção destinada aos filhos dos militares, bem como prever tratamento diferenciado aos órfãos, a proposta da CMD fortalecia a ideia de que cuidar da família era um gesto equiparado a beneficiar diretamente os próprios militares. Ou seja, a ideia de que a dívida poderia ser paga indiretamente, uma vez que promover a melhoria das condições de vida da família dos militares significaria retirar destes um peso de responsabilidade importante e, conseqüentemente, estaria produzindo ganhos reais.

De modo geral, as justificativas evocadas para a implementação de iniciativas como a AMN e a CMD, caracterizadas por serem instituições criadas em caráter de voluntariado, estão fortemente relacionadas ao aforismo cristão de amor ao próximo; à ideia de que os segmentos da Marinha que não dispõem de condições de vida consideradas satisfatórias são mais suscetíveis a serem cooptados por ideologias subversivas e a desenvolverem condutas de risco; à crença de que as próximas gerações podem alcançar melhores oportunidades para uma vida autônoma por meio da educação; e ao reconhecimento de que algo deve ser feito para retribuir o sacrifício cívico e patriótico imposto aos militares.

Quando se passa a analisar as ações desenvolvidas por órgãos pertencentes à estrutura administrativa da Marinha, o que se percebe, a princípio, é a manutenção dos mesmos princípios de ação, como a intenção de conduzir as condutas por meio da oferta de espaços de aprimoramento educacional e de entretenimentos considerados sadios, bem como a questão da orientação moral fundamentada em preceitos religiosos.

Tendo a proposta da CMN como referência desse momento inicial de intervenção da Marinha no campo da assistência social, observa-se que não só os objetivos e estratégias de ação presentes na AMN foram praticamente replicados, mas também as justificativas para sua criação estavam alinhadas com as principais ideias, crenças e representações sociais que informaram a fundação da AMN. Destaca-se nesse ponto a centralidade da luta contra o comunismo e o caráter eminentemente pedagógico da intervenção, uma vez que sua razão de existir era servir de centro de aprendizagem do que era bom, correto e valorizado pela Marinha.

Nesse sentido, o primeiro movimento de institucionalização da assistência social da Marinha se resume, em última instância, à apropriação de uma experiência anterior, sendo a justificativa para tal investimento a convicção de que intervenções moralizantes, direta ou indiretamente, poderiam contribuir para disseminação e fortalecimento dos valores institucionais, como apreço pela ordem pública, a dedicação ao trabalho e a boa conduta em sociedade.

Já as ações desenvolvidas a partir da segunda metade da década de 1940 indicam a expectativa por retornos mais imediatos e mais diretamente relacionados ao atingimento dos objetivos da instituição. Embora os eixos de atuação do SASA ainda revelem a insistência na questão da melhoria do nível educacional e cultural dos militares e a presença da perspectiva moralizadora de cunho religioso, a ênfase da intervenção proposta recai na oferta de auxílio financeiro direto e de condições especiais para acesso a bens e serviços, inclusive médicos e hospitalares.

Tal direcionamento para as questões de ordem prática da existência humana, como as necessidades de subsistência, se deu em decorrência do reconhecimento de que das dificuldades enfrentadas pelos militares estão relacionadas ao contexto macroeconômico atravessado pelo País, ampliando-se assim o entendimento que restringia a explicação sobre a pobreza a aspectos puramente individuais.

Nessa direção, surge o argumento de que, diante de obstáculos cuja origem reside em situações fora do controle e da vontade dos indivíduos, o Estado e, por consequência, a Marinha, teriam o dever moral de ofertar aos militares os meios necessários para o cumprimento dos seus deveres, mormente aqueles relacionados ao decoro da classe e à assistência material à família, sendo a assistência social o recurso apropriado para endereçar o problema em questão.

Além disso, no bojo das justificativas para a implementação do SASA e dos demais serviços criados pela DPA a partir de 1946, aparece de maneira clara a ideia de que a assistência social, ao proporcionar o afastamento do pessoal da Marinha das preocupações atinentes à vida cotidiana, contribuiria para a redução das distrações que poderiam afetar negativamente o rendimento esperado dos militares em suas atividades. Para usar termos mais condizentes com uma instituição militar, nesse período pode ser observado nos registros históricos a menção de que a assistência social cumpriria um propósito institucional valioso por contribuir para a manutenção do poder combatente da tropa. Ou seja, a ideia de que, livres das tensões inerentes à vida privada e familiar, os militares poderiam estar mais dedicados às missões nas quais estivessem envolvidos.

Veja-se então que as justificativas evocadas no processo de institucionalização da assistência social da Marinha guardam relação com mudanças na forma dominante de se pensar a respeito de três questões principais. Em primeiro lugar, sobre aquilo que seriam as causas das contingências sociais enfrentadas pelos militares. Não sendo de origem puramente individual, as mazelas sociais deveriam ser mitigadas por meio de intervenção que ultrapassasse os aspectos morais, embora essa perspectiva não fosse totalmente abandonada. Em segundo lugar, encontra-se a preocupação da instituição em face das situações que poderiam afetar a sua imagem social. Deixados sem apoio e desamparados, os militares vivenciando dificuldades de ordem financeira poderiam não só ter sua condição de vida degradada, mas também causar prejuízos à reputação da classe militar e ao prestígio da Marinha na sociedade. Por fim, em terceiro lugar, verifica-se o enraizamento da ideia de que a assistência social aporta para a instituição benefícios para além do atendimento das necessidades básicas dos militares. Trata-se da crença de que a assistência social tem o condão de produzir ganhos psicológicos que contribuiriam para a manutenção e, até mesmo, aumento da capacidade operativa da Marinha.

6.4 Desenho e lógica de funcionamento da assistência social da Marinha ao longo do tempo

A assistência social da Marinha passou por diversas reformulações em seu desenho e lógica de funcionamento. Desde formas quase idênticas ao que se observava em instituições como a AMN a complexos conjuntos de ações destinadas às mais variadas questões, a estrutura institucional e organizacional da assistência social da Marinha de fato experimentou significativas mudanças.

A partir de 8 (oito) dimensões de análise, foi possível identificar os principais contornos do que tem sido proposto pela Marinha enquanto assistência social ao longo de mais de 80 (oitenta) anos – considerando que desde 1938 com a criação da CMN a instituição já possuía um órgão dedicado a esse fim.

Tratando-se de um lapso temporal bastante extenso, o estudo se concentrou nos 4 (quatro) períodos históricos mais indicados na literatura sobre o tema, a saber: as décadas de 1940, 1980, 1990 e os anos 2000. Em que pese momentos importantes da história brasileira não serem abordados, como as décadas de 1960 e 1970, tal supressão não trouxe prejuízos para o enfrentamento do problema de pesquisa, tendo em vista que o interesse da investigação reside no surgimento da assistência social como um setor de prestação de serviços assistenciais da

Marinha e na comparação entre o quadro cognitivo que favoreceu esse fenômeno e aqueles que dão sustentação às suas formas mais recentes.

Essa ressalva se faz necessária também para lembrar que a proposta desta tese é apresentar uma análise da trajetória histórica da assistência social da Marinha a partir de um referencial teórico-metodológico que aponta para a construção de um discurso argumentativo baseado em um conjunto de evidências. Ou seja, a abordagem adotada não pretende produzir uma cronologia detalhada de todos os atos administrativos relacionados ao objeto de estudo – o que contraria a ideia equivocada de que análise de trajetória histórica e produção de uma linha do tempo são a mesma coisa – nem exaurir tudo que poderia ser dito a respeito do tema e de cada um dos seus momentos históricos. O objetivo da investigação, seguindo o método historiográfico, é dar conta do estado resultante de uma quantidade de mudança que pode ser observada entre estados sociais distintos da assistência social da Marinha.

Nessa direção, sobre a trajetória da estrutura institucional e organizacional da assistência social da Marinha, observou-se 5 (cinco) aspectos que merecem ser destacados. O primeiro deles diz respeito à estrutura administrativa propriamente dita, ou seja, os órgãos e equipamentos físicos destinados ao funcionamento dos serviços ofertados. Passa-se de uma estrutura bastante centralizada na DPA e concentrada na cidade do Rio de Janeiro para uma rede de elementos organizacionais que, até certo ponto, compartilhavam funções de gestão das ações desenvolvidas e que se apresentam mais distribuídos pelo território nacional, embora o Rio de Janeiro permaneça sendo a localidade mais bem servida de serviços vinculados à assistência social.

Quanto a questão da descentralização, nota-se que essa noção na assistência social da Marinha se restringe à tentativa de dar capilaridade aos serviços ofertados, sobretudo por meio da criação de órgãos executores das ações nas organizações militares em que se verifica maior concentração de militares da ativa. Não há nos documentos que regulamentam esse setor elementos que sugerem que o significado de descentralização também englobe a previsão de mecanismos de transferência do poder de decisão para diferentes atores ou de participação dos usuários na formulação e implementação das intervenções propostas.

Assim, em que pese a noção da descentralização aparecer como um princípio norteador a partir da década de 1990, o que ocorre efetivamente é a centralização do poder decisório em um órgão central – seja no SASM ou na DASM – e a pulverização dos pontos de oferta dos serviços por meio da implementação de diversos órgãos executores, criando-se um desenho organizacional com dois níveis de atuação: um destinado ao planejamento e gestão da

assistência social e outro responsável apenas por executar as ações e coletar dados.

O segundo aspecto que vale ser ressaltado se refere aos profissionais envolvidos nas ações desenvolvidas pela assistência social da Marinha. Observa-se que esse setor, inicialmente, era aberto a todo tipo de habilitação profissional. Em seus primeiros passos, mormente na década de 1940, embora já se note o enquadramento da assistência social como um assunto técnico, no sentido de que possuía um valor instrumental para a instituição, não havia naquele contexto uma ideia de que a atuação nesse campo requer um saber técnico-profissional específico.

A escolha de quem iria exercer as atividades ligadas ao funcionamento da assistência social se dava em virtude do perfil pessoal dos agentes e não em função de habilidades e competências mais fortemente desenvolvidas por uma categoria profissional, uma vez que profissionais de qualquer área poderiam ser designados como Encarregados de Assistência Social em suas respectivas organizações militares. Tal fato demonstra que a concepção da assistência social como expressão do amor fraternal e exercício da obrigação moral de ajudar o próximo era algo preponderante.

No entanto, a partir do final da década de 1980, o arcabouço normativo da assistência social da Marinha passou a atribuir ao Serviço Social uma notória centralidade, restringindo a prestação dos serviços aos NAS e às organizações militares que mantinham em seu efetivo assistentes sociais devidamente registrados no conselho de classe. A proximidade do Serviço Social com a assistência social da Marinha e a identificação dos assistentes sociais com esse campo de atuação é algo que se observa desde iniciativas como o SASA e a AMSA, contudo, as alterações normativas que se processaram desse em momento em diante colocaram essa categoria profissional em posição de bastante relevância nesse setor.

Não se está defendendo com essa constatação que os assistentes sociais são efetivamente atores privilegiados na assistência social da Marinha ou que esse campo se movimenta exclusivamente em função de preceitos técnico-profissionais. Nota-se justamente o contrário. Embora seja possível observar o reconhecimento institucional da assistência social como um conjunto de ações que devem ser formuladas e executadas por profissionais especializados, esse setor permanece permeável a ingerências e influências oriundas de fontes que não se fundamentam em conhecimentos técnico-científicos, expondo mais uma vez a resistência de elementos que situam esse setor no mesmo lugar ocupado por intervenções caritativas.

Essa questão da maneira como a assistência social é entendida na instituição configura o terceiro aspecto que deve ser comentado a respeito da trajetória desse setor. Desde a década

de 1940, as ações desenvolvidas nesse campo pela Marinha buscavam dar conta de situações bastante diversas, como dificuldades de subsistência, educação, acesso a serviços de saúde, assessoria jurídica, dentre outras já mencionadas.

Embora com o passar do tempo a assistência social da Marinha tenha restringido seu quadro profissional a apenas três categorias – assistentes sociais, bacharéis em Direito e psicólogos –, o rol de atribuições desse setor seguiu uma direção oposta, ampliando-se gradativamente ao longo do tempo. Em decorrência disso, enquanto setor eminentemente interventivo, a assistência social aparece em primeira instância como algo sem especificidade e sem limites claros em relação aos demais setores com os quais interage.

Observa-se que as concepções de assistência social predominantes nos períodos estudados guardam dois traços comuns: a preocupação imediata com as necessidades básicas de subsistência e a ideia de que a instituição deve contribuir para a manutenção das condições gerais de vida em níveis considerados satisfatórios. Assim, resume-se que a assistência social é todo o conjunto de ações e serviços ofertados com o intuito de auxiliar o pessoal da Marinha nas situações que desafiam sua autonomia financeira, de conduzir as condutas no sentido de evitar comportamentos considerados nocivos e de mitigar os impactos negativos de eventualidades da vida.

Nessa direção, sendo organizada a partir desses objetivos, a assistência social se estabelece na instituição agregando ao seu repertório de responsabilidades todas as questões que podem degradar as condições de vida dos militares e, sobretudo, sua capacidade laborativa. Em função do caráter pedagógico assumido pelo seu modelo interventivo, até mesmo aquelas questões enquadradas nos limites de outros setores – como é o caso da saúde – repercutem na assistência social.

A análise das concepções de assistência social presentes no arcabouço normativo da Marinha indica que esse setor surge e se desenvolve na instituição tendo como missão atender demandas mais estreitamente vinculadas a contingências próprias da vida privada dos militares do que a situações relacionadas à profissão militar. Em que pese haver a sugestão de que as características da profissão militar produzem certos prejuízos pessoais e para a dinâmica familiar, não foi seguindo esse tipo de demanda que a Marinha construiu o complexo conjunto de ações e serviços que compõem a assistência social atualmente.

A partir da ideia de que é preciso oferecer ao pessoal da Marinha um apoio completo, o que significa prever ações e serviços que tanto atuem na mitigação quanto na prevenção de situações potencialmente deletérias das condições de vida e da capacidade laborativa, o

específico da assistência social da instituição se apresenta no seu caráter tutelar. Uma vez que as propostas de intervenção apontam para uma série de condutas a serem evitadas, esse setor não possui apenas um viés protetivo, no sentido de resguardar os militares de questões externas e alheias a suas vontades, mas também uma vertente que sugere que os indivíduos precisam ser educados para realizarem escolhas melhores.

Assim, observa-se um movimento no qual o específico da assistência social é justamente o elemento que produz sua própria aparência de inespecificidade. Ao buscar tratar das mais variadas questões da vida privada dos militares com fundamento na ideia de apoio completo, cria-se um emaranhado de ações e serviços que dão a impressão de que esse setor não possui fronteiras claras em relação a outros setores e nem tem certo o que é propriamente seu escopo de atuação.

O quarto aspecto que mais chama a atenção na trajetória da assistência social da Marinha, mais uma vez, remete a heterogeneidade das ações desenvolvidas. Sendo esse setor destinado à prestação de apoio ao pessoal da Marinha, tanto no que se refere às suas necessidades básicas quanto para a promoção da sua qualidade de vida, a assistência social se desenvolveu a partir de sucessivos movimentos de alargamento de suas atribuições.

Passou-se de ações voltadas majoritariamente para questões da vida prática, como acesso a gêneros alimentícios, vestuário e serviços de saúde à preços módicos, para um cabedal de serviços que atualmente se ocupam inclusive de situações relacionados à saúde mental, como demonstra a previsão de intervenções na área de prevenção ao suicídio.

O caráter incremental da assistência social da Marinha se observa não só na adição de novas tarefas ao setor, mas também no que se refere ao público atendido. Originalmente desenvolvidos com prioridade aos militares da ativa, os serviços prestados passaram a abranger todas as pessoas com algum tipo de vínculo com a instituição, ficando o grupo formado pelos militares e servidores civis, ativos e veteranos, seus dependentes e os pensionistas estabelecido como seu público beneficiário.

Considerando que o objetivo maior da assistência social da Marinha é oferecer os meios necessários para a estabilidade emocional dos militares da ativa, sendo essa a base sobre a qual acredita-se estar sediada a capacidade laboral dos indivíduos, esse setor vai alargando e expandindo seu campo de atuação à medida que novas situações potencialmente ameaçadoras vão sendo percebidas, ou melhor, elaboradas pelos atores em presença, sobretudo aqueles com maior poder institucional.

A referência aos atores institucionais como promotores das demandas a serem

endereçadas pela assistência social da Marinha é intencional. Uma vez que não são encontrados nos documentos que regulamentam esse setor, em nenhum dos períodos analisados, mecanismos de participação direta do público beneficiário na formulação das ações e serviços que lhes são ofertados, as propostas de ação aparecem, de modo geral, como fruto daquilo que os atores que exercem funções de dirigentes estabelecem como meios apropriados para dar conta dos problemas definidos pela instituição como prioritários.

Em que pese serem previstas pesquisas de opinião e de levantamento de demandas e interesses do pessoal da Marinha no que concerne à assistência social, e que os dados obtidos por meio de instrumentos de sondagem são considerados fundamentais para subsidiar o planejamento e gestão das intervenções, não há no arcabouço normativo desse setor indicações sobre como, efetivamente, as percepções e vontades do público beneficiário influenciam o processo de tomada de decisão para a formulação de um novo serviço ou de alteração do que já vem sendo realizado.

Sobre essa questão, há, é bem verdade, a menção sobre a importância de se conhecer a realidade das condições de vida do pessoal da Marinha para que as ações atendam o melhor possível suas reais necessidades. Assim, justifica-se que os esforços de pesquisa ocupem um lugar relevante para tal finalidade. No entanto, esse processo apenas sugere que o procedimento do diagnóstico social, tal como observado na literatura sobre o tema, é uma etapa imprescindível para a formulação e implementação da intervenção, não apontando para formas efetivas de participação da população beneficiária.

Por fim, o quinto e último aspecto que é preciso destacar se refere ao fato de a assistência social da Marinha ter se desenvolvido distante de políticas públicas que se ocupam de questões similares, com destaque para a própria PNAS.

Embora seja possível encontrar na literatura sobre o tema, e mesmo em documentos normativos do setor, afirmações no sentido de que instrumentos como a LOAS e a PNAS constituem referências para o desenho da assistência social da Marinha, o que se observa a partir da análise dos documentos referentes à década de 2020 é a manutenção de uma perspectiva estritamente endógena da assistência social da Marinha.

Por perspectiva endógena entende-se a questão desse setor ser efetivamente tratado como um dentre outros componentes da política de gestão de recursos humanos da Marinha e, por essa razão, isento da obrigação de dialogar com estruturas e políticas públicas externas à instituição.

Nota-se, por exemplo, que não existem protocolos definidos para referência e

contrarreferência de demandas entre a assistência social da Marinha e os equipamentos públicos constituídos para endereçar questões similares, como as situações de extrema vulnerabilidade social vivenciadas por pessoas idosas previstas no Programa de Atendimento ao Idoso da 7ª revisão da DGPM-501.

Além disso, o referido distanciamento é também conceitual. Em que pese serem utilizados na assistência social da Marinha termos relacionados, por exemplo, à descentralização, à participação e à territorialização, tais conceitos não se expressam efetivamente nesse setor da mesma forma que na PNAS ou na LOAS. Observa-se que na assistência social da Marinha essas noções aparecem com sentido reduzido em relação ao que expressam nos instrumentos mencionamos, bem como sem as mediações que seriam fundamentais para sua real influência na elaboração das propostas de ação, como é o caso da questão das características socioterritoriais.

Embora seja reconhecido que as ações e serviços são ofertados pela Marinha em localidades do território nacional que guardam diferenças socioterritoriais significativas, não fica evidente como essas mesmas ações e serviços são impactados e adaptados para dar conta dessas diferenças, restando que a referência a esse aspecto se limita a sinalizar um elemento considerado relevante no campo da assistência social, mas que não é de fato levado em conta pela instituição.

Considerando que a maior parte das intervenções propostas pela assistência social da Marinha não se relacionam exclusivamente com o meio militar, bem como não estão necessariamente relacionadas com as características da profissão militar, a ausência de interação com outras políticas públicas é um traço que aponta para uma decisão institucional de enclausuramento das possibilidades de enfrentamento das demandas do público beneficiário dentro de seus muros.

Nessa direção, não é possível tratar a assistência social da Marinha como uma política pública complementar nem considerar que sua razão de existir seja ocupar um espaço negligenciado por outras políticas públicas. Embora algumas de suas intervenções se remetam diretamente a situações não previstas por outras políticas e que o perfil do pessoal beneficiário da assistência social da Marinha não seja aquele priorizado pela PNAS, o que se nota é a preferência da instituição pela implementação de intervenções próprias e, em casos específicos, o recurso a terceirização da prestação dos serviços, como acontece no Programa de Atendimento Especial – Pessoa com deficiência.

6.5 Continuidades e rupturas

Os estudos sobre a assistência social da Marinha apresentam o estado atual desse setor como o resultado de sucessivos aprimoramentos. As mudanças observadas são descritas como avanços obtidos por meio de rupturas com as formas anteriores de organização das ações e serviços ofertados ao público. Assim, a literatura sobre esse tema constrói uma imagem de ascensão gradual da qualidade da intervenção, de amadurecimento da lógica de funcionamento e de aprofundamento do domínio sobre as demandas institucionais confiadas à assistência social da Marinha.

A perspectiva desta pesquisa não deixa de reconhecer que, efetivamente, o setor em questão experimentou transformações significativas ao longo de sua trajetória histórica. No entanto, a abordagem adotada exige que sejam identificados também os processos de permanência que permitem que elementos estabelecidos se perpetuem na assistência social da Marinha mesmo em contextos de significativas mudanças na sua estrutura institucional e organizacional.

Esta é uma importante lacuna identificada a partir da revisão da literatura sobre o tema. Os trabalhos analisados enfatizam as mudanças que são consideradas melhorias, tratando cada fase da assistência social da Marinha como qualitativamente superior a anterior. No entanto, não são indicados, por exemplo, os aspectos pertencentes aos estágios inferiores que deveriam ter sido igualmente superados, mas que, por alguma razão, sobreviveram ao movimento de transformação sofrido pelo setor.

Nessa direção, o que se pretende nesta parte final da pesquisa é apontar as principais alterações no quadro cognitivo compartilhado pelos atores, bem como as mais significativas permanências, e demonstrar como tais elementos se expressam em termos de rupturas e continuidades na estrutura institucional da assistência social da Marinha.

Inicialmente, vale lembrar que o quadro cognitivo compartilhado pelos atores foi abordado a partir do modelo conceitual apresentado por Jobert e Muller (1987). Assim, a análise teve como procedimento fundamental a comparação dos quatro níveis de percepção do mundo apontados pelos autores – valores, normas, algoritmos e imagens – tal como identificados em cada um dos períodos estudados.

Nesse sentido, o primeiro ponto a ser comentado se refere a passagem, em termos de representações sobre o que pode ser considerado uma vida boa, da certeza de ter asseguradas as condições essenciais para uma existência digna, no sentido de garantia de meios necessários

para a subsistência, para a autopercepção de que a experiência no ambiente de trabalho e os aspectos da vida privada fazem sentido e proporcionam contentamento. Dito de outra forma, sobre os valores mais elevados da assistência social, observa-se a transição de um estado em que se perseguia tão somente ofertar bens e serviços indispensáveis à reprodução biológica para um estado em que o julgamento do público beneficiário sobre si mesmo e sobre sua forma de existir no mundo passa ter centralidade, sendo a noção de qualidade de vida o elemento mais importante nesse estágio atual da assistência social da Marinha.

Seguindo nessa trilha, observa-se, conseqüentemente, a mudança daquilo que se constrói enquanto realidade almejada, bem como princípios de ação básicos. Ou seja, no que diz respeito às normas, nota-se que oferecer os meios necessários para que os militares cumpram seus deveres em relação à imagem social da Marinha e à provisão da subsistência de suas famílias deixa de ser suficiente sendo preciso disponibilizar também recursos capazes de garantir proteção contra contingências que possam afetar negativamente seu bem-estar biopsicossocial de modo que sua percepção sobre esses aspectos seja satisfatória em relação a suas próprias expectativas.

Como relações causais que exprimem uma teoria da ação, que Jobert e Muller (1987) chamam de algoritmos, tem-se que a ideia que se enraíza na instituição é a de que, caso a assistência social cumpra sua função de prover esses recursos protetivos, os militares terão plenas condições de alcançar o máximo proveito em suas atividades laborativas. Esse aspecto diz respeito a uma das crenças mais significativas no âmbito da assistência social da Marinha e que configura um elemento de permanência que atravessa toda a trajetória histórica desse setor.

Em todos os períodos analisados, está presente a ideia de que a assistência social tem o condão de apaziguar as emoções dos militares, seja pela comunicação da mensagem de que seus familiares restarão amparados em sua ausência ou por meio da resolução objetiva de dificuldades da vida material. Assim, nota-se que a crença de que esse setor efetivamente pode converter proteção contra os problemas cotidianos em manutenção e/ou aumento da capacidade laborativa dos militares – até mesmo em termos de combatividade – é um traço que caracteriza o que se pensa sobre a assistência social na instituição.

No entanto, não foram encontrados no arcabouço normativo da assistência social da Marinha mecanismos destinados a aferir se essa ideia pode ser efetivamente confirmada, bem como até que ponto mudanças positivas observadas no engajamento dos militares em suas atividades laborais podem ser atribuídas aos esforços da assistência social. Ou seja, trata-se de uma crença forte o suficiente para dispensar qualquer tipo de confirmação de sua veracidade e

cujas reprodução se dá longe de qualquer questionamento.

No que diz respeito às imagens, ou seja, aos recursos cognitivos que constituem vetores implícitos dos valores, das normas e dos algoritmos, tem-se a mesma continuidade observada em relação aos princípios de ação, a saber: o servidor que tem suas necessidades biopsicossociais atendidas e que está satisfeito com seu ambiente de trabalho está em condições ideais para corresponder às exigências inerentes ao meio militar.

Nota-se que, de modo geral, o quadro cognitivo compartilhado pelos atores é fortemente marcado por duas ideias. A primeira é a de que as adversidades da vida são inegavelmente fatores que degradam a capacidade laborativa dos militares. Tal degradação não se dá necessariamente em virtude da impossibilidade de estar no ambiente de trabalho e assumir tarefas, mas pelo que se conhece como presenteísmo. A segunda ideia é a de que a assistência social é a ferramenta capaz de afastar as causas do baixo engajamento no trabalho e contribuir para uma maior produtividade dos militares em suas atividades, principalmente aquelas cuja atenção plena é um elemento essencial.

Outra questão sobre a trajetória histórica da assistência social da Marinha que merece destaque se refere ao lugar ocupado pelo Serviço Social e, conseqüentemente, pelos assistentes sociais nesse setor. Embora a década de 1980 seja uma referência na literatura no que diz respeito a centralidade assumida por essa categoria profissional tanto no planejamento quanto na execução das ações e serviços ofertados ao público, fato é que desde a década de 1940 o Serviço Social já estava presente na assistência social da Marinha.

Vale lembrar que na década de 1940 a assistência social passa a ser reconhecida na instituição como um assunto técnico. Quer dizer, as ações antes desenvolvidas a partir de iniciativas não pertencentes à estrutura administrativa da Marinha, cujo intuito maior era fazer o bem ao próximo, passam a ser entendidas como ferramentas adequadas para atender um determinado tipo de demanda institucional não contemplado por outros setores.

Assim, por corresponder a um meio para a consecução dos objetivos institucionais, sendo a assistência social assimilada a partir de um viés marcadamente instrumental, faz sentido então o emprego de profissionais especializados no manejo dessa tecnologia. Nesse contexto, aparece, por exemplo, o caso do convite feito pelo Capitão de Corveta Médico José da Cunha Soares Londres, Diretor da AMSA, a assistente social Hermínia Fernandes Lima para organizar e dirigir o Serviço Social daquele órgão.

Entendido como espaço prioritário de atuação dos assistentes sociais da instituição, tem-se na literatura sobre o tema que os contornos assumidos por esse setor a partir da década de

1980 foi significativamente influenciado pelos conteúdos aportados por essa categoria profissional. Contudo, a análise realizada a partir dos documentos que regulamentam a assistência social da Marinha indica que a estrutura institucional e organizacional desse setor não reflete exatamente aquilo que é priorizado pelo Serviço Social.

A importância de se destacar esse elemento reside no fato de que o Serviço Social passou por profundas transformações nesse período, sendo o chamado Movimento de Reconceituação o grande marco desse processo. Caracterizado pela crítica à prática profissional de cunho psicologizante e culpabilizadora do indivíduo por sua situação de vida, às bases conservadoras e assistencialistas da profissão e à forte influência dos preceitos da Igreja Católica no direcionamento político-filosófico da categoria, a experiência do Movimento de Reconceituação é apontada na literatura como um dos fatores de inflexão da assistência social da Marinha.

No entanto, em que pese o Serviço Social ter efetivamente avançado na instituição, como prova a restrição feita no sentido de que a assistência social fosse executada apenas em organizações militares que contassem com assistentes sociais em seus quadros, não é possível dizer a partir da análise do arcabouço normativo desse setor que esse reposicionamento tenha produzido rupturas em relação ao conteúdo das ações desenvolvidas até então. Veja-se que em todo repertório de normas e dispositivos regulamentares da assistência social da Marinha que foram analisados não existem, por exemplo, elementos que apontem para uma crítica radical à ordem social vigente ou para as lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria, questões fundamentais do que constitui o projeto ético-político do Serviço Social.

Trata-se, portanto, de uma lacuna no estudo sobre a trajetória histórica da assistência social da Marinha a ausência de problematização a respeito das dificuldades de se implementar mudanças que impliquem em questionar elementos que sejam apreciados pela instituição ou por atores que possuem a capacidade de influenciar a forma como a Marinha endereça determinadas questões.

O caso representado pelas queixas apresentadas pela assistente social Hermínia Fernandes Lima no final da década de 1940, mais uma vez, ilustra bem o que está sendo defendido. Naquela ocasião, a referida profissional publicizou uma nítida disputa interna pela condução das ações desenvolvidas pelo Serviço Social e, mais amplamente, no âmbito da assistência social da Marinha. O conflito residia justamente na defesa feita pela profissional do caráter técnico do Serviço Social e na sua percepção de que outros atores ainda buscavam organizar as ações e serviços vinculados à assistência social a partir de ideias contestadas pela

profissão.

Neste ponto, é preciso esclarecer que indicar a ausência de rupturas significativas no que se refere ao conteúdo das ações desenvolvidas no âmbito da assistência social da Marinha, no sentido das explicações sobre a origem dos problemas enfrentados pelos usuários e das limitações das intervenções propostas, não significa afirmar a inexistência de forças de mudanças nem que alterações institucionais não tenham ocorrido em virtude da atuação de profissionais de Serviço Social a partir de matrizes teórico-metodológicas amplamente aceitas pela categoria. O que se quer salientar é o fato de que os fenômenos que se processam, seja na dinâmica das políticas sociais do País, seja no interior do Serviço Social, não se reproduzem automaticamente na assistência social da Marinha podendo, inclusive, não ser sequer minimamente absorvidos ou problematizados pela instituição.

O terceiro processo que chama a atenção a respeito da trajetória da assistência social da Marinha ao longo do tempo diz respeito à relação desse setor com outras instituições que atuam no mesmo campo. Anteriormente, tratou-se do seu distanciamento em relação a dispositivos como a PNAS e a LOAS. Agora, o que se quer discutir é sua aproximação com a AMN.

A AMN, desde sua fundação em 1919, permanece fora do regramento militar, sendo constituída como uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. No entanto, a gestão dessa instituição sempre esteve sob o comando de Oficiais da Marinha. Apenas esse aspecto já seria suficiente para indagar sobre a efetiva independência da AMN em relação à Marinha, pelo menos em termos programáticos, uma vez que sua natureza jurídica é um dado objetivo. Contudo, o fato de ter se tornado uma regra que os cargos de Diretor-Geral da AMN e de Diretor de Assistência Social da Marinha sejam ocupados pela mesma pessoa elimina qualquer possibilidade de tal independência existir.

Essa relação orgânica, quase unitária, entre a Marinha e a AMN reafirma o caráter endógeno das intervenções no âmbito da assistência social da Marinha, uma vez que mesmo aquelas ações desenvolvidas por uma instituição constituída como uma pessoa jurídica de natureza civil são elas também dirigidas, em última instância e na prática, a partir do mesmo lugar que as ações e serviços efetivamente ofertados pela instituição militar.

Considerando isso, dois objetivos estratégicos da assistência social da Marinha estabelecidos na década de 2020 despertam interesse no que se refere à análise das continuidades e rupturas observadas nesse setor. São eles: promover a integração entre as ações desenvolvidas pela AMN e as ações empreendidas no âmbito da Assistência Social da MB; e contribuir para a ampliação da participação da Família Naval no voluntariado por meio do

Departamento Voluntárias Cisne Branco (VCB).

No que se refere ao primeiro objetivo estratégico mencionado, nota-se a intenção de tornar as ações da AMN e da Marinha no campo da assistência social cada vez mais coesas. Não sendo o objeto desta pesquisa analisar a estrutura da AMN nem pormenorizar como se dá a relação dessa instituição com a Marinha nos dias atuais, o que importa é salientar a opção da instituição militar, já sinalizada anteriormente, em ater-se à vínculos com os quais possui mais pontos de aderência e nos quais é possível adotar sua principal fórmula de resolução de conflitos, qual seja: a disciplina e a hierarquia militar.

Estando a AMN sob o comando do Diretor de Assistência Social da Marinha, a capacidade de alinhamento de interesses entre as duas instituições é quase irrestrita, tendo apenas como empecilhos objetivos os constrangimentos legais com os quais os órgãos públicos da administração direta se veem obrigados a observar. Nessa direção, observa-se com clareza a manutenção da tendência em buscar prioritariamente meios internos, ou seja, formulados e geridos dentro dos limites do máximo controle possível de ser exercido pela Marinha no que respeita à assistência social.

Em relação ao chamamento ao voluntariado por meio do VCB, é preciso esclarecer que esse departamento, pertencente à estrutura da AMN, é o equivalente ao que se viu, por exemplo, nos idos da década de 1940 com a constituição do chamado Departamento Feminino de Assistência à Família do Marinheiro como parte integrante da CMN.

De acordo com a apresentação no sítio de internet institucional da Diretoria Nacional do VCB, este trata-se de uma iniciativa de esposas de militares da Marinha cuja finalidade é a realização de ações sociais e gestão de mão-de-obra voluntária para as iniciativas dos projetos sociais da AMN e da Marinha (ASSOCIAÇÃO ABRIGO DO MARINHEIRO, s.d.). Dirigido pela esposa do Comandante da Marinha, o departamento em questão possui, ao todo, 10 (dez) Seccionais e 26 (vinte e seis) Núcleos, nos quais estão envolvidas esposas de Oficiais gerais da Marinha, bem como de outros Oficiais ocupantes de cargos relevantes na estrutura hierárquica da instituição.

Assim, perpetua-se no âmbito da assistência social da Marinha, ainda que por força dos vínculos e prioridades que estabelece, a associação daquilo que se realiza nesse campo interventivo com a imagem social da mulher, com o trabalho em caráter de voluntariado e com o imperativo moral do amor ao próximo. Dito de outra forma, a assistência social permanece fortemente atrelada à ideia de ajuda, de favor e de benefícios ofertados a partir de motivações pessoas de indivíduos caridosos.

Além disso, observa-se a manutenção de certas representações e relações sociais presentes em contextos em que o primeiro-damismo adentrava na gestão da assistência social. A ideia de que a esposa da maior autoridade do País se ocupe das carências da população parece ser replicada na ideia de que as esposas dos Oficiais gerais da Marinha, de alguma forma, não fiquem alheias às contingências sociais que os militares porventura possam enfrentar. Nesse sentido, tem-se a vitalização da ideia de cuidado feminino, da solidariedade fraternal, do desprendimento de si em favor do outro menos afortunado e de que as maiores recompensas que podem ser esperadas após o trabalho nesse campo são a gratidão do beneficiário e a satisfação proporcionada pela sensação de dever cumprido.

7 CONCLUSÕES

A pesquisa realizada teve como objetivo analisar a trajetória histórica da institucionalização da assistência social da Marinha. A partir de um referencial teórico-metodológico fundamentado na abordagem cognitiva de análise de políticas públicas e no método historiográfico, o fenômeno caracterizado pelo surgimento da assistência social como um setor de prestação de serviços assistenciais no âmbito da Marinha foi tratado como o estado resultante de mudanças no quadro de ideias e representações sociais compartilhados pelos atores com capacidade de ingerência sobre os processos decisórios da instituição.

Considerando que o termo institucionalização abrange processos para além da conformação de novos arranjos estruturais nas organizações, englobando a difusão e perpetuação desses arranjos ao longo do tempo, a análise incluiu o estudo do comportamento temporal do fenômeno em questão.

A investigação teve como ponto de partida a revisão da literatura produzida no Brasil sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras. Nessa etapa da pesquisa, foram identificadas as principais pistas a respeito dos atores envolvidos no processo em análise, bem como sobre as justificativas que o balizaram e os momentos em que ocorreram mudanças mais acentuadas na estrutura institucional e organizacional da assistência social da Marinha. Assim, o percurso metodológico e a pesquisa de modo geral foram construídos em constante interlocução com o que já se sabia sobre o objeto de estudo.

O diálogo com a literatura existente sobre o tema permitiu a observação de lacunas referentes ao modo como o processo de institucionalização da assistência social da Marinha vem sendo abordado em estudos nacionais e, conseqüentemente, no que diz respeito ao que tem sido divulgado como características desse fenômeno. Dessa forma, o texto produzido, em consonância com o que caracteriza o espírito científico, buscou apresentar uma perspectiva analítica alternativa sobre eventos já interpretados por outros autores. Nesse sentido, o trabalho assumiu uma postura crítica ao conhecimento estabelecido sem, contudo, deixar de reconhecer as contribuições e os méritos dos trabalhos analisados ou estabelecer qualquer tipo de julgamento de valor sobre as pessoas envolvidas.

A partir da análise dos trabalhos incluídos na revisão de literatura, foi possível concluir que a produção científica sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras tem privilegiado o estudo sobre a prática profissional dos assistentes sociais e/ou as estratégias de intervenção propostas pelo Serviço Social para o atendimento das demandas institucionais.

Tendo em vista que os trabalhos analisados são resultados quase exclusivo de pesquisas realizadas por assistentes sociais que atuam profissionalmente nas Forças Armadas, tal perfil temático não é incomum.

No que se refere às justificativas para a realização dos estudos, ressaltou-se três aspectos: a necessidade de maior clareza e articulação entre a justificativa, a relevância e o interesse pelo estudo; a forte presença do argumento que indica a assistência social das Forças Armadas como um campo de estudo negligenciado; e a recorrência de explicações que tem por base a ideia de “conhecer mais para melhor intervir”.

Em relação aos percursos metodológicos construídos para o enfrentamento das questões endereçadas nos estudos analisados, destacou-se a fragilidade de articulação entre teoria, método e técnicas de pesquisa. Além disso, não foram encontrados detalhes sobre as etapas seguidas no processo de levantamento dos dados. Considerando que alguns trabalhos apresentam informações sobre datas e eventos específicos da trajetória da assistência social no contexto das instituições militares, a indicação dos vestígios históricos de suporte seria recomendado, sobretudo por permitir a avaliação pelos pares.

Sobre os referenciais teórico-metodológicos dos estudos analisados, observou-se que aqueles que apresentaram de forma explícita uma filiação a uma teoria social foram os que se inspiraram fundamentalmente em autores marxistas. Contudo, a despeito da defesa feita em muitos desses trabalhos a respeito das potencialidades da abordagem adotada, o que se notou foi a negligência em relação a necessária articulação entre os conceitos que dão conta de dinâmicas de nível macro da sociedade e as particularidades do contexto institucional pesquisado.

Observou-se, além disso, a falta de investimento dos autores na realização de levantamentos e pesquisas documentais próprias no que diz respeito ao tratamento do percurso histórico das ações assistenciais no âmbito das instituições militares, favorecendo a repetição de informações e a cristalização de discursos unívocos sobre os fatos históricos.

Tratando das concepções de assistência social, notou-se a ausência de discussão a respeito do que se pretendia representar com o emprego desse termo, o que, em muitos casos, causava a impressão de que seu uso era indiscriminado. A referência à noção de proteção social e o agrupamento de ações em atendimento a demandas de áreas bastante distintas sob a nomenclatura de assistência social são elementos que permitem afirmar que o caráter assistencial de uma medida institucional é o principal atributo para o seu enquadramento nesse campo.

Passando a abordar o período que se estende do final da década de 1910 até a década de 1940, observou-se que a inclusão da assistência social como parte das obrigações institucionais da Marinha em relação ao seu pessoal ocorreu a partir de mudanças na forma dominante de se pensar sobre as causas das contingências sociais enfrentadas pelos militares; sobre o papel da instituição em face das situações que poderiam afetar a sua imagem social; e sobre os potenciais resultados das ações assistenciais em termos de manutenção e/ou aumento da capacidade laborativa.

A análise das instituições assistenciais criadas por militares da Marinha em caráter de voluntariado indicou um quadro cognitivo no qual destacam-se, em especial, a crença no trabalho assalariado como principal fonte de segurança social; a concepção da assistência social como uma obrigação moral; e a ideia de que a instrução moral e cívica é o alicerce de uma vida saudável e produtiva.

O conjunto de ações desenvolvidas pela Marinha a partir da década de 1940, por sua vez, expressaram um novo sentido e um novo lugar atribuído à assistência social na instituição. A partir desse momento, a assistência social passa a ser entendida como uma tecnologia social cujo propósito seria garantir para a Marinha a plena dedicação dos militares no exercício de suas funções.

Assim, as mudanças nas concepções dominantes a respeito dos problemas a serem endereçados pela assistência social, da função institucional a ser desempenhada pelas ações desenvolvidas, das estratégias de intervenção que deveriam ser privilegiadas e dos resultados esperados conformam as bases para construção de uma inédita estrutura organizacional e institucional na Marinha.

Verificou-se, contudo, que o processo de surgimento da assistência social como um setor de prestação de serviços assistenciais na Marinha não se deu por meio de graves rupturas em relação a iniciativas anteriores. Nessa direção, notou-se que esse movimento de permanência, em grande medida, pode ser explicado pela participação dos mesmos atores em diferentes iniciativas. Contudo, ressalta-se que as permanências observadas não se devem exclusivamente a esse fato.

Outro aspecto relevante que foi observado refere-se a forte participação de mulheres, sobretudo das esposas dos Oficiais superiores e Oficiais gerais, nas ações implementadas como um elemento presente em todas as iniciativas assistenciais analisadas. O voluntariado feminino e a ingerência das esposas de atores ocupantes de cargos com maior poder

institucional são traços que se mantiveram mesmo quando a coordenação das ações da Marinha no campo da assistência social passou a estar concentrada em um único órgão militar.

No entanto, em que pese a institucionalização da assistência social da Marinha não representar uma ruptura completa com práticas anteriores, esse processo também não pode ser entendido como uma evolução natural de iniciativas precedentes como a AMN. O surgimento na Marinha de uma estrutura organizacional e institucional dedicada à prestação de serviços assistenciais se deu como um processo de permanências e rupturas que imprimiram contornos peculiares a esse campo.

A trajetória histórica da assistência social da Marinha é marcada por momentos em que se busca de fato operar mudanças significativas não só no que se refere às ações propostas como também na própria forma de organização do seu funcionamento. No entanto, observou-se a permanência ao longo do tempo de certos elementos no quadro cognitivo a partir do qual esse campo se desenvolve, sobretudo em relação às justificativas e aos resultados esperados das intervenções implementadas.

O estudo do arcabouço normativo da assistência social da Marinha na década de 1980 revelou um processo cujo resultado se expressou na identificação daquilo que vinha sendo designado como assistência social com o exercício e, de maneira mais geral, com a profissão de Serviço Social.

Em virtude dessa centralidade do Serviço Social na assistência social da Marinha, observou-se a exclusão de outros profissionais até então envolvidos com o atendimento direto ao público beneficiário, sendo essa atribuição conferida exclusivamente aos assistentes sociais. Além disso, a execução das atividades da assistência social passou a ficar restrita aos NAS e às organizações militares que mantinham em seus quadros assistentes sociais devidamente registrados no conselho de classe.

Entendida como uma profissão interventiva cuja finalidade seria produzir mudanças na forma dos indivíduos interpretarem as situações que vivenciam, o Serviço Social assumiu a centralidade nas ações assistenciais desenvolvidas. Tendo como ênfase esse caráter pedagógico, o resultado esperado seria alcançado por meio de um processo educativo no qual o público atendido deveria adquirir habilidades para fazer uso proveitoso dos recursos postos a sua disposição e elaborar, por si mesmo, soluções para as contingências sociais.

Concebida como o conjunto de recursos materiais colocados a serviço dos indivíduos para atendimento de suas necessidades básicas e elevação das suas condições de vida, a assistência social desenvolveu-se como um setor de prestação de serviços assistenciais cuja

característica principal é o fato de estar relacionada a todos os aspectos da vida privada dos indivíduos, bem como às suas possíveis reverberações nas relações e no desempenho profissionais.

Na década de 1990, a assistência social da Marinha experimentou uma ampla reformulação. A partir de uma visão holística do ser humano, que negava a possibilidade de enfrentamento integral das necessidades do indivíduo por apenas um tipo de especialista, a chamada assistência integrada adotou em seu modelo interventivo o emprego de equipes multidisciplinares.

Essa forma de conceber os problemas e, conseqüentemente, de intervir sobre eles favoreceu a ampliação das fronteiras da assistência social da Marinha para além do horizonte das questões atinentes às dificuldades financeiras e aos hábitos considerados prejudiciais. A presença das assistências religiosa, psicológica e psiquiátrica no bojo da assistência social, não apenas como possibilidades coadjuvantes, mas na condição de partes integrantes e fundamentais, contribui para a enraizamento da ideia de que todo tipo de situação, seja de qual natureza for, que tenha a potencialidade de interferir no comportamento esperado do pessoal em serviço ativo passa a ser objeto da intervenção institucional.

Observou-se então que, à medida que a concepção de assistência social foi se tornando mais abrangente e as atribuições impostas a esse setor foram sendo ampliadas, os serviços e ações a ele vinculados passaram a ser cada vez mais diferenciados entre si. Tal diferenciação dificulta o reconhecimento de características compartilhadas por essas diversas atividades que vão gradualmente sendo incorporadas à assistência social e, em última instância, criam a imagem de tratar-se de um setor de prestação de serviços assistenciais capaz de absorver qualquer demanda atinente ao ser humano.

Já na década de 2020, notou-se que a concepção de assistência social passou a estar intimamente relacionada à noção de qualidade de vida. Tendo como referência a definição de qualidade de vida proposta pela OMS, a instituição passou a reconhecer as percepções dos indivíduos sobre suas condições de vida como uma questão relevante para a assistência social. No entanto, não há no arcabouço normativo desse setor indicações sobre como, efetivamente, as percepções e vontades do público beneficiário influenciam o processo de tomada de decisão para a formulação de um novo serviço ou de alteração do que já vem sendo realizado.

Em que pese o fato de terem ocorrido diversas alterações em sua estrutura organizacional e institucional, bem como mudanças na forma de explicar a necessidade das ações propostas, prevalece na assistência social da Marinha a crença de que a intervenção

socioeducativa, no sentido de direcionar as condutas dos servidores, e a garantia de acesso a bens e serviços produz um estado de normalidade que se reverte em condições ideais para o desempenho das atividades profissionais.

No entanto, não foram encontrados no arcabouço normativo da assistência social da Marinha mecanismos destinados a aferir se essa ideia pode ser efetivamente confirmada, bem como até que ponto mudanças positivas observadas no engajamento dos militares em suas atividades laborais podem ser atribuídas aos esforços da assistência social. Assim, conclui-se que se trata de uma crença que não depende de comprovação para se perpetuar, sendo a fonte de sua força o fato de ser aceita e compartilhada pelos atores presentes nesse campo, sobretudo pelos atores com maior poder institucional.

Verificou-se ainda, o caráter endógeno das intervenções no âmbito da assistência social da Marinha, uma vez que mesmo aquelas ações desenvolvidas pela AMN, constituída como uma pessoa jurídica de natureza civil, também são dirigidas, em última instância e na prática, a partir do mesmo lugar que as ações e serviços efetivamente ofertados pela instituição militar.

Por fim, observou-se no âmbito da assistência social da Marinha, ainda que por força dos vínculos e prioridades que estabelece, a associação daquilo que se realiza nesse campo interventivo com a imagem social da mulher, com o trabalho em caráter de voluntariado e com o imperativo moral do amor ao próximo. Dito de outra forma, a assistência social permanece fortemente atrelada à ideia de ajuda, de favor e de benefícios ofertados a partir de motivações pessoas de indivíduos caridosos.

Em face do exposto, acredita-se que o estudo realizado contribuiu com novas elucidações a respeito das bases cognitivas do processo de institucionalização da assistência social da Marinha. A partir de uma análise historicamente posicionada, chegou-se a conclusões sobre como as mudanças no quadro de ideais, crenças e representações sociais dos atores se materializam, ou não, em alterações nos contornos desse setor de prestação de serviços assistenciais, conformando assim a silhueta de sua trajetória histórica.

Além disso, a pesquisa apresentou caminhos possíveis de investigação sobre os processos históricos de surgimento e trajetória das ações assistenciais das instituições militares, aportando uma contribuição ao campo da assistência social das Forças Armadas brasileiras de modo geral. No que se refere ao campo da análise de políticas públicas, as contribuições do estudo se deram não só em termos teórico-metodológicos, mas também pela apresentação da viabilidade de serem realizados estudos comparativos entre os meios civil e militar em relação ao desenho institucional de políticas públicas com finalidades similares.

A investigação não teve a pretensão de encontrar a origem mais remota das ações assistenciais destinadas ao pessoal da Marinha. Buscou-se oferecer uma explicação para o processo de institucionalização da assistência social da Marinha com base em um conjunto de evidências suscetíveis de serem verificadas.

O estudo também não teve como objetivo reconstruir integralmente o passado nem contar a história completa de tudo que aconteceu no movimento que resultou no surgimento e perpetuação da assistência social como setor de prestação de serviços assistenciais na Marinha, o que sequer seria um objetivo realizável.

Nesse sentido, a presente tese possui limites impostos pela própria natureza do objeto de estudo, bem como pelas efetivas possibilidades de observação do fenômeno de interesse. Reconhecer tais limitações é afirmar que o estudo realizado representa um caminho possível e não uma via única, sendo parte de um esforço coletivo para ampliação do conhecimento no campo de pesquisa no qual está inserido.

Assim, acredita-se que os resultados apresentados apontam não apenas para uma nova perspectiva sobre o objeto analisado, mas também para a necessária realização de novos estudos que, com base em um percurso metodológico rigoroso e adequado ao objeto de pesquisa, podem ajudar na compreensão de como as instituições militares incorporam em seu arcabouço normativo e em sua estrutura institucional práticas reunidas sob o nome de assistência social.

Por fim, vale registrar que o percurso da investigação foi permeado de descobertas que constituíram oportunidades para a formulação de novas trilhas em um fluxo contínuo de expansão do que se tinha como conhecimento sobre o problema original da pesquisa. Sendo assim, o término do estudo é, em última instância, uma imposição arbitrária do pesquisador e não comporta a ideia de ter-se alcançado um saber total. A multiplicidade de questões que surgem ao longo de análises dessa monta advogava em favor do estabelecimento de objetivos alcançáveis sem os quais a pesquisa se estenderia a cada novo passo dado. Dessa forma, não sendo possível responder a tudo, os resultados e conclusões apresentadas neste estudo buscaram atender ao que foi previamente definido como alvo.

REFERÊNCIAS

Legislação:

BRASIL. Decreto nº 16.461, de 7 de Maio de 1924. Approva e manda executar o regulamento para a Directoria do Pessoal do Ministerio da Marinha. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 07 mai. 1924. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16461-7-maio-1924-513674-republicacao-89699-pe.html>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

_____. Ministério da Marinha. Aviso nº 2.814, de 26 de novembro de 1935. Propaganda subversiva. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 26 nov. 1935a.

_____. Ministério da Marinha. Aviso nº 2.925, de 14 de dezembro de 1935. Atividades subversivas. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 14 dez. 1935b.

_____. Ministério da Marinha. Aviso nº 8, de 3 de janeiro de 1936. Exclusão de praças do serviço da Armada. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 3 jan. 1936a.

_____. Ministério da Marinha. Aviso nº 177, de 30 de janeiro de 1936. Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 30 jan. 1936b.

_____. Ministério da Marinha. Aviso nº 21, de 8 de janeiro de 1938. Designação de officiaes. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 8 jan. 1938a.

_____. Ministério da Marinha. Aviso nº 212, de 17 de fevereiro de 1938. Approvação de regulamento. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 17 fev. 1938b.

_____. Decreto nº 4.987, de 8 de Dezembro de 1939. Aprova e manda executar o novo Regulamento Disciplinar para a Armada. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 11 dez. 1939. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4987-8-dezembro-1939-362498-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 out. 2024.

_____. Ministério da Marinha. Ofício JGR/TFJ/SNº. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 27 mar. 1946a.

_____. Decreto nº 20.974, de 12 abril de 1946. Aprova e manda executar novo Regulamento para a Diretoria do Pessoal da Armada. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 12 abr. 1946b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20974-12-abril-1946-332826-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

_____. Ministério da Marinha. Aviso nº 954, de 4 de maio de 1946. Organização dos serviços de assistência médica, jurídica e de abastecimento do P.S.A. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 4 mai. 1946c.

_____. Ministério da Marinha. Aviso nº 1.454, de 15 de julho de 1946. Aprova Regimento Interno. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 15 jul. 1946d.

_____. Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946. Aprova o Estatuto dos Militares. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 02 set. 1946e. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9698-2-setembro-1946-417522-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

_____. Decreto-Lei nº 9.736, de 4 de setembro de 1946. Fixa o número de Generais de

Exército, Almirante de Esquadra e Tenente Brigadeiro e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 04 set. 1946f. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9736.htm>. Acesso em: 05 mai. 2023.

_____. Ministério da Marinha. Aviso nº 1.889, de 1º de outubro de 1946. Organização Naval. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 1 out. 1946g.

_____. Ministério da Marinha. Aviso nº 1.017, de 8 de maio de 1947. Instruções provisórias para sua organização e funcionamento. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 8 mai. 1947a.

_____. Ministério da Marinha. Aviso nº 1.740, de 23 de agosto de 1947. Alteração no Quadro efetivo dos Capelães Militares da Armada. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 23 ago. 1947b.

_____. Ministério da Marinha. Diretoria Geral do Pessoal da Armada. Ofício nº 855-62, de 2 de setembro de 1947. Assistência Social. Rio de Janeiro, RJ: Diretoria Geral do Pessoal da Armada, 2 set. 1947c.

_____. Ministério da Marinha. Aviso nº 716, de 5 de março de 1948. Cessão de terreno. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 5 mar. 1948.

_____. Decreto nº 38.010, de 5 de outubro de 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 8 out. 1955. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38010-5-outubro-1955-335377-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 out. 2024.

_____. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. PESSOMARINST nº 027903: Movimentação de Militares por Motivo Social. Rio de Janeiro: DGPM, 1979.

_____. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-01: Prestação de Assistência Social na Marinha. Rio de Janeiro: SASM, 1980a.

_____. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-03: Assistência Financeira. Rio de Janeiro: SASM, 1980b.

_____. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-05: Assistência ao Excepcional. Rio de Janeiro: SASM, 1980c.

_____. Decreto nº 88.545, de 26 de julho de 1983. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 27 jul. 1983. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1983/d88545.html>. Acesso em: 12 out. 2024.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02 fev. 2021.

_____. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-01A: Prestação de Serviço Social na Marinha. Rio de Janeiro: SASM, 1988b.

_____. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-12: Instruções para Atuação do Serviço Social. Rio de Janeiro: SASM, 1988c.

_____. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-01B: Prestação de Serviço Social na Marinha. Rio de Janeiro: SASM, 1989.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência

Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm>. Acesso em: 05 mai. 2023.

_____. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. PESSOMARINST nº 40-03: Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da MB (SAIPM). Rio de Janeiro: DGPM, 1994a.

_____. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-02: Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da MB (SAIPM). Rio de Janeiro: SASM, 1994b.

_____. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. DGPM-501: Normas sobre a Assistência Integrada na Marinha do Brasil. 1ª. ed. Rio de Janeiro: DGPM, 1996.

_____. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. DGPM-501: Normas sobre a Assistência Social na Marinha do Brasil. 7ª. rev. Rio de Janeiro: DGPM, 2020.

Internet:

ASSOCIAÇÃO ABRIGO DO MARINHEIRO. Minidocumentario sobre o centenário do Abrigo do Marinheiro. YouTube, 15 out. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Pz5sTPknJE8&t=222s>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

ASSOCIAÇÃO ABRIGO DO MARINHEIRO. Diretoria Nacional Voluntárias Cisne Branco. [s.d]. Disponível em: <<https://www.abrigo.org.br/vcb/institucional>>. Acesso em: 13 jan. 2025.

Periódicos da imprensa:

MOSTEIRO DE S. BENTO: OS BENEDICTINOS E A GUERRA. A Época, Rio de Janeiro, 27 abr. 1917, p. 1.

Os frades alemães e os interesses nacionaes: as deslavadas mentiras do falso abbade Pedro Eggerath. A Época, Rio de Janeiro, 7 jul. 1919, p. 1.

PELOS NOSSOS MARINHEIROS: Todos os portos do Brasil terão, em 1922, um “Abrigo do Marinheiro”. A Noite, Rio de Janeiro, 29 out. 1919, p. 2.

Uma bella obra de altruísmo: Será creado o “Abrigo do Marinehrio” – O que nos diz um official da Marinha. A Razão, 30 out. 1919, p. 4.

No Ministerio da Marinha: “O ABRIGO DO MARINHEIRO”. O Jornal, Rio de Janeiro, 31 out. 1919, p. 7.

Abrigo do Marinheiro. O Paiz, Rio de Janeiro, 23 dez. 1919, p. 7.

O “SAILOR’S HOME” DO MARINHEIRO BRAZILEIRO: A inauguração, hoje, no mosteiro de São Bento e lançamento da pedra fundamental do edificio definitivo do “Abrigo do Marinheiro”. O Imparcial, Rio de Janeiro, 28 dez. 1919, p. 3.

UMA INICIATIVA DE GRANDE ALCANCE MORALE PATRIOTICO: O ABRIGO DO MARINHEIRO FOI INAUGURADO HONTEM. O Imparcial, Rio de Janeiro, 29 dez. 1919, p. 1.

O “Abrigo do marinheiro”. O Paiz, Rio de Janeiro, 29 dez. 1919, p. 8.

Presidencia da Republica no Cattete. O Jornal, Rio de Janeiro, 8 jun. 1920, p. 8.

A SEMANA DA MARINHA E SUA OPPORTUNA SIGNIFICAÇÃO. O Paiz, Rio de Janeiro, 27 nov. 1926, p. 3.

A CASA MARCILIO DIAS. O DIA DO MARINHEIRO. A SEMANA DA MARINHA. O Paiz, Rio de Janeiro, 28 nov. 1926, p. 2.

A SEMANA DA MARINHA. O Paiz, Rio de Janeiro, 3 dez. 1926, p. 2.

A SEMANA DA MARINHA. O Paiz, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, p. 2.

A SEMANA DA MARINHA. O Paiz, Rio de Janeiro, 6 e 7 dez. 1926, p. 2.

CASA MARCILIO DIAS. O Paiz, Rio de Janeiro, 18 e 19 jul. 1927, p. 5.

A Casa Marcilio Dias. O Paiz, Rio de Janeiro, 4 ago. 1927, p. 5.

CASA MARCILIO DIAS. O Paiz, Rio de Janeiro, 12 e 13 mar. 1928, p. 4.

Fundação da “Casa Marcilio Dias”. Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 23 mar. 1928, p. 1.

ESCOLA DE CIVISMO. O Paiz, Rio de Janeiro, 24 mar. 1928, p. 3.

O lançamento da pedra fundamental da “Casa Marcilio Dias”. Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 15 jul. 1928, p. 2.

As grandes iniciativas particulares. Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 13 dez. 1928, p. 1.

CASA MARCILIO DIAS. O Paiz, Rio de Janeiro, 14 dez. 1928, p. 5.

Casa Marcilio Dias. O Paiz, Rio de Janeiro, 8 fev. 1929, p. 4.

CASA MARCILIO DIAS. O Paiz, Rio de Janeiro, 13 jun. 1929, p. 7.

CASA MARCILIO DIAS. O Paiz, Rio de Janeiro, 23 jun. 1929, p. 9.

A construção da Casa Marcilio Dias. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27 jun. 1929, p. 3.

Um appelo da directoria da Associação Mantenedora da Casa Marcilio Dias. O Paiz, Rio de Janeiro, 11 out. 1929, p. 8.

Amparando os filhos dos inferiores e praças da Armada. A Noite, Rio de Janeiro, 2 jan. 1930, p. 12.

UMA OBRA NOTAVEL DE PREVIDENCIA SOCIAL NA ARMADA. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 18 jun. 1930, p. 9.

A CASA MARCILIO DIAS. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 dez. 1930, p. 10.

“Casa Marcilio Dias”. A Batalha, Rio de Janeiro, 6 mai. 1932, p. 3.

FOI ENTREGUE A’ MARINHA A “CASA MARCILIO DIAS”. A Batalha, Rio de Janeiro, 7 mai. 1932, p. 1.

A “Casa Marcilio Dias” e as suas novas adaptações. A Noite, Rio de Janeiro, 27 set. 1932, p. 1.

INSTALLOU-SE A CASA DO MARINHEIRO. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 20 fev. 1938, p. 3.

Foi installada a Casa do Marinheiro. O Jornal, Rio de Janeiro, 20 fev. 1938, p. 7.

INSTALLADA a “Casa do Marinheiro”. Diario Carioca, Rio de Janeiro, 20 fev. 1938, p. 2.

Distribuição de presentes de Natal aos filhos dos Marinheiros. *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1945, p. 3.

FESTAS DE NATAL. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 dez. 1945, p. 8.

O NATAL DO FILHO DO MARINHEIRO. *A Noite*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1945, p. 2.

CASA DO MARINHEIRO. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1946, p. 1.

SERÁ INAUGURADO NO DIA 4 O SERVIÇO DE SUBSISTÊNCIA DA MARINHA. *A Noite*, Rio de Janeiro, 30 out. 1946, p. 10.

Reabertura do Posto de Assistência à Família do Marinheiro. *A Noite*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1947, p. 6.

Dispõe o marinheiro de uma ampla e proveitosa organização de assistência social. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1947, p. 3 e 5.

Para uma grande Marinha, um grande programa social. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1947, p. 5 e 7.

Assistência moral e material ao marinheiro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1947, p. 7.

Casas para os operários dos Arsenais de Marinha do Rio. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1947, p. 4.

“VIVA A MARINHA!”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 8 jun. 1948, p. 6.

Cinco mil pessoas por mês nos serviços médicos da Marinha. *Gazeta de Notícias*, 17 jul. 1948, p. 4.

29 de outubro. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, ano LXVIII, out. nov. dez., 1948, n. 4, 5 e 6, p. 233-278.

“FOGE AOS PRINCÍPIOS TÉCNICOS A ORIENTAÇÃO DADA À A.M.S.A”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1949, p. 1 e 2.

Obras em geral:

ALBUQUERQUE, Andréa Chaves; CHAGAS, Patrícia Helena Ribeiro de Souza. *Trajetória Histórico-Normativa da Assistência Social no Ministério da Defesa*. *Revista Silva*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 2017.

AMARAL, Deolinda M.; BEZERRA, Marlene; FARIA, Bernadete; LOYSE, Lucia. *O Serviço Social no Ministério da Aeronáutica*. Rio de Janeiro: Hospital Central de Aeronáutica, 1987.

ANDER-EGG, Ezequiel. *Diccionario de trabajo social*. Buenos Aires: ECRO-ILPH, 1974.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.

ASSIS, Simone Gonçalves de; MINAYO, Maria Cecília de Sousa; SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs). *Avaliação por triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

BANHOS, Fernanda Gomes; MARCO, Roberta Mischiatti de; RIBEIRO, Joice Clicia Batista Corsino. *I Colóquio de Assistentes Sociais: relato de experiência de assistentes sociais do GAP-CT*. in: SOUZA, Lilian Angélica da Silva (org.). *Serviço Social e instituição militar: sistematização do exercício profissional na FAB*. Campinas: Saberes e Práticas, 2021. p.175-

190.

BARRETO, Rubens Nogueira. Assistência social ao funcionalismo público civil e militar. 1974. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1974.

BARROS, José D'Assunção. Os conceitos: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016.

_____. Teoria e formação do historiador. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

BECKER, Howard Saul. Evidências: sobre o bom uso de dados em ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BERGER, Peter.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, Marialice Mencarini.; MARTINS, José de Souza. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977. 368 p.

BERGER, Peter.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Maria Eliâne Alencar Rocha (org.). Assistência Social da Marinha do Brasil: trajetória e desafios. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2022.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social e trabalho no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2016.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v.5, n.11, p.121-136, 2011.

BRITO, Maria Lucia Valada de. O Correio Aéreo Nacional em operações humanitárias: um aliado da assistência social da FAB na Amazônia. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais) – Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2017.

CALÇADO, Jarbas Anísio dos Reis. O Serviço Social na Força Aérea Brasileira. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CARNEIRO, Luana Pereira. Análise da sistematização da Assistência Social do Exército Brasileiro. 2021. Dissertação. (Mestrado Profissional Interdisciplinar de Humanidades em Ciências Militares) – Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2021.

CARVALHO, C. Q. L.; LOPES, P. R. L. A atuação do Serviço Social no Comando da Aeronáutica. In: CUNHA, L. A.; SOUZA, L. A. S. Caminhos do Serviço Social: valorizando saberes, conhecendo práticas. Rio de Janeiro: Gama, 2017, p. 113-134.

CASQUEIRO, A. M. S. Síntese da trajetória histórica da Assistência Social no COMAER. Apostila. Diretoria de Intendência (DIRINT). Rio de Janeiro, 2001.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 12. ed.

Petrópolis: Vozes, 2015.

CASTRO, Valéria; FALLEIROS, Ialê; FONTES, Virgínia. Ciência e método de trabalho científico – Marx e o marxismo. in: BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria; MATTOS, Ruben Araujo de. (Orgs.). Caminhos para análise das políticas de saúde. 1. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p. 153-179.

CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. Experiência do Serviço Social no atendimento às famílias dos pacientes alcoolistas com passagem pelo Hospital Central da Aeronáutica. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

CECÍLIO, Edmundo de Trigo. Assistência social do funcionalismo público civil e militar: comparação, peculiaridades e deficiências. 1974. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1974.

CELESTINO, Sabrina. Políticas Públicas e Forças Militares: contribuições para análise do tema. Revista Silva, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 2017.

CELESTINO, Sabrina (org.). Políticas públicas e forças militares. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

CELESTINO, Sabrina; HARRISON, Mariana Bairral Brito; MOREIRA, Nádia Xavier. Notas sobre a trajetória da Assistência Social na Marinha do Brasil. in: BORGES, Maria Eliâne Alencar Rocha (org.). Assistência Social da Marinha do Brasil: trajetória e desafios. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2022. p.21-38.

COSTA, Analice Barreto de Moura. Serviço Social e Forças Armadas: desafios e possibilidades no âmbito da Força Aérea Brasileira no capitalismo contemporâneo. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

DANIOTTI, Edison. Assistência social do funcionalismo público civil e militar: comparação, peculiaridades e deficiências. 1974. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1974.

DUTTA, Manikarnika. The Sailors' Home and moral regulation of white European seamen in nineteenth-century India. Cultural and Social History, Lancaster, v. 18, n. 2, 201-220, 2021. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/14780038.2021.1901354>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

FLEXOR, G. & LEITE, S. P. Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: Encontro Nacional de Economia Política, XII, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.sep.org.br/mostrar.php?url=12/2699-analise-de-politicas-publicasbreves-consideracoes-teorico-metodologicas.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

GARDON, Sébastien; GAUTIER, Amandie; LE NAOUR, Gwenola. L'analyse cognitive des politiques publiques. In: La santé globale au prisme de l'analyse des politiques publiques. Versailles: Éditions Quae, 2020. p. 51-59. Disponível em: <<http://books.openedition.org/quae/36615>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989: p 143-179.

GUIMARÃES, Almir de Barros. O serviço social no Exército. 1966. Trabalho de Conclusão

de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1966.

GUIMARÃES, Mariza Maria de Freitas. Avaliação do Núcleo de Serviço Social da Guarnição do Galeão do Comando da Aeronáutica. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) – Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2012.

HORTA, Gisele Martins. No meio da travessia: a prática dos assistentes sociais nos serviços de saúde da Aeronáutica/RJ. 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social e Trabalho) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

IDAÑEZ, Maria José Aguilar; ANDER-EGG, Ezequiel. Diagnóstico social: conceitos e metodologias. 3. ed. Porto: REAPN, 2007.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. L'Etat en action: Politique publiques et corporatismes. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

LAGARENNE, Christine; LEGENDRE, Nadine. Les travailleurs pauvres en France: facteurs individuels et familiaux. Economie et Statistique, Paris, n. 335, p. 3-25, 2000. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/estat_0336-1454_2000_num_335_1_7517>. Acesso em: 05 mai. 2023.

LAPLAGNE, Priscilla Fernandes Guimarães; MOSTARO, Ester de Almeida Oliveira; SILVA, Rúbia de Kássia Alexandre. O Serviço Social no COMAER: ultrapassando o paradigma da Assistência Social. in: SOUZA, Lilian Angélica da Silva (org.). Serviço Social e instituição militar: sistematização do exercício profissional na FAB. Campinas: Saberes e Práticas, 2021. p.41-57.

LASCOUTES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. Revista Pós Ciências Sociais, São Luis v. 9, n. 18, p. 19-43, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

LASSWELL, Harold D. The Garrison State. The American Journal of Sociology, Chicago, v. 46, n. 4, p. 455-468, jan. 1941.

LEMOES, Salvio da Costa. Assistência social no exército brasileiro: presente e futuro. 1970. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1970.

LEMOES, Juvêncio Saldanha. A Assistência Social no Exército. 1976. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1976.

LIMA, Marisa Elenice Silva. A Intervenção Profissional do Assistente Social na Prevenção de Acidentes de Trabalho: a experiência da Comissão de Aeroportos da Região Amazônia – COMARA. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

LIMA, Vânia Pereira. Política de Assistência Social das Forças Armadas: uma análise da agenda pré-decisória e dos desafios do processo de implementação. 2013. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2013.

- LUCA, Tania Regina de. Práticas de pesquisa em história. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira; SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira R. de. A questão do método e da metodologia: uma análise da produção acadêmica sobre professores(as) da Região Centro-Oeste/Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 669-693, maio/ago. 2012.
- MAIA, Marta Nolding; MIRANDA, Erice da Silva. Assistência Integrada na Marinha: Uma filosofia assistencial inovadora. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 116, n. 7/9, p. 209-217, jul./set., 1996.
- MARSHALL, T. H. Política Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MATTOS, Ruben Araujo de. Breves reflexões sobre os caminhos da pesquisa. in: BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; MATTOS, Ruben Araujo de. (Orgs.). Caminhos para análise das políticas de saúde. 1. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p. 403-416.
- MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MONTEIRO, Mariana Carla Saraiva; SILVA, Raylene Maria Fonseca da. Inserção e atuação das profissões de Serviço Social, Direito e Psicologia na Assistência Social da Marinha do Brasil. in: BORGES, Maria Eliâne Alencar Rocha (org.). Assistência Social da Marinha do Brasil: trajetória e desafios. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2022. p.39-64.
- MORAES, Carlos Antonio de Souza; SENNA, Mônica de Castro Maia; FREITAS, Rita de Cássia Santos. (Orgs.). Política Social no Brasil: trajetórias, sujeitos e institucionalidades. Curitiba: Editora CRV, 2020.
- MOREIRA, Altair da Silva. Visão teórica do Serviço Social no Hospital de Força Aérea do Galeão/HFAG. Mimeo, agosto de 1981.
- MOREIRA, Nadia Xavier. 2003. Assistência Social na Marinha: entre direito e concessão. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- MOREIRA, Nadia Xavier. A construção de sentidos sobre a deficiência: uma análise a partir do habitus militar. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- MOREIRA, Nádia Xavier; SANTOS, Amanda Nascimento Lougon dos; SOUZA, Nasciara Nascimento. Assistência Social na Marinha do Brasil: trajetória da proteção social à família naval. *Revista Silva*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 2017. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/silva/article/view/10992>>. Acesso em: 05 mai. 2023.
- MOREIRA, Nádia Xavier; SANTOS, Amanda Nascimento Lougon dos; SOUZA, Nasciara Nascimento. Assistência Social na Marinha do Brasil: trajetória da proteção social à família naval. in: CELESTINO, Sabrina (org.). Políticas públicas e forças militares. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p.47-64.
- MOTA, Ana Elizabete. (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.
- MULLER, Pierre. Les politiques publiques. 12^a. ed. Paris: Presses Universitaires de France,

2018.

NERY, Danniely Guimarães Viana. Saindo do vermelho: uma análise sobre os Programas de Apoio Socioeconômico das Forças Armadas. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. Assistência social: do discurso do Estado à prática do serviço social. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1996.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Santos de; ZACARON, Sabrina da Silva. O Serviço Social da Aeronáutica em missões humanitárias: uma experiência no Haiti. in: Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa, 3, 2010, Rio de Janeiro. (Comunicação oral).

OLIVEIRA, Ana Lúcia Santos de. Comando da Aeronáutica: avaliação de projetos sociais da DIRINT/SDEE. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) – Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2011.

PEDRO, Rubens Aparecido. A assistência social no EB, situação atual e propostas de aplicações. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2005.

PÉREZ, Rafael. A assistência social nas Forças Armadas. 1973. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1973.

PITHAN, Luiz Antonio Roggia. A Assistência e a Previdência social no Exército Brasileiro: situação atual e perspectivas. 1994. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1994.

PURIÈRE, Aurélien. Assistance sociale et contrepartie: actualité d'un débat ancien. Paris: L'Harmattan, 2009.

REIS, Altamira. A atuação do Serviço Social no Hospital da Aeronáutica. Hospital Central da Aeronáutica. Rio de Janeiro, 1987.

REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. (Orgs.). Serviço social e políticas sociais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ROCHA, Natália Queiroz Moreira da. Assistência Social no Exército Brasileiro: uma análise da seção do serviço de assistência social da 10ª Região Militar nas perspectivas dos (as) sujeitos (as). Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

RODRIGUES, Fernanda. Autonomia de voo: transformações recentes do capitalismo e incidências para o Serviço Social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTANA, Nathalia Araujo Ribeiro. O Serviço Social na Força Aérea Brasileira e particularidades na contratação de militares temporários. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Angelica Pires Belchior dos. A atuação dos assistentes sociais do Comando da Aeronáutica-COMAER nos desastres ambientais. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SILVA, Darlene de Araújo. O serviço social nas organizações militares da aeronáutica: análise

da prática profissional na região Amazônica. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SILVA, Rita Emília Alves da. Serviço Social na Força Aérea Brasileira: a política de defesa nacional e as novas requisições para a profissão no espaço militar. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SIMÕES, Pedro. Dá-me de Comer. São Paulo: CCDPE, 2015.

SOUZA, J. D. A. de. A atuação do assistente social nas Forças Armadas: novas habilidades, competências e atribuições? 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. A política de assistência social: começando o debate. In: CAVALCANTI, Ludmila Fontenele; REZENDE, Ilma (Org.). O Serviço Social e políticas sociais. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013a, p. 83-99.

SOUZA, Emmily Pereira Brito de. Sociedade de consumo e o enfrentamento das situações de vulnerabilidade econômica no âmbito do V Comando Aéreo Regional: desafios para o Serviço Social. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013b.

SOUZA, Lilian Angélica da Silva (org.). Serviço Social e instituição militar: sistematização do exercício profissional na FAB. Campinas: Saberes e Práticas, 2021.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. et al. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SUREL, Yves. Idées, intérêts, institutions dans l'analyse des politiques publiques. Pouvoirs – revue française d'études constitutionnelles et politiques, Paris, n°87, p.161-178, nov. 1998. Disponível em: <<https://revue-pouvoirs.fr/Chronique-Idees-interets.html>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. Cadernos de Saúde Pública, v. 1, n. 4, p. 400–417, dez. 1985.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.) CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs. brasileiros) Handbook de Estudos Organizacionais, modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1998, p. 196-2019.

THOENIG, Jean-Claude. Política pública y acción pública. Gestión y política pública, Ciudad de México, v. 6, n. 1, p. 19-37, jan./jun. 1997. Disponível em: <https://www.gestionypoliticapublica.cide.edu/ojs/cide/num_antteriores/Vol.VI_No.I_1ersem/TJ_Vol.6_No.I_1sem.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2023.

VILBROD, Alain. L'assistante sociale et le militaire: histoire et enjeux de l'action sociale dans les armées. Paris: L'Harmattan, 2000.

WALDMANN JÚNIOR, Ludolf. As políticas de reaparelhamento naval da Marinha do Brasil, 1904-1945. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 46-66, 2019. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/94/89>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

WEISSHAUPT, Jean Robert. As funções socioinstitucionais do serviço social. São Paulo: Cortez, 1988.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ZACARON, Sabrina Silva. O serviço social no comando da Aeronáutica: decifrando este espaço socioocupacional do assistente social. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ZACARON, Sabrina Silva. O Serviço Social no Comando da Aeronáutica: reflexões sobre o Projeto Profissional e a atuação do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional. 1. ed, Curitiba, Prismas: 2016.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ANÁLISE PARA SELEÇÃO DE TRABALHOS

REFERÊNCIA:			
1ª Etapa de seleção: leitura do título, das palavras-chave e do resumo.			
1. A pesquisa aborda, de alguma maneira, a assistência social das Forças Armadas?	() Sim	() Não	Obs.:
2. Qual Força é analisada na pesquisa?	() Marinha	() Exército	() Aeronáutica
2ª Etapa de seleção: leitura do índice, da introdução, da seção dedicada à apresentação do percurso metodológico e da conclusão.			
3. A pesquisa aborda a institucionalização da assistência social na(s) Força(s) em questão?	() Sim	() Não	Obs.:
4. A pesquisa aborda a trajetória histórica da assistência social na(s) Força(s) analisada(s)?	() Sim	() Não	Obs.:
5. O processo de institucionalização da assistência social na(s) Força(s) analisada(s) é o objeto central da pesquisa?	() Sim	() Não	Obs.:
RESULTADO:	() Incluído	() Excluído	Obs.:

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ANÁLISE DO TEMA CENTRAL DO ESTUDO

REFERÊNCIA:			
1. O tema central da pesquisa está descrito de forma clara?	☐ Sim	☐ Não, mas pode ser identificado	☐ Não pode ser identificado
2. Qual é o tema da pesquisa?			
3. Qual é o objetivo geral da pesquisa?			
4. Quais são os objetivos específicos da pesquisa?			
5. A institucionalização da assistência social na(s) Força(s) analisada(s) é:	☐ Abordada em profundidade, indicando atores envolvidos, interesses ou ideias presentes no processo	☐ Abordada de forma secundária com o intuito de contextualizar o problema de pesquisa ou apresentar o histórico da assistência social na instituição	☐ Outra:

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

REFERÊNCIA:			
1. A justificativa da pesquisa está descrita de forma clara?	() Sim	() Não, mas pode ser identificada	() Não pode ser identificada
2. Qual é a justificativa da pesquisa?			

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ANÁLISE DA METODOLOGIA ADOTADA

REFERÊNCIA:			
1. O método de pesquisa está descrito de forma clara?	☐ Sim	☐ Não, mas pode ser identificado	☐ Não pode ser identificado
2. Qual é o método de pesquisa?			
3. A justificativa para escolha do método de pesquisa está descrita de forma clara?	☐ Sim	☐ Não, mas pode ser identificada	☐ Não pode ser identificada
4. Qual a justificativa para a escolha do método de pesquisa?			
5. As técnicas de pesquisa estão descritas de forma clara?	☐ Sim	☐ Não, mas podem ser identificadas	☐ Não pode ser identificadas
6. Quais são as técnicas de pesquisa utilizadas?			
7. A justificativa para escolha das técnicas de pesquisa está descrita de forma clara?	☐ Sim	☐ Não, mas pode ser identificada	☐ Não pode ser identificada
8. Qual a justificativa para a escolha do método de pesquisa?			
9. A metodologia:	☐ Está descrita detalhadamente permitindo que outros pesquisadores compreendam o processo de investigação	☐ Não está descrita detalhadamente, mas permite que outros pesquisadores compreendam as características gerais do percurso metodológico	☐ Outra:
10. Quais referências bibliográficas sobre metodologia científica é citada na pesquisa?			

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ANÁLISE DA TEORIA DE BASE

REFERÊNCIA:			
1. A teoria de base está descrita de forma clara?	() Sim	() Não, mas pode ser identificada	() Não pode ser identificada
2. Qual é a teoria social explorada para sustentação teórica da pesquisa?			

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ANÁLISE DAS FONTES DE PESQUISA

REFERÊNCIA:			
1. A pesquisa faz referência a outro(s) estudo(s) sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras?	() Sim	() Não	Obs.:
2. Estudo(s) referenciado(s):			
3. Qual estudo referenciado é a principal fonte de pesquisa sobre a institucionalização da assistência social na(s) Força(s) analisada(s)?			

**APÊNDICE G – ROTEIRO DE ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

REFERÊNCIA:			
1. A concepção de assistência social está descrita de forma clara na pesquisa?	() Sim	() Não, mas pode ser identificada	() Não pode ser identificada
2. Qual a concepção de assistência social presente na pesquisa?			

APÊNDICE H – ROTEIRO DE ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REFERÊNCIA:			
1. A concepção de assistência social está descrita de forma clara na pesquisa?	() Sim	() Não, mas pode ser identificada	() Não pode ser identificada
2. Qual a concepção de assistência social presente na pesquisa?			

APÊNDICE I – CUSTÓDIA DAS FONTES HISTÓRICAS

Custodiante	Base de Dados	Período / Pasta	Fonte	Formato / Acesso
Arquivo da Marinha.	Atos do Ministro da Marinha.	1930-1939	BRASIL. Ministério da Marinha. Aviso nº 2.814, de 26 de novembro de 1935. Propaganda subversiva. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 26 nov. 1935a.	Documento físico / Presencial
			BRASIL. Ministério da Marinha. Aviso nº 2.925, de 14 de dezembro de 1935. Atividades subversivas. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 14 dez. 1935b.	
			BRASIL. Ministério da Marinha. Aviso nº 8, de 3 de janeiro de 1936. Exclusão de praças do serviço da Armada. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 3 jan. 1936a.	
			BRASIL. Ministério da Marinha. Aviso nº 177, de 30 de janeiro de 1936. Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 30 jan. 1936b.	
			BRASIL. Ministério da Marinha. Aviso nº 21, de 8 de janeiro de 1938. Designação de oficiais. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 8 jan. 1938a.	
			BRASIL. Ministério da Marinha. Aviso nº 212, de 17 de fevereiro de 1938. Aprovação de regulamento. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 17 fev. 1938b.	
		1940-1949	BRASIL. Ministério da Marinha. Ofício JGR/TFJ/SNº. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 27 mar. 1946a.	
			BRASIL. Ministério da Marinha. Aviso nº 954, de 4 de maio de 1946. Organização dos serviços de assistência médica, jurídica e de abastecimento do P.S.A. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 4 mai. 1946c.	
			BRASIL. Ministério da Marinha. Aviso nº 1.454, de 15 de julho de 1946. Aprova Regimento Interno. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 15 jul. 1946d.	
			BRASIL. Ministério da Marinha. Aviso nº 1.889, de 1º de outubro de 1946. Organização Naval. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 1 out. 1946g.	
			BRASIL. Ministério da Marinha. Aviso nº 1.017, de 8 de maio de 1947. Instruções provisórias para sua organização e funcionamento. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 8 mai. 1947a.	

Custodiante	Base de Dados	Período / Pasta	Fonte	Formato / Acesso
			BRASIL. Ministério da Marinha. Aviso nº 1.740, de 23 de agosto de 1947. Alteração no Quadro efetivo dos Capelães Militares da Armada. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 23 ago. 1947b.	
			BRASIL. Ministério da Marinha. Diretoria Geral do Pessoal da Armada. Ofício nº 855-62, de 2 de setembro de 1947. Assistência Social. Rio de Janeiro, RJ: Diretoria Geral do Pessoal da Armada, 2 set. 1947c.	
			BRASIL. Ministério da Marinha. Aviso nº 716, de 5 de março de 1948. Cessão de terreno. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Marinha, 5 mar. 1948.	
	Acervo Geral	1970-1979	BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. PESSOMARINST nº 027903: Movimentação de Militares por Motivo Social. Rio de Janeiro: DGPM, 1979.	
		1980-1989	BRASIL. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-01: Prestação de Assistência Social na Marinha. Rio de Janeiro: SASM, 1980a.	
			BRASIL. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-03: Assistência Financeira. Rio de Janeiro: SASM, 1980b.	
			BRASIL. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-05: Assistência ao Excepcional. Rio de Janeiro: SASM, 1980c.	
			BRASIL. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-01A: Prestação de Serviço Social na Marinha. Rio de Janeiro: SASM, 1988b.	
			BRASIL. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-12: Instruções para Atuação do Serviço Social. Rio de Janeiro: SASM, 1988c.	
			BRASIL. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-01B: Prestação de Serviço Social na Marinha. Rio de Janeiro: SASM, 1989.	
		1990-1999	BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. PESSOMARINST nº 40-03: Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da MB (SAIPM). Rio de Janeiro: DGPM, 1994a.	
			BRASIL. Serviço de Assistência Social da Marinha. SOCIOMARINST nº 10-02: Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da MB (SAIPM). Rio de Janeiro: SASM, 1994b.	
			BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. DGPM-501: Normas sobre a Assistência Integrada na Marinha do Brasil. 1ª. ed. Rio de Janeiro: DGPM, 1996.	

Custodiante	Base de Dados	Período / Pasta	Fonte	Formato / Acesso
		2020	BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. DGPM-501: Normas sobre a Assistência Social na Marinha do Brasil. 7ª. rev. Rio de Janeiro: DGPM, 2020.	
Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.	Coleção Digital de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional.	1910-1919	MOSTEIRO DE S. BENTO: OS BENEDICTINOS E A GUERRA. A Época, Rio de Janeiro, 27 abr. 1917, p. 1.	Optical Character Recognition (OCR) / Online
			Os frades alemães e os interesses nacionaes: as deslavadas mentiras do falso abbade Pedro Eggerath. A Época, Rio de Janeiro, 7 jul. 1919, p. 1.	
			PELOS NOSSOS MARINHEIROS: Todos os portos do Brasil terão, em 1922, um “Abrigo do Marinheiro”. A Noite, Rio de Janeiro, 29 out. 1919, p. 2.	
			Uma bella obra de altruísmo: Será creado o “Abrigo do Marinehrio” – O que nos diz um official da Marinha. A Razão, 30 out. 1919, p. 4.	
			No Ministerio da Marinha: “O ABRIGO DO MARINHEIRO”. O Jornal, Rio de Janeiro, 31 out. 1919, p. 7.	
			Abrigo do Marinheiro. O Paiz, Rio de Janeiro, 23 dez. 1919, p. 7.	
			O “SAILOR’S HOME” DO MARINHEIRO BRAZILEIRO: A inauguração, hoje, no mosteiro de São Bento e lançamento da pedra fundamental do edificio definitivo do “Abrigo do Marinheiro”. O Imparcial, Rio de Janeiro, 28 dez. 1919, p. 3.	
			UMA INICIATIVA DE GRANDE ALCANCE MORALE PATRIOTICO: O ABRIGO DO MARINHEIRO FOI INAUGURADO HONTEM. O Imparcial, Rio de Janeiro, 29 dez. 1919, p. 1.	
			O “Abrigo do marinheiro”. O Paiz, Rio de Janeiro, 29 dez. 1919, p. 8.	
		1920-1929	Presidencia da Republica no Cattete. O Jornal, Rio de Janeiro, 8 jun. 1920, p. 8.	
			A SEMANA DA MARINHA E SUA OPPORTUNA SIGNIFICAÇÃO. O Paiz, Rio de Janeiro, 27 nov. 1926, p. 3.	
			A CASA MARCILIO DIAS. O DIA DO MARINHEIRO. A SEMANA DA MARINHA. O Paiz, Rio de Janeiro, 28 nov. 1926, p. 2.	
			A SEMANA DA MARINHA. O Paiz, Rio de Janeiro, 3 dez. 1926, p. 2.	
			A SEMANA DA MARINHA. O Paiz, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, p. 2.	
			A SEMANA DA MARINHA. O Paiz, Rio de Janeiro, 6 e 7 dez. 1926, p. 2.	
			CASA MARCILIO DIAS. O Paiz, Rio de Janeiro, 18 e 19 jul. 1927, p. 5.	
			A Casa Marcilio Dias. O Paiz, Rio de Janeiro, 4 ago. 1927, p. 5.	
			CASA MARCILIO DIAS. O Paiz, Rio de Janeiro, 12 e 13 mar. 1928, p. 4.	

Custodiante	Base de Dados	Período / Pasta	Fonte	Formato / Acesso
			Fundação da “Casa Marcilio Dias”. Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 23 mar. 1928, p. 1.	
			ESCOLA DE CIVISMO. O Paiz, Rio de Janeiro, 24 mar. 1928, p. 3.	
			O lançamento da pedra fundamental da “Casa Marcilio Dias”. Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 15 jul. 1928, p. 2.	
			As grandes iniciativas particulares. Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 13 dez. 1928, p. 1.	
			CASA MARCILIO DIAS. O Paiz, Rio de Janeiro, 14 dez. 1928, p. 5.	
			Casa Marcilio Dias. O Paiz, Rio de Janeiro, 8 fev. 1929, p. 4.	
			CASA MARCILIO DIAS. O Paiz, Rio de Janeiro, 13 jun. 1929, p. 7.	
			CASA MARCILIO DIAS. O Paiz, Rio de Janeiro, 23 jun. 1929, p. 9.	
			A construção da Casa Marcilio Dias. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27 jun. 1929, p. 3.	
			Um apelo da directoria da Associação Mantenedora da Casa Marcilio Dias. O Paiz, Rio de Janeiro, 11 out. 1929, p. 8.	
		1930-1939	Amparando os filhos dos inferiores e praças da Armada. A Noite, Rio de Janeiro, 2 jan. 1930, p. 12.	
			UMA OBRA NOTAVEL DE PREVIDENCIA SOCIAL NA ARMADA. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 18 jun. 1930, p. 9.	
			A CASA MARCILIO DIAS. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 dez. 1930, p. 10.	
			“Casa Marcilio Dias”. A Batalha, Rio de Janeiro, 6 mai. 1932, p. 3.	
			FOI ENTREGUE A’ MARINHA A “CASA MARCILIO DIAS”. A Batalha, Rio de Janeiro, 7 mai. 1932, p. 1.	
			A “Casa Marcilio Dias” e as suas novas adaptações. A Noite, Rio de Janeiro, 27 set. 1932, p. 1.	
			INSTALLOU-SE A CASA DO MARINHEIRO. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 20 fev. 1938, p. 3.	
			Foi installada a Casa do Marinheiro. O Jornal, Rio de Janeiro, 20 fev. 1938, p. 7.	
			INSTALLADA a “Casa do Marinheiro”. Diario Carioca, Rio de Janeiro, 20 fev. 1938, p. 2.	
		1940-1949	Distribuição de presentes de Natal aos filhos dos Marinheiros. A Noite, Rio de Janeiro, 18 dez. 1945, p. 3.	
			FESTAS DE NATAL. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 dez. 1945, p. 8.	

Custodiante	Base de Dados	Período / Pasta	Fonte	Formato / Acesso
			O NATAL DO FILHO DO MARINHEIRO. A Noite, Rio de Janeiro, 22 dez. 1945, p. 2.	
			CASA DO MARINHEIRO. Diario de Noticias, Rio de Janeiro, 16 abr. 1946, p. 1.	
			SERÁ INAUGURADO NO DIA 4 O SERVIÇO DE SUBSISTÊNCIA DA MARINHA. A Noite, Rio de Janeiro, 30 out. 1946, p. 10.	
			Reabertura do Posto de Assistência à Família do Marinheiro. A Noite, Rio de Janeiro, 11 abr. 1947, p. 6.	
			Dispõe o marinheiro de uma ampla e proveitosa organização de assistencia social. Diario da Noite, Rio de Janeiro, 16 abr. 1947, p. 3 e 5.	
			Para uma grande Marinha, um grande programa social. Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 17 abr. 1947, p. 5 e 7.	
			Assistência moral e material ao marinheiro. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 abr. 1947, p. 7.	
			Casas para os operários dos Arsenais de Marinha do Rio. Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 22 nov. 1947, p. 4.	
			“VIVA A MARINHA!”. A Manhã, Rio de Janeiro, 8 jun. 1948, p. 6.	
			Cinco mil pessoas por mês nos serviços médicos da Marinha. Gazeta de Noticias, 17 jul. 1948, p. 4.	
			29 de outubro. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, ano LXVIII, out. nov. dez., 1948, n. 4, 5 e 6, p. 233-278.	
			“FOGE AOS PRINCÍPIOS TÉCNICOS A ORIENTAÇÃO DADA À A.M.S.A”. Diario de Noticias, Rio de Janeiro, 13 abr. 1949, p. 1 e 2.	